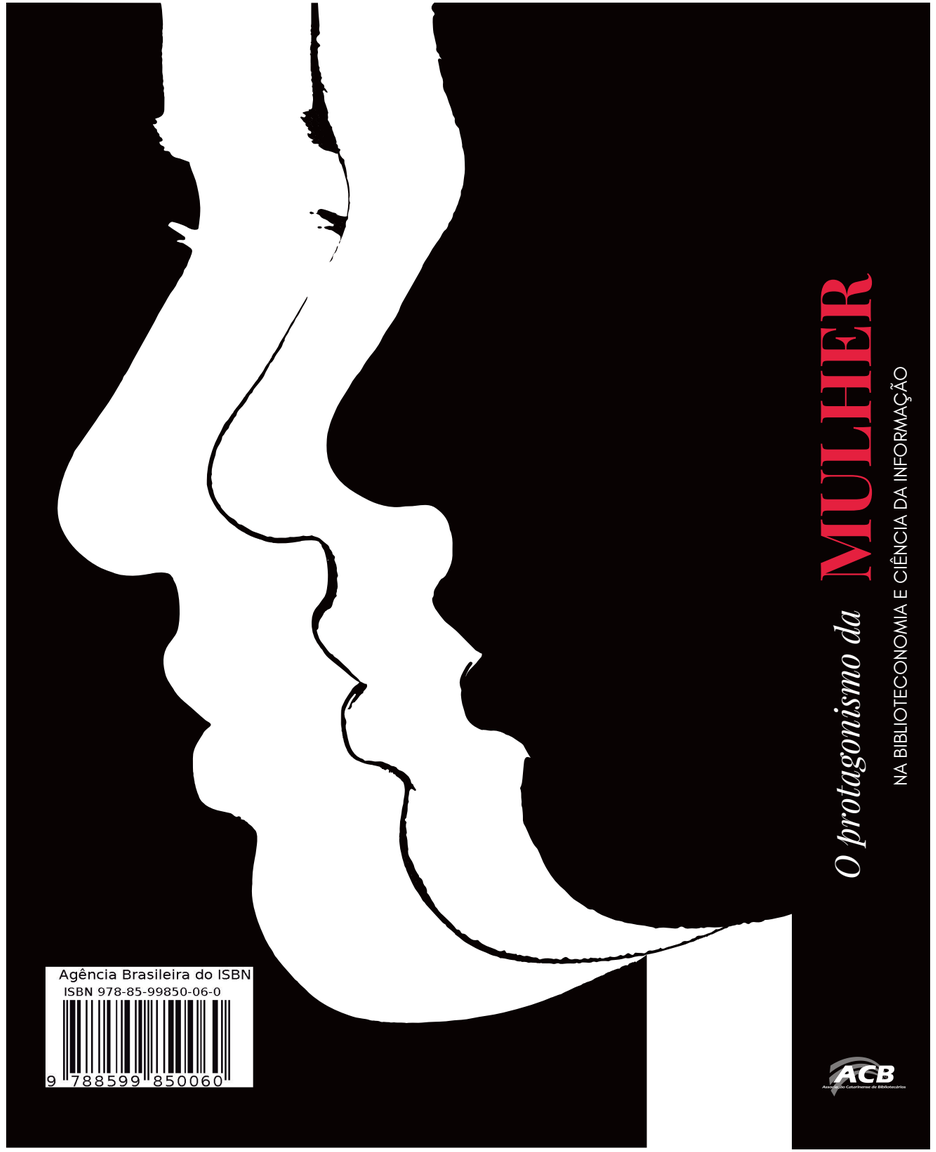
Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013 - 2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes. É membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber. É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Diretora de Marketing e Divulgação. Foi bolsista de iniciação científica, de extensão e voluntára no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) (2013-2016). É integrante e coordenadora do Grupo "Mulheres Negras na BCI". É organizadora da obra "Bibliotecárias Negras: ação, pesquisa e atuação política" juntamente com Graziela dos Santos Lima, lançado em 2018 pela Editora ACB e do livro "O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em parceria com Nathália Lima Romeiro, lançado pela mesma editora. Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Black Librarianship, Epistemologia, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, Mulheres negras na BCI, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.

Nathália Lima Romeiro

Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. É organizadora do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em conjunto com Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2018). Vice presidente do Fórum de inovação e Empreendedorismo na Biblioteconomia (2018). Participa dos grupos de pesquisa: Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (ESCRITOS/IBICT-UFRJ), Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-I/IBICT-UFRJ), especialmente no projeto INFOGEND que articula investigações sobre igualdade de gênero, direito da mulher e acesso à informação; também atua no grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes e no Satélite em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2O.sat) vinculado ao Ecce Liber. Áreas de estudo: Estudos de gênero, Violência contra a mulher, Direito da Mulher, Mídias Sociais, Competência Crítica em Informação, Licenciatura em Biblioteconomia; Empreendedorismo na Biblioteconomia; Informação, Educação e Saúde.



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-99850-06-0
9 788599 850060

O protagonismo da **MULHER**

NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ACB

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Organizadoras

O protagonismo da MULHER

NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ACB
Associação Catarinense de Bibliotecários

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Organizadoras

O PROTAGONISMO DA MULHER NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ACB
Florianópolis
2018

Associação Catarinense de Bibliotecários - ACB

Gestão 2018-2020

Camila Koerich Burin
Kátia Maria Costa
Deborah Matias Gomes
Sabrina Martins
Marilaine Hahn
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Patrícia Kellen Pereira
Amabile Costa
Vânia Medeiros Ribeiro
Miriam de Cássia M. de Mattos
Evandro Jair Duarte
Everton Correia Luz

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Revisão textual: Dr. Pedro Giovâni da Silva
Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CPI)

P967

O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação / Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Nathália Lima Romeiro (Org.). – Florianópolis: ACB, 2018.
526 p.

Inclui Bibliografia.
Disponível em: <https://www.acbsc.org.br/>.
ISBN 978-85-99850-06-0

1. Biblioteconomia. 2. Ciência da Informação 3. Mulher. I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. (Org.). II. Romeiro, Nathália Lima (Org.). III. Título.

CDU 02-055.2

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil[1]

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:

ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.

NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.

COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença[2] que este original.

[1] Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 fev. 2018.

[2] Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 fev. 2018.

SUMÁRIO

PREFÁCIO..... 11

APRESENTAÇÃO 13

MULHERES COMO PROTAGONISTAS 15

CAPÍTULO 1..... 17
PELAS MÃOS FEMININAS DE LYDIA SAMBAQUY E CELIA ZAHER: AS ORIGENS DA CI BRASILEIRA
Elisa Cristina Delfini Corrêa
Ana Claudia D. C. de Oliveira

CAPÍTULO 2..... 45
PESQUISADORAS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Mariana Faustino dos Passos
Ursula Blattmann

CAPÍTULO 3..... 71
PROTAGONISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE: UMA HISTÓRIA TECIDA PELA PROSA E POESIA
Jacqueline de Araújo Cunha
Mônica Karina Santos Reis

CAPÍTULO 4..... 101
PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DE AUTORIA DE MULHERES: UM PANORAMA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO
Jéssica Bedin
Daniele Feldman
William Barbosa Vianna

CAPÍTULO 5 129
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MULHERES NO BRASIL
Priscila Machado Borges Sena
Ana Clara Cândido
Ursula Blattmann

CAPÍTULO 6 167
A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: POLÍTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO
Miriely da Silva Souza

CAPÍTULO 7 185
POR UMA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS BIBLIOGRAFIAS: UM ENSAIO TEÓRICO MILITANTE
Nathália Lima Romeiro
Andréa Doyle
Anna Brisola

CAPÍTULO 8 215
A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO POLÍTICO: ANALISANDO O PROTAGONISMO DAS BIBLIOTECÁRIAS À FRENTE DAS ENTIDADES DE CLASSE
Andréia Sousa da Silva
Camila Koerich Burin

CAPÍTULO 9 249
POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DA MULHER NA CIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NO BRASIL E EM PORTUGAL
Nathália Lima Romeiro
Carla Maria Martellote Viola

CAPÍTULO 10 275
LUGAR DE MULHER É NOS NEGÓCIOS: EMPREENDEDORISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA
Daniela Spudeit

CAPÍTULO 11 309
MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS: UM BREVE ESTUDO
Críchyna da Silva Madalena
Kariane Regina Laurindo

MULHERES COMO PESQUISADORAS E CIENTISTAS 333

CAPÍTULO 12 335
SENTIDO ÉTICO DA ATUAÇÃO DOCENTE NA BIBLIOTECONOMIA: DA MIOPIA POLÍTICA AO MECANICISMO
Daniella Camara Pizarro

CAPÍTULO 13 359
POLITÍCA DE MEMÓRIA E O SILENCIAMENTO DAS POPULAÇÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Dirnéle Carneiro Garcez
Graziela dos Santos Lima

CAPÍTULO 14 383
FILTROS INVISÍVEIS EM BUSCAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
Nazareth Salomon
Marianna Zattar

CAPÍTULO 15 397
COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: REVISANDO E ENTRELAÇANDO CONCEITOS
Fernanda C. da Silva Costa
Daniella Alves
Laelson Felipe da Silva

CAPÍTULO 16 419
PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO: ANÁLISE DA *WEB OF SCIENCE*
Priscila Fevrier
Dirnéle Carneiro Garcez

CAPÍTULO 17 443
BIBLIOTECAS INVISÍVEIS: A REPRESENTAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NO CINEMA BRASILEIRO
Larissa Silveira Vallim
Elisângela Gomes

CAPÍTULO 18 467
BIBLIOTECA PRISIONAL: ORIGEM E CONCEITO
Nádia da Silva Alexandre
Melina de Brito dos Santos

CAPÍTULO 19 485
CIÊNCIA CIDADÃ E ÉTICA ANIMAL: PISTAS PARA O INÍCIO DE UMA REFLEXÃO SOBRE INFORMAÇÃO E CAPITALISMO
Érica Quadros do Amaral

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES 511

PREFÁCIO

> *Na verdade, o mundo como deveria ser teria que salvaguardar os rompimentos com a normalidade e oferecer apoio e afirmação para os que realizam essas rupturas. (Butler, 2018, p. 40)*

A presença das mulheres no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) brasileira é incontestável e longeva. Entretanto, do ponto de vista autoral e temático, esse protagonismo é bem mais recente. Isso se deve em certa medida às controvérsias históricas acerca da orientação e dos propósitos científicos do campo.

O caráter, por vezes, rarefeito das marcas identitárias no âmbito da BCI acabou por torná-la refratária ao potencial de agência advindo das questões de gênero e suas implicações na performatividade dos sujeitos sociais. Evidentemente, essas tendências não se firmaram sem crítica, resistência e desdobramentos.

Em uma visada histórica, nota-se que a realidade brasileira é plena de circunstâncias em que a perspectiva das mulheres ofereceu possibilidades de rupturas com o *status quo* e ensejou transformações sociais efetivas. E, enquanto redijo esse texto, a realidade lá fora, dá mostras do quão importante é a atuação das mulheres para a consolidação da democracia no Brasil.

As autoras e autores dos textos que compõem esse volume nos instigam e tecem os fios condutores das diferentes contribuições e agendas assumidas pelas mulheres em nossa história recente. Trata-se de um repertório amplo de questões, demarcado pela pluralidade de

pontos de vista e em consonância e articulação com a especificidade da presença das mulheres na BCI.

Maria Aparecida Moura

Professora Titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

APRESENTAÇÃO

A mulher na sociedade foi, durante muito tempo, silenciada e condicionada a viver à margem dos homens (pais, cônjuges, líderes religiosos, chefes no ambiente de trabalho - quando foi possível trabalhar), especificamente porque ainda vivemos em uma estrutura de organização social baseada no androcentrismo, no sistema conhecido como patriarcado.

Ainda que a condição de oprimida estivesse em evidência, as vozes das mulheres se manifestaram e se manifestam ao longo da história. Atuamos politicamente exigindo o direito ao voto, ao protagonismo político, à liberdade sobre nossos corpos, nossa sexualidade, nosso trabalho, lutamos por bem mais que o direito de viver.

Para que se torne visível a resistência das mulheres, é necessário que a organização, luta e protagonismo sejam não só respeitados como valorizados, seja na existência, para sua integridade física, no lar, no ambiente de trabalho e também na produção científica.

Este livro busca representação e o protagonismo da mulher dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI). Buscamos trazer para a leitura e discussão, pesquisas realizadas por mulheres docentes, mulheres bibliotecárias, mulheres pesquisadoras, mulheres militantes, mulheres mestrandas, mulheres doutorandas, mulheres que fazem ciência. Mulheres essas, muitas vezes, sem representação equitativa nos espaços do fazer científico ou nos espaços de formação profissional.

Hoje, queremos mostrar que as mulheres devem ser vistas como intelectuais, formadoras, cientistas, profissionais que promovem o conhecimento dentro da BCI sobre diversos temas e linhas de pesquisa.

Queremos mostrar que mulheres, enquanto atuantes na área e produtoras de conhecimento, influenciaram e influenciam na criação e na consolidação da BCI brasileira, assim como, inferimos na importância da visibilidade de suas pesquisas, suas ações e atuação dentro da área.

Queremos mostrar que a existência e resistência das mulheres estão onde nós estamos. Somos protagonistas, produzimos cientificamente, “botamos a cara no sol” e estamos presentes. Por uma academia mais equânime: lutaremos! Porque juntas somos mais fortes.

Desejamos a tod@s, boa leitura!

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Organizadoras

MULHERES
COMO
PROTAGONISTAS

CAPÍTULO 1

PELAS MÃOS FEMININAS DE LYDIA SAMBAQUY E CELIA ZAHER: AS ORIGENS DA CI BRASILEIRA

Elisa Cristina Delfini Corrêa
Ana Claudia D. C. de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Conhecer sua própria história é condição fundamental para compreender o tempo presente e construir o seu futuro. Direcionar o olhar para o início das coisas a fim de discernir contextos e épocas é imprescindível para o entendimento de como foram constituídas tais coisas ao longo do tempo e, com isso, adquirir conhecimento, força e empatia para uma atuação de vida mais consciente e solidária nos dias atuais. Nos contextos profissional, acadêmico e científico, essa constatação é igualmente aplicável. É preciso investigar as origens e identificar os atores de sua história e suas contribuições, pois conhecer melhor suas raízes significa fortalecer as bases para o necessário crescimento futuro.

As histórias dessas personagens geralmente revelam traços de personalidade e características distintas cuja determinação, inteligência e coragem (dentre outros atributos) as destacaram dos demais em um determinado momento histórico, perpetuando seus nomes em diferentes campos de atuação.

No entanto uma retomada histórica, de maneira geral e também na área científica, costuma trazer à tona uma grande quantidade de nomes de personagens masculinos. Isso não ocorre por acaso. A masculinização na ciência é um fenômeno que anda de mãos dadas com a invisibilização das mulheres e seu silenciamento. Esse

fenômeno é melhor explicitado quando se analisa a discussão sobre gênero nos estudos históricos, uma vez que as relações de gênero podem "dar significado às relações de poder" que certamente ali existem (SCOTT, 1990, p. 14). Além de caracterizar o gênero como estruturante das relações de poder, Scott analisa o significado do gênero como categoria relacional "fundada sobre as diferenças percebidas entre os sexos" (SCOTT, 1990, p. 15).

Desse modo, a categoria gênero permite pensar a construção sociocultural das diferenças sexuais fora dos marcadores biológicos, ou seja, é uma categoria que nega o determinismo biológico como origem dessas diferenças. As relações de gênero são relações socialmente construídas nas quais se evidenciam estruturas de poder e hierarquias entre os sexos no interior das organizações e grupos sociais, não sendo diferente no campo científico.

Na Ciência da Informação (CI) também é possível identificar certa masculinização em sua história, uma vez que facilmente nos vem à memória uma grande quantidade de nomes masculinos que a protagonizaram, em relação aos poucos nomes femininos, aos quais são dados a devida importância histórica.

Por esse motivo, faz-se necessário direcionar novos olhares à construção da CI sob o viés dos estudos de gênero, a fim de ressignificar o protagonismo feminino e sua evidente contribuição histórica para a área, uma vez que são grandes as potencialidades dessa categoria nas análises sobre os atributos e os papeis/expectativas associados, historicamente, a homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito aos lugares e espaços considerados 'masculinos' e 'femininos'.

Assim é que este capítulo se propõe a refletir sobre o protagonismo de duas importantes personagens femininas na gênese da CI brasileira, cuja coragem e determinação, somadas a uma atuação visionária para a área fizeram surgir uma nova era para o tratamento da informação no Brasil: Lydia de Queiroz Sambaquy e Celia Ribeiro Zaher.

Como ponto de partida, serão feitas algumas reflexões sobre o estudo de gênero, procurando discutir sua importância para os estudos históricos na área da CI e Biblioteconomia. A seguir, são apresentadas as biografias de Lydia Sambaquy e Celia Zaher, e destacadas suas ações protagonistas na história da CI brasileira.

Por fim, espera-se que esta retomada histórica da CI no Brasil, a partir das mãos femininas de Sambaquy e Zaher, seja inspiradora em muitos aspectos para todos e todas personagens que, nos dias atuais, dão continuidade ao trabalho que elas iniciaram entre nós.

2 OS ESTUDOS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Apesar de ser possível identificar pesquisas dedicadas às questões de gênero na Biblioteconomia e Ciência da Informação anteriores aos anos 2000, foi apenas a partir dessa década que as publicações sobre o tema se tornaram mais frequentes. Mesmo assim, Espírito Santo (2008) afirma que são poucos os autores que se interessam pela temática, muito embora seja evidente que todos os estudos sobre informação possuam implicações de gênero e vice-versa.

Espírito Santo enfatiza que:

> [...] para a perspectiva de gênero, a mulher é definida como um ser histórico, gerado pelas relações culturais de acordo com valores e hierarquias sociais que estão interligados a fatores políticos e econômicos, em cada sociedade. É uma categoria relacional, pois homens e mulheres só se definem numa relação entre um e outro.

A autora justifica a necessidade desses estudos na CI, uma vez que:

> [...] o objeto da CI é o estudo das relações entre os discursos, áreas de conhecimento e documentos em relação às possíveis perspectivas ou pontos de acesso de distintas comunidades de usuários. Entre essas comunidades de usuários, destacamos as mulheres, grupo que tem em comum a vivência do feminino, é sincronizado em linguagem e conhecimento e construído socialmente atrelado a dimensões culturais, sociais e históricas. As mulheres constituem um grande público consumidor de informações, cujo comportamento merece ser investigado (ESPIRITO SANTO, 2008, não paginado).

Na Biblioteconomia, desde a década de 1990, podem ser encontrados artigos que versam sobre gênero sob diferentes enfoques, tais como: formação acadêmica (RASCHE, 1998), mediação da informação (CRIPPA, 2011), na literatura da área (BUFREM; NASCIMENTO, 2012), desigualdades no mercado de trabalho (FERREIRA et al., 2013) ou sobre o trabalho em bibliotecas (SOUZA; AFONSO, 2014).

Estudos dessa natureza são necessários, pois Leta (2003, p. 283) afirma que "historicamente, a ciência sempre foi vista como uma atividade realizada por homens". A autora afirma que no caso brasileiro a institucionalização da ciência é parte da história recente do país e que foi apenas a partir da década de 1980 e 1990 que a participação feminina aumentou nesse setor. Dados mais recentes mostram que a desigualdade na ciência e tecnologia no país ainda persiste, bem como a hierarquização administrativa que favorece os homens, e que é preciso incentivar a participação de mulheres em pesquisas desde a educação básica[3].

[3] Disponível em: <http://confap.org.br/news/participacao-das-mulheres-na-ciencia-deve-ser-incentivada-na-educacao-basica-diz-cnpq/>. Acesso em: maio 2018.

Esse fenômeno é mais percebido nas chamadas 'ciências duras', sendo que nas humanidades há predominância feminina, o que, segundo Rosa e Quirino (2016), causa um desequilíbrio entre as áreas. Esse desequilíbrio ocasiona outro fenômeno: o da valorização masculina por conta de seu predomínio em áreas científicas de maior prestígio e que, por via de consequência, permite aos homens a obtenção de cargos administrativos de alto nível.

Todo esse contexto apresenta uma óbvia desvantagem para as mulheres no concorrido e competitivo mundo da ciência. Contudo, é preciso verificar que, em especial nos últimos anos, percebe-se um esforço social para reconhecer a participação feminina na ciência, tanto por parte da colaboração dos estudos feministas quanto pela atuação dos movimentos feministas de segunda onda no Brasil[4].

2.1 ENTENDENDO MELHOR O MOVIMENTO FEMINISTA

Historicamente, os movimentos de mulheres são comparados, pela literatura feminista, a ondas de reivindicações que desencadearam processos de ruptura com a lógica patriarcal de dominação e subordinação das mulheres. A primeira onda do movimento feminista data dos séculos XVIII e XIX, e foi marcada pela reivindicação dos direitos civis e políticos pelas mulheres, sobretudo, a luta pelo direito ao sufrágio universal em países como França, Inglaterra e Estados Unidos. Essa onda também é chamada de

[4] Essa percepção se dá na medida em que diferentes setores, para além da C&T, como a cultura e a arte, buscam retratar histórias reais de mulheres notórias no campo da ciência. Bons exemplos disso são o filme Estrelas Além do Tempo (2017), que narra a história real de três mulheres negras que atuaram brilhantemente na computação em seu início, e a mostra Mujeres Nobel, em Madrid, encerrada em março de 2018 e promovida pelo *Museo Nacional de Ciencias Naturales*, que procura minimizar as injustiças sexistas e divulgar o valor da ciência desenvolvida por mãos femininas. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/14/cultura/1505400027_400435.html>. Acesso em: maio 2018.

universalista devido ao apelo das lutas igualitárias na garantia e conquista dos direitos civis e políticos das mulheres.

Tais convicções oscilavam entre a ideia de que era preciso defender as expectativas sociais sobre as mulheres, especialmente seus deveres como mães, para que fosse possível garantir a elas o acesso à educação formal que lhes permitisse reivindicar a sua condição de cidadãs e sujeitas pensantes. Em outras palavras, garantir que as mulheres não deveriam negar ou lutar contra o destino biológico que as fez mulher, e por isso mesmo, deveriam saber oscilar entre ser a mulher submissa no interior do lar, a mãe dedicada aos filhos nas relações do mundo privado, para ser considerada uma mulher honrada que, pode, então, reivindicar a entrada e participação no mundo público tendo, em suas mãos, a chave que lhe abriria esse mundo: a educação (PRADO; FRANCO, 2012). Mas a dissociação entre a feminização do mundo privado e a masculinização do mundo público era uma árdua tarefa que somente caberia para outras mãos, as mãos das feministas da segunda onda do movimento feminista.

O movimento feminista de segunda onda é tributário das lutas feministas e dos movimentos de mulheres nas décadas de 1960 e 1970, tanto na Europa quanto em países da América Latina e Estados Unidos, tendo como marco as reivindicações das mulheres na qualidade de sujeitos de direitos e protagonistas no campo da política. No bojo dessas reivindicações estava a chamada 'questão das mulheres' enquanto referência às lutas pelos direitos sociais como a participação das mulheres na vida política e científica do país, direitos relacionados ao corpo que incluíam os direitos sexuais reprodutivos, aborto, sexualidade/prazer, e o fortalecimento dos movimentos sociais feministas contra as formas de dominação masculina e/ou subordinação das mulheres.

Nas palavras do sociólogo francês Alan Touraine (2006), o movimento de segunda onda representou uma completa inversão do modelo clássico da Modernidade polarizado: de um lado, pela superação do entendimento das mulheres apenas como objetos da

dominação masculina, sem nenhuma capacidade de agência; por outro, pela superação de um discurso racionalista ancorado na distinção do binômio 'natureza=mulher versus cultura=homem', dando lugar para as relações de gênero no campo da cultura no qual se dão as relações sociais entre homens e mulheres. Ou seja, as feministas desmembraram os esquemas classificatórios que associavam as mulheres ao reinado da natureza e do privado enquanto os homens reinavam na vida pública e política. Nas palavras de Touraine (2006, p. 214):

> [...] a transformação das mulheres em atores principais da construção de um novo modelo cultural (...) o movimento adquire então uma força crescente e impõe reformas importantes que podemos adotar uma visão equilibrada a respeito da situação das mulheres, ainda submetidas a desigualdades, mas tendo conquistado direitos e os meios de gerir livremente muitos aspectos de sua vida, e particularmente, os usos de seu corpo.

Melhor seria se Touraine tivesse escrito 'atrizes principais', pois como lembra a feminista Elizabeth de Souza Lobo, a literatura insiste em tratar como atores aquelas que são atrizes (SOUZA-LOBO, 1991).

Sem nenhuma dúvida a obra inspiradora da segunda onda feminista foi "O segundo sexo" pelas mãos da filósofa existencialista, Simone de Beauvoir. Em linhas gerais, essa obra é uma problematização da perspectiva feminista em relação à condição feminina na história, condição que ela define da seguinte forma:

> O que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo como todo ser humano uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a

> condição do Outro. [...] Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (BEAUVOIR, 2016, p. 23).

A resposta de Simone a essa pergunta foi: - Pela liberdade, e não pela sujeição, pela transcendência do sujeito-mulher, pela reivindicação da mulher como indivíduo ao qual não lhe cabe ser o outro de alguém, seja este outro um homem ou uma instituição. Tão somente a mulher deve ser a si mesma com a consciência de que ela não é apenas útero ou ovário, ou seja, Simone nega o destino biológico da maternidade traçado pelos discursos médicos e religiosos. Nega, igualmente, os destinos psíquico, econômico, político, espiritual ou moral que historicamente foram construídos por instituições como a Medicina (com o discurso da histeria ou loucura, por exemplo), o Catolicismo (com o discurso da submissão que beatifica Maria e o discurso da rebeldia e transgressão de Eva, a mulher perdida) e o Estado, com suas normas reguladoras e proibitivas do comportamento feminino.

Beauvoir nos ensina que o conteúdo real de ser homem ou mulher é altamente variável na História. A condição feminina, em diferentes épocas, tem como pano de fundo a concepção cultural da mulher como o segundo sexo e sua condição de subalternidade, inferioridade e fraqueza ao lado dos “outros” dominados como os judeus, negros e o proletariado. Suas palavras vaticinam que "a insignificância histórica das mulheres não foi determinada pela sua inferioridade, mas a sua insignificância histórica as destinou à inferioridade” (BEAUVOIR, 2016, p. 17).

Desse modo, Simone de Beauvoir desmonta as explicações de um suposto determinismo biológico feminino que coloque a natureza como anterior à sociedade. No lugar da biologia, estão as práticas culturais que definem os atributos e papeis sociais, tanto para homens quanto para mulheres. Em sua célebre e polêmica afirmação, “não se nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 2016, p. 11).

E foi exatamente o “tornar-se mulher” o ponto de partida para a compreensão de que não é preciso mais negociar com a sociedade os exigidos papeis de mãe e esposa para as mulheres serem aprovadas moralmente e serem aceitas no “mundo dos homens”: o mundo dos livros, da educação e da ciência, ou o mundo da política.

Os movimentos sociais de mulheres e de feministas no século XX foram responsáveis pela constituição de uma nova agenda de políticas públicas em torno da redemocratização do regime político, sendo decisivos para a inserção na agenda política dos direitos relativos à creche, direitos sexuais e reprodutivos, a saúde da mulher e violência doméstica e familiar.

Nesse contexto, a segunda onda feminista no Brasil muito contribuiu para o desenvolvimento de políticas de igualdade graças à participação expressiva de grupos de mulheres nas conferências nacionais e internacionais que discutiam os direitos das mulheres. Digno de nota é observar a atuação da importante feminista brasileira, a bióloga Bertha Lutz, representante do governo brasileiro na Conferência Internacional da Mulher em 1975, no México, e fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (PRADO; FRANCO, 2012).

Em razão dessas lutas, a partir da década de 1970, a palavra gênero ganhou terreno no movimento feminista e na produção acadêmica das Ciências Sociais para ressignificar as especificidades dos vários grupos de mulheres no interior do movimento feminista. Da mesma forma, no campo da História surgem novas abordagens e historiografias que buscam a reescrita da visão distorcida da história como domínio do masculino, passando a ser reescrita como “o lugar de produção do saber de gênero” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 291).

Pode-se perceber que a categoria gênero passa a ser desenvolvida epistemologicamente como uma alternativa teórica às teses da naturalização da diferença sexual e das identidades biológicas, como salienta Haraway (1995) ao problematizar a naturalização dos corpos das mulheres a partir de um padrão universal

biológico cuja função principal é a normatização de papeis, comportamentos e valores sobre os corpos femininos.

Mas vale a pena lembrar que esses corpos femininos agora são também feministas, e eles sabem, como lembra Haraway (1995, p. 31), que "o feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos [...] tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero".

Assim é a sociedade brasileira. Um espaço social não homogêneo e marcado, acrescentaríamos, pelas desigualdades, assimetrias e violências de gênero. A cultura política brasileira foi historicamente estruturada a partir das noções da ordem pública como masculina e da ordem privada como feminina, relacionada à família e ao cuidado doméstico do lar e dos filhos. Essas noções ainda ordenam o imaginário político-social e sustenta a dominação patriarcal nos moldes da definição de Christine Delphy (2009, p. 173) do patriarcado como "uma formação social em que os homens detêm o poder, [...] ele é, assim, quase sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão das mulheres".

Logo, se os estudos de gênero dizem respeito à crítica aos modelos político-sociais da dominação patriarcal sustentadas pela narrativa da dicotomia homem-espaço público e mulher-espaço privado, então é necessário a desconstrução dessa narrativa nos mais diversos campos, desde os espaços institucionais da política, até os espaços do fazer científico. Para tal, nada melhor do que revisitar o passado das ciências e retomar o protagonismo de mulheres que se destacaram em sua atuação política para a instituição de um campo científico. É o que faremos a partir de agora, desvendando as origens da CI brasileira pelas mãos de Lydia Sambaquy e Celia Zaher.

3 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UMA HISTÓRIA DESENHADA POR MÃOS FEMININAS

Retomar a história da CI traz à tona uma série de eventos protagonizados por mulheres, mas duas em especial se destacam, pois a atuação delas foi decisiva para que essa ciência chegasse até nós. Vamos a elas!

3.1 LYDIA DE QUEIROZ SAMBAQUY

Lydia de Queiroz Sambaquy, nascida em 1913, era membro da tradicional e ilustre família Queiroz, de onde descende a prima mais famosa, a escritora Rachel de Queiroz, a primeira mulher a ingressar na Academia Brasileira de Letras. Filha de um renomado médico, Lydia teve uma educação privilegiada, casou-se aos 16 anos e mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, capital federal de então, por conta da crise dos anos 1930, onde terminou seus estudos, entre os anos 1933 a 1936.

Em 1938, decidiu fazer o curso de Biblioteconomia oferecido pela Biblioteca Nacional e, ao formar-se em 1941, já atuava na biblioteca do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) onde sua irmã Sylvia de Queiroz Grillo também trabalhava e a quem substituiu na direção depois de sua saída[5].

Contudo, a contribuição de Lydia para a Biblioteconomia brasileira antecede sua formação. Já em 1939, atuando no DASP ainda como técnica, escreveu um ensaio intitulado “O que é a biblioteca moderna” na seção ‘Biblioteca do DASP’ da Revista do Serviço Público, volume referente a julho e agosto de 1939, e “em agosto de 1940, publicou na Revista do Serviço Público um artigo intitulado “A classificação decimal de Melvil Dewey e a classificação decimal de

[5] A história da atuação de Sylvia e, em especial, de Lydia Sambaqui no DASP é narrada por Nanci Oddone em artigo publicado na revista ACERVO v. 26, n. 2, p. 77-91, jul./dez. 2013.

Bruxelas", propondo uma avaliação crítica dos dois sistemas classificatórios então disponíveis para o processamento técnico dos livros" (SAMBAQUY, 1940a apud ODDONE, 2013).

Sua trajetória como bibliotecária é marcada por pioneirismos e inovações. A atuação no DASP deu grande visibilidade à biblioteca, bem como projetou sua vida profissional em nível nacional e internacional e, com ela, a Biblioteconomia brasileira. Odonne aponta a contribuição de Lydia e Sylvia para a área no Brasil por meio do DASP ao afirmar que

> O processo de constituição da biblioteconomia como campo de atuação profissional no Brasil envolveu ainda um ponto de passagem obrigatória: transformada em laboratório de práticas para bibliotecários aspirantes, a Biblioteca do DASP representava um verdadeiro centro de cálculo, produzindo ciclos de acumulação de inscrições e conhecimento especializado. (ODDONE, 2013, s.p.)

A liderança exercida por Lydia e sua irmã Sylvia eram patentes não apenas no trabalho realizado no DASP, e era preciso alargar as fronteiras e atingir outras instituições e Estados com as ferramentas criadas por elas:

> Uma iniciativa que surtiu efeitos bastante favoráveis (Moraes, 1940) foi a publicação do Esquema da organização da Biblioteca do DASP. Dirigido a uma comunidade especializada e em processo de profissionalização, esse texto minucioso, com linguagem didática e acompanhado de vários formulários e fichas em tamanho natural, parece ter sido produzido com a deliberada intenção de divulgar o trabalho que se realizava na Biblioteca do DASP e garantir a

> devida precedência e autoridade sobre o assunto: Sylvia em primeiro lugar e Lydia em seguida. *A atribuição de autoridade não era apenas necessária, era de fato oportuna, pois caracterizava uma liderança que a essa altura se tornava indispensável para alcançar o fortalecimento da área.* Apesar do desgaste público que de certo modo a posição acarretava, as duas irmãs não se intimidaram e assumiram essa liderança. Dividido em três partes, o Esquema foi originalmente publicado em números consecutivos da Revista do Serviço Público – fevereiro, março e abril de 1940. (ODDONE, 2013, p. 84, grifo nosso).

Dessa forma, Lydia conquistava espaços externos ao DASP e dava início a uma trajetória que marcou presença na Biblioteconomia brasileira e nas origens da CI no país. A atuação visionária dessa engajada profissional no DASP levou à criação de um curso de seis meses para capacitação de funcionários públicos para que fossem promovidos ao cargo de bibliotecários, função considerada privilegiada que gozava de bons salários na época. Apesar de ser esta a motivação inicial do curso, o mesmo acabou por atingir diferentes instituições Brasil afora.

Estrategicamente, o curso oferecido pelo DASP sob a batuta de Lydia trazia características inovadoras provindas de seu intercâmbio profissional com bibliotecários/as dos Estados Unidos e apresentava proposital dissonância com o curso tradicional oferecido pela Biblioteca Nacional que acabou resultando em uma reformulação deste em 1944. De caráter prático, exigia atividades de estágio que poderiam ser desenvolvidas em bibliotecas públicas ou não.

Dessa forma, o ativismo inovativo de Lydia começava a romper com a Biblioteconomia tradicional praticada no Brasil trazendo, em especial, novidades relacionadas ao processamento técnico

(catalogação e classificação); gestão (administração e organização de bibliotecas) e, talvez a maior das novidades, a bibliografia e referência.

Sob sua batuta, a biblioteca do DASP, originalmente destinada apenas aos funcionários públicos, transformou-se em pública, com acesso livre às estantes. Os ideais que a motivaram em sua atuação ficaram bastante claros em palestra proferida por Sylvia na Biblioteca Municipal de São Paulo, também em 1942. Destacamos as seguintes ideias de como podem ser as bibliotecas, presentes em seu discurso: laboratório de pesquisas e estudos; centros de informação e orientação profissional, prestadora de eficientes serviços de documentação, lugar de cultura e educação, e centro de recreação intelectual.

A visão de uma biblioteconomia tecnicamente organizada e em rede, porém, voltada para a cultura, a educação e à pesquisa, ao acesso livre às estantes, marcam o protagonismo de Lydia apresentando uma nova Biblioteconomia, diferente da praticada no país antes de sua atuação[6].

Assim, Sambaquy desempenhou um papel pioneiro nesta transição de uma Biblioteconomia altamente tradicional para uma fase modernizada e tecnológica da profissão. Oddone narra esse período enfatizando que Lydia Sambaquy teve uma atuação excepcional no trabalho de mobilização junto às bibliotecas e aos bibliotecários brasileiros no final da primeira metade do século XX, revolucionando suas práticas e atendendo a uma demanda para a racionalização do serviço público exigida pelo governo Vargas.

A autora analisa o momento afirmando que:

> [...] a consequência foi uma descontinuidade entre a biblioteconomia que se conhecera até aí e

[6] Naquele período, pelo que se sabe, só duas bibliotecas praticavam o livre acesso às estantes: a Biblioteca do DASP e a Biblioteca George Alexander, do Mackenzie College, em São Paulo, dirigida por outra bibliotecária pioneira, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo (Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2004) (ODDONE, 2013, p. 87).

> a que se veria a partir de então, pouco a pouco legitimada pela comunidade profissional. A autoridade e a influência desse novo modelo concorreram para organizar conceitos, práticas e artefatos e para tornar estável a esfera de competências profissionais relacionada à área (ODDONE, 2006, p. 46).

Até então, a Biblioteconomia praticada no país ainda não havia nem ao menos incorporado os conceitos de documentação apresentados por Paul Otlet, na década de 1930. O trabalho de Lydia deu início a novas formas de trabalho que começaram a preparar o caminho para as grandes mudanças que estavam por vir.

Nesse primeiro momento, não se falava ainda em Ciência da Informação, termo que surgiu no país apenas anos mais tarde, na década de 1970. Por isso, tais ações inovadoras traziam força a uma categoria profissional que se modernizava ao mesmo tempo em que questionava seu papel social e sua atuação num período de transição entre a 'pura' Biblioteconomia e as novidades advindas da Documentação.

Dentre as muitas contribuições de Lydia para a Biblioteconomia no Brasil, destacam-se sua participação no planejamento e construção da primeira biblioteca pública do estado do Paraná e do primeiro curso de Biblioteconomia nesse estado (1952)[7], bem como a publicação de textos que apresentavam novidades possíveis de serem implementadas nas bibliotecas brasileiras. Seus discursos e publicações versavam sobre mudanças científicas e tecnológicas que, introduzidas na área da informação, trariam visibilidade e destaque à Biblioteconomia. Em sua visão futurista, chegou a mencionar a

[7] Disponível em: <http://www.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: maio 2018.

possibilidade da criação de um "telefonevisão"[8], algo semelhante às chamadas de vídeo que fazemos atualmente a partir de dispositivos eletrônicos.

Lydia ampliou ainda mais seus espaços de atuação e intervenção a partir de sua participação, em 1951, de uma conferência da UNESCO em São Paulo, com apresentação de artigo onde defendia a catalogação cooperativa, o qual chamou bastante a atenção. Assim, passa a compor um de seus comitês e incorpora propostas internacionais em sua atuação. Esse contato com a UNESCO contribuiu para o desenvolvimento da proposta de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o que efetivamente aconteceu em 1954.

Paralelamente aos acontecimentos na área biblioteconômica, outros dois fatores importantes para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento científico no Brasil (e consequentemente para o surgimento da CI) foram a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), também em 1951, tornando ainda mais propício o contexto para a criação de um órgão preocupado com a organização da informação científica em território nacional.

A história do IBBD começa a ser articulada a partir do trabalho de Lydia Sambaquy, especialmente após retornar de um ano de viagens por diferentes países, onde percorreu as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e Estados Unidos. A viagem, feita por indicação da UNESCO e com apoio da Fundação Getulio Vargas (FGV), foi realizada em parceria com Jannice Monte-Mór e colocou Sambaquy em contato com o que havia de mais moderno na área de tratamento bibliográfico, contribuindo de forma decisiva para a criação do IBBD.

[8] SAMBAQUY, L. Q. A biblioteca do futuro. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 1, n. 1, 1972. Disponível em: <https://medium.com/@mo.re.no/a-biblioteca-do-futuro-35424c095d4e>. Acesso em: maio 2018.

A proposta da criação de um órgão dedicado ao fomento de ações científicas e tecnológicas representava a possibilidade de colocar em prática ideias que Lydia Sambaquy já defendia há anos. Em 1954, surge então o IBBD como um órgão vinculado ao CNPq, que tinha como proposta principal funcionar como um "órgão centralizador, capaz de capitalizar recursos bibliográficos de diversas origens e naturezas para uso de toda a comunidade científica" (ODDONE, 2006, p. 46).

Uma das funções da UNESCO na época era fomentar a criação de políticas nacionais de ciência, bem como de conselhos nacionais de pesquisa e de centros de documentação bibliográfica em diversos países, inclusive no Brasil. Dentro do órgão internacional, foi criado o programa UNISIST, direcionado à informação científica. A partir dessa política foi criado o IBBD, com o objetivo de promover a informação científica no país e dar apoio a instituições científicas, técnicas e industriais para o desenvolvimento do país (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995).

O Instituto desenvolvia também atividade de ensino e pesquisa, reconhecidos em nível nacional e internacional, sendo pioneiro na introdução no país de novas técnicas para o tratamento da informação, acompanhando tendências em nível internacional e contribuindo na formação de recursos humanos no país, na área de informação.

Portanto, a partir da atividade exercida pelos bibliotecários do IBBD, liderados por Lydia Sambaquy, novas posturas e práticas profissionais começam a despontar na área biblioteconômica no Brasil. O ponto chave dessa nova ordem estava caracterizado na centralidade do fenômeno informacional, fazendo emergir novas construções teóricas que distanciavam o olhar dos profissionais do documento em si e suas técnicas de organização, para um olhar mais direcionado ao conceito de informação científica, abrindo as portas para a emergência da CI.

Oddone (2006) ao citar Silva (1987), diz que o IBBD foi totalmente planejado por Lydia, inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais. Durante 11 anos, Lydia foi diretora do IBBD, instituição que foi responsável por inúmeras transformações no modo como a informação em ciência e tecnologia é vista no Brasil. Com a imposição do regime ditatorial pelos militares no Brasil, Lydia entra em conflitos de poder com a nova administração do país e é retirada de seu cargo.

Após a criação do IBBD e do primeiro curso de mestrado da área no país, comandado por Lydia, muitos e novos embates tiveram que ser travados, ficando conhecido também um clima de desavença entre Lydia Sambaquy e a bibliotecária Laura Russo[9], que possuía uma visão mais corporativa a respeito da Biblioteconomia no país. Sua característica desbravadora e seus projetos audaciosos, renderam boas polêmicas na história da Biblioteconomia e CI brasileiras. Oddone menciona também uma "velada disputa entre Lydia Queiroz Sambaquy e Rubens Borba de Moraes" por conta de divergências em seus pontos de vista sobre o processo de catalogação (ODDONE, 2004, p. 86).

Oddone (2006) ressalta que, como Lydia Sambaquy se manteve firme em suas convicções e princípios, passou a existir um certo distanciamento entre a profissão tal como praticada na Biblioteconomia tradicional e a profissão praticada no IBBD, fato que também pode ser considerado como um dos motivadores da chamada 'ruptura' que levou à criação da CI brasileira.

A determinação e firmeza de propósitos encontradas nas características pessoais e profissionais de Lydia Sambaquy a tornaram uma das principais protagonistas para a chegada da CI no país. Os

[9] Laura Garcia Moreno Russo, nome de peso na Biblioteconomia nacional foi a primeira presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários e primeira presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia. A desavença entre ela e Lydia Sambaquy representa uma verdadeira "luta de titãs" na história da Biblioteconomia e da CI no Brasil.

primeiros passos em direção a essa nova práxis foram dados com a criação dos primeiros cursos de especialização oferecidos pelo IBBD e voltados ao ensino da pesquisa bibliográfica, dirigidos inicialmente à comunidade de bibliotecários, sendo posteriormente aberto também a outras categorias de profissionais interessados no assunto. Entra em cena aqui uma nova personagem de destaque na história do IBBD e da própria CI: Célia Ribeiro Zaher.

3.2 CÉLIA RIBEIRO ZAHER

Célia Zaher foi uma profissional diferenciada nas origens da CI brasileira. Sua primeira formação foi em Ciências Jurídicas, chegando a obter título de doutora em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em entrevista concedida à Rosali Fernandez de Souza em 1995[10], Célia conta que foi trabalhando como funcionária da biblioteca da UFRJ, sob a chefia de Lydia Sambaquy, que passou a se interessar pela carreira de bibliotecária. Enquanto cursava graduação em Biblioteconomia, conseguiu bolsa de estudos e seguiu para a *Columbia University*, onde fez um curso de documentação científica, assunto extremamente novo até mesmo nos Estados Unidos na década de 1950.

Voltando ao Brasil, cheia de novidades e com um curso em nível de mestrado, revalidou sua graduação em Biblioteconomia e passou a atuar como professora do Curso de Pesquisas Bibliográficas, cujo nome mudou posteriormente para Curso de Documentação Científica (CDC), como ficou mais comumente conhecido. O curso foi oferecido pelo IBBD pela primeira vez em 1955 e, nos dizeres de Oddone, "exerceram uma influência decisiva na propagação do novo modelo profissional proposto pelo IBBD para a biblioteconomia"[11].

[10] **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995.

[11] Outros personagens importantes na construção do IBBD foram bibliotecários destacados até os dias de hoje, como Edson Nery da Fonseca e Octavio Calazans Rodrigues que, juntamente com Lydia Sambaquy e Celia Zaher, formavam um

Esses primeiros passos serviram para estabelecer, não ainda a CI, mas uma Biblioteconomia mais bem fortalecida, uma vez que foi nesse contexto de mudanças da década de 1950 e 1960 que a categoria dos bibliotecários passou a organizar-se, levando a profissão a ser reconhecida legalmente como de nível superior, através da Lei nº 4.084 de 1962, e à criação do Conselho Federal de Biblioteconomia, quatro anos mais tarde.

No entanto, a partir dessa visão tecnológica da atuação profissional, o papel dos primeiros bibliotecários do IBBD assumiu fundamental importância para o estabelecimento do quadro das mudanças ocorridas não apenas na profissão em si, mas em todo o movimento informacional e social na área científica e tecnológica no Brasil, verificado nas décadas de 1950 a 1970.

O que ocorreu foi que essa elite de profissionais oriundos dos cursos do IBBD (e, principalmente, os que ali trabalhavam) acabou por assumir certa liderança da categoria, introduzindo profundas alterações impulsionadas pelas modernas práticas profissionais, nas quais a tecnologia estava presente de maneira significativa.

O papel exercido pelo IBBD foi, como se pode verificar, fundamental nesse processo. Ainda segundo Oddone (2006, p. 54):

> O IBBD não apenas cumpriu seu papel de instituição centralizadora das atividades de bibliografia e documentação no país, mas preencheu o espaço de um dispositivo propriamente político, investido de saber e poder, no ordenamento da área e na definição de

poderoso time de profissionais que divulgava em todo o país as novas tendências do campo. Faziam isso seja apresentando trabalhos em congressos ou através da publicação de artigos e de obras, que começaram a formar o primeiro corpo teórico da área no Brasil, principalmente com a proposta de fusão entre Biblioteconomia e Documentação, acolhida com o passar dos anos em todo o país, e que orienta a formação educacional da categoria em boa parte das escolas brasileiras até os dias de hoje.

> suas normas, práticas, padrões, competências, posturas e discursos.

O grande marco da história da CI brasileira, no entanto, se daria através da criação do Mestrado em Ciência da Informação oferecido pelo IBBD, em 1970. É preciso ressaltar que a apresentação dos fatos aqui relatados tem como pano de fundo um clima tenso de negociações entre os bibliotecários brasileiros. Além do desafio de manter uma instituição digna de credibilidade em nível nacional, em meio a um contexto de dificuldades e descontinuidades nas instituições públicas, nossas pioneiras do IBBD enfrentavam também uma forte oposição por parte dos profissionais da Biblioteconomia tradicional instalada no país.

Essa formação diferenciada levou os profissionais a exercer atividades voltadas aos documentos científicos, criando uma situação totalmente nova, que dividiu opiniões e permitiu a criação de novos perfis profissionais que acabariam por conduzir à criação da CI anos mais tarde. Zaher (1995) comenta as dificuldades e resistências enfrentadas no Brasil, ao se tentar introduzir assuntos aqui ainda desconhecidos e, que por isso mesmo, "não eram aceitos com muita facilidade". Assim como Lydia, Celia permaneceu firme em suas convicções, o que foi essencial nesse processo de transição.

Para a criação do curso, foram necessárias negociações com diversas outras instituições, como as universidades do Rio de Janeiro, onde o IBBD estava sediado, a fim de se estabelecer convênios que o tornassem possível. Ao ser questionada por Souza sobre o clima de negociações estabelecido para a efetivação do curso, Zaher, que na época assumia cargo de direção (apud SOUZA, op. cit.) faz o seguinte comentário:

> Eu não diria que o ambiente fosse hostil. Ele não era favorável não só porque a universidade não havia aberto os braços para acolher essa idéia [...] mas também porque não podia apresentar um

> quadro de professores dentro do próprio quadro de funcionários [...] E, quando eu levantei essa hipótese dentro do próprio IBBD, os meus colegas foram muito contrários. [...] Mas o IBBD não poderia começar a formar gente de fora sem ele mesmo saber do que estava falando.

As dificuldades encontradas por Celia Zaher não eram, portanto, apenas externas. Dentro do próprio IBBD as resistências também eram muito grandes, por pelo menos dois motivos especiais: primeiro, porque uma das exigências básicas para o oferecimento do curso era a de que os primeiros alunos matriculados teriam que ser necessariamente os seus colegas de trabalho, ou melhor dizendo, seus subordinados.

Zaher, em sua narrativa, comenta que essa exigência gerou um clima extremamente desconfortável no IBBD, pois para criar uma nova elite de profissionais ela estava "tirando os diretores da função de diretor para uma função de aprendizado. Isso foi muito duro para o próprio IBBD, porque eu estava criando um problema administrativo" (Ibid). Depois de muitas negociações, Zaher conseguiu convencer seus colegas com o forte argumento de que nenhum professor pode realmente ser considerado como tal sem ter, ao mínimo, a titulação de mestre.

O segundo motivo que gerou grandes polêmicas foi o oferecimento do curso todo em inglês, uma vez que não existia no Brasil um corpo docente qualificado nem em titulação, nem em domínio de conteúdo. Zaher firmou convênios com entidades internacionais, como a Ford Foundation, por exemplo, para obtenção de recursos para trazer ao Brasil professores dos Estados Unidos e Inglaterra. Foi assim que, depois de quase um ano 'batendo' em diversas portas a fim de obter os fundos necessários, Zaher trouxe ao Brasil figuras de destaque reverenciadas até hoje na área, como Tefko Saracevic e Jesse Shera, entre outros.

Zaher também menciona as críticas recebidas de seus pares na época, sendo alvo de comentários que julgavam suas atitudes como 'esnobes' ou 'fora da realidade nacional'. Por outro lado, também havia um público extremamente interessado em participar do curso – os professores de graduação das universidades brasileiras, especialmente porque reconheciam o valor de serem os primeiros a receber titulação de mestre no Brasil, além do grande incentivo que advinha do fato de o curso ser oferecido gratuitamente.

Finalmente, através de convênio entre o IBBD e a UFRJ, começam as aulas no ano de 1970, após um grande esforço pessoal de Zaher. O curso de Mestrado oferecido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) representou, sem dúvida alguma, o principal marco do estabelecimento da CI no Brasil.

O protagonismo de Zaher não para por aí. Souza (2015) enumera uma lista de intensas atividades exercidas em prol da informação científica no Brasil, atuando em cargos diretivos ou prestando serviços em renomadas instituições e organizações nacionais como o CNPq e internacionais como a UNESCO. Além disso, assumiu a presidência da Fundação Biblioteca Nacional durante os anos de 1970 a 1972 quando foi responsável pela informatização dos serviços da biblioteca e pela reforma física do prédio.

Também foi diretora da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), atuou como membro de diferentes organizações internacionais como o CLIR, ABINIA, e CDNL[12], contribuindo para o desenvolvimento das áreas da saúde e cultura na América Latina, além de prestar serviços em universidades brasileiras. Sua contribuição também alcança o campo da tecnologia aplicada à organização e recuperação da informação o Brasil.

[12] *Councilon Library and Information Resources*, Asociación *de Bibliotecas Nacionales de Iberoamérica*, *Council of Directors of National Libraries*.

Nos anos em que se dedicou a expandir a Biblioteconomia e CI brasileiras, foi patente sua atuação e preocupação política no sentido de inserir o Brasil

> [...] na esfera internacional da informação, alertando para a necessidade de implantação de uma política de planejamento nacional de coordenação dos serviços de documentação, bibliotecas e arquivos [...] e a necessidade de uma rede de informação em níveis nacionais e internacionais (SOUZA, 2015, p. 85-86).

Sua produção textual (assim como sua atuação profissional), a exemplo do que foi apontado sobre Lydia Sambaquy, também apresenta aspectos futuristas a respeito das tendências para a área de CI, desde suas primeiras publicações até as mais recentes[13]. Sua atuação mais recente se refere à presidência do Comitê Brasileiro do Escudo Azul, destinado à salvaguarda e proteção do patrimônio cultural do país, no período de 2006 a 2011[14].

Essa linda trajetória profissional, permeada de um trabalho incansável e de uma invejável persistência na busca de seus objetivos, certamente coloca Celia Zaher como uma das principais protagonistas da área da informação no Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa deste capítulo tem por objetivo principal colocar em destaque duas personalidades femininas que, literalmente, fizeram

[13] Para informações mais detalhadas, sugerimos uma leitura do texto de Souza (2015) em livro organizado por Solange Puntel Mostafa, Márcia Regina da Silva e José Eduardo Santarém Segundo, publicado pela UFPB.

[14] Informações retiradas do currículo Lattes de Zaher no dia 10 de maio de 2018 Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4797485H1>. Acesso em: maio 2018.

história na Biblioteconomia e CI brasileiras. No entanto, precisamos reconhecer que foi profundamente inspirador para as autoras refletir sobre o trabalho incansável dessas mulheres que não se deixaram intimidar pelas dificuldades e resistências internas e externas à área, analisar a forma inteligente e articulada com a qual expandiram seus próprios limites pessoais e profissionais, a corajosa determinação em manter firmes suas posições a fim de fazer romper o novo e quebrar paradigmas e, em especial, a capacidade de olhar para o futuro e visualizar mudanças possíveis e desejáveis em seu campo profissional.

Desejamos que esse mesmo sentimento contagie nossos leitores e leitoras e que, assim, possamos dar continuidade ao belíssimo legado deixado por Lydia Sambaquy e Celia Zaher para a CI brasileira.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2AYhicN>. Acesso em: 10 maio 2018.

CRIPPA, Giulia. O pensamento da diferença e a mediação da informação institucional em bibliotecas públicas: considerações teóricas sobre mediação de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., Brasília. **Anais…** Brasília: UNB, 2011.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2OWMfAM>. Acesso em: 01 maio 2018.

FERREIRA, Maria Mary; VEIGA, Marcos Aurélio Pereira; TEIXEIRA, Rafaela Pereira.; EVANGELISTA, Raimunda Lima. Relações de classe e de gênero no mercado de trabalho do profissional bibliotecário no estado do Maranhão. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2KLC0Mm>. Acesso em: 10 maio 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Revista Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-41, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2KDArjv>. Acesso em: 10 maio 2018.

LETA, Jaqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, v. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2vRE7cj>. Acesso em: 01 maio 2018.

ODDONE, Nanci. **Ciência da Informação em perspectiva histórica**: Lydia Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970) 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, Escola de Comunicação, UFRJ. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Mh83IQ>. Acesso em: 10 maio 2018.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2OsCs4B>. Acesso em: 10 maio 2018.

PINHEIRO, Lena Vânia R.; LOUREIRO, José Mauro. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2nmfoZE>. Acesso em: 10 maio 2018.

RASCHE, Francisca. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica de mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 3, n. 3, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2MehwAU>. Acesso em: 10 maio 2018.

ROSA, Milene Aparecida Gonçalves; QUIRINO, Raquel Gonçalves. Relações de gênero na ciência e tecnologia (C&T): um estudo de caso de um centro federal de educação tecnológica. **Diversidade e Educação**, v. 4, n. 8, p. 42-55, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2AVA2tb>. Acesso em: 01 maio 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para estudos históricos. Disponível em: <https://bit.ly/2vwi6Ao>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**: História e Gênero, São Paulo, ANPUH, v. 27, n. 54, p. 281-302, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2OmgHmW>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, Maria A. R. de; AFONSO, Lúcia H. R. O trabalho em bibliotecas: desafios para a construção de novas relações de gênero. **Observatório em Debate,** v. 1, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2vXcXR6>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, Rosali Fávero de. Entrevista: Célia Ribeiro Zaher. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 13-20, jan./abr. 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2OXB3nx>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, Rosali Fávero de. Celia Ribeiro Zaher: personalidade da área de informação no Brasil e no exterior. In: MOSTAFA, Solange Puntel;

SILVA, Márcia Regina da; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo (Orgs.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TOURAINE, Alan. **Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CAPÍTULO 2

PESQUISADORAS DE GÊNERO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Mariana Faustino dos Passos
Ursula Blattmann

1 INTRODUÇÃO

Durante a construção histórica do que fora validado como ciência ou não, a mulher teve sua subjetividade negada. Adota-se a teoria de Luisa Marinho Antunes (2014), que resgata, ironicamente, o conceito da dialética aristotélica, dos topoi, estereótipos que foram delineados desde o período greco-romano ao que se compreende como modernidade e contemporaneidade. Pandora, a mulher como representação do mal; a dualidade medieval, mulher Bruxa e também Donzela, que precisa ser completa e salva pela representação masculina da norma e até mesmo a estereotipagem da mulher brasileira: sexualizada e, se adicionado o recorte raça, a violência é duplicada. No imaginário informal da construção da bibliotecária, tem-se novamente a dualidade: a bibliotecária sensual ou a senhora que suplica por silêncio dentro da unidade de informação.

Neste capítulo, emprega-se a gênero o significado defendido por autoras como Joan Scott (1989) e Antunes (2014), uma categoria política e social criada em detrimento das relações de poder baseadas na diferença biológica que favoreceu o masculino em voga do feminino ao longo das diferentes construções epistemológicas. O estudo foca na mulher, considerando que esta sofrera forte vulnerabilização histórica.

A Ciência da Informação e Biblioteconomia, disciplinas que lidam com a disseminação e tratamento da informação em diferentes

contextos são consideradas como mediadoras no que tange ao gênero como processo que ocorrera, também, por meio da informação veiculada. Denota-se uma responsabilidade social a essas disciplinas, considerando a informação como objeto de inclusão social. Sendo assim, no intuito de dar visibilidade às pesquisadoras da grande área Ciência da Informação, pergunta-se: - Quem fala sobre questões de gênero no ENANCIB?

Para responder a esse problema, recorreu-se ao repositório BENANCIB, que detém os anais do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), por englobar esses trabalhos de maneira centralizada, facilitando a recuperação por *strings* de busca específicas.

Considera-se a fonte de informação de evento científico, por esta figurar um dos principais canais para comunicação científica, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2015); ressaltando a validade do intercâmbio de ideias realizado presencialmente em diversos momentos dos eventos, seja no debate durante uma apresentação ou nos intervalos para confraternização.

No repositório BENANCIB, utilizou-se a seguinte estratégia de busca: busca avançada, por título, com os seguintes termos, que representam parte da gama teórica das relações de poder que a palavra gênero evoca: feminina, feminino, gênero e mulher, intercalados pelo operador booleano OR. O Tesauro para Estudos de Gênero e Mulheres de Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998) foi considerado para escolha dos termos. Recuperou-se 20 trabalhos, que figuram o *corpu*s desta pesquisa.

O objetivo geral deste capítulo é verificar a autoria nos anais do ENANCIB referente aos trabalhos apresentados sobre temáticas de gênero. Para tanto, emprega-se como objetivos específicos:

a) Identificar as mulheres que produzem esse diálogo;
b) Quais instituições representam, e;
c) Em que recorte temporal essa produção se deu.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na subseção 2.1 serão explicitados breves pontos essenciais para a contextualização da história da mulher, assim como dos reflexos das desigualdades de gênero que constroem essa narrativa; para que, assim, uma abordagem didática entre relações de gênero e Ciência da Informação seja desenvolvida no item 2.2.

2.1 O RETRATO HISTÓRICO DESIGUAL DA MULHER

A história da desigualdade de gênero pode ser identificada desde os primórdios das primeiras fontes de informação veiculadas que abordaram a figura da mulher. No período greco-latino, nos conta Antunes (2014), por exemplo, tem-se Pandora, a representação do mal personificado em uma mulher. Enquanto Prometeu representava a luz, Pandora simboliza a dualidade por meio das trevas, um ser malicioso sempre pronto para desestabilizar a luz; daí surge a concepção judaico-cristã da figura da mulher invejosa e maliciosa, que mesmo considerada inferior representa uma ameaça ao sexo oposto, de acordo com a obra de Hesíodo, VIII/VII a.C.

Exemplos como o trovadorismo no medievo, final do século XII e durante o século XIII, baseado nas cantigas de amigos que idealizavam o estereótipo da mulher perfeita, e nas cantigas de escárnio e maldizer, que ridicularizam mulheres desviantes, compreendidas como idosas ou tidas como gordas ou feias, enquanto todo um imaginário da princesa donzela era criado simultaneamente, priorizando um amor cortês exercido por um príncipe que atribuiria sentido à vida desta (ANTUNES, 2014). Toda a conjuntura social, política e física do que caracterizava o feminino estava a constante julgamento masculino. Nesse sentido, considerando que muito da crença popular era base para o conhecimento científico da época, Laqueur (2001) argumenta que em virtude da lacuna de caracterização biológica:

> [...] Só a mulher parece ter 'gênero', pois a própria categoria é definida como o aspecto das relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem. [...] Provavelmente não é possível escrever a história do corpo do homem e seus prazeres porque o registro histórico foi criado em uma tradição cultural onde essa história não era necessária (LAQUEUR, 2001, p. 32-33).

A recusa do entendimento da mulher como um ser singular, político e humano se deu por outras longas décadas, permeando a reivindicação dos direitos das mulheres na França do século XVII, liderado por Mary Wollstonecraft. O marco é considerado o "nascimento" da primeira onda feminista (WOLLSTONECRAFT, 2016), que revogava os direitos ao trabalho fora do lar e ao voto das francesas brancas, visto que a força de trabalho da mulher negra já estivera sendo explorada muito antes da mobilização branca ao voto.

Tratando-se de Brasil, o país colonizado segue os moldes europeus de uma sociedade patriarcal, em que as meninas, adolescentes e mulheres adultas passam de pai a marido como propriedades, poder intitulado *pater families*, em que o desejo e vontade do patriarca são absolutos. No Brasil do século XIX, muitos dos casamentos se davam entre meninas e tios ou primos, circundando interesses financeiros familiares com homens bem relacionados. O estupro era corriqueiro, tanto para as meninas de famílias mais abastadas, quanto para as crianças pobres, negras e escravizadas, cujas sinas também se refletiam no labor (AREND, 2013).

Findando o século XIX, início do XX, abolida a escravidão no país, inicia-se a *Belle Époque* brasileira. O Brasil passa a querer se desvincular da imagem agrária para a de uma sociedade higiênica e moderna. Logo, uma nova sociedade requeria novos moldes, o que inclui mudanças no âmbito familiar. A vontade dos cônjuges passa a ser mais considerada para realização do matrimônio. O ideal do amor

romântico é enaltecido. A mulher passa de um receptáculo procriador para a encarregada dos serviços do lar, sendo desencorajada a mão de obra feminina, de mulheres de todas as classes sociais, mesmo nos trabalhos de fábricas, assim como a proibição do trabalho infantil (AREND, 2013; SCOTT, 2013).

No século XX, anos 30, foram instituídas as políticas públicas no Brasil, no intuito de assemelhar cada vez mais o país com países europeus, uma nova noção de cuidado e maternidade passa a ser impelida. Mulheres grávidas passam a ter uma assistência médica mais assídua durante a gestação, assim como a noção de educação passa a ser incorporada; crianças, do campo ou não, devem ir à escola para serem educadas, no intuito de reverter o quadro analfabeto do país (HAHNER, 2013).

A primeira associação da cor rosa às meninas e azul aos meninos ocorre na década de 40 nos Estados Unidos da América, o que reflete numa narrativa estereotipada de gênero nas subsequentes décadas brasileiras. Juntamente da cor rosa, outros arquétipos começam a ser delineados para a construção do imaginário "feminino". A adolescência dos anos 70 e 80 passa a ser caracterizada pela busca do príncipe encantado em fontes de informação como os livros de romances "água com açúcar", segundo Hahner (2013), que pregam a incapacidade da mulher em se defender, sugerindo que sempre precise de um homem para estar completa.

Os anos 1990 e início dos 2000 são marcados pela "gatinha", padrão difundido fortemente pela revista Capricho, uma das mais bem-sucedidas revistas femininas do Brasil, em circulação até os dias atuais. A "gatinha" está sempre usando as roupas da moda e é, obrigatoriamente: magra. Adolescentes e mulheres enquadradas como gordas, feias ou deficientes não cumprem o estereótipo sexualizado da mulher brasileira moderna (HAHNER, 2013).

As mulheres, como abordado, tiveram construções estereotipadas, chamadas de *topoi* por Luisa Marinho Antunes (2014), que vulnerabilizaram espaços interditos de seus corpos. Foram

demonizadas, violadas, desconsideradas, subestimadas, sexualizadas e assassinadas. O mapa da violência de 2015 aponta que 4.762 mulheres foram assassinadas no Brasil, 50,3% dos crimes cometidos por familiares, 33,2% proferidos pelo parceiro atual ou ex, tendo a taxa de assassinato contra as mulheres negras aumentada em 54% desde 2013. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres por ano (COMPROMISSO E ATITUDE, 2016; NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2016). O feminicídio ocorre justamente pelo depósito da classe mulher – e aqui quanto mais marcadores sociais inseridos, mais situações vulneráveis são materializadas – em posições vulnerabilizadas ao longo da história: seja a retratação desta como um ser malicioso, inferior, menos capaz ou objeto de fetiche.

Esses dados impelem que, por mais que progresso de fato tenha sido feito, ainda há muito para que a hegemonia esteja perto de ser rompida. Leis como a 11.340 de 2006, "Maria da Penha", representam grandes evoluções em questões de políticas públicas. No entanto, deve-se considerar que essas políticas não são neutras, assim como o poder executivo federal, que orienta essas políticas para as mulheres por meio do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Por mais que as políticas públicas também se estruturem a partir das questões de gênero, com enfoque no feminino, historicamente vulnerabilizado em voga do masculino dominante, com outros atenuantes como raça e classe; é importante lembrar que a transversalidade de gênero, a incorporação de pautas desse teor aos âmbitos sociais, econômicos, culturais ou políticos deve ser efetiva, evitando a restrição dessas políticas a ministérios e espaços específicos, como discussões em núcleos acadêmicos restritos. A interação da sociedade com pautas de gênero é almejada em todas as esferas governamentais, visando propósitos políticos de igualdade, que questionem as relações de poder que moldam as violências sofridas por mulheres, as invisibilizam e segregam enquanto seres políticos. Atos militantes, políticas públicas, programas sociais, a informação e disseminação desta, e a Ciência da Informação como facilitadora desse

processo, por exemplo, são conjunturas essenciais para a conquista de espaços em todas as esferas pelas mulheres, visando um país valorizador de suas conquistas, que pregue a igualdade para mulheres e homens.

2.2 GÊNERO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As hegemonias de poder vêm permanecendo de um lado nitidamente dominante da linha abissal de saberes, explanada por Santos (2007). Essa divisão, ou linha, criara representações separatistas visíveis e invisíveis entre o Norte e Sul Global, Zona Colonial e o Mundo livre, Ocidente e Oriente, explorador e explorado, homem e mulher. O lado dominante da linha abissal é historicamente construído a partir de diversos paradigmas de cunho físico, cognitivo e até mesmo social, que moldam qual a epistemologia vigente e quem a valida.

Considerando a manutenção histórica de poderes do masculino, apoiamo-nos na teoria da memória intertextual de Luisa Marinho Antunes (2014). A informação repetida até a construção da memória por figuras célebres, em fontes de informações formais ou informais, ao longo dos anos e a repetição destas ao longo da história, seja esta greco-latina, medieval, moderna ou contemporânea: assim formam-se os cânones. Cânones estes que estão condicionados ao estado sócio-histórico do ambiente em que lhes foi possível expor seus ideais e fazê-los serem considerados e ouvidos. As epistemologias foram criadas pelo grupo não vulnerável, que não teve seu corpo apropriado em diferentes instâncias, devendo-se considerar que todo discurso detém uma intertextualidade, inclusive aqueles que perpetuam o *status quo*.

Sabendo disso e considerando os percalços de gênero citados na subseção anterior, parte-se do princípio que a Ciência da Informação, área interdisciplinar que comporta os estudos dos diferentes fluxos informacionais e organizacionais, que apetecem à administração das mais diversas instituições; autoridade no que tange a disseminação e compartilhamento de informações (BORKO, 1968), possui, de fato,

uma Responsabilidade Social em relação a esses processos.

A Responsabilidade Social foi proposta por Wersig e Neveling (1975) e, para os autores, esta consiste no cerne na Ciência da Informação: transmitir o conhecimento àqueles que necessitam. (WERSIG; NEVELING, 1975). Freire (2006), ainda, defende como uns dos objetivos da área a inclusão social, indissociável da Responsabilidade Social. Sendo assim, considera-se o papel da Ciência da Informação como mediadora de processos informacionais referentes às questões de gênero e mulheres, bem como seus diversos recortes, essenciais à evolução da gama e prática teórica da área.

Araújo (2014) afirma que um forte paradigma social está sendo desenvolvido na Ciência da Informação, que prioriza a importância social dos processos informacionais, no intuito de reinserir o usuário em contextos fenomenológicos de vida. Nesse paradigma, reconhece-se que o usuário é um ser social, num mundo em que operam lógicas e poderes dominantes que determinam o que é ciência e o que não é; que as relações sociais se dão num maior nível de complexidade e que o gênero é delimitador no que diz respeito ao exercício de direitos num contexto material e sociocultural.

No entanto, Araújo (2003) já salientara que, para que a solidificação de um campo de estudo na Ciência da Informação seja efetiva, é necessário que esta se reflita na produção teórica da área; havendo, assim, impacto na conjuntura específica interdisciplinar social e humanística. Medidas sugeridas por Dantas e Garcia (2013), como a remodelação de currículos dos cursos de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação, para uma formação mais política que instigue a problematização são compreendidos como medidas possíveis, pautadas na motivação da Responsabilidade Social como potencial transformador.

Outros fatores, como a migração da amálgama teórica de estudos culturais de outras pós-graduações de áreas com raízes humanísticas, como a Literatura por exemplo, atenuaram a incorporação de temas de gênero para os estudos em informação,

como os da própria Ciência da Informação (CRONIN, 2008). O espaço para os estudos feministas e de gênero dentro da área informacional é palpável, visto a forte relação dessas temáticas com a circulação informacional histórica que delineou sociedades e hierarquias.

A década de 2010 ainda está em curso, contudo, em quesito de indexações na *Library and Information Science Abstracts* (LISA), já supera a década antecessora na quantidade de trabalhos disponíveis com temáticas de gênero, com um olhar voltado à produtividade científica e dinâmica em ambientes acadêmicos (SICILIANO; SOUZA; METH, 2017).

Outros temas marginalizados, segundo Siciliano, Souza e Meth (2017), que englobam as mulheres, como a homossexualidade, mesmo a partir de 2010 aparecem de maneira periférica na Ciência da Informação. Observa-se uma movimentação militante em países como Canadá, no que diz respeito ao fomento da união de profissionais mulheres (integrantes ou não da comunidade lésbica, bissexual ou transexual) em demonstrações de apoio a causa.

A marcha das *lesbrarians* (bibliotecárias lésbicas) vem ocorrendo desde 2011. Na marcha de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de Nova Iorque em 2017, as bibliotecárias e demais usuárias e usuários de unidades de informação marcaram presença na militância pela biblioteca como um espaço de acolhida para a comunidade LGBT (HODGE, 2011). Nas palavras de Xochitl Oliva, co-presidente do comitê dos serviços LGBT da biblioteca pública de Los Angeles e bibliotecária de digitalização, segundo tradução de Carneiro (2017, n. p.): “Queremos que as pessoas saibam que a biblioteca é um lugar onde são bem-vindas. É o lugar onde elas podem obter as informações que precisam de forma segura e sem julgamento”.

A organização enquanto classe é evidente em alguns segmentos da grande área Ciência da Informação, enquanto a imagem que se tem das(os) profissionais brasileiras(os), de acordo com Bufrem e Nascimento (2012), é de que, baseadas(os) na dita neutralidade científica da área, gera-se um ambiente politicamente apático, em que

temas de gênero são poucos escolhidos entre as pesquisadoras e pesquisadores.

Tal apatia pode ser justificada pelas injustiças históricas de gênero. A negação do feminino, ou como aponta Laqueur (2001, p.32), "só a mulher parece ter gênero", fora apresentada como norma social, política, econômica e cultural. Não se estudava desigualdades de gênero, pois não se acreditava em gênero, e sim no sexo biológico, homem e mulher, o primeiro dominando o segundo. A ciência fora majoritariamente produzida por homens. Logo, é preciso contar a história das mulheres com problematizações pautadas pela crítica de gênero, pois a história do homem está reproduzida nas mais diversas fontes didáticas. Equidade é dar subsídios para que as oprimidas falem, pesquisem e representem; para que participem da construção científica e epistemológica; para que fiquem registradas na memória intertextual da Ciência da Informação e, a área como uma unidade, se proponha a informar grupos de mulheres cujas necessidades informacionais são fundamentais enquanto grupo, classe ou indivídua.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é delineada como bibliográfica por se valer dos anais do ENANCIB. Exploratória enquanto a nível, por sugerir uma visão geral sobre determinado fato, nesse caso, a autoria sobre as questões de gênero vinculadas à Ciência da Informação, investigando o *corpus* por meio de procedimentos sistematizados (GIL, 2008). Sabendo que "[...] parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo [...]" (GIL, 2008, p. 50), será aplicada como abordagem analítica a Análise de Conteúdo.

A Análise de Conteúdo é uma prática de interpretação e técnica de pesquisa, quantitativa e/ou qualitativa, datada no início do século XX. Utiliza como matéria-prima produtos da comunicação (textos,

gravações, vídeos, etc.) em que inferências são feitas em dados contidos nesses materiais comunicacionais para um contexto (KRIPPENDORFF, 1989; MORAES, 1999; ROCHA; DEUSADARÁ, 2005).

Essa metodologia é usada para descrever o conteúdo de toda uma classe de documentos, sendo também uma interpretação pessoal do autor acerca da categorização atribuída pelo mesmo em relação ao material, por mais que foque na estrutura do conteúdo (ROQUE, 1999). Sendo assim, mesmo que o contexto do conteúdo a ser analisado esteja explícito por meio dos dados nos textos é primordial que o analista reconstrua esse conceito para assim criar categorização adequada ao contexto que lhe apetece; desconferindo a característica exclusivamente quantitativa conferida à Análise de Conteúdo no início de seu surgimento, como, por exemplo, Berelson (1952) defendera.

O *corpus* consiste no total de 20 trabalhos, recuperados pelo repositório BENANCIB. A *string* de pesquisa consistiu no uso da busca avançada, por título, com os seguintes termos, que representam parte da gama teórica das relações de poder que a palavra gênero evoca: feminina, feminino, gênero e mulher intercalados pelo operador booleano OR. O Tesauro para Estudos de Gênero e Mulheres de Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998) foi considerado para escolha dos termos.

Os critérios para inclusão dos trabalhos no *corpus* desta pesquisa foram consistir em uma comunicação oral ou pôster e em texto completo; excluindo pesquisas somente com resumos disponibilizados ou que tratassem das questões de gênero fora do contexto mulher na Ciência da Informação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) é um encontro anual promovido pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), uma sociedade civil sem fins lucrativos que visa estimular as atividades em pesquisa nas Pós-Graduações em Ciência da Informação no Brasil. As atividades da ANCIB se estruturam a partir de dois núcleos principais: os Programas de Pós-graduação *strictu sensu*, representados por meio de seus coordenadores e o ENANCIB. (ANCIB, 2018).

O evento se constitui num dos principais fóruns de debate e reflexões da área, reunindo pesquisadoras e pesquisadores em Ciência da Informação de todo o país que, através da submissão de seus trabalhos em Grupos de Trabalho (GT), tornam viável o panorama do estado da arte do campo de estudo brasileiro.

Considerando que a temática de gênero não é um dos temas de pesquisa preferidos da área (SICILIANO; SOUZA; METH, 2017), sua produção apresentou crescimento se comparada com a década de 2000. Nesse sentido, o ENANCIB representa um dos mais relevantes ambientes de compartilhamento de ideias da atualidade em Ciência da Informação. Recuperados 25 trabalhos que continham as palavras: feminino, feminina, gênero e mulher, no título, tem-se a Tabela 1 sobre a quantidade de homens e mulheres que apresentaram trabalhos sobre o tema.

Para o *corpus* desta pesquisa considerou-se somente os 20 trabalhos de autoria feminina, levando em conta que dos 25 trabalhos, cinco apresentam autoria masculina. Em termos de autoria feminina, destacam-se instituições como a FIOCRUZ, UFPB e UFRJ na representação e validação do tema no evento.

O Quadro 1 elucida quem são as mulheres que se fazem presentes na constituição da gama teórica em Ciência da Informação com pesquisas de gênero, bem como as instituições a qual fizeram

parte na época da publicação de seus trabalhos nos anais, qual o tipo de trabalho apresentado, em qual ano e em qual grupo de trabalho.

Tabela 1 - Distribuição de gênero dos trabalhos apresentados pelas(os) autoras(es) por instituição.

Instituições	Número de trabalhos - Feminino	Número de trabalhos - Masculino	Total
FIOCRUZ	4	-	4
IFPB	1	-	1
UFMA	1	-	1
UFMG	2	3	5
UFPB	4	-	4
UFPE	-	1	1
UFRJ	3	-	3
UNB	-	1	1
UNESP	1	-	1
UNIRIO	2	-	2
USP	2	-	2
Total	20	5	25

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quadro 1 - Autoras que publicaram nos anais do ENANCIB.

Nome	Instituição	Tipo	Ano	Grupos de Trabalho
Aline Gonçalves da Silva	FIOCRUZ	Comunicação oral	2015	GT6
Beatriz Alves Sousa	IFPB	Comunicação oral	2013	GT7
Carmen Lucia Ribeiro Pereira	UNIRIO	Pôster	2011	GT10
Elinielle Pinto Borges	UFMA	Comunicação oral	2014	GT7
Gilda Olinto	UFRJ	Comunicação oral	2006	GT7
Gilda Olinto	UFRJ	Comunicação oral	2003	GT6
Gisele Rocha Cortes	UFPB	Comunicação oral	2015	GT3
Giulia Crippa	USP	Comunicação oral	2012	GT3
Giulia Crippa	USP	Comunicação oral	2011	GT3
Jeorgina Gentil Rodrigues	FIOCRUZ	Comunicação oral	2012	GT11
Jeorgina Gentil Rodrigues	FIOCRUZ	Comunicação oral	2013	GT11
Jeorgina Gentil Rodrigues	FIOCRUZ	Comunicação oral	2015	GT11
Kaliandra de Oliveira Andrade	UFPB	Pôster	2015	GT10
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	UFPB	Pôster	2012	GT3
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	UFPB	Comunicação oral	2016	GT3
Miriam Gontijo Moraes	UNIRIO	Comunicação oral	2013	GT2

Patrícia Espírito Santo	UFMG	Comunicação oral	2008	GT1
Patrícia Espírito Santo	UFMG	Comunicação oral	2007	GT3
Suellen Oliveira Milani	UNESP	Comunicação oral	2011	GT2
Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira	UFRJ	Comunicação oral	2005	GT5

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) se fazem presentes pela assídua participação da Doutora Jeorgina Gentil Rodrigues nos ENANCIBs de 2012, 2013 e 2015, assim como da Mestra Aline Gonçalves da Silva no ano de 2013, nos Grupos de Trabalho 11 e 6, respectivamente.

Jeorgina Gentil Rodrigues é Doutora em Informação, Comunicação em Saúde pelo Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz desde o ano de 2014. Também é servidora aposentada do ICICT/FIOCRUZ, segundo informações retiradas da plataforma Lattes, sempre trabalhou com temáticas de gênero pelo viés de saúde da FIOCRUZ (RODRIGUES, 2017).

Aline Gonçalves da Silva é Mestra em Ciência da Informação, orientada por Gilda Olinto, uma das representantes da UFRJ nesta pesquisa. Silva, segundo informações coletadas de seu currículo Lattes, em 2014 participou de um grupo no IBICT com foco em temáticas relacionadas à desigualdade de gênero e raça, bem como a temática das minorias sociais na sociedade brasileira. Procurou tomar conhecimento dos perfis dessas desigualdades por meio da identificação dos variados aspectos da vida social relacionados às características sociodemográficas: configuração familiar, oportunidades de trabalho e educacionais (SILVA, 2017). A autora procura também realizar levantamento com o intuito de gerar

indicadores, sejam de raça, gênero, ciência e tecnologia e de TICs, constatando a atual situação da mulher e do negro no mercado de trabalho.

A UFPB está presente por meio da participação de Gisele Rocha Cortes, com sua comunicação oral, em 2015 no GT3; Kaliandra de Oliveira Andrade, com apresentação de pôster em 2015 no GT10; e, Leyde Klebia Rodrigues da Silva, com sua comunicação oral em 2012 e 2016 no GT3.

A Doutora Gisele Rocha Cortes obteve seu título de doutorado em 2008, em Sociologia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Trabalhou com Violência Doméstica contra Mulheres em sua tese e, atualmente, trabalha com a temática Gênero e Sexualidade em suas pesquisas. (CORTES, 2018).

A Doutora Kaliandra de Oliveira Andrade possui formação em Serviço Social, com mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Investigou mulheres em situação de violência doméstica e familiar no estado da Paraíba em sua pesquisa, com foco no regime informacional da rede de atendimento especializado (ANDRADE, 2017).

Leyde Klebia Rodrigues da Silva é Mestra em Ciência da Informação pela UFPB, professora assistente da UFBA e doutoranda em Ciência da Informação pela UFRJ, desempenhando trabalhos na área de Estudos Étnico-raciais. Obteve seu título de mestrado em 2014, intitulado: “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização de mulheres negras da Paraíba” (SILVA, 2018).

A UFRJ aparece por meio das pesquisadoras Gilda Olinto, com comunicações orais nos anos de 2003, no GT6, e 2006 no GT7; e, Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira, também com comunicação oral em 2005 no GT5.

Olinto é Doutora em Comunicação e Cultura desde 1994 pela UFRJ, com atuação em temas de dimensões sociais, como as diferenças de gênero na ciência e tecnologia, aspectos sociais do uso de bibliotecas públicas, metodologias sociais de pesquisa e indicadores de gênero em ciência e tecnologia (OLINTO, 2018).

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira é Doutora em Sociologia pela Sociedade Brasileira de Instrução - SBI/IUPERJ (1997), professora associada da UFRJ e pesquisadora aposentada do IBGE. Sua experiência circunda a sociologia com um viés da análise quantitativa sociodemográfica e da Condição Feminina, com atuação em temas como trabalho feminino, condição feminina, indicadores sociais e recentemente relações de gênero e ciência, tecnologia e TICs (OLIVEIRA, 2014).

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) marcaram presença pelas pesquisadoras Carmen Lucia Ribeiro Pereira, com apresentação de pôster no GT10 em 2011 e de Miriam Gontijo Moraes, comunicação oral no GT2 em 2013. Na USP, tem-se Giulia Crippa, com comunicações orais no GT3 nos anos de 2011 e 2012, enquanto Patrícia Espírito Santo apresentou outras duas comunicações orais, uma no GT3 em 2007, outra no GT1 em 2008.

A Doutora em Memória Social pela UNIRIO, Carmen Lucia Ribeiro Pereira, trabalha com a temática feminista, tendo concluído sua tese sobre a construção da memória sobre o feminismo pelo discurso jornalístico em 2014 (PEREIRA, 2018). Doutora e Mestra em Ciência da Informação, Miriam Contijo Moraes vem trabalhando com estudos de gênero e mulher com uma abordagem a partir de tesauros e linguagens documentárias (MORAES, 2018). Já a Doutora em História Social, Giulia Grippa, atua como livre docente em Ciências da Informação na USP desde 2012, orientando e também pesquisando sobre a temática mulher e gênero (CRIPPA, 2018). Patrícia Espírito Santo possui especialização em Educação Sexual e já publicara estudos sobre a temática Sexualidade (ESPÍRITO SANTO, 2005).

A Universidade Estadual Paulista (UNESP), juntamente da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) entram em voga com um trabalho por universidade. Suellen Oliveira Milani, bibliotecária, Mestra e Doutora em Ciência da Informação pesquisa na área da questão feminina em linguagens

documentárias e orienta trabalhos relacionados a estudos de gênero e mulheres (MILANI, 2018).

Elinielle Pinto Borges, UFMA, atua em estudos voltados para profissões femininas em ciência, tecnologia e inovação e gênero. Foi orientanda de mestrado de Gilda Olinto, com dissertação chamada "Gênero, ciência e contexto regional: analisando diferenças entre os docentes da pós-graduação de duas universidades brasileiras", título obtido em 2014. Possui especialização em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos pela FIOCRUZ (BORGES, 2016). Beatriz Alves Sousa, do IFPB, é bibliotecária na instituição e Mestra em Ciência da Informação e Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, com pesquisa doutoral intitulada "O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os" (SOUSA, 2016).

De acordo com dados da plataforma Lattes, todas as autoras que publicaram trabalhos nos anais do ENANCIB trabalham ou já trabalharam com gênero, além da pesquisa que desenvolveram no evento. Onze Grupos de Trabalho regem esses estudos, divididos em Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação (GT1), Organização e Representação do Conhecimento (GT2), Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (GT3), Gestão da Informação e do Conhecimento (GT4), Política e Economia da Informação (GT5), Informação, Educação e Trabalho (GT6), Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação (GT7), Informação e Tecnologia (GT8), Museu, Patrimônio e Informação (GT9), Informação e Memória (GT10) e Informação & Saúde (GT11).

Tabela 2 - Quantidade de trabalhos de autoria feminina por Grupo de Trabalho (GT) no ENANCIB.

Grupos de Trabalho	Quantidade de trabalhos
GT1	1
GT2	2
GT3	6
GT5	1
GT6	2
GT7	3
GT10	2
GT11	3
Total	**20**

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como colocado no Quadro 1 e exposto na Tabela 2, o Grupo de Trabalho sobre Mediação, Circulação e Apropriação da Informação (GT3) apresenta maior representatividade no ENANCIB, com seis trabalhos, seguido pelo GT7, Produção e Comunicação da Informação em Ciência e GT11, Informação e Saúde, com três trabalhos cada. Dois trabalhos são apresentados no GT2, Organização e Representação do Conhecimento; no GT6, Educação e Trabalho e GT10, Informação e Memória. O grupo de Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação (GT1) apresenta um trabalho, assim como o GT5, Política e Economia da Informação.

A Tabela 3 denota que o primeiro trabalho apresentado na temática Gênero de autoria feminina ocorreu no ano 2003, seguindo até 2008 com um trabalho por ano. No entanto, a partir de 2011 uma maior abordagem do tema é observada, com declínios em 2014 e 2016, com destaque para o ano de 2015 com quatro trabalhos apresentados.

Tabela 3 - Quantidade de trabalhos por ano.

Ano	Total
2003	1
2005	1
2006	1
2007	1
2008	1
2011	3
2012	3
2013	3
2014	1
2015	4
2016	1
Total	20

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O gênero surgiu como um dispositivo social de cunho político que embasa discussões referentes à diferenciação do que biologicamente se compreendera como masculino e feminino, abrindo espaços para os debates pautados nas desigualdades históricas e dialogando a existência e resistência de grupos desviantes da norma padrão masculino-feminino.

Visibilizar pesquisadoras da grande área Ciência da Informação que estudam temáticas de gênero se mostra como fator imprescindível na modulação da construção teórica da área e, sobretudo, na humanização que a pesquisa em informação pode conceder a grupos sociais específicos historicamente negligenciados, assim como, auxilia no intercâmbio de ideias entre pesquisadoras, visto a exposição de seus perfis de trabalho expostos neste capítulo.

A quantidade de trabalhos apresentados se mostra tímida se comparada a outras temáticas da área de Ciência da Informação; no

entanto, o tema gênero apresentara representatividade a partir do ano de 2003 pelas mulheres, com crescimento em especial no ano de 2015. Quatorze (14) pesquisadoras publicaram sobre gênero no evento e carregam o nome de nove instituições. Existe representatividade nos diversos Grupos de Trabalho do ENANCIB e pesquisadoras competentes que estudam a temática e contribuem para uma possível epistemologia social de gênero na área.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Kaliandra Oliveira de. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 05 jun. 2017. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4427770P0>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ANTUNES, Luísa Marinho. **As malícias das mulheres**: discursos sobre poderes e artes das mulheres na cultura portuguesa e europeia. Lisboa: Esfera do Caos, 2014.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2014.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 65-83.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Institucional**. 2018. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/front-page>. Acesso em: 8 abr. 2018.

BERELSON, Bernard. Content **Analysis in Communication Research**. Nova York: American Book; Stratford Press, 1952.

BORGES, Elinielle Pinto. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 01 maio 2016. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4298678A1>. Acesso em: 17 abr. 2018.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesauro para estudos de gênero e sobre mulheres**. São Paulo: 34, 1998.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-240, 2012.

CARNEIRO, Daniele. **Bibliolésbica** - bibliotecárias lésbicas marcham na parada do orgulho LGBT. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2w1sQX1>. Acesso em: 01 fev. 2018.

CÔRTES, Gisele Rocha. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 12 abr. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4767237A4>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CRIPPA, Giulia. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 20 mar. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4700886D6>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CRONIN, Blaise. The sociological turn in information Science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 465-475, 2008.

DANTAS; Esdras Renan Farias*;* GARCIA, Joana Coeli Ribeiro*.* Do tradicional ao atual conceito de Responsabilidade Social da Ciência da Informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 3-18, 2013.

ESPÍRITO SANTO, Patricia. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 20 nov. 2005. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4281413P5>. Acesso em: 17 abr. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/1wWv2eR>. Acesso em: 10 jan. 2018.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 43-64.

HODGE, Jarrah E. **Revenge of the feminerd: libraries, lesbrarians, censorship, and equality**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2AXUCcz>. Acesso em: 1 fev. 2018.

KRIPPENDORFF, Klaus. Content analysis. In: BARNOUW, E.; GERBNER, G.; SCHRAMM, W.; WORTH, T. L.; GROSS, L. (Orgs.). **International encyclopedia of communication**. v. 1. New York, NY: Oxford University Press, 1989. p. 403-407.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MILANI, Suellen Oliveira. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 28 mar. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4584006U4>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MORAES, Miriam Gontijo. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 10 abr. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4706501H9>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OLINTO, Gilda. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 12 abr. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727883Y6>. Acesso em: 17 abr. 2018.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 20 fev. 2014. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4798628P8>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PEREIRA, Carmen Lucia Ribeiro. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 27 abr. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4559329A0>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, v. 7, n. 2, p. 305-322, 2005.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 18 dez. 2017. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708615E9>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal das linhas globais de saberes. **Novos Estudos**, v. 79, p. 71-94, 2007.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-42.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Ávila. Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, 2017.

SILVA, Aline Gonçalves da. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 04 dez. 2017. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4234163H9>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 08 mar. 2018. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4242207T2>. Acesso em: 17 abr. 2018.

SOUSA, Beatriz Alves de. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 25 abr. 2016. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4232970A7>. Acesso em: 17 abr. 2018.

UNESCO. **Scholarly communications**. Paris: UNESCO, 2015.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interesting to information science. **Information Scientist**, v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975. Disponível em: <https://bit.ly/2nrR20z>. Acesso em: 20 dez. 2017.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CAPÍTULO 3

PROTAGONISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE[15]: UMA HISTÓRIA TECIDA PELA PROSA E POESIA

Jacqueline de Araújo Cunha

Mônica Karina Santos Reis

1 INTRODUÇÃO

Relatar eventos da história da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no estado do Rio Grande do Norte parece ser necessariamente atestar o que poderíamos chamar de protagonismo feminino. Aliás, a figura feminina naquele estado protagonizou pioneirismos relevantes para a história do nosso país, notadamente na política e na educação. Para melhor ilustrar essa afirmação, lembremos o fato de que foram duas norte-rio-grandenses as primeiras mulheres a terem participação no processo eleitoral: Celina Guimarães Viana, primeira mulher a votar no Brasil no ano de 1928 na cidade de Mossoró, portanto cinco anos antes da aprovação do Código Eleitoral Brasileiro que admitia, sob algumas restrições, o voto feminino, e Alzira Soriano de Souza, eleita prefeita da pequena cidade de Lajes no mesmo ano.

[15] Agradecimentos especiais à Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus, Lúcia Seixas de Moraes, Luciana Albuquerque Moreira, Margareth Lara de Menezes, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antônia Chacon Martins e Tércia Maria Souza de Moura Marques pela inestimável colaboração na identificação das fontes e revisão do texto.

As referidas participações foram possíveis graças ao vanguardismo da regulamentação eleitoral do estado, o qual, a partir da Lei nº 660 de outubro de 1927, apresentava um artigo “que definia o sufrágio sem ‘distinção de sexo’. O caso ficou famoso mundialmente, mas a Comissão de Poderes do Senado, não aceitou o voto” de Celina Guimarães Viana. A mesma comissão também anulou a eleição de Alzira e de todos os votos femininos da cidade de Lajes, em 1928 (CALDEIRA, 2014).

Na educação, destaca-se o pioneirismo de Débora Seabra, que no ano de 2004, tornou-se a primeira professora com Síndrome de Down do Brasil. Neste caso, certamente a sua condição feminina não é o que configura seu pioneirismo, mas a sua condição genética, que condenou muitos indivíduos, portadores da mesma síndrome, à condição de inválidos ou incapazes. Débora, ao conquistar seu lugar profissional na sociedade, traz para nós uma representatividade e um caminho para a construção de uma sociedade com mais respeito à sua condição de ser humano, ser social. Uma inestimável contribuição feminina para o coletivo deste século (FREITAS, 2013).

Além desses grandes nomes femininos, na área de Biblioteconomia do estado, emerge o nome de Zila da Costa Mamede, uma unanimidade em relação à sua competência e ao grande legado que deixou para o campo. Sua obra e suas realizações são de reconhecimento nacional, haja vista se tratar de uma poeta e intelectual cuja relação de amizade com grandes nomes da literatura brasileira é atestada em suas correspondências pessoais, hoje custodiadas em grande parte pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Não podemos deixar de registrar também a relevante contribuição que um grupo de mulheres, identificadas nominalmente neste trabalho, foi o responsável pela institucionalização da área de Biblioteconomia no Rio Grande do Norte, e o início de um novo tempo na formação profissional e construção de conhecimento teórico-prático.

Neste breve relato, discorreremos sobre o surgimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Rio Grande do Norte, marcado fortemente pelo protagonismo feminino em todos os eventos que demarcaram no tempo essa história. Para tanto, foram consultadas fontes documentais disponíveis nos Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) e Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) da UFRN, onde é possível realizar buscas de resoluções e boletins de serviço; também foram coletados relatos de personagens que fizeram parte desse movimento e, por fim, publicações sobre Zila Mamede.

Como resultado, longe de se tratar de uma história social, apresentamos um conjunto de eventos, personagens e instituições que tornaram possível a Biblioteconomia e a Ciência da Informação no Rio Grande do Norte (RN).

2 TESSITURAS PROSAICAS E POÉTICAS NO SURGIMENTO DA BIBLIOTECONOMIA NO RIO GRANDE DO NORTE

Grandes momentos marcaram a história da cidade de Natal no final da década de 1950 e início de 1960. Destes, destacamos a realização da primeira eleição direta para prefeito, que culminou com a eleição de Djalma Maranhão. O evento é caracterizado e relembrado até os dias atuais pela ampla dedicação ao movimento de educação popular com a promoção da erradicação do analfabetismo, mundialmente representada pela consolidação da Campanha '*De pé no chão também se aprende a ler*'.

Outro momento relevante foi a criação das primeiras faculdades: Direito, Filosofia, Medicina e Odontologia, cenário fértil para a cultura e a poesia que tinham na Livraria Universitária, no centro da cidade de Natal, um casulo denominado por seus frequentadores de "Palácio dos Livros" e "Templo da Cultura" (CASTRO, 2004 *apud* PORTO, 1984).

Nessa época, a Biblioteconomia ainda era uma ilustre desconhecida para os cidadãos natalenses. Não existiam bibliotecas públicas, comunitárias, universitárias e o lugar do bibliotecário nas instituições escolares era ocupado por professores ou funcionários com níveis básicos de formação. Nem tão pouco existia no Rio Grande do Norte, ou cidades vizinhas, a oferta de cursos de formação para capacitar os indivíduos que atuavam nas poucas bibliotecas escolares existentes.

É nesse cenário que surge o nome de Zila da Costa Mamede. Uma referência mais que significativa no surgimento da Biblioteconomia no Rio Grande do Norte. Uma mulher dedicada à literatura, à poesia, aos livros e à arte de semear bibliotecas, nas palavras de Marize Castro (2004). Coube, portanto, à crescente inserção de Zila nas esferas da arte, da política e da educação, as primeiras iniciativas em prol da construção das bibliotecas a serem fundadas no estado do RN.

A breve e obstinada existência de Zila Mamede foi tecida pelo seu pertencimento ao universo das letras e implicada tanto na prosa quanto na poesia. Na prosa, destacou-se pelo protagonismo de sua intensa luta em defesa do livro, das bibliotecas, da promoção da cultura e pela dedicação à formação do público leitor natalense da década de 1960. Na poesia, a leveza e precisão na construção de seus tão belos versos, reconhecidos e elogiados por imortais como Luís da Câmara Cascudo, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto, serviam de inspiração para os aspirantes a escritores e poetas da época.

Zila da Costa Mamede nasceu em 15 de setembro de 1928, na Vila de Nova Palmeira, no estado da Paraíba, no sitio de seu avô materno, como gostava de nomear o lugar de seu nascimento e como sempre o reconheceu em sua geografia sentimental. Viveu parte da infância na Paraíba e outra no interior do Rio Grande do Norte, na cidade de Currais Novos, chegando a Natal em 1942. Zila e família foram trazidos pela oportunidade de emprego para seu pai na Base

Aérea de Parnamirim/RN e pela promessa do progresso financeiro prometido em virtude da guerra.

A responsável por sua alfabetização foi sua mãe. Depois de alfabetizada, iniciou os estudos no colégio religioso Imaculada Conceição e desde a tenra idade já rascunhava seus primeiros poemas. Diplomou-se em Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Natal e seguiu para Recife para passar um tempo em companhia de seu padrinho de batismo, o médico, Francisco de Medeiros Dantas. Credita-se à figura desse padrinho a iniciação de Zila no mundo da literatura e da poesia.

Seus primeiros poemas foram publicados em colunas dos jornais locais de Natal como *A República, A ordem* e *Diário de Natal*, e de outros estados como *Diário de Pernambuco* e *Diário Carioca*. O trabalho desenvolvido junto à mídia jornalística impressa culmina com a aceitação do convite para assinar a coluna Revista da Cidade no jornal *Tribuna do Norte*, com o pseudônimo de Maiana. Somente no ano de 1953, a poeta Zila Mamede lança seu primeiro livro intitulado *Rosa de Pedra,* editado, impresso e publicado pelo Departamento de Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte.

No ano de 1954, a Biblioteconomia adentra sua vida de forma tímida, porém, permanente. Inicialmente, Zila exerce o cargo de auxiliar de biblioteca no Instituto de Educação do Rio Grande do Norte, atualmente conhecido como Colégio Estadual do Atheneu Norte-Riograndense (FIGUEIRÊDO, 2017). Dessa experiência, em uma biblioteca escolar, desponta o início de toda uma vida dedicada ao 'exercício de semear bibliotecas' e de promover a capacitação de profissionais para nelas atuarem.

Para subsidiar sua atuação profissional na referida unidade, frequenta o Curso Intensivo de Biblioteconomia, expedido pelo Instituto Nacional do Livro (INL), promovido pelo Programa de Assistência às Bibliotecas Brasileiras. Termina como primeira aluna do curso, feito este que lhe rendeu uma bolsa de estudos para cursar a Graduação em Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, no Rio de

Janeiro. Graduou-se no ano de 1956, recebendo o diploma de Bacharel em Biblioteconomia, expedido pela Biblioteca Nacional, registrado na Divisão de Ensino superior do Ministério da Educação e Cultura. Desta feita, a poesia se une a prosa e a poeta se torna também a primeira bibliotecária do Rio Grande do Norte.

Ao retornar a Natal em 1957, foi nomeada bibliotecária da Sociedade Cultural Brasil-Estados Unidos (SCBEU), uma escola tradicional de língua inglesa existente na cidade de Natal e que lá permaneceu até o ano de 1959. Nesse mesmo ano assumiu a responsabilidade de criar e implantar o Serviço Central de Bibliotecas da então Universidade do Rio Grande do Norte (URN), instituída um ano antes a partir de uma lei estadual, tendo a sua formação a partir das faculdades e escolas de nível superior já existentes na cidade de Natal, sendo federalizada em 1960 (UFRN, 2018). O referido serviço consistia da coordenação das atividades das Bibliotecas das Faculdades Isoladas, cujos acervos eram armazenados de forma precária, sem organização e controle, acarretando o extravio de parte do acervo pela não devolução dos empréstimos ou falta de manutenção.

Desde a finalização de sua graduação, Zila Mamede colaborou na capacitação e formação de profissionais para atuarem nas poucas bibliotecas existentes na cidade de Natal até aquele momento. Para tanto, ministrou o primeiro Curso de Biblioteconomia no ano de 1959, aprovado pelo conselho universitário da URN, cujo objetivo era formar Auxiliares de Bibliotecas. Este foi promovido pelo Programa de Extensão Universitária da Faculdade de Filosofia de Natal, durante os anos de 1956-1960. Dentre as principais atividades promovidas pelo projeto estavam:

- Movimentação artística e literária no Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica, sob a proficiência da bibliotecária e poetiza Zila Mamede, com a conferência

> "O tema na moderna poesia norte-rio-grandense";
>
> - Curso intensivo de Biblioteconomia proferido pela professora Zila Mamede, inaugurado no dia 11 de maio de 1959, na própria sala provisória da Biblioteca da Faculdade, já então com um acervo de mais de 3.000 volumes, devidamente catalogados e oferecidos à frequência dos estudantes em dois expedientes diários (MEDEIROS, 2017, p. 07).

O pioneirismo e a dinamicidade das atividades desenvolvidas na Faculdade de Filosofia naquela época foram responsáveis pela consolidação de uma tradição de ensino, pesquisa e extensão universitária por meio de um programa educacional, cultural e social e consequente consolidação do ensino superior na cidade de Natal.

A próxima experiência vivenciada por Zila Mamede apresentava amplitude e nível de complexidade mais elevado, ao assumir a Diretoria de Documentação e Comunicação e Cultura da Prefeitura Municipal de Natal (1959-1961). Isto se deu na gestão do prefeito Djalma Maranhão, governo que priorizava a realização de programas de alfabetização popular, conscientização política, democratização da cultura e, acima de tudo, por meio das bibliotecas populares, queria fazer com que o livro chegasse às mãos da população. Nesse contexto, a bibliotecária/poeta alimentou o sonho de ver construída a primeira biblioteca pública do estado que, conforme nos relata Marise Castro (2004), tratava-se de um projeto bastante arrojado:

> O programa de construção da Biblioteca Pública do Estado, além do salão de leitura com capacidade para 120 leitores e da discoteca com 10 cabines individuais e um auditório, previa sala especial destinada ao trabalho de pesquisadores, salão de exposições, auditório e apartamento

> para hospedagem dos convidados da instituição. Incluía ainda duas bibliotecas itinerantes: uma para o público infantil e outra para o público adulto (CASTRO, 2004, p. 43).

A Biblioteca Pública do Estado, em instalações provisórias, foi responsável pela realização de diversos cursos como o Curso de História e Crítica da Pintura Moderna, o Curso de História e Interpretação do Jazz, Introdução ao Yoga, Literatura e a sua função social, Literatura Infantil. Zila Mamede, em 1962, ministrou o que viria a ser o segundo curso para auxiliar de bibliotecas, oferecido pela Escola de Administração do Estado. O curso teve 24 candidatos matriculados e apenas nove o concluíram.

O projeto da construção da Biblioteca Pública foi finalizado, mas antes mesmo de sua inauguração, uma mudança de governo decretou o destino das instalações concluídas, cedendo-o à sede da Assembleia Legislativa. Posteriormente, foi concedido à Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte uma nova sede, em um novo prédio, mas infelizmente muito aquém daquele idealizado pela bibliotecária[16] (CASTRO, 2004).

Durante o ano de 1961, Zila Mamede viaja para os Estados Unidos na condição de bolsista do governo norte-americano, com o propósito de ampliar sua formação na área de Biblioteconomia. Naquele país, participou de um curso sobre Administração de Bibliotecas, em cumprimento ao Programa G-180 do *Latin American Consultant*. Nesse período, realizou visitas de observação na Biblioteca do Congresso (LC), Biblioteca do Colombo, a *United States Book Exchange* (USBE), Biblioteca da Universidade de Siracusa, Biblioteca Pública de Cleveland e participou da Conferência Anual da Associação de Bibliotecários Americanos (ALA). Essa valiosa experiência foi

[16] O prédio cedido continua sendo a sede da Biblioteca Pública do estado do RN, situado à Rua Potengi, 535 – Petrópolis. No ano de 1970, passou a se denominar Biblioteca Pública Câmara Cascudo.

devidamente registrada e documentada em uma espécie de diário/livro (Figura 1), registro criado e atualizado por Zila Mamede durante sua estadia nos Estados Unidos.

Figura 1 - Livro/Registro de Viagem de Zila Mamede aos Estados Unidos.

Fonte: Registros fotográficos de Mônica Karina Santos Reis (2018).

Esses registros são compostos por documentos oficiais como declarações, ofícios e solicitações emitidas ou destinadas às bibliotecas visitadas; registros de hospedagem em hotéis; originais de bilhetes, comprovantes de embarque e despacho de bagagem; envio de postagem e recebimento de correspondência e fotografias de reuniões e encontros entre Zila e as equipes de funcionários das instituições visitadas.

A riqueza dos detalhes existentes nesses registros se configura como fonte de pesquisa tanto para os pesquisadores dedicados ao estudo da vida e obra de Zila Mamede, quanto para aqueles que desejem compreender o contexto histórico no qual surgiram as primeiras bibliotecas públicas na cidade de Natal, a primeira biblioteca

universitária e a oferta de formação de auxiliares de biblioteca e bibliotecários no estado do Rio Grande do Norte.

Os frutos dessa experiência internacional certamente influenciaram na sua atuação frente à criação da Biblioteca Central da UFRN. De acordo com Marise Castro (2004),

> Sair da Província Natalense, carente em bibliotecas, para estudar nas bibliotecas das cidades cosmopolitas de Washington e Nova York certamente deu a Zila Mamede a possibilidade de obter um conhecimento singular na área de Biblioteconomia – o que possibilitou a jovem bibliotecária no seu trabalho pioneiro e rigoroso planejar e instalar bibliotecas públicas no Rio Grande do Norte (CASTRO, 2004, p. 76).

Conforme mencionamos anteriormente, a ampliação do Serviço de Bibliotecas das Faculdades Isoladas para a robusta Biblioteca Central também foi planejada, instalada e organizada por Zila Mamede. A Biblioteca Central da UFRN (BC/UFRN) iniciou suas atividades em sede provisória, onde hoje funciona o Arquivo Geral da universidade e, posteriormente, transferida para sua sede definitiva onde permanece até o corrente ano (2018). Por ocasião de sua implementação, no ano de 1974, Zila Mamede foi nomeada sua Diretora e permanece nesse cargo até sua aposentadoria no ano de 1980.

O trabalho de estruturar a Biblioteca Central da UFRN incluía também prover o quadro de pessoal com profissionais qualificados. Isso porque inexistia na época escolas de Biblioteconomia no estado, acarretando grande escassez desse profissional para atuar na UFRN. De acordo com Claudio Galvão (2005), a busca pela excelência na prestação de serviços estava sempre nas pretensões de Zila à frente da biblioteca e isso incluía sua própria formação.

Em 1964, Zila se afasta da direção da Biblioteca Central para realizar curso de mestrado em Biblioteconomia na Universidade de Brasília, que ela não conclui, ficando aquela biblioteca por dois anos sem direção. Nesse mesmo período, antes de afastar-se, conseguiu três bolsas de estudo para formar três servidoras da UFRN: Sônia de Paiva Campos, que a sucedeu na direção da biblioteca; Norma Leite Rodrigues e Safira Tavares, a primeira na Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade da Bahia e as duas últimas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. As bolsas foram concedidas pelas próprias escolas de Biblioteconomia com complementação orçamentária dada pela então Universidade do Rio Grande do Norte (GALVÃO, 2005; UNIVERSIDADE..., 1964).

Os anos que se seguiram foram marcados por vários outros convênios com instituições de ensino no país que Zila promovia com vistas à formação do quadro de pessoal técnico da biblioteca. Eram selecionados por ela servidores da universidade e alguns alunos que na época atuavam como bolsistas na biblioteca. Os contemplados deveriam ter alguma graduação ou estar matriculados em algum curso na UFRN e ter cursado ao menos dois anos do então currículo básico de cursos da área de humanas.

Com a criação do Curso de Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba, tornou-se viável a formação de maior contingente de pessoal. Assim, no ano de 1976 foi concretizado a efetivação do Convênio Interinstitucional nº 36/76, celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal da Paraíba, com o propósito de promover a formação da Graduação em Biblioteconomia.

O caminho para a formação estava resolvido. Porém, outro desafio se colocava. O período era de estruturação das universidades e, nesse contexto, de acordo com relato de servidores que vivenciaram aquele momento institucional, o então Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão federal responsável na época, década de 1970, principalmente pela seleção e

aperfeiçoamento de pessoal, havia vetado a contratação de pessoal técnico. Porém, as universidades dispunham da prerrogativa de contratar professores colaboradores. Uma espécie de vínculo permanente, mas sob o regime celetista sem plano de carreira.

Desse modo, Zila conseguiu junto à reitoria a possibilidade de utilizar desse recurso para contratar os recém-formados bibliotecários que não eram servidores, isto é, as bolsistas de apoio técnico vinculadas à universidade como alunas. Com sua saída da direção no ano de 1980, a política de formação de pessoal através de convênio foi continuada por Sônia Campus, sucessora de Zila na direção da Biblioteca Central. Porém, a contratação de professor colaborador já não era mais permitida.

O grupo de bibliotecárias participantes desses convênios assumiram a responsabilidade de propagar o legado deixado pela ilustre Diretora da Biblioteca Central. Muitas fizeram de sua profissão o exercício de formar futuros bibliotecários e bibliotecárias pelas décadas que se seguiram, respondendo com prontidão, responsabilidade e competência a missão deixada por Zila Mamede.

O legado de Zila Mamede para o estado do Rio Grande do Norte não foi percebido apenas pela comunidade universitária ou de bibliotecários. Sua trajetória foi por muitos enaltecida, como podemos observar na fala do renomado jornalista norte-rio-grandense Dorian Jorge, em texto escrito por ocasião do falecimento de Zila em dezembro de 1985:

> Não conheci na vida alguém que amasse mais os livros e trabalhasse com eles com maior competência. Não conheci na vida quem melhor dirigisse uma biblioteca pública, aliando ao desvelo do carinho a eficiência da profissional. Não conheci ninguém mais meticuloso no levantamento bibliográfico de grandes autores, transformando o simples fichário de livros em obra de consulta obrigatória como o fez com Luís

> da Câmara Cascudo e estava a fazer, estava concluindo, com respeito ao grande poeta João Cabral de Melo Neto (FREIRE, 1985, p. 02).

Em reconhecimento a uma vida dedicada à Biblioteconomia do Rio Grande do Norte e à universidade, a UFRN através da resolução nº 120/85-CONSUNI "aprova a mudança do nome da Biblioteca Central para Biblioteca Central Zila Mamede". Homenagem póstuma, justa e merecida.

No ano de 1987, a família Mamede doou à Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) o acervo que compõe a biblioteca particular de Zila Mamede com aproximadamente 1.500 títulos de documentos de várias tipologias. Esse acervo é composto pelos livros escritos por Zila Mamede, livros adquiridos por ela ao longo da vida, correspondências enviadas e recebidas entre a poeta e outros literatos de renome nacional, tais como Manoel Bandeira, Luís da Câmara Cascudo, João Cabral de Melo Neto e Carlos Drummond de Andrade, dentre outros, que permitiram à comunidade científica conhecer a bibliotecária e poeta, em sua singularidade.

Um espaço na BCZM foi dedicado a acondicionar essas coleções. Trata-se de uma sala (Fotografia 1) localizada no setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central Zila Mamede. Seu acesso é aberto, mas controlado sob supervisão de um bolsista ou bibliotecário do setor. Os materiais são disponibilizados apenas para consulta local, manuseados com luvas e máscaras e a autorização para fotografia sem uso de flash.

Fotografia 1 - Réplica da sala/escritório de Zila Mamede localizada no Setor de Coleções Especiais da BCZM.

Fonte: Fotografia de Mônica Karina Santos Reis (2018).

Constam ainda desse acervo: folhetos, reportagens concedidas por Zila Mamede a jornais locais e nacionais; artigos e crônicas por ela escritos; matérias sobre lançamentos de seus livros; os artigos da coluna "Revista da Cidade" do Jornal Tribuna do Norte; revistas científicas e de ampla circulação. Algumas fotos originais e pessoais de Zila Mamede ajudam a compor essa sala de obras raras permeada por poesia, literatura, artes, filosofia e representam uma vida inteira dedicada ao conhecimento.

Os eventos relatados demonstram quão forte foi a presença feminina nas primeiras manifestações da área de Biblioteconomia no Rio Grande do Norte, especialmente marcada pelo pioneirismo da poeta, como gostava de ser denominada, Zila da Costa Mamede. Majoritariamente feminino também foi o grupo ao qual ela

proporcionou formação na área. Mesmo não tendo registros documentais que atestem todos os nomes participantes, os relatos de bibliotecárias que vivenciaram a época dão conta de apenas dois nomes masculinos formados já na gestão de Sônia Campos.

Na sequência, buscaremos descrever como se deu o processo de criação do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e, mais uma vez, demonstrar o protagonismo de um grupo de mulheres que viabilizaram a realização e consolidação desse projeto.

3 PROTAGONISMO FEMININO NA CRIAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFRN

Versar sobre o surgimento do Curso de Biblioteconomia da UFRN pressupõe resgatar o momento vivido pela instituição universitária e seus atores na década de 1980. Essa história começa com o grupo de bibliotecárias formadas pelos convênios e a forma de contratação que foi viabilizada para dar cabo do problema das vagas de técnicos e não realização de concursos públicos.

De acordo com um relatório de gestão da então Biblioteca Central da UFRN, no ano de 1978, o quadro de bibliotecários constava de 26 profissionais, e destes, 16 contratados como professor colaborador. No ano de 1981, por força do Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980 e da Resolução nº 30/81-CONSEPE de 27 de janeiro de 1981, todos os professores colaboradores admitidos até o ano de 1979 foram obrigados a participar de um processo seletivo para que migrassem para a categoria de Professor Assistente, primeira classe da carreira docente. O processo incluía a elaboração de uma monografia que deveria ser apresentada e aprovada por banca examinadora.

Desse modo, as 16 bibliotecárias/professoras passaram à categoria de Professor Assistente, porém ainda com carga horária dedicada ao trabalho de bibliotecário na Biblioteca Central (BC), o que

reforçava uma situação de desvio de função. Como forma de amenizar a situação, as bibliotecárias/professoras passaram a dedicar parte de sua carga horária a ministrar disciplinas de 'Pesquisa bibliográfica' nos vários cursos da universidade. Além disso, passaram a se articular em torno da ideia de criar o Departamento de Biblioteconomia (DEBIB) e, posteriormente, o Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFRN.

Compunha esse grupo, em ordem alfabética, as seguintes profissionais: Antônia de Freitas Neta, Eliane Pereira Fulco, Evânia Leiros de Souza, Francisca de Assis Sousa, Francisca Aurinete Girão Barreto Silva, Liana Maria Nobre Teixeira, Maria Goretti da Silva Maux, Maria Neíle de Oliveira Bezerra, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Maria Salete Bezerra B. de Macedo, Neuza Pinheiro de Medeiros, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antônia Chacon Martins, Rildeci Medeiros, Terezinha Anibas da Cunha e Vânia de Vasconcelos Gico.

O grupo, que tinha como porta-voz Rildeci Medeiros, deu entrada na solicitação no ano de 1985, cujo pleito foi direcionado ao Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), sendo negado por aquele centro. A proposta então foi encaminhada ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), tendo sido aprovado em 1990, mas só no ano de 1992 que passou a existir de fato, conforme atestam as Resoluções nº 64/90-CONSEPE, de 04 de junho de 1990, e nº 001/92-CONSUNI, de 24 de abril de 1992.

Nesse ínterim, algumas professoras do projeto original migraram para outros departamentos da universidade como as bibliotecárias/professoras: Evânia Leiros de Souza, Francisca Aurinete Girão Barreto Silva, Liana Maria Nobre Teixeira e Vânia da Vasconcelos Gico, que buscaram lotação nos departamentos de Nutrição, História, Geografia e Ciências Sociais, respectivamente; já Neuza Pinheiro de Medeiros e Maria Salete Bezerra B. de Macedo completaram tempo de aposentadoria (na Fotografia 2 algumas das professoras do DEBIB).

Fotografia 2 - Registro do aniversário de Socorro Borba no ano de 1994.

Legenda: Da esq. para dir. Evânia Leiros de Souza, Antônia de Freitas Neta, Francisca de Assis Sousa, Maria Goretti da Silva Maux, Francisca Arruda Ramalho, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antônia Chacon Martins, Neuza Pinheiro de Medeiros, Terezinha Anibas da Cunha.
Fonte: Acervo pessoal de Maria do Socorro de Azevedo Borba (1994).

Ressalta-se que a criação do DEBIB foi um processo de tensões. A questão orçamentária se mostrou um problema e também argumento para que alguns departamentos se posicionassem contra a sua criação. De modo que, durante alguns anos, o departamento ficou abrigado fisicamente na BCZM, até que fosse disponibilizado destaque orçamentário para seu funcionamento no Centro, bem como a destinação de espaço físico para sua acomodação no CCSA.

Sobre isso, em sua fala de posse como primeira chefe do DEBIB, Rildeci Medeiros nos relata que:

> Por muito tempo esta situação de Professor, lotado na Biblioteca Central Zila Mamede, foi questionada. Tínhamos consciência de que esses questionamentos procediam. Mas, o que fazer? A Biblioteca Central Zila Mamede necessitava dos nossos serviços, a Comunidade Universitária também, mas essa mesma Comunidade se inquietava. Porém, apesar de tudo, nunca nos omitimos em participar da tríade: ensino, pesquisa e extensão.
>
> Os percalços foram muitos. Por que não dizer BATALHA? Foram discussões, entraves, barreiras, dúvidas, enfrentamentos, etc. Esse momento solene não nos permite detalhar. Nós não vencemos! Venceu a Universidade, venceu o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, pois na atual conjuntura, onde se fala de CRISE, existe também a crise da leitura no Brasil. O profissional Bibliotecário tem sido convocado constantemente para contribuir através do seu trabalho como educador, no processo de ensino-aprendizagem, como também para participar das discussões sobre a questão da leitura no país (MEDEIROS, 1992).

Quando de sua criação, o departamento contava com um total de oito docentes, grupo que passou a trabalhar na criação do Curso de Biblioteconomia. O projeto de criação do curso data de 1994 e foi assinado por Maria do Socorro de Azevedo Borba, então chefe do Departamento de Biblioteconomia.

De acordo com relatos de professoras do DEBIB, a construção do currículo contou com a assessoria da então coordenadora do Curso de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, a professora Sely Maria de Souza Costa. O referido curso era, à época, um dos mais bem avaliados no País.

O corpo docente apresentado no projeto era composto pelas seguintes docentes: Antônia de Freitas Neta, Eliane Pereira Fulco, Francisca de Assis Sousa, Maria Goretti da Silva Maux, Maria Neíle de Oliveira Bezerra, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Maria Salete Bezerra Belarmino de Macedo, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antônia Chacon Martins, Rildeci Medeiros e Terezinha Anibas da Cunha.

Três professoras que participaram do processo de criação do Curso de Biblioteconomia não chegaram a lecionar, foram os casos de Neíle de Oliveira Bezerra, que assumiu a Direção da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), aposentando-se após sua gestão; Eliane Pereira Fulco, que se afastou por motivos de doença vindo a falecer; e Maria Salete Bezerra Belarmino de Macedo que também se aposentou.

Dada a saída das docentes, o Departamento precisava completar o seu quadro, que de acordo com legislação da UFRN, o quadro docente mínimo deve ser de 10 professores. Foi então que Francisca Arruda Ramalho, professora então aposentada da UFPB, foi aprovada em concurso público e passou a fazer parte do DEBIB-UFRN. Também foi convidada Fátima Maria de Dantas da Costa, com formação em artes, que foi a única docente sem formação em Biblioteconomia a fazer parte do Departamento. Porém, na ocasião sua formação e seu trabalho como editora na instituição lhe conferia a competência necessária para ministrar as disciplinas de História da arte e Editoração, constantes no currículo do novo curso.

Desse modo, a primeira formação do corpo docente do DEBIB, conforme registro nos sistemas acadêmicos foi a seguinte: Antônia de Freitas Neta, Fatima Maria Dantas da Costa, Francisca Arruda Ramalho, Francisca de Assis de Souza, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Maria Goretti da Silva Maux, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antonia Chacon Martins, Rildeci Medeiros e Terezinha Anibas da Cunha. Dessa formação permanece na ativa apenas a professora Antônia de Freitas Neta. Francisca Arruda Ramalho pediu exoneração um ano depois de assumir na UFRN, sendo substituída na

sequência com a contratação de Luciana de Albuquerque Moreira; e Maria Goretti da Silva Maux, faleceu no ano de 2003. As demais estão aposentadas.

Retomando a criação do Curso de Graduação em Biblioteconomia da UFRN, este teve sua criação finalmente institucionalizada no ano de 1996, através da Resolução nº 039/96-CONSEPE, de 07 de maio de 1996, e teve como primeira Coordenadora Antônia de Freitas Neta. No ano de 1997, é realizado o primeiro vestibular para ingresso da primeira turma. Nas Fotografias 3 e 4 temos os registros de momentos da aula inaugural do Curso de Biblioteconomia, que teve como palestrante convidada a professora Eliany Alvarenga de Araújo, então pertencente ao quadro docente da UFPB.

Fotografia 3 - Mesa de abertura da aula inaugural do Curso de Biblioteconomia da UFRN em 12 de março de 1997.

Legenda: Da esq. para dir.: João Bosco de Medeiros, representado do Conselho Regional de Biblioteconomia; Eliany Alvarenga de Araújo, palestrante convidada; Rejane Lordão, Diretora da BCZM; Ivonildo Rego,

Reitor da UFRN; Maria do Socorro de Azevedo Borba, Diretora do CCSA; Rilda Antônia Chacon Martins, Chefe do Departamento; e Antônia de Freitas Neta, Coordenadora do Curso de Biblioteconomia. Auditório da BCZM.
Fonte: Acervo da BCZM (1997).

Fotografia 4 - Professoras do DEBIB na Aula inaugural do Curso de Biblioteconomia.

Legenda: Fátima Maria de Dantas da Costa, Francisca de Assis Sousa, Maria do Socorro de Azevedo Borba, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rildeci Mederios, Maria Isaura, Rilda Antônia Chacon Martins, Terezinha Anibas da Cunha, Neuza Pinheiro de Medeiros, Evânia Leiros de Souza e Francisca Arruda Ramalho.
Fonte: Acervo BCZM (1997).

As Fotografias 5 e 6 são registros da formatura da primeira turma.

Fotografia 5 - Professoras do DEBIB em cerimônia de colação de grau da primeira turma de Biblioteconomia da UFRN.

Legenda: Da esq. para dir. Luciana Albuquerque Moreira, Antônia de Freitas Neta, Francisca de Assis Souza, Renata Passos Filgueira de Carvalho, Rilda Antônia Chacon Martins, Terezinha Anibas da Cunha, Maria Goretti da Silva Maux e Maria do Socorro de Azevedo Borba.
Fonte: Acervo do Departamento de Ciência da Informação da UFRN (2001).

Fotografia 6 - Professores e alunos da primeira turma de formandos do Curso de Graduação em Biblioteconomia (2000).

Fonte: Acervo do Departamento de Ciência da Informação da UFRN (2001).

Naquele momento, consolidava-se o resultado de um esforço coletivo de grupo de bibliotecárias/professoras que trabalharam com afinco para tornar possível a criação do Curso de Biblioteconomia da UFRN. Após esse período, outras vagas de concurso foram conquistadas e outros projetos foram implementados, em especial rumo à criação do programa de pós-graduação.

Nessa perspectiva, registramos a criação e oferta do primeiro curso de especialização em 'Gestão Estratégica de Sistemas de Informação' no ano de 2005. Três anos depois aconteceu a criação do primeiro Grupo de Pesquisa 'Informação na Sociedade Contemporânea' (GPISC), fortalecendo ainda mais as ações do grupo no âmbito da pesquisa.

No ano de 2010, como ação promovida pelo grupo, sob a coordenação da professora Eliane Ferreira da Silva, foi realizado o I Colóquio de Pesquisa em Ciência da Informação, cujo tema foi "A importância da pesquisa para a formação acadêmica". O evento encontra-se em sua oitava edição, realizado este ano (2018) sob a coordenação da professora Gabrielle Francinne Tanus, com o tema "O protagonismo social da informação".

Em setembro de 2012, o até então Departamento de Biblioteconomia, passou a denominar-se Departamento de Ciência da Informação (DECIN), através de Resolução nº 008/2012-CONSUNI. De acordo com informações da página do departamento, essa mudança teve como pano de fundo a "necessidade de adequar o nome do departamento a tendência nacional da área e dar visibilidade a expansão projetada para o departamento" (DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2018).

No ano seguinte, 2013, o agora DECIN inicia o trâmite no âmbito da UFRN para criação do seu Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, o mestrado profissional na área de Ciência da Informação, o qual foi encaminhado pela professora Andréa Vasconcelos Carvalho. Trata-se do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação e do Conhecimento, que passados dois anos foi aprovado pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e implementado no ano de 2015. A criação desse programa ensejou a criação, em 2018, de outro grupo de pesquisa, "Tecnologia e Gestão da Informação e do Conhecimento".

Conforme relatamos, o DECIN cresceu, avolumaram-se os projetos e novos integrantes do corpo docente efetivo foram agregados. A hegemonia feminina no departamento é então quebrada com a chegada no ano de 2014[17] dos professores Pedro Alves Barbosa

[17] Antes destes houve outros que foram contratados na condição de docentes substitutos que foram os casos dos docentes André Anderson Cavalcante Felipe, e Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo, ambos contratados no ano de 2010.

Neto e Fernando Luiz Vechiato, e em 2015, do professor Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo.

O DECIN, atualmente, conta no seu quadro docente com doze professores efetivos, sendo uma vaga a ser preenchida em razão de recente concurso público (maio de 2018), ademais da composição de seu quadro com os professores substitutos. São eles, os efetivos, em ordem alfabética: Andrea Vasconcelos Carvalho, Antônia de Freitas Neta, Eliane Ferreira da Silva, Fernando Luiz Vechiato, Francisco de Assis Noberto Galdino de Araújo, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus, Jacqueline Aparecida de Souza, Jacqueline de Araújo Cunha, Luciana de Albuquerque Moreira, Monica Marques Carvalho Gallotti, Nadia Aurora Vanti Vitullo e Pedro Alves Barbosa Neto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesse breve relato histórico sobre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação no Rio Grande do Norte demonstrar os eventos, sujeitos e instituições em que se manifestaram. Além disso, apresentar minimamente as condições em que os eventos ocorreram. Muito ainda há para se desvelar nesse percurso histórico marcado fortemente pela figura feminina.

Salta aos olhos a força e determinação de Zila da Costa Mamede, e a forma articulada com que conduziu os primeiros passos da prática biblioteconômica no estado. Para nós, fica patente o seu compromisso com o serviço de excelência e a importância dedicada à qualificação profissional, tanto dela própria, quanto da equipe que preparou para dar continuidade ao seu trabalho, notadamente na Biblioteca Central da UFRN.

Porém, a partir dos documentos encontrados, dos relatos de seus contemporâneos, não nos pareceu que fosse de Zila Mamede um projeto de Escola de Biblioteconomia, mas a conjuntura político-institucional que se estabeleceu especialmente no momento de sua

aposentadoria, contribuiu para as primeiras articulações rumo à criação do Departamento e do Curso de Biblioteconomia.

Foi, portanto, desse coletivo feminino, obviamente impregnado de Zila, todo o crédito pela criação de um espaço institucional acadêmico dedicado à formação de profissionais e por que não dizer, de construção de novos saberes no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

A análise dos materiais coletados e o nome dos atores (ou seriam atrizes?) encontrados demonstram e reforçam a forte presença feminina no campo da Biblioteconomia no RN. Não temos dúvidas de que passagens importantes podem ter nos escapado, porém, nem de longe esperávamos esgotar o assunto. Nosso intento foi, tão somente, contribuir para a construção da memória da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no estado do Rio Grande do Norte, que ainda se encontra no seu estado bruto na grande massa documental que atestou o seu processo de construção, bem como na história de vida das primeiras professoras.

REFERÊNCIAS

BORBA, Maria do Socorro de Azevedo. **Projeto de criação do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia**. Natal: [s.n.], 1994.

BRASIL. Decreto nº 85.487, de 11 de dezembro de 1980. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 1980. Seção 1, p. 2492512

CALDEIRA, João Paulo. A conquista do voto feminino, em 1932. **Jornal GGN:** o jornal de todos os brasis. Editorial Cidadania. 26 fev. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2IpLLQ1>. Acesso em: 05 maio 2018.

CASTRO, Marize. **O silencioso exercício de semear bibliotecas**. Natal: UNA, 2011.

CASTRO, Marize. **Uma mulher entre livros:** Zila Mamede o silencioso exercício de semear bibliotecas. 2004. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2004.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Rio Grande do Norte). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Apresentação do Departamento**. Disponível em: <https://bit.ly/2vvDndt>. Acesso em: 05 abr. 2018.

FIGUEIRÊDO, Gildete Moura de. **Zila da Costa Mamede (1928-1985):** cronologia. Disponível em: <https://bit.ly/2KKVJvA>. Acesso em: 08 maio 2017.

FREIRE, Dorian Jorge. Dia de domingo. **Tribuna do Norte**, Natal, 22 dez. 1985. Caderno de Domingo, p. 2.

FREITAS, Luiz Reinaldo. O mundo de Débora. **Carta Capital**. 01 nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2MFm6Fn>. Acesso em: 10 maio 2018.

MEDEIROS, Cristiana Moreira Lins de. O programa acadêmico da Faculdade de Filosofia de Natal e a formação de professores no Rio Grande do Norte (1956-1960). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7., 2006, Campinas. **Anais...**. Campinas: Unicamp, 2006. p. 1-12. Disponível em: <https://bit.ly/2vXnImw>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MEDEIROS, Rildeci. A biblioteconomia no RN: algumas considerações. **Leitura Dinâmica**, Natal, p. 1-7, 06 out. 1992.

MULHERES de Destaque: **Zila Mamede**. Direção de Juliana Braz. Produção de Juliana Braz. Realização de Tv Câmara de Natal. Natal, Rn: Tv Nacional Brasileira, 2013. (17 min.), son., color. Série Programa Documentação. Disponível em: <https://bit.ly/2B2Sb8G>. Acesso em: 14 maio 2018.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927. Regula o serviço eleitoral do estado do Rio Grande do Norte. **Diário Oficial do Estado**, 1 de dezembro de 1927.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. **Resolução nº 24/64-U**, de 09 de março de 1964.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. **Resolução nº 13/1959**, de 02 de maio de 1959.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 30/81-CONSEPE, de 27 de janeiro de 1981. Dispõe sobre normas para processo seletivo de docentes e sua inclusão na referência inicial da classe de Professor Assistente. **Boletim informativo da UFRN**, n. 001, 29 jan. 1981.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 002/1996-CONSEPE, de 10 de maio de 1996. Cria o Curso de Biblioteconomia. **Boletim de Serviço da UFRN**, n. 032/96, 26 maio 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão. Resolução nº 64/90-CONSEPE, de 04 de maio de 1990. Emite parecer favorável à criação do Departamento de Biblioteconomia. **Boletim de Serviço da UFRN**, n. 029, 15 jun. 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior Universitário. Resolução nº 008/2012-CONSUNI, de 28 de setembro de 2012. Aprova mudança de nome do Departamento de Biblioteconomia – DEBIB, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, para Departamento de Ciência da Informação – DECIN. **Boletim de Serviço**, n. 187, 05 dez. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Superior Universitário. Resolução nº 001/1992-CONSUNI, de 24 de

abril de 1992. Aprova criação do Departamento de Biblioteconomia. **Boletim de Serviço da UFRN**, n. 021, 20 maio 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Serviço Central de Bibliotecas. **Documento da biblioteca (1959/1978)**. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [1979]. (Cópia datilografada).

CAPÍTULO 4

PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS DE AUTORIA DE MULHERES: UM PANORAMA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Jéssica Bedin

Daniele Feldman

William Barbosa Vianna

1 INTRODUÇÃO

A representatividade e a atuação da mulher em diversos contextos da sociedade vêm tomando espaço ao longo da história da humanidade, principalmente a partir do século XX, mediante o movimento feminista, que visa a igualdade econômica, política e social, bem como condições de direitos a não discriminação baseada no gênero, o que vem contribuindo para transformação do campo educacional do país (ASSUMPÇÃO, 2014).

A participação de mulheres em instituições de educação superior tem crescido de forma significativa nas últimas décadas, em países diversos, como no Brasil (ASSUMPÇÃO, 2014). O crescimento da presença de mulheres em diversos cursos é evidente (LETA, 2003), conforme demonstram os dados do último Censo da Educação Superior do Brasil, que revelou a representatividade da mulher em 57,2% dos estudantes matriculados nos cursos de graduação (INEP, 2016).

Considerando esse crescimento da participação ativa das mulheres em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, na Ciência da Informação, neste capítulo, visamos apresentar o estudo

que teve por objetivo mapear o panorama das publicações científicas da área da Ciência da Informação, escritas por mulheres, acerca da Gestão da Informação. Busca-se, dessa forma, evidenciar a participação da mulher nessa área do conhecimento e temática, com vistas a contribuições futuras.

O estudo apresentado neste capítulo se classifica como exploratório e descritivo, e possui aspectos qualitativos. É exploratório, pois aprofundou o conhecimento acerca do problema pesquisado, gerando reflexão e conhecimento acerca das publicações a serem analisadas. É também descritivo, pois mostrou as características dos dados encontrados nas publicações. Possui aspectos qualitativos, uma vez que foram analisadas as características encontradas nas publicações, no intuito de evidenciar a participação da mulher na temática em estudo na área da Ciência da Informação, com vistas a novas contribuições.

De forma a se aproximar do contexto em estudo, foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica somada à pesquisa-ação. A pesquisa bibliográfica permitiu aos investigadores selecionar e analisar as publicações advindas da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), situando-os sobre o que foi produzido acerca do tema em estudo. A pesquisa-ação proporcionou aos investigadores a interação com os resultados durante todo o processo de operacionalização do estudo.

Para a seleção da literatura, identificação, análise e reflexão das características das publicações, utilizou-se como instrumento de intervenção e investigação o *Knowledge Development Process-Constructivist (ProKnow-C)*[18]. O propósito desse modelo é auxiliar pesquisadores na seleção e análise da literatura científica, frente a seus interesses, escolhas, delimitações e objetivos, segundo a visão

[18] Maiores detalhes sobre essa metodologia podem ser encontrados em: SARTORI, Simone; ENSSLIN, Leonardo; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; ENSSLIN, Sandra Rolim. Mapeamento do estado da arte do tema sustentabilidade ambiental direcionado para a tecnologia de informação. **Transinformação**, v. 26, n. 1, p. 77-89, abr. 2014.

construtivista, por meio de um processo estruturado composto por quatro etapas, a saber: (i) seleção do Portfólio Bibliográfico (PB); (ii) análise bibliométrica; (iii) análise sistêmica; e (iv) formulação da pergunta e objetivos da pesquisa (ENSSLIN; ENSSLIN; DUTRA, 2017).

Frente ao exposto, o estudo apresentado neste capítulo, mantém a seguinte estrutura de seções: além da introdução, na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico; na terceira seção, trata-se dos procedimentos metodológicos adotados, com foco na operacionalização para seleção do PB e variáveis empreendidas para análise bibliométrica e sistêmica; na quarta seção, demonstram-se os resultados; na quinta seção, apresentam-se as considerações finais; e por fim, estão as referências bibliográficas usadas ao longo do estudo.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES

Na sociedade atual, a informação é um elemento chave para o desenvolvimento e evolução das organizações. Apesar dos processos terem o suporte da tecnologia, as organizações dependem fortemente dos conhecimentos e experiências das pessoas para concretizar as atividades e atingir seus propósitos.

Entende-se que são os desafios do mercado e as perspectivas sociais que impulsionam os ambientes a serem dinâmicos e inovadores. Assim, a interação entre os indivíduos, o compartilhamento de informações e a criação de conhecimento são vitais para o sucesso das organizações (VICK; NAGANO; SANTOS, 2009).

Apesar da incerteza e dos riscos serem comuns nesse contexto, a colaboração por meio do estabelecimento de parcerias é uma alternativa, o que também se torna um desafio ao tratar do compartilhamento do recurso informação. Logo, a gestão da informação pode ser uma alternativa na aplicação do processo de inovação aberta (CÂNDIDO, 2017). A integração da gestão da

informação e da inovação aberta ainda é uma temática pouco explorada ao analisar suas relações nas pesquisas científicas (CÂNDIDO; BERTOTTI; VIANNA, 2017).

No segmento dos negócios, a gestão da informação tem se destacado por ser um instrumento que gera diferencial competitivo e inovação (SANTOS; VALENTIM, 2015). Isso porque facilita o uso da informação empresarial para a tomada de decisão, gerando conhecimento aos gestores (DUARTE; SILVA; COSTA, 2017), além de melhoria nos produtos e serviços, ao possibilitar que as organizações se cerquem de toda informação possível para minimizar os riscos e reduzir as incertezas (CARVALHO, 2012).

Outra possível aplicação da gestão da informação é no monitoramento de mercado, permitindo a identificação de oportunidades e possibilidades de investimentos considerando a cadeia produtiva (CANONGIA; PEREIRA; ANTUNES, 2002). Isso faz com que a organização tome decisões mediante informações seguras, oportunas, atuais e abrangentes, que são oriundas da combinação da gestão da informação, do conhecimento e da inteligência competitiva (HOFFMANN, 2016).

Nas unidades de informação, as mudanças na forma como acontece a produção, transmissão e uso do conhecimento têm evoluído para publicações eletrônicas, abrindo espaço para novos suportes e possibilidades de acesso, requerendo assim, que as bibliotecas revejam como se dará a gestão da informação, nessa perspectiva de cenário (ROSETTO, 1997). Já nas bibliotecas escolares a aplicação da gestão da informação tem viabilizado o trabalho colaborativo das pessoas para integrar a comunidade escolar e melhorar a educação (GARCEZ; CARPES, 2006).

Independentemente do cenário no qual a gestão da informação é desenvolvida e dos seus propósitos para aquele cenário, a fim de agilizar seus processos, as organizações têm buscado apoio nas tecnologias da informação considerando suas particularidades culturais (OLIVEIRA; BERTUCCI, 2003). Para tanto, utilizam *softwares*,

como por exemplo, o *Enterprise Resource Planning*, que potencializa as modificações organizacionais (SOUZA et al., 2013).

Algumas metodologias também estão sendo aplicadas à gestão da informação e é interessante ter em mente o nível de informação para definir qual deve ser a atuação: se estratégica, tática ou operacional. Assim, destacam-se as ferramentas *Infomapping* e a norma AFNOR XP X 50-053 com possibilidades de aplicação nas organizações (PEREIRA, 2003; VALENTIM et al., 2008).

Frente aos desafios de colocar em prática as teorias da gestão da informação e do conhecimento, Belluzzo (2006, p. 84) recorre aos mapas conceituais e mentais como apoio, tendo em vista que "são ferramentas grátis que classificam, representam e comunicam as relações servindo como ponto de referência para as tomadas de decisão".

Destaca-se que a gestão da informação e do conhecimento costumam estar atreladas. Por isso, é fundamental entender os aspectos conceituais, suas convergências e divergências (COSTA; KRUCKEN; ABREU, 2000), principalmente pela dificuldade e confusão existente para diferenciá-las na prática (AMORIM; TOMAÉL, 2011).

No ambiente digital, a gestão da informação e do conhecimento podem auxiliar nos processos de criação de conhecimento e disponibilização da informação, por meio das ferramentas da *web* 2.0, como os *blogs* e *wikis* (ANDRADE et al., 2011). Também é importante considerar a interoperabilidade entre os ambientes físicos e digitais, característica da sociedade contemporânea. Sendo assim, a integração da arquitetura da informação com a gestão da informação permite aproximar essas duas realidades para que sejam, ao máximo, similares e representativas para o usuário (CAMBOIM; TARGINO; SOUSA, 2016).

Para compreender esse contexto, as organizações podem combinar a gestão da informação e do conhecimento visando dar sentido às mudanças externas, identificando, assim, as demandas, direcionando informações estratégicas para facilitar o acesso por meio da web, apostando nos princípios do marketing para atrair os usuários

e, consequentemente, atender às necessidades informacionais (AMARAL, 2008).

Uma nova tendência da gestão da informação no contexto digital vem se consolidando tanto nas teorias como nas práticas, evidenciando a avaliação em determinados contextos, como por exemplo, na curadoria digital (MACHADO et al., 2016).

No âmbito científico, a gestão da informação é fundamental para a tomada de decisão nas instituições de ensino, principalmente ao estabelecer indicadores para avaliar e gerar informações de forma estratégica (FORTUNATO; PINTO, 2018). Ao avaliar a comunicação das instituições de ensino superior com o público interno e externo, por meio do site, possibilita a identificação de informações estratégicas para que este atinja seu principal objetivo, que é o de levar conhecimento ao público sobre as atividades de ensino, pesquisa e extensão (SPINA, 2017).

No contexto das práticas sociais, a gestão da informação pode auxiliar as organizações não governamentais nos processos de recepção, geração e transferência de informação sobre os mais diversos assuntos, como por exemplo, gênero e direito das mulheres (ARAÚJO, 1999).

Já os modelos de gestão da informação governamental podem apoiar os gestores públicos no desenvolvimento de boas práticas ao considerarem a informação como um recurso estratégico para o governo e para a sociedade (MALIN, 2006).

Em específico, no campo das políticas públicas e dos programas voltados para a juventude, a gestão da informação e do conhecimento podem contribuir na perspectiva do compartilhamento em rede, tendo como finalidade o conhecimento, a informação e a formação para a juventude (LLARENA; NAVARRO; DUARTE, 2016).

Para conhecer as características das pesquisas desenvolvidas na área de gestão da informação, pesquisas bibliométricas auxiliam no mapeamento da produção científica tanto nacional quanto internacional (KLEINUBING, 2010; GUEDES, 2012; KROEFF et al., 2015).

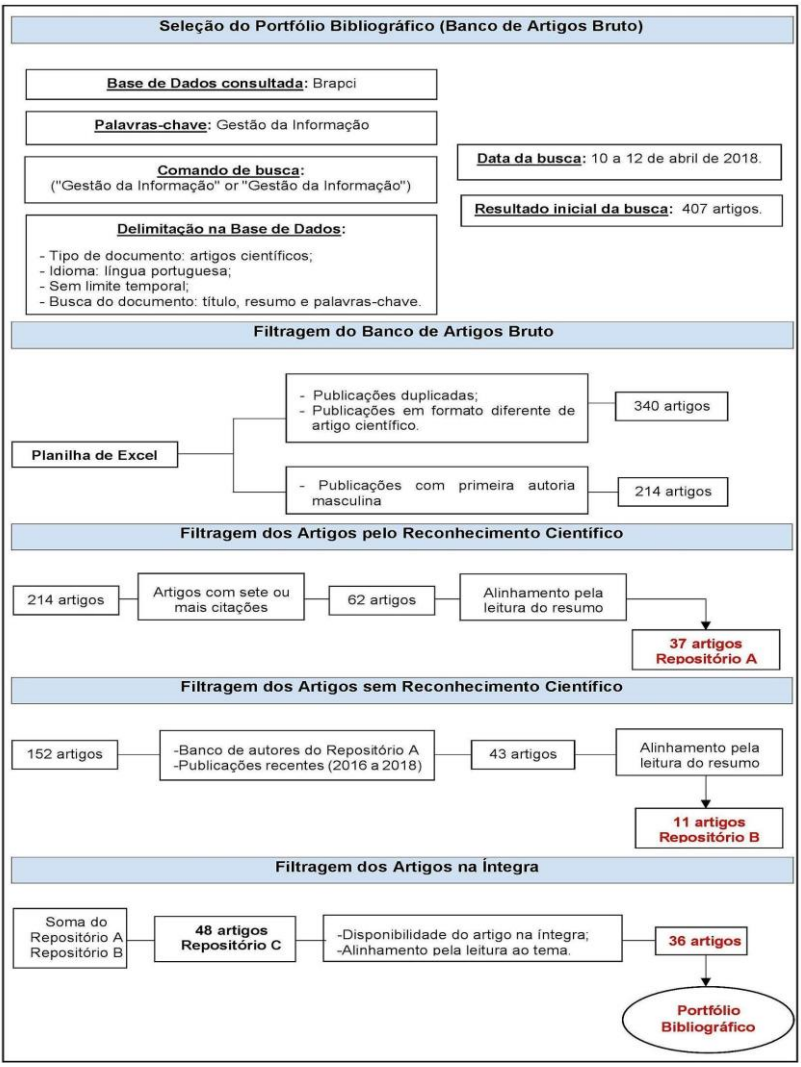
No entanto, ao trabalhar com a gestão da informação, algumas temáticas ainda são sensíveis na prática, pois não existem relações coerentes entre a segurança da informação, as tecnologias da informação e compartilhamento, com as definições estratégicas das organizações (NASSIF; RESENDE, 2016).

Por fim, destaca-se a atuação do bibliotecário na gestão da informação ao agregar valor à informação, tornando-a útil, exata e oportuna, tendo em vista que é insumo essencial para a vantagem competitiva (PIZARRO; DAVOK, 2008). Assim, as modificações da sociedade contemporânea fazem com que os níveis de exigências aumentem, juntamente com a necessidade de solucionar problemas de informação cada vez mais dinâmicos e complexos, refletindo também na atuação do profissional da informação (MARCHIORI, 2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo do estudo, tornou-se necessária a utilização de uma metodologia que contemplasse o caminho a ser percorrido, para o cumprimento dos objetivos propostos. A coleta de dados iniciou pela seleção do PB, primeira etapa do *ProKnow-C*, conforme operacionalização demonstrada na Figura 1.

Figura 1 - Processo de Seleção do Portfólio Bibliográfico.



Fonte: Adaptada do processo do *ProKnow-C*.

Os 407 documentos recuperados na base de dados da BRAPCI foram ordenados em planilha do Excel, para filtragem do banco de artigos bruto, que inicialmente consistiu na exclusão de publicações duplicadas e publicações em formato diferente de artigos científicos. Essa organização resultou em um total de 340 artigos que foram filtrados em relação às publicações com primeira autoria masculina. Resultaram 214 artigos escritos por mulheres em primeira autoria, que representam o universo do estudo apresentado, neste capítulo.

Em seguida, foi verificado o reconhecimento científico dos 214 artigos, pelo número de citações no *Google Scholar.* Os artigos com reconhecimento científico que fizeram parte do estudo foram aqueles com sete ou mais citações. Resultaram 62 artigos, que foram filtrados pela leitura do resumo quanto ao alinhamento ao tema, originando o Repositório A com 37 artigos e com um total de 54 autoras.

Os 152 artigos sem reconhecimento científico foram reanalisados, a fim de identificar aqueles relacionados com o banco de autores do Repositório A, bem como as publicações recentes (2016 a 2018). Como resultado, foram selecionados 43 artigos, que foram filtrados pela leitura do resumo quanto ao alinhamento ao tema em estudo, resultando em 11 artigos, que compuseram o Repositório B.

A soma do Repositório A e do Repositório B deu origem ao Repositório C, com 48 artigos. Esses artigos foram verificados quanto à disponibilidade do documento e seu alinhamento com a temática em estudo, a partir da leitura na íntegra. Essa análise resultou no PB com 36 artigos, representando o fragmento da literatura a ser estudado, neste capítulo.

Os dados foram analisados com base nas informações extraídas dos 36 artigos do PB, por meio da análise bibliométrica e análise sistêmica, como proposto pela segunda e terceira etapa do *ProKnow-C.*

A análise bibliométrica teve por objetivo verificar as características das publicações do PB, a fim de gerar conhecimento

para os pesquisadores acerca do tema abordado (DUTRA et al., 2015), por meio das variáveis básicas e avançadas.

As variáveis básicas analisadas nessa etapa, dizem respeito: (i) às autoras do PB com trajetória de pesquisa na temática abordada; (ii) aos periódicos científicos do PB que têm devotado espaço à divulgação de pesquisas sobre a temática investigada; e (iii) à evolução temporal dos artigos do PB ao longo dos anos. Já as variáveis avançadas correspondem ao: (i) ambiente, contexto e propósito dos estudos empreendidos nos artigos empíricos do PB; e (ii) métodos e instrumentos utilizados para a Gestão da Informação nos artigos empíricos do PB.

Adicionalmente, visando aprofundar o conhecimento sobre o referido tema, com vistas a contribuições futuras (ENSSLIN; ENSSLIN; DUTRA, 2017), foi realizada a análise sistêmica, por meio da lente abordagem. Visou-se assim identificar nos artigos empíricos do PB o enfoque dado para a Gestão da Informação, a partir das três arenas empreendidas por Choo (2003, p. 23, grifo nosso), para o papel estratégico de criação e o uso da informação no contexto organizacional, a saber:

> (i) a organização usa informação para criar significado às mudanças no ambiente externo; (ii) a organização cria, organiza e processa a informação de modo a construir conhecimentos por meio do aprendizado, e (ii) a organização busca e avalia as informações de modo a tomar decisões importantes.

Por fim, os resultados do estudo apresentado neste capítulo foram demonstrados com o apoio de dados estatísticos.

4 RESULTADOS

A análise bibliométrica acerca das variáveis básicas empreendida nos 36 artigos do PB, no que se refere às autoras com trajetória de pesquisa na temática abordada, identificou o total de 54 autoras, das quais uma autora apresentou três publicações: Emeide Nóbrega Duarte; e quatro autoras apresentam duas publicações: Ana Clara Cândido; Edmeire Cristina Pereira; Maria Inês Tomaél; e Marta Lígia Pomim Valentim.

Dessa forma, constatou-se no extrato analisado que apenas 8% das autoras do PB possuem trajetória de pesquisa em Gestão da Informação. As demais autoras, que correspondem a 92% do total, não foram representativas. Assim sendo, percebeu-se que na área da Ciência da Informação a representatividade das autoras do PB em relação à trajetória de pesquisa consolidada acerca da Gestão da Informação é baixa.

Apresenta-se a seguir o Quadro 1, com informações acerca das autoras da área da Ciência da Informação com trajetória de pesquisa na temática da Gestão da Informação.

Quadro 1 - Autoras de destaque do PB.

Ana Clara Cândido	
Formação	Graduação em Ciências Econômicas, mestrado em Economia e Gestão da Inovação e doutorado em Avaliação de Tecnologia.
Atuação	Docente vinculada ao Departamento de Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina. Leciona nos cursos de graduação de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação, estando também vinculada à Pós-graduação em Ciência da Informação.
Áreas de interesse	Inovação aberta, gestão da informação e avaliação de tecnologia.

Edmeire Cristina Pereira	
Formação	Graduação em Biblioteconomia e Documentação e mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação.
Atuação	Docente vinculada ao Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná. Leciona no curso de graduação em Gestão da Informação.
Áreas de interesse	Direitos de propriedade intelectual e industrial, gestão da inovação tecnológica, gestão ambiental, gestão do conhecimento e gestão da propriedade intelectual.
Emeide Nóbrega Duarte	
Formação	Graduação e mestrado em Biblioteconomia e doutorado em Administração.
Atuação	Docente vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Leciona nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, estando também vinculada à Pós-graduação em Ciência da Informação.
Áreas de interesse	Gestão da informação e do conhecimento, aprendizagem organizacional, cultura informacional, competência em informação e inteligência organizacional.
Maria Inês Tomaél	
Formação	Graduação em Biblioteconomia, mestrado em Educação e doutorado em Ciência da Informação.
Atuação	Docente vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Leciona no programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
Áreas de interesse	Redes de conhecimento, compartilhamento da informação e do conhecimento, redes sociais, inovação e fontes de informação.

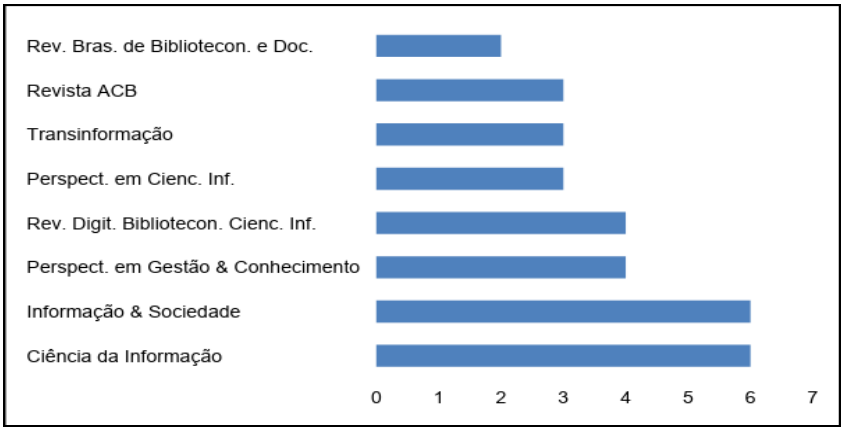
Marta Lígia Pomim Valentim	
Formação	Graduação em Biblioteconomia, mestrado em Ciência da Informação e doutorado em Ciências da Comunicação.
Atuação	Docente vinculada ao Departamento de Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Leciona nos cursos de graduação em Arquivologia e Biblioteconomia, estando também vinculada à Pós-graduação em Ciência da Informação.
Áreas de interesse	Inteligência competitiva organizacional, gestão da informação e do conhecimento, gestão documental, cultura e comportamento informacional, formação e atuação do profissional da informação e economia da informação.

Fonte: Adaptado do Lattes (2018).

Com base no Quadro 1, foi possível constatar que apesar de uma autora não possuir formação na área da Ciência da Informação, todas atuam nessa área do conhecimento, o que intensifica a predominância da temática da Gestão da Informação nessa área de atuação.

A segunda variável básica da análise bibliométrica condiz com a receptividade dos periódicos do PB em relação à temática investigada, que contribuiu para identificar os periódicos abertos à divulgação de pesquisas sobre a Gestão da Informação na área da Ciência da Informação, conforme Figura 2.

Figura 2 - Periódicos de destaque no PB.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base na Figura 2, observou-se que dentre os periódicos do PB, há o destaque de dois periódicos, ambos com seis publicações, a saber: Ciência da Informação e Informação & Sociedade, o que demonstra que esses periódicos são potencializadores na temática em estudo na área da Ciência da Informação.

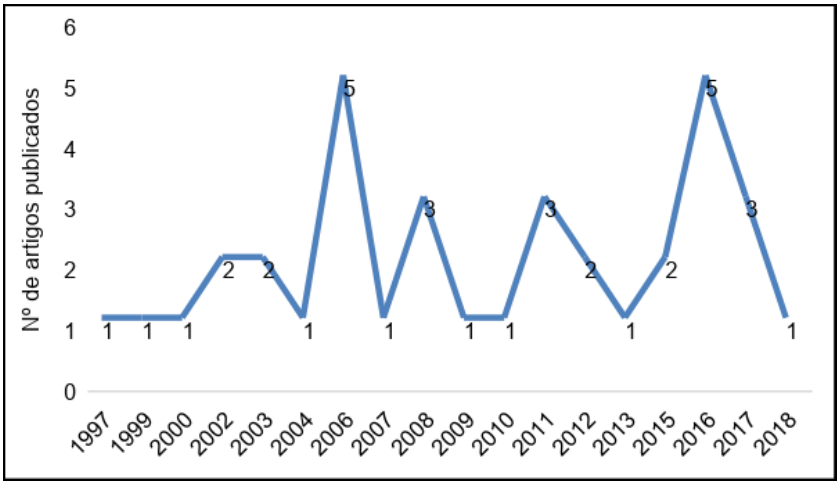
O periódico Ciência da Informação está vinculado ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e visa publicações inéditas relacionadas com a Ciência da Informação ou que apresentem resultados de estudos e pesquisas sobre as atividades do setor de informação em ciência e tecnologia (CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2018).

O periódico Informação & Sociedade está vinculado à Universidade Federal da Paraíba, e visa publicações relacionadas às pesquisas que representem contribuição para o desenvolvimento de novos conhecimentos em Ciência da Informação e áreas afins, como por exemplo, a Biblioteconomia (SOCIEDADE & INFORMAÇÃO, 2018). Ressalta-se que esse periódico está avaliado na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) com Qualis A1, o que evidencia a qualidade de estudos publicados na área da Ciência da Informação, nesse periódico.

A terceira e última variável básica da análise bibliométrica se refere à evolução temporal dos artigos do PB ao longo dos anos, que contribui para verificar o número de publicações por ano, escritas por mulheres relacionadas à Gestão da Informação na área da Ciência da Informação, conforme Figura 3.

Figura 3 - Evolução dos artigos do PB ao longo dos anos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Com base na Figura 3, foi possível constatar que a primeira publicação referente à Gestão da Informação relacionada aos artigos PB se deu no ano de 1997. Ao longo do tempo, a recorrência desta temática na área da Ciência da Informação é predominante, com destaque para os anos de 2006 e 2016, ambos com cinco publicações. Este fato evidencia a incidência de estudos relacionados à Gestão da Informação por mulheres, nessa área do conhecimento.

No que se refere à análise bibliométrica acerca das variáveis avançadas empreendidas nos oito artigos empíricos do PB, destaca-se a aplicação da Gestão da Informação no ambiente das empresas e organizações, o que evidencia a realização de estudos por mulheres na área da Ciência da Informação, quando relacionados a essa temática. Isso porque nos dias atuais, a informação nesses ambientes é vista como um fator preponderante para a criação de valor, estratégias e investimentos. Ressalta-se que a aplicação da Gestão da Informação nesses ambientes está relacionada a contextos e propósitos específicos, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Ambientes, contextos e propósitos empreendidos nos artigos do PB.

Autores	Contexto de Aplicação	Propósito do Artigo
Araújo (1999)	Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras.	Análise da relação entre informação e cidadania, a partir de práticas informacionais implementadas por ONGs brasileiras que trabalham com a questão do Gênero e dos direitos da Mulher.
Canongia, Pereira e Antunes (2002)	Indústria química-farmacêutica de medicamentos genéricos.	Demonstrar a gestão da informação como mecanismo de apoio ao monitoramento tecnológico e tomada de decisão, tendo como vetor principal a análise de patentes.
Carvalho (2012)	Micro e pequenas empresas do arranjo produtivo local de confecção de vestuário.	Conhecer as necessidades de informação dos gestores de micro e pequenas empresas do arranjo produtivo local de confecção de vestuário na cidade de Jaraguá, no que tange a fontes de informação utilizadas, no intuito de perceber de que forma a gestão da informação pode potencializar a

		utilização dos recursos informacionais.
Duarte (2011)	Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação	Analisar as conexões temáticas existentes entre os docentes credenciados em duas linhas de pesquisa vinculadas em dois programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação.
Duarte, Silva e Costa (2007)	Empresas de Eletricidade	Diagnosticar em empresas paraibanas consideradas "excelência em gestão empresarial" as práticas de gestão da informação e do conhecimento, ressaltando as que podem ser extensivas às unidades de informação.
Moraes e Escrivão Filho (2006)	Pequenas empresas	Analisar o relacionamento de cada etapa do processo de gestão da informação ante as especificidades das pequenas empresas.
Souza et al. (2013)	Empresa de pequeno porte na área gráfica	Analisar as contribuições do sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) para a gestão da informação e do conhecimento.
Spina (2017)	Instituto Federal de Educação	Identificar um cenário para o uso "inteligente" da informação disponibilizada no website, especialmente a de caráter científico, visando tornar a plataforma uma ferramenta eficiente e favorável ao compartilhamento e uso do conhecimento.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com base no Quadro 2, percebeu-se que os estudos sobre a Gestão da Informação empreendidos na Ciência da Informação estão focados no ambiente empresarial e organizacional, porém aplicados

em contextos variados, e sob propósitos singulares. Esses dados evidenciam várias vertentes e campos de atuação para a temática em estudo na área da Ciência da Informação.

Em relação aos métodos e instrumentos utilizados para a Gestão da Informação, verificou-se que dos oito artigos empíricos do PB, em quatro, utiliza-se o método da pesquisa documental e em dois, da observação. Além disso, foi possível constatar que a entrevista e o questionário foram utilizados como instrumentos em quatro artigos, com destaque para três, nos quais se utiliza a junção desses dois instrumentos. Cabe ressaltar que a utilização desses métodos e instrumentos são distintos, uma vez que estão relacionados com o propósito do artigo e voltados para determinar sua aplicação.

Frente ao exposto, constatou-se a ausência, em dois artigos, dos métodos empregados e em quatro artigos, de instrumentos empreendidos para a Gestão da Informação. Isso deixa lacunas no entendimento dos estudos desenvolvidos nos artigos empíricos do PB, que, por sua vez, enriquece e dá credibilidade à pesquisa científica.

No que tange à análise sistêmica, por meio da lente abordagem, focou-se no papel estratégico da informação no contexto organizacional, a partir do conceito de Choo (2003) apresentado nos procedimentos metodológico. Acerca dos oito artigos empíricos do PB, constatou-se que cinco artigos abordam a Gestão da Informação como um processo no qual a organização cria, organiza e processa a informação de modo a construir conhecimentos relacionados às suas práticas diárias e sob seu contexto de atuação.

Cita-se como exemplo, o desenvolvimento de sistemas para gerenciar a informação, de forma que possibilitem a agilidade, divulgação e controle de serviços (DUARTE; SILVA; COSTA, 2007), bem como o compartilhamento e registro do conhecimento para comunicação de forma satisfatória com seu público (ARAÚJO, 1999; DUARTE, 2008; SOUZA et al., 2013; SPINA, 2017).

Além disso, foi possível constatar que em dois artigos, utilizaram-se da Gestão da Informação para organizar, buscar e avaliar

a informação de modo a tomar decisões importantes, como por exemplo, para potencializar a utilização de novos recursos informacionais na empresa (MORAES, 2006; CARVALHO, 2012). Somente, em um artigo, utiliza-se a Gestão da Informação para dar sentido às mudanças do ambiente externo, como por exemplo, o uso de patentes para o monitoramento tecnológico (CANONGIA; PEREIRA; ANTUNES, 2002).

Frente ao exposto, foi possível verificar que em ambos os artigos teóricos, enfoca-se a Gestão da Informação, a partir das três arenas empreendidas pela afiliação teórica adotada neste estudo. No entanto, percebe-se a necessidade de mais estudos que viabilizem a Gestão da Informação como um processo para criar significado às mudanças do ambiente externo e para a tomada de decisões, uma vez que a representatividade dessas arenas foi baixa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, apresentou-se um estudo que teve por objetivo mapear o panorama das publicações científicas da área da Ciência da Informação na BRAPCI, escritas por mulheres acerca da Gestão da Informação, a fim de evidenciar a participação da mulher nessa área do conhecimento acerca dessa temática, com vistas a contribuições futuras.

A partir do banco de artigos bruto, foi possível constatar a participação ativa da mulher na Ciência da Informação, uma vez que, dos artigos recuperados, 63% foram escritos por mulheres. Com base nos 36 artigos do PB, destaca-se a concentração de contribuições teóricas, evidenciando a carência de pesquisas aplicadas, com foco na informação, para resolver problemas reais da sociedade. Foi possível constatar esse aspecto por meio da análise bibliométrica e sistêmica.

De forma simplificada, a análise bibliométrica permitiu identificar que na Gestão da Informação a mulher possui maior representatividade em estudos. No entanto, apenas cinco autoras

possuem trajetória de pesquisa. Em relação à formação destas, quatro possuem graduação em Biblioteconomia e Pós-graduação em Ciência da Informação.

Além disso, foi possível constatar que a Gestão da Informação está relacionada ao ambiente empresarial e organizacional, em contextos diversificados e sob propósitos específicos, o que evidencia vários campos de investigação para as mulheres.

A análise sistêmica, a partir da lente abordagem permitiu identificar as principais lacunas na área da gestão da informação quando relacionadas com a filiação teórica, baseada no uso estratégico da informação no contexto organizacional proposto por Choo (2003). Essa análise evidenciou a carência de estudos para a Gestão da Informação como um processo para criar significado às mudanças do ambiente externo e para a tomada de decisões.

Sendo assim, sugere-se para futuros estudos: (1) explorar temáticas sobre a atuação das mulheres na ciência, aprofundando questões histórias, sociais e políticas; (2) desenvolver pesquisas aplicadas a problemas reais, que gerem conhecimento às organizações sobre as características do ambiente externo, tendo em vista as novas demandas do mercado, com base no conhecimento, colaboração e inovação; (3) estudos que viabilizem a triangulação de métodos e instrumentos, dando maior consistência e credibilidade às pesquisas, que, por sua vez, poderão contribuir para a atuação e reconhecimento da mulher no campo científico.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sueli Angélica. Gestão da informação e do conhecimento nas organizações e orientação de marketing. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 52-70, 2008. Edição Especial. Disponível em: <https://bit.ly/2ntRLhK>. Acesso em: 22 abr. 2018.

AMORIM, Fabiana Regina Borelli; TOMAÉL, Maria Inês. Gestão da informação e gestão do conhecimento na prática organizacional:

análise de estudos de casos. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 8, n. 2, p. 1-22, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ntyVHG>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ANDRADE, Ilza Almeida de; BERTI JUNIOR, Decio Wey; TOMAÉL, Maria Inês; CORGOSINHO, Renato Junior Moreira. Inteligência coletiva e ferramentas web 2.0: a busca da gestão da informação e do conhecimento em organizações. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, p. 27-43, out. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2vC9IPU>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, mai./ago. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2KMoJDz>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ASSUMPÇÃO, Andréia dos Santos Barreto Monsores de. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. In: BARRETO, Andreia. (Org.). **Cadernos do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**. Rio de Janeiro: FLACSO, n. 6, p. 5-8, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2z1tIP3>. Acesso em: 05 maio 2018.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O uso de mapas conceituais e mentais como tecnologia de apoio à gestão da informação e da comunicação: uma área interdisciplinar da competência em informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 78-89, dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2Mk96HW>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BERTUCCI, Maria da Graça Eulálio de Souza; OLIVEIRA, Marlene. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 65-87, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2M6Gymd>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CAMBOIM, Luzia Goes; TARGINO, Maria das Graças; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Gestão da informação em ambientes híbridos: condições de apoio da arquitetura da informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 21-30, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2nrgxiu>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CÂNDIDO, Ana Clara. Gestão da informação e inovação aberta: oportunidades em ações integradas. **Brazilian Journal of Information Studies**: Research Trends, v. 11, n. 2, p. 72-78, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2M86MEO>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CÂNDIDO, Ana Clara; BERTOTTI, Patrícia Soares da Silva; VIANNA, William Barbosa. Análise de redes sociais das temáticas: gestão da informação e da inovação. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 15, n. 3, p. 670-692, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Mkaeva>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CANONGIA, Claudia; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas; ANTUNES, Adelaide Maria de Souza. Gestão da informação e monitoramento tecnológico: o mercado dos futuros genéricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 155-166, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2vBbtMX>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CARVALHO, Lívia Ferreira de. Gestão da informação em micro e pequenas empresas: um estudo do arranjo produtivo local de confecção do vestuário de Jaraguá-GO. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, p. 57-72, out. 2012. Edição Especial. Disponível em: <https://bit.ly/2KMLbMF>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CORNELSEN, Julce Mary; NELLI, Victor José. Gestão integrada da informação arquivística: o diagnóstico de arquivos. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 70-84, ago./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2KMLw1T>. Acesso em: 22 abr. 2018.

COSTA, Marília Damiani; KRÜCKEN, Lia; ABREU, Aline França de. Gestão da informação ou gestão do conhecimento? **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 26-41, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2MkKor0>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**. São Paulo: SENAC, 2003.

DUARTE, Emeide Nóbrega. Conexões temáticas em gestão da informação e do conhecimento no campo da ciência da informação: proposta de redes humanas. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 159-173, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2B34i5H>. Acesso em: 22 abr. 2018.

DUARTE, Emeide Nóbrega; SILVA, Alzira Karla Araújo da; COSTA, Suzana Queiroga da. Gestão da informação e do conhecimento: práticas de empresa "excelente em gestão empresarial" extensivas à unidades de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 97-107, jan./abr., 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2KKyeTB>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; DUTRA, Ademar. **Proknow-C:** um processo para geração de conhecimento e identificação de oportunidade de pesquisa científica. Santa Catarina: UFSC, 2017. (Apostila da disciplina Avaliação de Desempenho).

FURTADO, Tatiane Priscila; PINTO, Adilson Luiz. Análise das informações científicas utilizadas na gestão da informação das instituições de ensino superior segundo a literatura internacional. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 16, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2vI8p1Z>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GARCEZ, Eliane Fioravante; CARPES, Gyance. Gestão da informação na biblioteca escola. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina,

Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 63-73, jan./jul., 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2MDcKtD>. Acesso em: 22 abr. 2018.

GUEDES, Vânia Lisboa da Silveira. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 74-109, ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2ntzwJq>. Acesso em: 22 abr. 2018.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. Gestão do conhecimento e da informação em organizações baseados em inteligência competitiva. **Ciência da Informação**, Brasília, v .45, n. 3, p. 31-43, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2nw9Yvg>. Acesso em: 22 abr. 2018.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Mulheres são a maioria na educação superior brasileira**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2KJ8Rlb>. Acesso em: 06 maio 2018.

JANNUZZI, Celeste Aída Sirotheau Corrêa; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. A empresa e os sistemas humanos de informação: uma abordagem conceitual para a gestão da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 171-187, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2B1rroL>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KLEINUBING, Luíza da Silva. Análise bibliométrica da produção científica em gestão da informação na base de dados lisa. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 8, n. 1, p. 1-11, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2MjnOPt>. Acesso em: 22 abr. 2018.

KROEFF, Márcia Silveira; GIMENEZ, Fernanda Schmidt; VIEIRA, Rodrigo; PINTO, Adilson Luiz. Análise de citações dos artigos publicados em periódicos da área da ciência da informação que versam sobre gestão da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 41-65,

jan./jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2B35dmF>. Acesso em: 22 abr. 2018.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2KKcbw4>. Acesso em: 05 de maio 2018.

LLARENA, Rosilene Agapito da Silva; NAVARRO, Miguel Ángel Esteban; DUARTE, Emeide Nóbrega. Gestão da informação e do conhecimento nos programas públicos para a juventude no brasil e Espanha. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 1, p. 107-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2P1ryUn>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MACHADO, Kettuly Costa; ENSSLIN, Sandra Rolim; VIANNA, William Barbosa; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação de desempenho na gestão da informação digital: contribuições da literatura científica. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 155-172, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2Mi1hmo>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Gestão da informação governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. **DataGramaZero** , v. 7, n. 5, out. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2vD8uUh>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2MBqc0Y>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MORAES, Giseli Diniz de Almeida; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. A gestão da informação diante das especificidades das pequenas empresas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 124-132,

set./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2B27sGL>. Acesso em: 22 abr. 2018.

NASSIF, Mônica Erichsen; RESENDE, Walisson da Costa. Gestão da informação e do conhecimento e suas relações com segurança da informação, tecnologias da informação e compartilhamento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 110-118, set./dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2B273nB>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PEREIRA, Edmeire Cristina. Metodologias para gestão da informação. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 303-318, 2003. Disponível em: < https://bit.ly/2KGVQZi>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PIZARRO, Daniella Câmara; DAVOK, Delsi Fries. O papel do bibliotecário na gestão da informação empresarial: uma pesquisa bibliográfica em periódicos nacionais de biblioteconomia e ciência da informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 37-58, jan./jun., 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2P2Xzf0>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ROSETTO, Márcia. Os novos materiais bibliográficos e a gestão da informação: livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 1-17, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2KMIISj>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SANTOS, Juliana Cardoso dos; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 4, n. 1, p. 56-81, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2MBQBM2>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SOUZA, Patrícia Mara, VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo; TAVARES, Mauro Calixta; CARVALHO, Rodrigo Baroni; GUIMARÃES, Eloisa Rodrigues. Contribuições dos sistemas *Enterprise Resource Planning* para a gestão da informação e do conhecimento: um estudo em uma empresa de pequeno porte na área gráfica. **Perspectivas em**

Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 3, p. 109-127, out. 2013. Edição Especial. Disponível em: <https://bit.ly/2vYvLzp>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SPINA, Tatiana Gladcheff Zanon. Gestão da informação com foco na divulgação científica: estudo de caso do website do Instituto de Física de São Carlos (IFSC/USP). **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, p. 160-174, mar. 2017. Edição Especial. Disponível em: <https://bit.ly/2nx3goB>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; CARVALHO, Elisabeth Leão de; WOIDA, Luana Maia; CASSIANO, Elisete Lopes. Gestão da informação utilizando o método i*nfomapping*. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 184-198, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2nAEFQ9>. Acesso em: 22 abr. 2018.

VICK, Thais; NAGANO, Marcelo Seido; SANTOS, Fernando César Almada. Aportes da gestão da informação para a criação de conhecimento em equipes de inovação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 204-219, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2MAPlc1>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CAPÍTULO 5

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE MULHERES NO BRASIL

Priscila Machado Borges Sena

Ana Clara Cândido

Ursula Blattmann

> *"Sonho com um mundo onde homens e mulheres se sintam respeitados e valorizados como seres humanos em todos os aspectos" (BOLZANI, 2018).*

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas relacionadas com tecnologia e inovação são realizadas nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil há pelo menos 40 anos. Pesquisadoras como Maria Cristina Pfeiffer Fernandes e Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo já pesquisavam em fins da década de 1970 sobre os canais informais de comunicação técnica e seu papel na transferência de tecnologia e inovação tecnológica.

Com o passar dos anos, as pesquisas evoluíram com abordagens voltadas para os dilemas da política científica e tecnológica; redes de inovação; redes de informação; interação universidade-empresa para

a inovação tecnológica; necessidades de informação; indicadores de ciência, tecnologia e inovação; estudo da informação proveniente de patentes; emprego de inovações tecnológicas em diferenciadas unidades de informação e serviços informacionais; relação da educação, informação e tecnologia na sociedade; métricas para ciência e tecnologia; divulgação das inovações tecnológicas; cientometria; tecnologia e inovação, proteção e uso legal de informação em tempos de colaboração; acesso aberto para a ciência e tecnologia, entre outras.

Nesse contexto de pesquisas em tecnologia e inovação, nota-se a presença e atuação de mulheres pesquisadoras nessas áreas no Brasil. Porém, constata-se a ausência de dados que comprovem essa participação, por meio de uma caracterização quanti-qualitativa.

Em geral, houve um aumento da participação das mulheres na pesquisa, verificada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao divulgar que esse indicador dobrou entre os anos de 2011 e 2016 no Brasil. O número de bolsas em 2011, disponibilizadas para ingressantes mulheres, foi de 21.957 e em 2015 foram 50.438 bolsas (PARTICIPAÇÃO…, 2017).

No entanto, as desigualdades aparecem quando os números são detalhados por modalidades e grandes áreas. Uma vez que a predominância masculina ainda é mantida nos grupos de alto nível da produção científica, bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq. Mesmo com o aumento de 4% das mulheres contempladas com esses tipos de bolsas, elas continuam na casa dos 30% do total de bolsas concedidas, entre 2001 e 2016, e em 2017 representavam 35% do total de bolsistas de PQ (COORDENAÇÃO…, 2017).

Posto isso, neste capítulo, objetiva-se apresentar o panorama da produção científica de mulheres no Brasil sobre tecnologia e inovação nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir das publicações identificadas na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), conforme critérios detalhados nos

procedimentos metodológicos. Dessa forma, aborda-se na próxima seção as mulheres na pesquisa em escala mundial e nacional.

2 O QUE REVELAM OS DADOS ESTATÍSTICOS DAS PESQUISAS?

Considerando o objeto de análise deste estudo, a produção científica de mulheres pesquisadoras na Biblioteconomia e Ciência da Informação relacionada à tecnologia e inovação, são abordadas aqui algumas evidências observadas em pesquisas demográficas e temáticas.

No Brasil, a pesquisa para verificar o posicionamento e características das inovações realizadas pelas empresas no país é a Pesquisa de Inovação (PINTEC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com apoio do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Pesquisas e Projetos (FINEP).

Trata-se de uma pesquisa trienal, contemplando as seguintes edições:

a) PINTEC 2000 - triênio de 1998-2000 (72.005 empresas participantes);
b) PINTEC 2003 - triênio de 2001-2003 (84.262 empresas participantes);
c) PINTEC 2005 - triênio de 2003-2005 (95.301 empresas participantes);
d) PINTEC 2008 - triênio de 2006-2008 (106.862 empresas participantes);
e) PINTEC 2011 - triênio de 2009-2011 (128.669 empresas participantes);
f) PINTEC 2014 - triênio de 2012-2014 (132.529 empresas participantes).

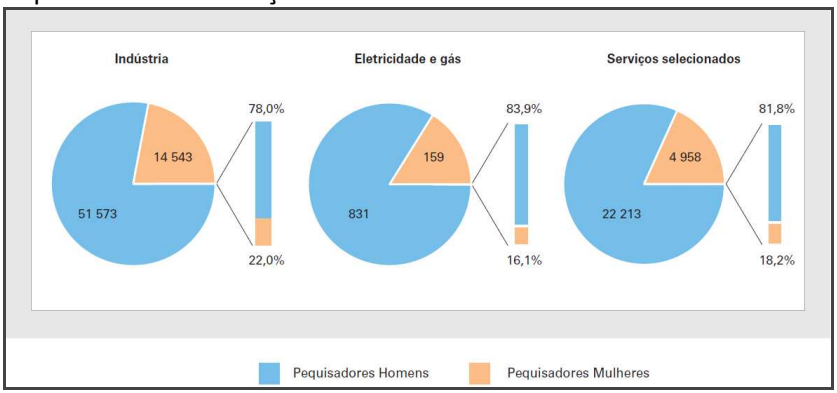
Ao longo das edições, a pesquisa tem sido melhorada e se atualizada, consoante aos aspectos atuais e empíricos no âmbito da Gestão da Inovação.

A versão mais recente (2014) incorpora algumas alterações e aperfeiçoamento nos indicadores que resultam em análises mais detalhadas das dimensões de inovação ali contempladas. Um desses aperfeiçoamentos é referente ao quantitativo de mulheres atuando como pesquisadoras nas empresas e em organizações beneficiadas com suporte governamental para atividades de inovação.

O universo de análise é composto por empresas dos setores de Eletricidade e Gás, Indústria e Serviços selecionados[19]. Na Figura 1, apresenta-se a participação de mulheres pesquisadoras (em dedicação exclusiva ou parcial) atuando em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) das empresas que implementaram inovação e que contemplaram a amostra da PINTEC 2014 (IBGE, 2014). Essa representação é relativamente baixa, se considerarmos que nas empresas da Indústria as mulheres ocupam 22% de participação. Nas empresas de Serviços Eletricidade, a participação das mulheres é de 18,2% e nas empresas de Eletricidade e gás os dados revelam menor representação, totalizando 16,1% da participação.

[19] Na PINTEC (2014) os serviços selecionados incluem: edição e gravação e edição de música; telecomunicações; atividades dos serviços de tecnologia da informação; tratamento de dados, hospedagem na Internet e outras atividades relacionadas; serviços de arquitetura e engenharia, testes e análises técnicas; e pesquisa e desenvolvimento.

Figura 1 - Participação de mulheres pesquisadoras ocupadas, exclusiva e parcialmente, nas atividades de P&D das empresas que implementaram inovações.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa de Inovação 2014 (2014, p. 54).

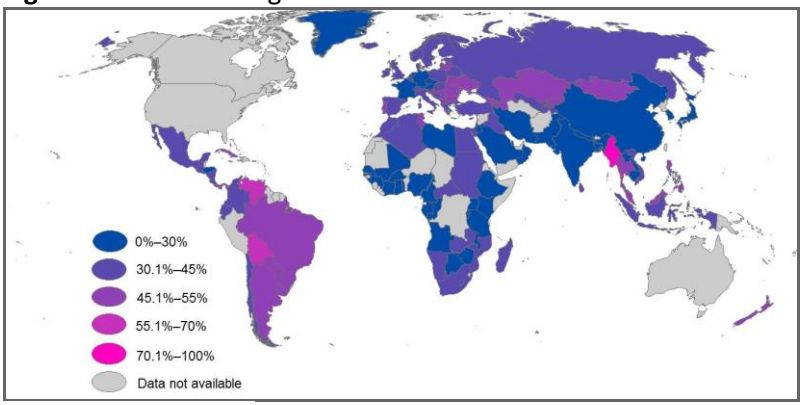
Com base nos dados da PINTEC 2014, a análise detalhada dos dados de participação das mulheres em atividades de P&D das empresas consideradas na amostra, evidencia-se que:

a) A menor participação das mulheres foi nas empresas fabricantes de máquinas e equipamentos para agropecuária (3,7%); cabines, carrocerias, reboques e recondicionamento de motores (5,9%); pilhas, lâmpadas e outros aparelhos elétricos (6,9%);
b) A maior participação das mulheres em atividades de P&D foi observada nas empresas de fabricação de produtos farmoquímicos (75,3%);
c) Outras empresas com participação expressiva foram: fabricação de sabões, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal (66,2%), seguido de produtos farmacêuticos (60,2%) e confecção de artigos do vestuário e acessórios (58,8%).

Além da incorporação do quantitativo de mulheres pela PINTEC 2014, o estudo estatístico realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), utilizando dados de 2014, apresenta a lacuna da participação de mulheres em atividades de pesquisa. Essa evidência é representada na Figura 2, com o panorama mundial. Na análise, considera-se o número total de pessoas empregadas em atividades de P&D, tempo integral e parcial, pelo número de mulheres empregadas em tais atividades. Referente aos dados do Brasil, no estudo, menciona-se que foram utilizados dados estimados. O resultado da participação feminina em atividades de P&D no Brasil se encontra na escala de 45,1-55%.

Em nível mundial, a representação feminina é de 28,8%. Em termos de regiões continentais, os valores mais expressivos são da Ásia Central e América Latina (incluindo Caribe): 47,2% e 44,7% respectivamente.

Figura 2 - A lacuna de gênero na Ciência.



Fonte: UNESCO (2017).

No Brasil, o IBGE é o órgão responsável pelo programa amplo de estatística de Gênero por meio do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG). Embora a pesquisa não aborde diretamente o objeto

de análise deste estudo, dados sobre mulheres no campo da ciência, as evidências a partir dos dados sobre educação cabem ser mencionadas.

Considerando dados de 2010, de pessoas entre 18-24 anos que frequentam ensino superior de graduação, observa-se que o nível educacional das mulheres é maior do que o dos homens. “Os jovens do sexo masculino não seguem para o ensino superior na mesma proporção que as do sexo feminino” (IBGE, 2014, p. 104). Em todas as regiões, essa afirmação se confirma.

No que se refere aos dados de pesquisadores com base no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do total de 128.6 mil pesquisadores cadastrados a proporção é quase a mesma entre homens e mulheres (IBGE, 2014).

No entanto, com relação ao aspecto “Rendimento médio no trabalho principal” dos dados do IBGE (2014), considerando pessoas com 25 anos ou mais, a média de rendimento das mulheres foi em todas as áreas menor em comparação ao rendimento dos homens. Sobre essa constatação: “Apesar da superioridade escolar feminina, pois, conforme exposto, a população adulta feminina tem maior nível de instrução que a masculina, os resultados no mercado de trabalho não favorecem as mulheres” (IBGE, 2014, p. 107).

O rendimento médio no trabalho principal do público feminino é menor nas áreas de formação geral que apresentam maior proporção de mulheres com idade de 25 anos ou mais: ‘Educação’ e ‘Humanidades e artes’.

Com relação às áreas de pesquisa, com base nos pesquisadores cadastrados no DGP: “As mulheres têm predominância nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, mas as Ciências Exatas são dominadas pelos homens, principalmente as Engenharias. Há um equilíbrio, por sua vez, nas áreas de saúde e agrárias” (IBGE, 2014, p. 53).

Biblioteconomia e Ciência da Informação são classificadas na área de Sociais Aplicadas. Assim, a partir do percurso metodológico

descrito na próxima seção, será possível verificar os tipos de abordagens que as mulheres dessas áreas empregam aos temas de tecnologia e inovação.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o caráter exploratório, realizou-se, nesta pesquisa, uma revisão bibliográfica para identificar o quantitativo de mulheres que pesquisam as temáticas de tecnologia e inovação na Biblioteconomia e Ciência da Informação Brasileira. Assim, estabeleceu-se como delimitação inicial, compor o portfólio a ser analisado por documentos em que a primeira autoria fosse representada por uma mulher. Baseou-se, para tanto, nas características de autoria, titularidade e coautoria da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que versa sobre os direitos autorais no Brasil, e nas normas de citação (ABNT, 2002a) e referência (ABNT, 2002b).

Além disso, considerou-se também a designação de atribuição de título presente nos artigos recuperados e/ou nos Currículos Lattes das autoras, uma vez que que estes são preenchidos e determinados por elas mesmas.

Em relação à revisão bibliográfica, esta foi pautada em uma busca sistemática por meio do método *SystematicSearchFlow* (SSF) de Ferenhof e Fernandes (2016, p. 556), que comporta a sistematização do processo de buscas em bases de dados científicos, “a fim de garantir a repetibilidade e evitar viés do pesquisador” (Figura 3). Desse modo, esse método pode ser empregado para a composição de uma revisão bibliográfica, a qual subsidia o mapeamento da produção científica relevante para a pesquisa.

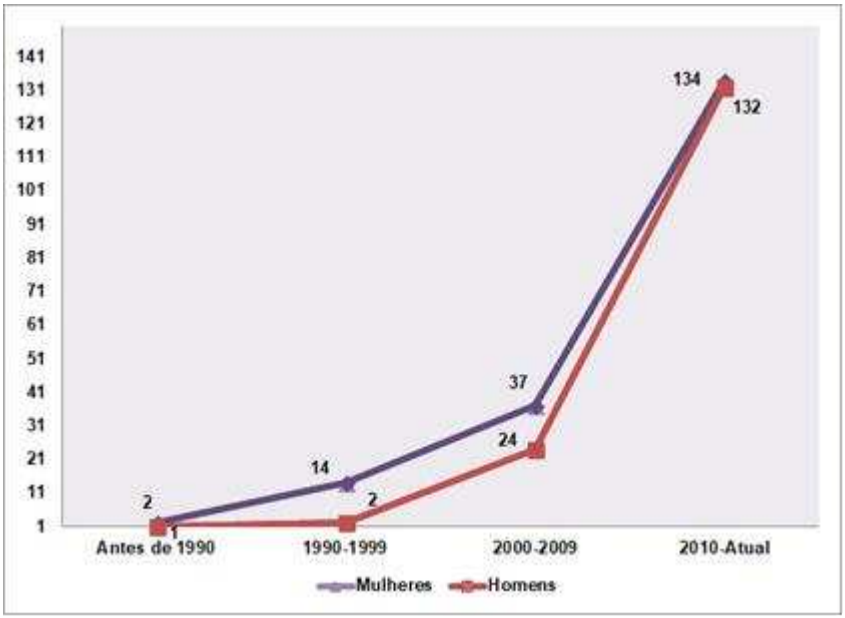
Figura 3 - Método SSF – *SystematicSearchFlow*.

Fonte: Ferenhof e Fernandes (2016, p. 556).

Seguindo as quatro fases (Protocolo de Pesquisa, Análise, Síntese e Escrita) e oito atividades estabelecidas pelo método SSF (Figura 3), na fase 1, definiu-se o protocolo de busca. Quanto à atividade 2, realizou-se a busca em 15 de abril de 2018, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com a utilização das palavras-chave: "tecnologia", "inovação", "tecnologia; inovação". O total de registros recuperados nessa atividade foi de 465, sendo que destes, o total de 343 se tratava de artigos oriundos de periódicos científicos brasileiros, tipo de fonte selecionada para este estudo.

Quanto à atividade 3, gestão de documentos, eliminaram-se os documentos duplicados. Na atividade 4, padronização da seleção dos documentos recuperados, foi realizada a checagem de primeira autoria, a leitura dos títulos, resumos (*abstracts*) e palavras-chave de cada documento. Quanto à atividade 5, o portfólio de documentos selecionados foi de 187 (Figura 4), na qual apresenta-se a produção científica por gênero e período.

Figura 4 - Produção científica sobre tecnologia e inovação por gênero e período.



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Ao iniciar a fase 2 com a atividade 6, foram estabelecidas as combinações de dados analisadas: periódicos e as autoras mais citadas, o primeiro ano que houve a primeira publicação da temática, o período e o ano em que houve mais publicações, definição dos constructos estudados, objeto de estudo, objetivo e principal contribuição.

A partir das combinações estabelecidas, foram desconsiderados artigos que ao serem lidos não se relacionavam diretamente à temática. Seguiu-se então para a fase 3 com a atividade 7, elaboração de síntese de 183 artigos para a escrita correspondente ao objetivo do

capítulo, pautado na matriz do conhecimento: autoria, título, citação, ano, periódico, resumo, objeto, objetivo e contribuição.

Para se alcançar o panorama proposto, utilizou-se um *ranking* por número de citações, a fim de delimitar a amostra em artigos com maior repercussão, e identificar os periódicos nos quais mais se publicou sobre as temáticas na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Assim, ao considerar artigos com cinco citações ou mais, o total de artigos selecionados foi de 35, que foram distribuídos pelos períodos antes de 1990 (um artigo), 1990-1999 (oito artigos), 2000-2009 (17 artigos), 2010-atual (nove artigos), de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos recuperados na BRAPCI com cinco citações para mais.

Autoria	Título	Citações	Ano	Periódico
2010 - Atual				
PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro	*Free access to open science: concepts and implications for science communication*	9	2014	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde
MARTELETO, Regina Maria; COUZINET, Viviane	Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados	10	2013	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde
RIBEIRO, Rejane M.	A tecnologia da informação e comunicação (tic): fator condicionante da inovaçao em bibliotecas universitárias	9	2012	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação
ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório	Web colaborativa: inovação na criação, proteção e uso legal de informação	5	2011	DataGramaZero

VANTI, Nadia	A cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação	17	2011	Ponto de Acesso
CORNÉLIO, Neiva Aparecida Gasparetto; ABREU, Aline França de; COSTA, Eliete de Oliveira	Espaço interativo: modelo de relação universidade-empresa baseada em comunidades de prática	8	2010	Ciência da Informação
CALDAS, Graça	Divulgação científica e relações de poder	30	2010	Informação & Informação
ALVARES, Lillian; BAPTISTA, Sofia Galvão; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de	Gestão do conhecimento:categorização conceitual	17	2010	Em Questão
MAZINI, Elizabeth Sardelli; LARA, Marilda Lopes Ginez de	Novas perspectivas no processamento e divulgação de informações públicas	5	2010	Transinformação
2000 - 2009				
CARVALHO, Luciana Moreira; DA SILVA, Armando Malheiro	Impacto das tecnologias digitais nas bibliotecas universitárias: reflexões sobre o tema	11	2009	Informação & Sociedade: Estudos

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado	Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões	15	2008	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
BELLUZZO, Regina Célia Baptista; DUDZIAK, Elisabeth Adriana	Educação, informação e tecnologia na sociedade contemporânea: diferenciais à inovação?	9	2008	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
RAMOS, Milena Yumi	Evolução e novas perspectivas para a construção e produção de indicadores de ciência, tecnologia e inovação	6	2008	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
BAUMGARTEN, Maíra	Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento	16	2007	Liinc em revista
BARROS, Daniela Melaré Vieira	Ambientes mediatizados para a formação continuada dos profissionais da informação	5	2007	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
DUDZIAK, Elisabeth Adriana	O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade	27	2007	Ponto de Acesso

	complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social			
AQUINO, Mirian de Albuquerque; COSTA, Antônio Roberto Faustino da; WANDERLEY, Alba Cleide Calado; BEZERRA, Lebiam Tamar Silva; LIMA, Izabel França de; SANTIAGO, Stella Moraes	A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente	5	2007	Inclusão Social
MINAYO, Maria Cecilia de Souza	A complexa dinâmica da divulgação científica	5	2007	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde
GARCIA, Joana Coeli Ribeiro	Patente gera patente?	11	2006	Transinformação
HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; FARIA, Leandro Innocentini Lopes de; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERRAZ, Maria Cristina Comunian	Indicadores de CT&I no Pólo Tecnológico de São Carlos: primeiras aproximações	7	2006	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação

CYSNE, Fátima Portela	Transferência de tecnologia entre a universidade e a indústria	42	2005	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
ROCHA, Elisa Maria Pinto da; FERREIRA, Marta Araújo Tavares	Indicadores de ciência, tecnologia e inovação: mensuração dos sistemas de CT&I nos estados brasileiros	33	2004	Ciência da Informação
SILVA, Helena Pereira da	Inteligência competitiva na Internet: um processo otimizado por agentes inteligentes	23	2003	Ciência da Informação
SILVA, Janete Fernandes; FERREIRA, Marta Araújo Tavares; BORGES, Mônica Erichsen Nassif	Análise metodológica dos estudos de necessidades de informação sobre setores industriais brasileiros: proposições	37	2002	Ciência da Informação
GARCIA, Joana Coeli Ribeiro	Transmissão de Tecnologia: análise do conceito	6	2001	DataGramaZero
VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de; FEREIRA, Marta Araujo Tavares	A contribuição da cooperação Universidade/Empresa para o conhecimento tecnológico da indústria	18	2000	Perspectivas em Ciência da Informação

1990 - 1999				
MOTA, Teresa Lenice Nogueira da Gama	Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade	57	1999	Ciência da Informação
CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira; SILVA, Francelina Helena Alvarenga Lima; ALBUQUERQUE, Marli B. M. de	Paradigma biotecnocientífica - limites e possibilidades: os impactos sociais e as fronteiras éticas	5	1999	Perspectivas em Ciência da Informação
ALVARES, Lillian	Informação tecnológica: discussão acerca da atualização do conceito	6	1998	Revista de Biblioteconomia de Brasília
CAMPOS, Vânia Maria Corrêa de	Uso e necessidades de informação tecnológica: um diagnóstico do setor de laticínios do Estado de Minas Gerais	5	1997	Perspectivas em Ciência da Informação
LEMOS, Cristina Ribeiro	Redes locais de informação para a inovação face a globalização	8	1997	Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

CYSNE, Fátima Portela	Transferência de tecnologia e desenvolvimento	46	1996	Ciência da Informação
LASTRES, Helena Maria Martins	Redes de inovação e as tendências internacionais da nova estratégia competitiva industrial	24	1995	Ciência da Informação
LASTRES, Helena Maria Martins	Dilemas da política científica e tecnológica	26	1995	Ciência da Informação
Antes de 1990				
ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de	Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica	37	1979	Ciência da Informação

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A partir das palavras-chave utilizadas nos artigos listados, tem-se na Figura 5 a visualização das relações que foram realizadas pelas autoras, na Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil quando se referem à tecnologia e inovação.

Verifica-se que as palavras com maior destaque foram informação, inovação e tecnologia relacionadas principalmente com ciência, comunicação informal, transferência de tecnologia, saúde, comunidades, acesso aberto, política, gestão, universidade e empresa.

Figura 5 - Frequência de palavras-chave nos artigos citados de cinco para mais vezes.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Destaca-se ainda no Quadro 1, que quatro autoras apresentaram duas publicações cada uma: Lilian Alvares, Elisabeth Adriana Dudziak, Helena Maria Martins Lastres e Fátima Portela Cysne.

Ademais, os anos de 1979, 1995, 1996, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2007 e 2010 apresentaram artigos (destacados em outra cor) com número de citações entre 20 e 60, totalizando 11 artigos, os quais foram selecionados para análise de suas autorias na seção a seguir.

4 MULHERES PESQUISADORAS: PANORAMA DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, a análise é centrada no panorama da participação das mulheres na pesquisa, por meio de suas publicações, que se revela no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, tendo em vista a escolha da base de dados: BRAPCI. Por conseguinte, no Quadro 2 são apresentadas informações que permitem a caracterização das autoras dos artigos mais citados.

Quadro 2 - Caracterização das autoras dos artigos mais citados recuperados na BRAPCI.

Autora	Formação	Atuação	Instituição	Áreas/Temáticas
ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de	**Graduação** em Bacharelado em Química pela Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ (1966) **Graduação** em Licenciatura em Química pela Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ (1967) **Especialização** em Administração em Ciência e Tecnologia pela Programa de Treinamento em Administração de Pesquisa (1976) **Especialização** em Inter-regional em Informação e Docum. Industrial pelo Instituto de Informação Científica e Técnica da Academia de Ciências (1971) **Mestrado** em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e UFRJ (1978) **Doutorado** em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) **Aperfeiçoamento** em Management of Research and Development pela Air	Pesquisadora Sócia proprietária de uma empresa Membro de corpo editorial da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia e Coordenadora de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, IBICT, Brasil. Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST, Brasil. Hermes Consultoria em Informação e Conheciment, HERMES, Brasil	Ciência da Informação, com ênfase em Teoria da Informação Comunicação, Entropia, SRI, sistema de informação

	University / USAF e CTA / MAer (1972)			
CALDAS, Graça	**Graduação** em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1973) **Especialização à Distância** em Jornalismo Científico pela Capes (1982) **Especialização** em Comunicação Integrada pela Fundação Dom Cabral/PUC-MG (1987) **Mestrado** em Comunicação Científica e Tecnológica pela Universidade Metodista de São Paulo (1988) **Doutorado** em Ciências da Comunicação pela ECA/USP (1995) **Pós-Doutorado** no Departamento de Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Unicamp (2008-2010)	Professora Pesquisadora	Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil	Mídia, Ciência e Cultura; Cultura Científica; Projeto - Comunicação, Educação e Sociedade Cultura Científica Projeto de Pesquisa - Comunicação, Educação e Sociedade Divulgação Científica; Comunicação e Mobilização Social
CYSNE, Fátima Portela	**Bacharelado em Biblioteconomia** (UFC/1977) **Aperfeiçoamento em Administração** de Biblioteca (UFV/ABEAS/1995) **Mestrado** em Educação (FACED/UFC/1992) **Doutorado** em Ciência da Informação	Professora Pesquisadora	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil	Biblioteconomia e Sociedade; Inovação e Transferência de Conhecimento; Política Educacional, Gestão e Aprendizagem; Política,

	(University of Brighton, Inglaterra/1998) / doutorado (FACED/UFC/2003) **Especialização** em TIC para o Gerenciamento de Informação (UFC/1999)			História e Gestão da Educação; Gestão da Informação e de Unidades de Informação; Metodologia da Pesquisa e Produção Científica; Formação e Desenvolvimento do Acervo de Bibliotecas e Unidades de Informação. Ensino: Biblioteconomia, Ciência da Informação, Gestão da Informação e do Conhecimento, Teorias da Administração, Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar e do Trabalho Científico, Leitura e Biblioteca Escolar, Práxis social do Bibliotecário, Competência em Informação, Gestão da informação nas Organizações, Políticas Públicas e Políticas de Informação. Extensão:

				Interação Universidade e Sociedade
DUDZIAK, Elisabeth Adriana	**Bacharelado em Biblioteconomia** pela ECA-USP (1984) **Mestrado** em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2001), ênfase CI - Ciência da Informação **Doutorado** em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (2007), ênfase TTO - Trabalho, Tecnologia e Organização	Professora Pesquisadora	Universidade de São Paulo, USP, Brasil Universidade Paulista, UNIP, Brasil Faculdades Integradas Coração de Jesus, FAINC, Brasil	Competência em informação, educação para a informação, fontes de informação, comunicação científica, acesso aberto, gestão de conhecimento, bibliometria, indicadores, gestão de dados de pesquisa, information literacy, data literacy, media and information literacy
LASTRES, Helena Maria Martins	**Graduação** em Economista, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975) **Mestrado e**m Economia da Tecnologia, Coppe/UFRJ (1981) **Doutorado** em Desenvolvimento e Política de C&T&I, SPRU, University of Sussex. Inglaterra (1992)	Professora Pesquisadora	Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil	Economia e política de desenvolvimento e de C&T; economia da inovação e do conhecimento; arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais, desenvolvimento regional e

	Pós-doutorado em Inovação e Sistemas Produtivos Locais, Université Pierre Mendès-France, França (2000)			territorial
MOTA, Teresa Lenice Nogueira da Gama	**Graduada** em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará (1975) **Mestrado** em Economia pelo Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste (1994) **Doutorado** em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (2016) Cursando **Estágio Pós-doutoral** junto ao Programa de Pós-graduação em Administação da Universiade Estadual do Ceará - PPGA / UECE desde fevereiro 2017	Professora Pesquisadora	Faculdade Luciano Feijão, FLF, Brasil	Gestão da Inovação Tecnológica, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão tecnológica, inovação tecnológica, transferência de tecnologia, competitividade industrial e cooperação universidade-empresa
ROCHA, Elisa Maria Pinto da;	**Graduação** em Ciências Econômicas pela PUC-MG (1982) **Mestrado** em Economia pela Universidade Federal de Viçosa (1986) **Doutorado** em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003)	Professora Pesquisadora	Fundação João Pinheiro, FJP, Brasil Fundação Universidade de Itaúna, FUIT,	Ciência da Informação e Administração Pública, Estudos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, Comércio Internacional, Planejamento

			Brasil	Governamental e Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação
FERREIRA, Marta Araújo Tavares (segunda autora)	**Bacharelado** em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1980) **Graduação** em Engenharia Metalúrgica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1980) **Graduação** em Estudos Aprofundados em Economia Industrial e da Inovação Tecnológica pela Université Paris IX-Dauphine (1983) **Mestrado** em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1983) **Doutorado** em Engenharia Industrial e Gestão da Inovação Tecnológica pela École Centrale des Arts et Manufactures de Paris (1992)	Professora Pesquisadora	Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil	Gestão da inovação, gestão da informação e do conhecimento, gestão das atividades de C&T, uso e fontes de informação, comunicação científica e política de inovação.

SILVA, Helena Pereira da *(Aposentadoria a partir de junho de 2008*)	**Graduação** em Biblioteconomia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1979) **Mestrado** em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989) **Doutorado** em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e pós-doutorado pela Universidade de Aveiro (2006)	Professora Pesquisadora	Universidade Federal da Bahia	
SILVA, Janete Fernandes	**Graduação** em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) **Especialização** em Gestão em Informação Tecnológica pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) **Mestrado** em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) **Doutorado em andamento** em Administração pela PUC Minas (em andamento) **Doutorado** em Educação pela Universidad del Mar (2013)	Professora Pesquisadora	Universidade Federal de Mato Grosso, UFMT, Brasil	Ciência da Informação, Educação e Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, gestão da informação e do conhecimento, inteligência competitiva, prospecção tecnológica e propriedade industrial.

BORGES, Mônica Erichsen Nassif (segunda autora)	**Graduação** em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG (1986) **Mestrado** em Ciências da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (1992) **Doutorado** em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG (2002)	Professora Pesquisadora	Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil	Gestão estratégica da informação, decisão e inteligência competitiva, gestão da informação e gestão do conhecimento

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Dentre as autoras com artigos com citações entre 20 e 60, critério estabelecido para essa etapa da análise, nota-se Helena Maria Martins Lastres (publicações no ano de 1995) e Fátima Portela Cysne (publicações nos anos de 1996 e 2005), ambas com duas publicações em destaque. A primeira apresenta pesquisas relacionadas a: a) redes de inovação e o papel vital das informações científicas e tecnológicas para o emprego da inovação como instrumento de estratégia competitiva das empresas; b) reflexões sobre as políticas de inovação diante dos desafios da ciência e tecnologia. Já a segunda, apresenta pesquisas voltadas para: a) o desenvolvimento tecnológico a partir dos serviços e provedores de informação; b) transferência de conhecimento (tácito e codificado) entre universidade e indústria a partir da transferência de tecnologia para inovações tecnológicas.

Em relação à temática do artigo mais citado (57 citações), a autora Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota abordou a interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento, elucidando os principais problemas da ciência e tecnologia na América Latina, com ênfase na economia brasileira, a partir da construção do seu sistema de inovação.

Quanto aos periódicos nos quais se publicaram os artigos mais citados, são eles: *Informação & Informação* (2010), *Ponto de Acesso* (2007), *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação* (2005), e *Ciência da Informação* (1979, 1995, 1996, 1999, 2002, 2003 e 2004) com maior número de artigos (8).

Ainda referente aos periódicos, dois tiveram seus primeiros números lançados em 1996 (Informação & Informação e Encontros Bibli), um em 2007 (Ponto de Acesso), e um em 1972 (Ciência da Informação). O fato do periódico Ciência da Informação ser o mais artigo pode explicar o maior número de artigos publicados acerca das temáticas. Este fora lançado em uma década de criação de vários programas de pós-graduação no Brasil, inclusive o de Ciência da Informação do IBICT, período em que havia poucas opções de periódicos científicos no país (PINHEIRO, 2016).

Sobre as instituições de trabalho, foram identificadas: UFMG (2), IBICT/MASP/HERMES (1), UNICAMP (1), UNILAB (1), USP (1), UFRN (1), FLP (1), FJP (1), FUIT (1), UFBA (1), UFMT (1). Comprova-se que todas as autoras atuam como pesquisadoras. Porém, em nenhum currículo há o registro de bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, corroborando com o dado estatístico apresentado na introdução deste capítulo (COORDENAÇÃO..., 2017).

Sobre as áreas de graduação dessas autoras, com publicações mais citadas, verifica-se a Biblioteconomia (5), seguida da Economia (3), Química (1), Comunicação Social (1), Metalurgia (1) e Artes Cênicas (1).

Quanto às pós-graduações relativas ao mestrado constatam-se as áreas de Ciência da Informação (4), Economia (3), Engenharia de Produção (1), Comunicação (1), Comunicação Científica e Tecnológica (1) e Educação (1). Referentes ao doutorado, identificam-se as áreas de Ciência da Informação (3), Comunicação (2), Engenharia de Produção (2), Desenvolvimento e Política de C&T&I (1), Desenvolvimento e Meio Ambiente (1), Engenharia Industrial e Gestão da Inovação Tecnológica (1) e Administração (1).

Nota-se a predominância da área de Biblioteconomia, no que se refere à graduação, seguida da Economia, o que pode ter relação com a origem das primeiras teorias relacionadas à inovação, por exemplo com autores clássicos, tais como Joseph Alois Schumpeter e Friedrich August von Hayek. Em relação ao mestrado e doutorado, percebe-se o domínio da área de Ciência da Informação, também seguida da Economia, e, por conseguinte, da Comunicação e Engenharia de Produção. Verifica-se, assim, o caráter colaborativo, principalmente da Biblioteconomia, e interdisciplinar da Ciência da Informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da quantidade e diversidade de dados coletados e analisados, eleger aqueles que caracterizariam o panorama proposto para este capítulo foi uma tarefa que exigiu árduo e atencioso empenho, mas que trouxe satisfação em todas as etapas. Assim, acredita-se que o objetivo de apresentar o panorama da produção científica de mulheres no Brasil sobre tecnologia e inovação nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, a partir das publicações identificadas na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) foi alcançado.

Em função da delimitação estabelecida na metodologia desta pesquisa, não foi possível analisar de forma detalhada a autoria das recentes pesquisas concernentes às temáticas. De qualquer forma, é válido elucidar que essas pesquisas têm abordado: a tecnologia como suporte ao patrimônio cultural; dimensões do serviço de referência virtual; humanismo e tecnologia na perspectiva da competência em informação e midiática; construção do conhecimento organizacional para a inovação nas micro e pequenas empresas; uso de comunidades de práticas para fins de inovação; compartilhamento do conhecimento visando a cooperação internacional em ciência e tecnologia no Brasil; análise de redes sociais para inovação; gestão da informação e inovação aberta; profissionais da informação em ecossistema de *startups*; e inovação em bibliotecas.

Obteve-se, com esta pesquisa, apenas um recorte inicial para a análise das pesquisadoras mulheres que publicaram sobre tecnologia e inovação nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, para que outras pesquisadoras venham a ser instigadas a prosseguirem com pesquisas relacionadas a essas temáticas, em sequência àquelas que foram desenvolvidas ou em busca de reflexões e soluções para lacunas a serem identificadas.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lilian Maria Araújo de Rezende. Informação tecnológica: discussão acerca da atualização do conceito. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n. 1, p. 47-70, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2OZ6tKh>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ALVARES, Lillian; GALVÃO BAPTISTA, Sofia; DE ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique. Gestão do conhecimento: categorização conceitual. **Em Questão**, v. 16, n. 2, p. 235-252, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2w1uffR>. Acesso em: 15 abr. 2018.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; COSTA, Antonio Roberto Faustino; WANDERLEY, Alba Cleide Calado; BEZERRA, Lebiam Tamar Silva; LIMA, Izabel França; SANTIAGO, Stella Moraes. A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente. **Inclusão Social**, v. 2, n. 1, p. 18-29, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2B2biiT>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. **Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. 79-100, 1979. Disponível em: <https://bit.ly/2B2J5sn>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ARAYA, Elizabeth Roxana Mass; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Web colaborativa: inovação na criação, proteção e uso legal de informação. **DataGramaZero**, v. 12, n. 4, ago. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2MDpGQh>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR:6023:** informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR10520:** informação e documentação; citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. Ambientes mediatizados para a formação continuada dos profissionais da informação. **RBBD:** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 3, n. 2, p. 56-66, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2KHQtc9>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BASE DE DADOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). Disponível em: <https://bit.ly/2nszMIF>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BAUMGARTEN, Maíra. Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento. **Liinc em Revista**, v. 3, n. 1, p. 16-32, mar.2007. Disponível em: <https://bit.ly/2KHRmkZ>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Educação, informação e tecnologia na sociedade contemporânea: diferenciais à inovação? **RBBD:** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 4, n. 2, p. 44-51, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2vBwLu9>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/2c4UrLH>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. **Informação & Informação**, v. 15, n. 1 esp, p. 31-42, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2B2JcUP>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CAMPOS, Vânia Maria Corrêa de. Uso e necessidade de informação tecnológica: um diagnóstico do setor de laticínios do Estado de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2,

n. 1, p. 37-63, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2B3SwYN>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARDOSO, Telma Abdalla de O.; SILVA, Francelina Helena Alvarenga L.; ALBUQUERQUE, Marli B. M. de. Paradigma biotecnocientífico: limites e possibilidades: os impactos sociais e as fronteiras éticas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 4, n. 3, p. 217-229, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2vUqdpy>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CARVALHO, Luciana Moreira; SILVA, Armando Malheiro da. Impacto das tecnologias digitais nas bibliotecas universitárias: reflexões sobre o tema. **Informação & Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 125-132, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2nrRImy>. Acesso em: 15 abr. 2018.

COORDENAÇÃO de Comunicação Social do CNPq. **Fazer ciência e ser mulher: um desafio ainda real**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2vx5ybZ>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CORNÉLIO, Neiva Aparecida Gasparetto; ABREU, Aline França de; COSTA, Eliete de Oliveira. Espaço interativo: modelo de relação universidade–empresa baseada em comunidades de prática. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 1, p. 9-20, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2MhNex2>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CYSNE, Fátima Portela. Transferência de tecnologia e desenvolvimento. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 1, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2vB8tAs>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CYSNE, Fátima Portela. Transferência de tecnologia entre a universidade e a indústria. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, n. 20, p. 54-74, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2KKEFG8>. Acesso em: 15 abr. 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, v. 1,

n. 1, p. 88-98, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2MjPjIH>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2vyWLWU>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FERNANDES, Maria Cristina Pfeiffer. Estudo dos canais informais de comunicação técnica: seu papel em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. **Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 123-123, 1978. Disponível em: <https://goo.gl/qn3DqT>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Patente gera patente? **TransInformação**, v. 18, n. 3, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2MAOrMJ>. Acesso em: 15 abr. 2018.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Transmissão de tecnologia: análise do conceito. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/JwdPyr>. Acesso em: 15 abr. 2018.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; FARIA, Leandro Innocentini Lopes de; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERRAZ, Maria Cristina Comunian. Indicadores de CT&I no Pólo Tecnológico de São Carlos: primeiras aproximações. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 3, n. 2, p. 17-30, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2OqeuH9>. Acesso em: 15 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, Coordenação de Indústria. **Publicações**. Disponível em: <https://bit.ly/2w2k8aC>. Acesso em: 26 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, Coordenação de Indústria. **Pesquisa de inovação:** 2014. Rio de Janeiro:

IBGE, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2E63pdG>. Acesso em: 26 abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estatísticas de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Coleção Ibgeana.

LASTRES, Helena Maria Martins. Dilemas da política científica e tecnológica. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2MBeQdr>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LASTRES, Helena Maria Martins. Redes de inovação e as tendências internacionais da nova estratégia competitiva industrial. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2OVmJfr>. Acesso em: 15 abr. 2018.

LEMOS, Cristina Ribeiro. Redes Locais de Informação para Inovação Face à Globalização. **Informare:** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 3, n. 1/2, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/hWCFwF>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MARTELETO, Regina Maria; COUZINET, Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares intercruzados. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 7, n. 2, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2nwcuBO>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MAZINI, Elizabeth Sardelli; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Novas perspectivas no processamento e divulgação de informações públicas. **Transinformação**, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2MhmvAJ>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. A complexa dinâmica da divulgação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2B3iqf5>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MOTA, Teresa Lenice Nogueira da Gama. Interação universidade-empresa na sociedade do conhecimento: reflexões e realidade. **Ciência da Informação**, v. 28, n. 1, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/2MlmI5Q>. Acesso em: 15 abr. 2018.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Métricas para a ciência e tecnologia e o financiamento da pesquisa: algumas reflexões. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, n. Esp, p. 24-35, 1 sem. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2MbOHpy>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PARTICIPAÇÃO das mulheres na área de exatas dobrou em 5 anos. **Ludovica**, Tocantins, 11 mar. 2017. Comportamento. Disponível em: <https://bit.ly/2KN5ucS>. Acesso em: 26 abr. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Do acesso livre à ciência aberta: conceitos e implicações na comunicação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 8, n. 2, p.153-165, jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2B3iqf5>. Acesso em: 15 abr. 2018.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Histórico: Ciência da Informação, periódico científico do Ibict. **Ciência da Informação**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2vzCu3I>. Acesso em: 26 abr. 2018.

RAMOS, Milena Yumi. Evolução e novas perspectivas para a construção e produção de indicadores de ciência, tecnologia e inovação. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, n. Esp, p. 01-23, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2MC3nKA>. Acesso em: 15 abr. 2018.

RIBEIRO, Rejane M. A tecnologia da informação e comunicação (tic): fator condicionante da inovação em bibliotecas universitárias. **RDBCI:** Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 10, n. 1, p. 41-48, jan. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2B2TfcC>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ROCHA, Elisa Maria Pinto da; FERREIRA, Marta Araujo Tavares. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação: mensuração dos sistemas de CT&I nos estados brasileiros. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 61-68, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2Md2H20>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SILVA, Helena Pereira da. Inteligência competitiva na Internet: um processo otimizado por agentes inteligentes. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 115-134, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2KJGfZ3>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SILVA, Janete Fernandes; FERREIRA, Marta Araújo Tavares; BORGES, Mônica Erichsen Nassif. Análise metodológica dos estudos de necessidades de informação sobre setores industriais brasileiros: proposições. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 129-141, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2AZzWB2>. Acesso em: 15 abr. 2018.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Women in science. **UIS Fact Sheet**, n. 43, mar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2rIL53G>. Acesso em: 27 abr. 2018.

VANTI, Nadia. A cientometria revisitada à luz da expansão da ciência, da tecnologia e da inovação. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 3, p. 5-31, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2vBtElQ>. Acesso em: 15 abr. 2018.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo de; FEREIRA, Marta Araujo Tavares. A contribuição da cooperação universidade/empresa para o conhecimento tecnológico da indústria. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, p. 167-182, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2M7o1WR>. Acesso em: 15 abr. 2018.

CAPÍTULO 6

A CONTRIBUIÇÃO DE MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GÓMEZ PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: POLÍTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO

Miriely da Silva Souza

1 INTRODUÇÃO

Em uma publicação que visa destacar e dar visibilidade à atuação, pesquisas e experiências das mulheres na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (BCI), acredita-se na importância, também, de trazer e abordar pensamentos e produções de mulheres que inspiraram e inspiram nossas pesquisas, como é o caso de Maria Nélida González de Gómez.

Além de inspiradora para este capítulo, a Prof. Dra. Maria Nélida nasceu na Argentina, onde se graduou em Filosofia pela *Universidad Nacional de Rosario*. Em 1982, tornou-se mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e nos anos 1990, na mesma universidade, concluiu seu doutorado em Comunicação[20].

Suas contribuições vão desde abordagens epistemológicas, passando por questões éticas e políticas da informação, até ações e regimes de informação. O interesse pela produção da professora aconteceu a partir de um trabalho realizado no primeiro semestre de

[20] Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3087665610359216>. Acesso em: maio 2018.

2017 no mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação do IBICT. Neste capítulo será tratada a contribuição da pesquisadora, diante do conceito de informação.

Dessa maneira, diante da gama de possibilidades oferecidas pelos estudos da professora no campo da Ciência da Informação, como recorte, será trabalhada a perspectiva de González de Gómez acerca do regime e políticas de informação.

Para isso, entendo que antes de expor sua visão sobre o tema, existe a necessidade de saber como a autora compreende o conceito de informação para que, a partir daí, eu possa trazer sua contribuição para os estudos sobre regime e políticas de informação.

2 PERSPECTIVA ACERCA DO CONCEITO DE INFORMAÇÃO EM TRÊS CONTEXTOS: SÓCIO HISTÓRICO, SEMÂNTICO E FILOSÓFICO

O que é informação e o que estuda a Ciência da Informação? Essas são perguntas que estão presentes no cotidiano de quem pesquisa na CI. Não só por esse motivo, antes de iniciar de fato as questões ligadas ao contexto de regime e políticas de informação, considero válido, mesmo que brevemente, expor o olhar que Maria Nélida imprime e a interpretação feita sobre esse conceito através de suas produções.

O termo informação, além de ser visto como "flutuante" e produtor de diferentes efeitos de sentido em diferentes contextos, também é encarado como construção e sintoma da sociedade contemporânea:

> [...] algo que se desdobra em vários planos de realização sendo todos eles, independente de suas caraterísticas, transcendidos por valores semânticos e quadros normativos, da ordem do ideacional, e ancorados no solo de sua inscrição

> ou manifestação, da ordem do visível e do temporal (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 09).

Alinhada à essa questão, o pós Segunda Guerra (1939-1945) tem um papel importante para o campo científico-tecnológico, com a inclusão do computador, haja vista a evolução das chamadas ciências "duras" e das humanidades. Para a autora (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009), a primeira se desenvolve por meio de revoluções, já a segunda por acumulação. Desse modo, o conhecimento humano evolui e se reformula à medida que essas duas atitudes são equacionadas, ou seja, são utilizadas para diagnóstico em um determinado tempo, espaço e realidade.

Ainda no contexto do pós-guerra, com a emergência das novas tecnologias de informação, o que passa ser objetivado pelas novas áreas das engenharias e das ciências da computação será o conhecimento, ou, com mais propriedade, a cognição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001). A esse respeito, cabe um parêntese: nos escritos da autora, consultados para a produção deste capítulo, não há uma definição clara de cognição. Aqui, à luz dos estudos informacionais, porém, isso fica subentendido em sua ligação à representação e intangibilidade da informação, a partir de processos humanos, como linguagem e ação da fala, como forma de obter conhecimento.

Dessa forma, a ideia da informação como entidade ou substância, é transferida para a ideia voltada para o significado e para a interpretação, enxergando na informação um fator de mudança das estruturas cognitivas dos sujeitos, logo, com papel relevante nos processos humanos de cognição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009).

Sendo esses processos, ações humanas, percebemos a influência direta na sociedade, a partir da relação estabelecida entre outras ações: sociais e de informação, para elucidação acerca das formas de vinculação social e epistemológica dos conhecimentos (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

As perspectivas filosófica e semântica têm o mesmo ponto de partida: a questão do *lócus* ontológico da informação e a virada linguística. A partir da análise das três abordagens trazidas por Buckland, em seu artigo "*Information as thing*" de 1991 (informação como processo, informação como conhecimento e informação como "coisa"), a que mais se aproxima é a informação como processo, como o ato de informar, ancorado na investigação semântica, da noção de informação enquanto ser e sua singularidade.

A virada cognitivista que ganhou espaço na Ciência da Informação, a partir dos anos 1980, e o mentalismo que também se aproxima da questão semântica de maneira a acentuar a imaterialidade da informação, seu ser intangível, e que vai de encontro às características do digital, assim, convergindo quais sejam os meios e linguagens e sua presença em quase toda parte.

No que diz respeito à virada linguística e à linguagem de um modo geral, nota-se a influência habermasiana[21], para diferenciar no ato de falar uma instância simbólica, a significação, e uma instância material e que os atos de fala são, porém, eles mesmos dotados de materialidade:

> Nos atos de fala se estabelecem metas ilocucionárias comuns entre os participantes (*ego* e *alter*), metas que só podem se estabelecer por meio dos usos comunicativos da linguagem. Tais atos de fala são, porém, eles mesmos dotados de materialidade: pertencem ao mundo objetivo, seja enquanto emissões num médium, físico ou energético, sejam enquanto dão ancoragem tempo-espacial a convenções institucionais – como categorias, classificações e padrões –, tendo efeitos, nos dois casos, e tal como outras

[21] Considero a influência de Habermas, pois em quatro de seus escritos aqui consultados, González de Gómez (1999, 2001, 2009, 2012a) evoca o autor para relacionar linguagem a questões materiais e imateriais da informação.

> formas de intervenção instrumental, sobre o mundo objetivo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009, p. 119).

Nesse contexto, fenômeno, processo ou construção informacional e pluralidade de linguagens na constituição de um valor de informação, relaciona os efeitos dos usos informacionais da linguagem, documentação e mobilidade do documento, divididos entre primários e secundários, e análise documentária (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 09). González de Gómez (2009) estimula e propõe questionamentos referentes à prioridade dos usos sociais da linguagem no entendimento do horizonte ontológico da informação, indicando a possibilidade de reformulação das relações entre informação e comunicação e entre tecnologia e informação.

Salienta-se que González de Gómez parte da definição mais generalizada de epistemologia, enquanto

> estudo das possibilidades, origem, natureza e extensão do conhecimento humano e que indaga, assim, pelas condições e possibilidades do conhecimento, enquanto o especificam como conhecimento legítimo ou verdadeiro, ou, no quadro conceitual ocidental, tal como científico (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 06).

Para um maior entendimento da ontologia, objetivando a aproximação do conceito de informação através averiguação do *lócus* ontológico da informação, ou seja, a informação enquanto ser, enquanto ela mesma, visando estabelecer o seu modo de ser e seu possível caráter ôntico.

Para a autora, espera-se da Ciência da Informação a definição do que pode ou não ser nomeado de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 06). Dessa maneira, fica evidente a necessidade de entendê-la, para que mais adiante possamos lidar com ela à luz de

questões no âmbito de regime e políticas de informação, sabendo que:

> [...] informação responde a condições daquilo a respeito do que informa, constituindo relações com uma ordem cultural, cognitiva, ética e estética, na qual estão enraizadas suas referências semânticas e de conteúdo; remetendo, neste sentido, a uma formação discursiva e a seus universos de referência (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 11).

Nesta seção, tivemos contato com uma breve ideia do conceito de informação na perspectiva da autora, objetivando melhor assimilação, quando informação e política forem de encontro uma com a outra, conformando, assim, um regime de informação. Isso posto, na próxima seção veremos como esse assunto é colocado por González de Gómez e suas influências nesse campo de estudo.

3 POLÍTICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO

O pós-guerra também é considerado marco para as questões políticas ligadas à informação, mais precisamente no início dos anos 1950. Isso porque essas questões emergiram associadas às políticas de ciência e tecnologia e o vínculo entre política e informação foi estabelecido por sua inclusão na esfera de intervenção Estatal, não somente como dimensão de racionalidade administrativa, mas como fator estratégico do desenvolvimento científico-tecnológico:

> As vinculações políticas da informação e suas inscrições documentais e tecnológicas poderiam remeter-se, de fato, à própria constituição do modelo moderno de soberania, conforme o qual o Estado age como agente privilegiado de geração, recepção e agregação das informações,

> gerando um "duplo" representacional de seus domínios de intervenção territorial, social e simbólica (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 27).

Para González de Gómez (2002, p. 27), o "metacapital" do Estado se conforma através do acúmulo de excedentes, de conhecimento e informação, um capital informacional, juntamente ao capital de força física e ao econômico, que assegura seu poder sobre todos os outros campos de atividade. Para dar conta e compreendermos melhor, precisamos enfatizar o contexto espaço-temporal em que a relação política e informação foi iniciada.

Foi a partir dos anos 1950 que a relação entre política e informação começou a ser explicitada, por meio de programas de governo e de políticas públicas, estabelecida por dupla referência ao Estado e "a uma "constituição comunicacional" de realização flexibilizada e desigual" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 18). Nesse escopo, destacamos o "*Weinberg Report*[22]" do governo norte-americano e as agendas internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como fatos pontuais na constituição de um campo prático-discursivo diferenciado e relativamente autônomo das políticas de informação.

Dessa maneira, percebe-se o papel do Estado como agente principal na elaboração e implantação das políticas de informação e a ciência e a tecnologia como domínio de seu exercício. Contudo, o sucesso esperado não é alcançado nos países em desenvolvimento, além de a certeza do papel causal da informação na modernização e desenvolvimento não se mostrar igualmente eficaz para consolidação. González de Gómez afirma que

[22] Documento do governo norte-americano que definia o escopo e abrangência de uma política de informação sob responsabilidade do governo (González de Gómez, 2002). Disponível em: <http://garfield.library.upenn.edu/papers/weinbergreport 1963.pdf>. Acesso em: maio 2018.

> [...] os sistemas nacionais de informação científico-tecnológica não encontram expressão em um domínio estável e transparente de agentes, instituições, espaços e agendas de formulação de políticas públicas, seja porque a informação é objeto de políticas indiretas e tácitas, seja porque o escopo e abrangência das políticas de informação recortadas sobre o grande mapa das políticas públicas são deslocados frequentemente, de acordo com definições de prioridades conjunturais e em constante mudança (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2001, p. 28-29).

Nos anos 1970, uma nova mudança de cenário acontece e começa a ser construída, alinhando as novas tecnologias de informação e comunicação às transformações em diversos planos tais como: modos de expressão e acesso cultural, nos processos de trabalho, práticas e modelos de gestão da administração pública e na esfera privada.

Posteriormente, a manifestação dos sistemas nacionais de informação científico-tecnológica, como questão Estatal, começava a ser substituída por uma expressão de caráter econômico. Com isso, tem-se o conceito de 'infoestrutura' enquanto junção de dois termos: informação e estrutura designando "a miríade de elementos necessários para sustentar a sofisticada capacidade de manipular informação" (ZURKOWSKI, 1984 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002) como caracterização da economia Estadunidense.

Nos anos 1990, o programa da *Global Information Infrastructure* (GII) consolida o vínculo entre dos conceitos de infraestrutura e informação aos conceitos de 'rede', 'mercado' e 'globalização', e suas possíveis conversões globais (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2012b) com a universalização do acesso através da facilitação da aquisição de equipamentos tecnológicos e também pela "padronização,

interoperabilidade e transportabilidade de produtos e serviços, garantida pela metrologia" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 30).

Como consequência disso, houve a renovação das arenas da economia da informação, e a adesão de atores representativos no cenário político contemporâneo, como a Comunidade Europeia, a um processo tido como irreversível, desejável e que exigia iniciativas de implementação. Além disso, destaca-se o papel intervencionista no domínio da informação da UNESCO no plano internacional.

As demandas de institucionalização das 'políticas de informação'[23], deram lugar a novos conteúdos e espaços de enunciação com a relação estrutural da informação com a tecnologia e a economia, e também por conta da institucionalização da Internet e da universalização, tanto do acesso quanto de suas aplicações e serviços.

Para González de Gómez (2001, p. 32) a institucionalização da internet no contexto brasileiro, e de modo geral, na América Latina, requer a articulação de três domínios:

1. Institucionalização da Internet no domínio do Estado, em seu duplo papel;
2. A inclusão dos setores econômicos e de investimentos na economia dos mercados digitais; e
3. A reformulação da Constituição Comunicacional e Informacional.

No primeiro domínio, o Estado que convoca no Programa da Sociedade da Informação e que é convocado no Programa de Governo Eletrônico; no segundo, a importância da definição dos modos de inclusão da cidadania e seus direitos, e, por fim, a reformulação se daria conforme os novos paradigmas das redes e infraestruturas de informação, arcando com a dívida dos preceitos modernos insatisfeitos, dadas as desigualdades sociais e regionais de acesso

[23] Entendemos políticas de informação, como conjunto de normas e ações em âmbito público ou privado, regional ou nacional, para prover acesso à informação.

desde escolas e universidades, até bibliotecas, museus e outros recursos, de cunho cultural e/ou informacional.

Nesse sentido e em uma manifestação mais ampla (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 32), a relação entre política e informação, em novos cenários, deverá ser buscada em sua imersão nos domínios tanto econômicos quanto tecnológicos, desde a atuação no plano implícito das micropolíticas, inscrita em componentes técnicos e não técnicos do desenho e operacionalização dos dispositivos de informação ou através de figuras econômicas – como as tendências oligopólicas ou monopólicas.

Já o conceito de 'infraestrutura de informação' designa a convergência das tecnologias de comunicação, telecomunicação e informática, tendo a Internet como principal *lócus* de realização dessa convergência (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002). Articulados, passam a designar o modo informacional e também de produção dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos e arranjos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, 2012b).

Nesse sentido, um regime de informação constitui um conjunto mais ou menos estável, de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam esses usuários específicos ou públicos amplos não tendo a configuração de um sistema de informação ou de um "sistema de sistemas"; mas, designando uma morfologia de rede (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Está configurado, por plexos de relações plurais e diversas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), além de exposto a possibilidades e

condições de caráter cultural, político e econômico que nele se expressa e se constitui (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 43):

> O conceito de "regime de informação" demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

De outro modo, remete às relações que hoje estariam impulsionadas pela pressuposição de que a informação, como algo imerso nas tecnologias digitais e onipresentes, sendo aquilo que nelas circula e dinamiza (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b).

Ainda no âmbito das políticas de informação, ações de governo eletrônico, enquanto regime de informação Estatal, oscilam entre a ênfase na atualização da "constituição comunicacional" e o desenvolvimento da democracia em suas formas participativas e entre a ênfase na eficácia administrativa e a gestão de todo o "ciclo de vida da informação" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35). E é o conceito de *e-gov* em conjunto ao conceito de inclusão digital que recoloca a relação entre política e informação, mas de uma maneira, por vezes, redutora e simplificada.

Como exemplo de análise dessa redução, temos a ideia de governança informacional compreendida inicialmente como sintoma do sistema capitalista mundial e que posteriormente

> [...] deslocou-se aos poucos da descrição de procedimentos e da avaliação do desempenho dos governos, até então considerado sujeito principal da ação política, a uma nova definição

> da cadeia decisória, horizontalizada pela inclusão de atores públicos e privados, os que passariam de objeto do controle e intervenção do Estado a sujeitos participantes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

Fica evidente, nesse momento, que com a presença dos governos na rede mundial de computadores, a participação e cobrança cidadã se maximizaram e isso passou a demandar ao Estado maior transparência administrativa.

Com relação a essa questão, destaco dois pontos: o primeiro é que os estudos de políticas públicas e os da intermediação de interesses, além das teorias da *governance,* pressupõem, alguma premissa acerca do modo de relação esperado entre a ordem política e o corpo social; o segundo é a *governança* informacional, que pode ser definida pelas condições de transparência, convergência e articulação das relações de comunicação-informação entre o Estado e a sociedade (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Da mesma forma, isso nos remete, mesmo que não diretamente, a relações de informação e poder, uma das atribuições mais frequentes de um regime de informação. No mais, González de Gómez (2012b) afirma que, enquanto operação de leitura de uma transversalidade específica, *regime de informação* daria visibilidade à critérios de valor associados à informação e, de modo geral, à dimensão simbólica da cultura e da perspectiva da especificidade dessa transversalidade. Do século XX a esse início do século XXI, o regime de informação ficaria associado a uma ordem de acontecimentos que poderíamos caracterizar pelo fenômeno da informacionalização.

Desse modo, percebemos que o conceito e ideia de regime de informação abrangem diversos contextos de uso. González de Gómez (2012b) elenca e exemplifica quatro contextos:

a. ***Information production chain*** **ou cadeia de produção da informação**: é incorporado aos fluxos e distribuição da informação aos modelos das "cadeias produtivas"; o termo cadeia de informação se refere a um processo sequencial, referente à circulação da informação entre diferentes atores, organizações e finalidades; este conceito de *"information production chain"* complementaria o conceito de "*regime de informação*", na delimitação do domínio específico de sua operacionalização;

b. **Infraestrutura de informação**: a noção de "*infraestrutura*" migra da descrição dos grandes sistemas tecnológicos, evidenciados por complexas estruturações de componentes físicos e energéticos modelizados por diferentes engenharias para, agora, indicar bases tecnológicas de processos simbólicos objetivados, que incorporam múltiplos dispositivos operadores de semioses, em cuja modelização intervém a muitas das novas ciências da concepção, como a computação, a inteligência artificial e a robótica, a biotecnologia e a telemática (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b, p. 48);

c. **Modo de informação**: a principal influência para González de Gómez nesse tópico é Mark Poster. Esse autor faz uso do termo "modo de informação" e é construído por semelhança e diferença do conceito marxista de "modo de produção". A principal semelhança estaria em que as duas abordagens ligadas aos modos sociais de dominação. Em relação à teoria marxista, são quatro as diferenças principais do "modo de informação": a) o trabalho não é mais a esfera principal da dominação, ainda que continue tendo papel fundamental nas sociedades contemporâneas; b) a eliminação da ideia de progresso como uma finalidade ou objetivo; c) a substituição

dos sistemas de produção e de troca dos objetos pelo modo como os signos são usados na produção e compartilhamento de significados e para constituir objetos, que caracterizaria o modo de informação; d) as sociedades contemporâneas caracterizadas por seus diferentes modos de uso de informação;

d. **Regime de informação**: o termo tem sido usado por diversos autores abordando e correlacionando política, informação e poder. Nesse sentido, González de Gómez (2012b) toma como referência três autores: o primeiro deles, é **Bernd Frohmann** que em seus estudos associa o conceito de regime de informação, como o resultado das políticas de informação e também como alternativa aos estudos de política da informação. O autor dá ênfase ao caráter contingencial do Estado na circulação das informações enquanto *commodities*. Discordo da perspectiva de Frohmann na relação política e regime de informação. Entendemos que as políticas de informação e o regime são complementares. Modifica-se o regime, as políticas sofrem alteração e vice-versa. A segunda influência trazida por González de Gómez é **Sandra Braman**. Essa autora imprime um olhar global ao conceito de regime de informação, que ela aproxima da esfera discursiva da política internacional. Além disso, a autora defende a ideia de regime de informação único e global que envolve atores estatais e não estatais. Em um contexto estatal, o regime de informação constitui as dinâmicas governamentais. Compreendo que a ideia global trazida por Braman, pode se aplicar no sentido literal da palavra, como também pode a um pequeno conjunto, como por exemplo, uma grande empresa, desde que todo esse conjunto seja abrangido. Por fim, González de Gómez traz o olhar de **Hamid Ekbia** que vai em direção

contrária ao tratar sobre regime de informação. O autor relaciona informação e ação partindo do conceito de regimes de valor, de Boltanski e Thevenot (2006), para reformular o conceito de regime de informação. Em outra associação do termo regime de informação, o autor se apropria conceito de regimes de verdade de Foucault estabelecendo semelhanças e diferenças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do mergulho no pensamento, e reflexão na colocação de cada um dos três autores sobre regime de informação, percebem-se os diferentes caminhos seguidos e a contribuição de cada um deles para a construção teórica, haja vista as diversas formas sob as quais um regime pode se conformar. De acordo com González de Gómez (2012b) existe a possibilidade de que mais de um regime de informação se constituir a partir de iguais ou semelhantes montagens de tecnologia, serviços e conteúdos informacionais.

Dessa forma, "cada nova configuração de um regime de informação, resulta de e condiciona diferentes modos de configuração de uma ordem sociocultural e política" (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012a, p. 32). A cada mudança que ocorre envolvendo políticas de informação, um novo cenário é formado, haja vista que elas alteram e interferem na forma como o regime de informação está moldado.

Como exemplo para essa afirmação, podemos citar a Lei de Arquivos, a Lei de acesso à informação, e o Marco civil da Internet. Todas essas normas, quando sancionadas, deram nova forma ao regime cada um à sua maneira.

Como uma abertura de leque, as dinâmicas que envolvem questões referentes ao regime de informação possibilitam a compreensão da associação e ancoragem espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos

que intervém e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações como também evidencia a tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturações jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadológicas (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012b).

A autora faz uso de diversas abordagens para estabelecer relações, diferenças e semelhanças. Aponta a coocorrência de políticas e regime de informação além da questão polissêmica que ronda ambos com imprecisões em seus conceitos. Porém, em suas produções, tivemos a elucidação sobre cada um deles.

Destacamos que em nosso entendimento a forma como são estabelecidas as políticas de informação estão intrinsecamente ligadas à maneira como se molda o regime de informação em um contexto espaço-temporal.

De um modo único e particular, que engloba desde sua visão enquanto graduada em Filosofia até o doutoramento em Comunicação, Maria Nélida imprime em suas produções, sua identidade e deixa evidente a forma como lida com os aspectos trazidos aqui, ligados à informação.

Nos textos selecionados para este capítulo, ficou evidente sua posição em relação à Ciência da Informação enquanto Ciência Social Aplicada e o contexto no qual a informação é vista: à luz dos usos e relações socialmente estabelecidas com a economia, política, tecnologia, etc.

Senti falta de uma maior aproximação do contexto brasileiro não somente em seus estudos, mas também de forma geral quando se trata de regime de informação. González de Gómez alinhava e tem sensibilidade na percepção das relações que podem ou não ser estabelecidas, e a dualidade nos conceitos de regime e políticas de informação.

REFERÊNCIAS

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos Cenários Políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 2-40, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Paraíba, v. 2, n. 1, p. 115-134, 2009.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. As Ciências Sociais e as questões de informação. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 18-37, 2012a.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, Paraíba, v. 22, p. 43-60, 2012b.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Políticas e Regimes de Informação: Perspectivas. In: GARCIA, Joana C. R.; TARGINO, Maria das Graças (Org.). Desvendando facetas da gestão e políticas de informação. Joao Pessoa: EDUFPB, 2015, p. 321-351.

CAPÍTULO 7

POR UMA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NAS BIBLIOGRAFIAS: UM ENSAIO TEÓRICO MILITANTE

Nathália Lima Romeiro

Andréa Doyle

Anna Brisola

"Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar"
(Triste, louca ou má - Juliana Strassacapa)

1 INTRODUÇÃO

Iniciamos este ensaio com uma epígrafe que já anuncia nossa militância. A letra "Triste, louca ou má" fala sobre o processo de libertação de nós, mulheres, de nossa consciência de nós mesmas, de nossa força e capacidade de reinvenção. Esse processo de libertação feminina foi defendido ao longo do tempo pelo movimento feminista e pelas pesquisas de mulheres que buscaram, desde o século XIX, a igualdade de direitos e equidade de oportunidades ante o homem.

O modelo econômico capitalista e a estrutura patriarcal cercearam, desde os primórdios da civilização ocidental, a liberdade de pensamento, dos corpos, da sexualidade e intelectualidade da mulher (BEAUVOIR, 2014; DAVIS, 2016). Foram muitas as obras literárias, canções, filmes, novelas e propagandas a objetificar a

mulher e determinar os únicos papéis que acreditavam ser nosso: de esposa, mãe, empregada doméstica ou prostituída. Quando começamos a aparecer em outros cenários foi para a docência e também nas bibliotecas, pois se acreditava que a mulher, pela "natural" função de cuidar, seria a melhor escolha para alfabetizar a mão de obra para o capital (MARTUCCI, 1996).

Na luta pela emancipação feminina, igualdade de direito e equidade de oportunidades, preparamos este capítulo com o objetivo de questionar as bibliografias na educação básica, graduação e pós-graduação que, apesar de muitos avanços, ainda refletem uma hegemonia de saberes que privilegia os homens brancos europeus. Para atender tal objetivo, discutiremos teoricamente na segunda seção o conceito de competência crítica em informação como ferramenta para refletir criticamente e questionar a hegemonia acadêmica.

Na terceira seção, discutiremos a ideia freireana de educação bancária *versus* academia como conversa, como um ambiente que deveria estimular o diálogo e a liberdade de pensamento e expressão da pessoa. Na quarta seção, versaremos sobre a Lei de diretrizes e bases da educação e seus retrocessos no que tange à desobrigatoriedade do ensino de sociologia e filosofia do currículo escolar, e apresentaremos uma bibliografia feminina que dialoga com as três ondas do feminismo no mundo ocidental.

É doloroso, porém necessário que, em pleno século XXI, nós ainda precisemos explicar a importância da representatividade feminina nas bibliografias de toda e qualquer formação. Esperamos, cara leitora e caro leitor, que se sensibilizem à busca feminina por espaço e voz através das autoras que vos falam. Mergulhem nesse texto sem moderação.

2 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

Em 2016, a principal instituição estadunidense de bibliotecas, a *Association of College & Research Libraries* (ACRL) reviu seu entendimento sobre competência em informação e publicou um documento chamado "*Framework for Information Literacy in Higher Education*"[24] (doravante *Framework*). Nele, ao invés de etapas para uma pessoa se tornar competente em informação do documento anterior (os *Standards*[25]), estabeleceu-se um entendimento mais amplo e mais crítico sobre competência em informação[26].

Para o *Framework*, competência em informação é:

> o conjunto de habilidades integradas que compreende a descoberta reflexiva da informação, o entendimento da maneira com que a informação é produzida e valorizada e o uso da informação para a criação de novos conhecimentos e para a participação ética em comunidades de aprendizagem (ACRL, 2015, p. 03, tradução nossa).

Esse conjunto de enquadramentos tem uma

> [...] perspectiva construtivista [que] conduz o tom geral do documento, no sentido de destacar a construção social da informação, o aprendizado ao longo da vida e a centralidade do estudante no seu próprio processo de aprendizagem (BEZERRA; DOYLE, 2017).

[24] Disponível em: <https://bit.ly/1vgB89O>. Acesso em: 10 abr. 2018.

[25] Disponível em: <https://bit.ly/2I9hNiY>. Acesso em: 10 abr. 2018.

[26] Muitas das novas visões sobre competência em informação presentes no *Framework* podem ser entendidas como respostas às críticas feitas aos *Standards* por pesquisadores que, como nós, se posicionam no campo de estudos chamado "competência crítica em informação".

Destacamos, especificamente, o termo "descoberta reflexiva da informação" que sugere uma postura crítica diante dos condicionantes político-econômicos e socioculturais de produção, disseminação e compartilhamento de informações.

Os pesquisadores que costumam adotar o conceito de "competência crítica em informação" destacam, especialmente, a contribuição da teoria crítica da sociedade da Escola de Frankfurt e da pedagogia crítica de Paulo Freire como elementos fundamentais para se pensar e trabalhar a competência em informação. Do trabalho de Horkheimer (1983), sublinhamos a perspectiva de que o trabalho teórico não pode ser destacado da realidade material das pessoas e das sociedades e que seu objetivo deve ser a compreensão dos mecanismos de dominação que entravam a libertação das classes dominadas. Sobre Freire (1987), de quem falaremos em detalhe na próxima seção, partimos de sua visão de que a educação dominante é a educação da classe dominante e que só uma pedagogia voltada para as classes/grupos oprimidas/os pode libertar.

Ambos os pensadores baseiam suas teorias no materialismo histórico de Marx, mais especificamente na 11ª tese sobre Feuerbach que diz que "os filósofos só **interpretaram** o mundo de maneiras diferentes; do que se trata é de **transformá-lo**" (MARX, ENGELS, 2001, s.p. grifos dos autores). Outro pilar de ambos os autores é aquele que explica de que forma a dominação se passa da força quando adentra o campo das ideias.

> Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é, também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios para a produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os

> meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante (MARX; ENGELS, 2001, p. 48).

Nessa perspectiva, vemos que essa linha de raciocínio nos leva, não só a buscar compreender os sistemas de dominação, mas a vislumbrar meios de resistência a ele. Para retomarmos o tema competência crítica em informação que abre esta seção, voltemos às diretrizes propostas pelo *Framework*.

O quinto enquadramento proposto pelo documento se chama "Academia como conversa" e diz que "a pesquisa em campos acadêmicos e profissionais é uma prática discursiva em que ideias são formuladas, debatidas e confrontadas a outras durante extensos períodos de tempo" (ACRL, 2015, online, tradução nossa[27]). Diz-se, igualmente, que não se trata da busca por respostas distintas a problemas complexos, mas da percepção que uma certa questão é composta por **diversas perspectivas** que se apresentam em uma conversa envolvendo usuários e produtores de informação, que negociam seus significados.

Ao mesmo tempo em que compartilhamos essa posição e louvamos o *Framework* por apresentar a ciência e a academia nesses termos, nos perguntamos: - Há, de fato, perspectivas diversas em disputa na conversa acadêmica? Ou trata-se quase sempre de ideias (convergentes ou divergentes) advindas basicamente de um só grupo hegemônico? Quando paramos para pensar nas bibliografias lidas e

[27] *Scholarship as conversation: Research in scholarly and professional fields is a discursive practice in which ideas are formulated, debated, and weighed against one another over extended periods of time.*

trabalhadas nas disciplinas de nossa pós-graduação[28], o que vemos? Uma maioria avassaladora (às vezes até exclusiva!) de pensadores homens, brancos, de classe média e europeus, de várias épocas, nas diversas disciplinas que nossa área, dita interdisciplinar, tangencia, como filosofia, sociologia, história e informática sem falar na comunicação, biblioteconomia, museologia e arquivologia.

De fato, é inegável que, pela formação sócio-histórica do ocidente, os homens brancos foram aqueles que puderam se dedicar à pesquisa e ter a possibilidade de publicá-la em seu nome[29]. As mulheres, negros e pessoas das classes mais baixas, em sua maioria, eram privados de educação e condenados ao trabalho doméstico ou braçal. Nesse sentido, é lógico que as referências para a conversa acadêmica tenham essa maioria.

Por outro lado, estamos em 2018. Isso significa que já não há mais restrição legal há 150 anos para que esses grupos tenham acesso à educação[30]. Mesmo que (infelizmente) ainda haja muitas dificuldades para o acesso e a permanência de grupos historicamente desprivilegiados na carreira acadêmica e de pesquisa, sua produção existe e faz parte da conversa acadêmica. Como este trabalho é escrito por três autoras, vamos olhar com atenção especial para a produção das mulheres.

Em rápida consulta à internet, descobre-se que Marie Curie foi a primeira mulher a ser professora da Universidade de Paris (em 1903), a primeira a ganhar o Prêmio Nobel, a primeira pessoa a ganhá-lo mais de uma vez, e a única a ganhá-lo em disciplinas distintas. No Brasil, destaca-se Maria Josephina Durocher, a primeira mulher a entrar na

[28] As autoras são pós-graduandas do PPGCI do IBICT/UFRJ e esperam (mas não acreditam) que esse seja um problema isolado. Nos escrevam para contar sobre as disciplinas dos seus programas!

[29] Imaginamos quantas/os "assistentes de pesquisa" mulheres e negros foram invisibilizadas/os ao longo da história da ciência.

[30] Meninas e meninos brancos e negras/os livres (que eram pouquíssimas/os) foram oficialmente autorizados a estudar (ensino fundamental) a partir da reforma de 1854; mulheres puderam entrar na universidade alguns anos mais tarde, em 1879.

faculdade de medicina em 1834, a primeira a ser membro titular da Academia de Medicina e a primeira a publicar textos científicos na área. Tratam-se de mulheres incrivelmente talentosas e pioneiras, mas não é disso que estamos falando. O destaque da exceção é louvável, mas nosso olhar vai para uma categoria de pessoas que representa mais da metade da população mundial.

O relatório da Elsevier (2017), chamado "*Gender in Global Research Landscape"*[31], é o resultado de um estudo da publicação na Scopus, sua base de artigos científicos. Em linhas gerais, ele mostra um avanço importante da participação feminina, ainda que sub-representada, na pesquisa científica ao redor do mundo.

Cabe destacar que se trata de um estudo sobre a publicação internacional em formato digital disponibilizada por uma base de dados online, acessível por assinatura. Outro elemento a ser considerado nos resultados desse levantamento é a discrepância entre os números da década de 1990 e os atuais, por conta do período de informatização e acesso à internet da academia em geral.

Um dos temas que mais nos chamou atenção na avaliação desse relatório foi a constatação que as pesquisas sobre gênero têm crescido muito. A taxa de crescimento do número de pesquisas sobre gênero foi maior do que a taxa de crescimento da literatura acadêmica como um todo, o que demonstra a importância do tema. Outro aspecto das pesquisas sobre gênero é que, ao passo que nos anos 1990 do século passado a produção estadunidense respondia por metade da produção mundial, agora os Estados Unidos dividem o pódio com a União Europeia, ambos com aproximadamente um terço da produção mundial sobre o tema.

Na União Europeia, Portugal vem se destacando na paisagem internacional por ser um país onde a produção feminina é especialmente importante. Na área das patentes, por exemplo, o país

[31] Em português: Gênero na Paisagem Global de Pesquisa, tradução nossa. Disponível em: <https://bit.ly/2mGYruj>. Acesso em: abril 2018.

é o campeão em produção feminina, com 26% das patentes tendo sido registradas por inventoras (ELSEVIER, 2017). Aliás, Portugal tem se destacado por diversas políticas de equidade de gênero, tendo inclusive ganhado um prêmio das Nações Unidas pelo estímulo à participação de meninas e mulheres na ciência. Apesar de todos esses esforços e conquistas, o relatório diz, também, que o país ainda precisa atacar outros problemas de equidade como salários e progressão de carreira, entre outros.

No Brasil[32], que junto com Portugal tem o maior percentual de publicações de autoras do mundo, as mulheres são 49% das/os pesquisadores que publicaram entre 2011 e 2015. O relatório indica, ainda, que houve um avanço nas Engenharias, área apontada por Gilda Olinto (2003) como sendo quase exclusivamente masculina. No período entre 1996-2000, a participação feminina nas Engenharias era de aproximadamente 13% e passa a beirar os 30% no período entre 2011-2015. Uma presença ainda sub-representativa, mas que aponta um avanço na direção da inclusão de mulheres nas ciências exatas. Já nas ciências sociais, o aumento foi de 40% no primeiro período para 49% no segundo.

Mas então por que continuamos a ler quase exclusivamente os homens brancos europeus? Muitas respostas são possíveis para essa pergunta, a começar pela grande quantidade de professores que são homens brancos de classe média, que se identificam com o discurso de homens brancos de classe média. Não estamos sugerindo que suas escolhas sejam intencionalmente premeditadas para calar outras vozes: mesmo fazendo exatamente isso, eles apenas não se dão conta. É para chamar a atenção das pessoas para esse ponto que servem discussões como as apresentadas no presente trabalho.

[32] A profa. Gilda Olinto do PPGCI do IBICT/UFRJ é coordenadora de dois projetos que tratam da mulher na ciência, intitulados “Diferenças de gênero na opção por ciência e tecnologia: permanência e mudanças na escola básica” e “A mulher na sociedade do conhecimento: inserção em C&T e apropriação das TIC”. Disponível em: <https://bit.ly/2HY26PH>. Acesso em: abril 2018.

Diz-se, também, que os clássicos precisam ser lidos e que não se pode deixá-los de fora da conversa acadêmica. Concordamos. Mas sugerimos que o estudo de tais clássicos seja acompanhado de comentários ou releituras feitas por mulheres/negros/periféricos que possam aportar uma nova perspectiva à discussão primária a partir de seu ponto de vista.

O desconhecimento da produção intelectual de grupos ditos minoritários é outro ponto recorrente nas justificativas de docentes. A conversa acadêmica tem disso: obras consideradas clássicas são lidas e relidas, autores considerados centrais são citados e discutidos. A lógica da celebridade também nos atinge, infelizmente: quanto mais lido e comentado é um autor, maiores são as chances dele ser lido e comentado.

A busca ativa por bibliografias diversas é, sem dúvida, um ato de resistência. Como veremos na próxima seção deste estudo, Paulo Freire é categórico ao dizer que são os oprimidos que, conscientizando-se de sua condição e assim tomando as rédeas de sua própria educação, podem pôr fim à opressão. Somos nós que precisamos encabeçar essa luta, trabalhando para balancear nossas leituras, para garantir que nossas pesquisas dialoguem com mulheres, negros e periféricos de várias partes do mundo.

3 EDUCAÇÃO BANCÁRIA X ACADEMIA COMO CONVERSA

Na pedagogia crítica de Paulo Freire, “educador e educandos (liderança e massas), co-intencionados à realidade, se encontram em uma tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e assim, mas também no de re-criar esse conhecimento” (FREIRE, 1987, p. 31).

É uma educação fundada no método dialógico, ou seja, na participação dos estudantes na construção do saber em uma relação mais horizontal e de troca. Esse diálogo busca, em conjunto com o estudante, na realidade, no real, na vida, a motivação e os temas que

serão utilizados nas aulas. Uma ação educadora que constrói, no ato de desvelar a informação e também de re-criar, criticamente, o conhecimento. “Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes” (FREIRE, 1987, p. 31), o que promove não só a coparticipação como o engajamento, se opondo à educação convencional.

É a certeza da inconclusão que diferencia os seres humanos dos outros animais – estar em constante processo de construção do conhecimento, do aprendizado, na práxis. Nessa concepção, o ser e o mundo, interdependentes e relacionados, estão em constante desvelar e mudança, não são estáticos e não há determinismo, existem apenas problemas e desafios, por vezes, limitantes, a serem resolvidos, transpostos e/ou superados. Não é essa uma das maiores funções da academia?

A educação tradicional tem uma forma iluminista que toma forma na figura do mestre/professor, detentor único do conhecimento, que ilumina seus a-lunos (sem luz)[33] com uma narrativa ou dissertação do conteúdo. Esse tipo de educação, aplicada também na pós-graduação, reproduz, por meio de sua bibliografia, as características hegemônicas, dominantes, opressivas e patriarcais da sociedade.

Isso não é um método do nosso tempo, tem raízes bem anteriores. Marx já apontava que “o burguês entende por educação moral a memorização dos princípios burgueses, e que no fim das

[33] Paulo Freire entende que a palavra aluno vem do latim *lumen* (luz), e que a-luno significa sem luz (FREIRE, 1987). Há outra interpretação da origem do termo, que viria do “llat. Alumnus, i "criança de peito, lactente, menino, aluno, discípulo", der. do verbo alere "fazer aumentar, crescer, desenvolver, nutrir, alimentar, criar, sustentar, produzir, fortalecer etc." (HOUAISS, 2001, p. 353). HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de janeiro: Objetiva, 2001.

contas a burguesia não tem os meios, nem vontade, de oferecer ao povo uma verdadeira educação" (MARX, 2006, p. 91).

A obliteração intelectual dos adolescentes em função de sua transformação em máquinas de fabricar mais-valia se tornou tão grave que o Parlamento inglês foi forçado a "fazer da instrução elementar condição compulsória para o emprego 'produtivo' de menores de 14 anos em todas as indústrias sujeitas às leis fabris" (MARX, 2006, p. 69).

Segundo Marx (2006), Adam Smith sugere que, para que o trabalhador mantenha seu ânimo, a capacidade de empregar com vigor a força de seu corpo e manter a perseverança para qualquer outra atividade que não seja aquela para qual foi adestrado, ou seja, não se degrade completamente em função da divisão do trabalho, crie-se o ensino popular pelo Estado, prudentemente de forma gradativa.

Ainda de acordo com Marx, Germain Garnier, senador do governo francês, discorda veementemente de Smith. Para Garnier a instrução popular contraria as leis da divisão do trabalho e adotá-la seria proscrever todo aquele sistema social. O senador francês ainda defende que a divisão entre o trabalho mecânico e o intelectual se torna mais acentuada e evidente à medida que a sociedade se torna mais rica, que ela é uma consequência natural do progresso. Ele pergunta a respeito do investimento na educação:

> [...] pode o governo contrariar essa divisão do trabalho e detê-la em seu curso natural? Pode ele utilizar parte da receita pública para tentar confundir e misturar duas classes de trabalho que se esforçam por sua divisão e separação? (MARX, 2013, p. 542).

O que os patrões não previam, mas Garnier e Marx sim, é que o operário que aprende a ler instruções, ordens e bíblia, também pode ler jornais, livros, manifestos e panfletos. Enquanto o senador Garnier quer manter o povo alienado e dentro das rédeas do sistema que os

objetifica, Marx percebe a educação como chave para municiar os oprimidos para a revolução.

Hoje na internet, apesar das informações hegemônicas terem mais alcance e serem mais acessadas, no mar de informação digital também estão as informações contra-hegemônicas que confrontam o *status quo*. Da mesma maneira, as instituições de ensino e os meios de comunicação hegemônicos (alinhados com o Estado), massificam as informações que lhes interessam, tentando embotar as que confrontam seus objetivos.

Fundado na época da industrialização, hoje, esse ensino, verticalizado sistematicamente, vem se resumindo em instrução. Professores disfarçam a verticalidade iluminista com salas de aula pseudo dinâmicas e mais informais, invertidas, mas continuam empurrando conteúdo no mesmo sistema de sempre, de cima para baixo, como algo chato, mas necessário para cumprir o protocolo da vida, sem o qual não se alcança o objetivo do que o capitalismo chama de sucesso.

Enquanto isso, os indivíduos são forjados quase como seres autômatos e instruídos para o trabalho, com pouco ou nenhum estímulo ao pensamento crítico, acostumados a receber "verdades" por meio de discursos de autoridade, reforçados nas instituições de ensino e meios de comunicação. Isto é o que Paulo Freire (1987) chama de "educação bancária", na qual o professor/instrutor, deposita o conteúdo (valores e conhecimento) no aluno, que o recebe como simples receptáculo, conduzido à mera memorização, distanciada de sua realidade. "A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante" (FREIRE, 1987, p. 33).

Na atualidade, contradizendo as expectativas mais otimistas, no Brasil, cada vez mais, esse conteúdo tem um fim pragmático e funcionalista. O que é ensinado tem por finalidade o ENEM (Exame

Nacional do Ensino Médio e concurso para a graduação), até o ensino médio, e o “mercado de trabalho”, no ensino superior.

Embora a memorização, tão presente até os anos 1990 na educação (tabuada, conjugação verbal, rios e seus afluentes, datas etc.), seja algo dito ultrapassado, o aprendizado voltado para o “concurso” ENEM, ensina o aluno “como passar”, com métodos, fórmulas e macetes a serem, obviamente, decorados. “Quanto mais vá "enchendo" os recipientes com seus "depósitos", tanto melhor o educador será. Quanto mais se deixem docilmente "encher", tanto melhor educandos serão” (FREIRE, 1987, p. 33). Nesse formato, não há estímulo à criatividade, à transformação, ao saber e à crítica, há apenas sombras ou disfarces dessas características.

Da mesma maneira, ainda na pós-graduação, o trabalho do educador “será, também, o de limitar o mundo. O de ordenar o que já se faz espontaneamente. O de “encher” os educandos de conteúdos. É o de fazer depósitos de “comunicados” - falso saber - que ele considera como verdadeiro saber” (FREIRE, 1987, p. 36).

Marx aponta que mesmo na teoria materialista, que pretende a mudança das circunstâncias e da educação se esquece que “as circunstâncias fazem mudar os homens [e as mulheres] e que o educador necessita, por sua vez, ser educado. Tem, portanto, que distinguir na sociedade suas partes, uma das quais colocada acima dela” (MARX, 2006, p. 35).

É o peso da divisão do trabalho, que coloca o trabalho intelectual acima do trabalho braçal, o professor acima do aluno. Marx (2006) põe em xeque a ciência que abstrai as forças e poderes que regem a sociedade, que objetifica a pessoa, divide o trabalho e que capitaliza a vida. A visão crítica, portanto, é essencial à ciência e ele questiona uma ciência que frequentemente não considera a historicidade, as influências dos poderes e do capital.

Douglas Kellner levanta que uma perspectiva crítica só é desenvolvida a partir de um ponto de vista que “articule a constituição social dos conceitos de sexo, classe, raça, etnia e sexualidade”, bem

como suas representações e identificações nessa sociedade e interprete "a cultura e a sociedade em termos de relações de poder, dominação e resistência, articulando várias formas de opressão em dada sociedade por meio de perspectivas multicultrais" (KELLNER, 2001, p. 124). "A hegemonia, portanto, funciona por exclusão e marginalização, assim como por afirmação de posições ideológicas específicas" (KELLNER, 2001, p. 149).

Freire sublinha que faz parte igualmente do pensamento revolucionário: "[...] a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia" (FREIRE, 1996, p. 39). Lamentamos o quão distante estão da democracia aqueles que, entre outras coisas, discriminam minorias e inferiorizam mulheres.

"A formação docente que se julgue superior a essas "intrigas" não faz outra coisa senão trabalhar em favor dos obstáculos" (FREIRE, 1996, p. 24), critica Freire severamente. É preciso solidariedade política e social para a construção de um mundo menos feio, segundo o autor, uma sociedade em que cada um pode ser mais autêntico, onde os espaços sejam ocupados de maneira mais democrática.

Conhecer é aprender o mundo e a si mesmo, e não é uma tarefa solitária: é travar com o mundo relações permanentes de criação e recriação; é o que o ser humano acrescenta ao mundo natural, representado na realidade cultural. "Nestas relações com a realidade e na realidade, trava o homem [e a mulher] uma relação específica — de sujeito para objeto — de que resulta o conhecimento, que expressa pela linguagem" (FREIRE, 1967, p. 104). O conhecimento para Freire tem relação com a ação, com a práxis.

Quem estuda estimulada e participativamente, com pensamento crítico, lendo criticamente, forja um aprendizado diferenciado, que se fixa e que, não apenas decorado, se transforma em prática de vida e não somente em resultados de exames. "Não se

lê criticamente como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado" (FREIRE, 1996, p. 15).

Segundo Freire, a boa leitura não é uma questão de quantidade, e sim, do quanto o leitor se coloca como sujeito dessa leitura e não somente como depositário das ideias do autor ou autora. Ser apenas leitor sem crítica nada tem a ver com pensar revolucionário ou ensinar revolucionário. O pensar revolucionário, segundo Freire, requer a humildade de não estar demasiadamente certo de nossas certezas.

Na pós-graduação, as marcas da educação bancária ainda se refletem, como herança da trajetória acadêmica desde a educação básica. Alguns estudantes ainda enxergam o aprendizado como algo chato, apenas para atingir um objetivo (por exemplo, aumentar o salário), sem gosto pelo conhecimento e pela busca. Os indivíduos forjados nesse tipo de educação seguem cumprindo as instruções ao longo da vida. Quanto mais a educação é instrutora e bancária, menos é estimulada a criticidade e a competência crítica em informação.

E não só deles. Como mencionado na segunda seção deste capítulo, os professores, mesmo sem perceber, reproduzem um sistema viciado.

> O que não percebem os que executam a educação "bancária", deliberadamente ou não (porque há um sem número de educadores de boa vontade, que apenas não se sabem a serviço da desumanização ao praticarem o "bancarismo") é que nos próprios "depósitos", se encontram as contradições, apenas revestidas por uma exterioridade que as oculta. E que, cedo ou tarde, os próprios "depósitos" podem provocar um confronto com a realidade em devenir e despertar os educandos, até então passivos, contra a sua "domesticação" (FREIRE, 1987, p. 35).

Na pós-graduação, a relação professor/estudante, e principalmente orientador/orientando, deveria ser absolutamente dialógica e freiriana, mas nem sempre é. Felizmente, como já aponta Freire na citação acima, há, nesse espaço, uma certa liberdade para vazamentos no sistema hegemônico que o conforma.

Na pedagogia crítica de Freire, esta relação entre professor e estudante se modifica: ela deixa de ser vertical, para ser construída de forma dialógica. Professor e estudante dividem conhecimento e é a partir do conhecimento do estudante que o professor desenvolve a relação de aprendizado, de troca de informação e de forja do conhecimento.

> Pelo fato mesmo de esta prática educativa constituir-se em uma situação gnosiológica, o papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da "doxa" pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá, no nível do "logos" (FREIRE, 1987, p. 40).

É preciso que o educador, sobretudo e indispensavelmente, desde sua formação, "assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p. 12).

O educador, que investe na competência crítica em informação do seu estudante, tem esse papel problematizador de proporcionar a passagem do pensamento ingênuo ao pensamento crítico.

> Enquanto, na concepção "bancária" [...] o educador vai "enchendo" os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e

> compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. A tendência, então, do educador-educando como dos educandos-educadores é estabelecerem uma forma autêntica de pensar e atuar. Pensar-se a si mesmo e ao mundo, simultaneamente, sem dicotomizar este pensar da ação (FREIRE, 1987, p. 41)

Para Freire, estudantes e professores, apesar das diferenças, não se reduzem a objetos uns dos outros. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento de um cheio para o outro vazio, nem formar como quem dá forma a algo disforme, indeciso. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 12). Não seria também importante pensar a visibilidade mulher nesse espaço?

Freire indica que o uso da realidade dos aprendizes é o que estimula a apropriação do seu ser e fazer no mundo e isso é a força motriz da autonomia do processo de aprendizagem. Nesse sentido, e considerando que as mulheres, especialmente na Ciência da Informação, são um grupo expressivo (e, muitas vezes, majoritário) do corpo discente, não seria fundamental apresentar ideias de outras mulheres às educandas nesse espaço?

Se essa relação fosse dialógica, seria esperado que, sendo as mulheres grande parte do universo de estudantes, isso se refletisse também na bibliografia dos cursos. Está aí a visão de bibliografia como forma de respeito, representação, pertencimento e estímulo a todas nós.

4 A CIÊNCIA E LITERATURA TAMBÉM TÊM ROSTO DE MULHER[34]

Nas seções anteriores, refletimos sobre a perpetuação de uma hegemonia científica, que privilegiou, sobretudo, as pesquisas de homens brancos e europeus ao longo da história. Também refletimos sobre o sistema de ensino vigente no Brasil, da educação básica à pós-graduação, especialmente a concepção da educação bancária (FREIRE, 1987) da formação educacional da pessoa.

Esta seção abordará algumas reflexões sobre as humanidades na formação básica, depois nos debruçaremos sobre a exaltação da representatividade feminina nas bibliografias ao longo da formação básica e superior (graduação e pós-graduação).

De acordo o artigo 2° da Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (BRASIL, 1996), entendemos que, para a Lei, a educação é compreendida como libertadora, emancipadora, e carrega valores como solidariedade e autonomia na aprendizagem.

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Ao relacionar as perspectivas de educação libertadora, que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com as provas que avaliam o ensino público (Provinha Brasil, Prova Brasil, IDEB, SAEB[35]), o acesso às universidades públicas e privadas por meio

[34] O título da seção faz referência ao livro "A guerra não tem rosto de mulher" da autora Svetlana Aleksiévitch. ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Local: Editora Companhia das Letras, 2016.

[35] BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliações de aprendizagem**. Portal MEC, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2I2XZy0>. Acesso em: abril 2018.

de provas de vestibular e ENEM e a avaliação dos cursos de graduação (ENADE), observamos uma discrepância entre o regulamentado e o praticado. Tanto as provas de avaliação de desempenho de estudantes da educação básica na rede pública quanto os vestibulares contam, majoritariamente, com questões objetivas, e, por vezes, não dialogadas com o conteúdo estudado nas salas de aula.

No que tange à educação pública, cada vez menos se investe nas disciplinas de humanidades que refletem e estimulam, sobretudo, o pensamento crítico. No ano de 2017, o Governo Federal propôs a reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 2017), em que o ensino das ciências humanas e sociais (história, geografia, filosofia e sociologia) deixa de ser obrigatório, para que se instaure um currículo mínimo com complementação técnico-profissionalizante.

Andréa Doyle (2017) sugere que essa reforma pode ser uma resposta direta às reivindicações dos estudantes que ocuparam as escolas no Rio de Janeiro. Segundo ela, ao demandarem mais aulas de sociologia e filosofia no currículo obrigatório, os ocupantes demonstraram querer entender melhor a sociedade e participar dela de forma mais crítica. Essa medida nos permite comparar a posição do governo com a do senador francês Germain Garnier.

Luiza Paschoeto e Vitória Leite (2018) refletem sobre a atual reforma do ensino médio, comparando-a com uma antiga reforma, a Lei nº 5.692 de 1971, que fixava as diretrizes e bases para ensino fundamental e médio à época. Ao comparar as duas reformas, é possível encontrar proximidades com as propostas de dois períodos históricos emblemáticos no Brasil: a ditadura militar e o golpe político de 2016. Nessa perspectiva, observa-se que o propósito de ambas as legislações é estimular a formação técnica e profissionalizante na rede pública e diminuir as disciplinas de humanidades. É inegável que a reforma representa um cerceamento à liberdade de pensamento.

Ou seja, o objetivo de propor tal lei é majoritariamente, formar mão de obra para o capital sem que se estimule o pensamento crítico, autonomia da aprendizagem, gosto pelo saber, entre outras formas

emancipadoras do pensamento, já colocadas anteriormente. Ainda que não houvesse ocorrido essa reforma, o cenário que tínhamos antes permitia o desenvolvimento do pensamento crítico nas escolas? A resposta dos ocupantes das escolas no Rio de Janeiro diz que não (DOYLE, 2017). Para alguns estudantes entrevistados nessa pesquisa, uma das reivindicações era justamente a ampliação da carga horária de disciplinas de filosofia e sociologia, uma vez que a carga horária oferecida no currículo escolar era incipiente.

Retomando a luta pelas demandas das classes oprimidas, especialmente sobre uma demanda feminina, ressaltamos um ponto importante também identificado na dissertação de Doyle (2017): em uma das escolas, após as discussões sobre gênero e lutas feministas realizadas durante atividades das ocupações, estudantes denunciaram casos de assédio ocorridos no ambiente escolar e criaram um coletivo de mulheres para garantir a ampliação desses debates na rotina escolar.

Tal acontecimento é de extrema relevância para esta discussão na medida em que, se o currículo fomentasse esses debates, se houvesse representação de mulheres nas bibliografias, discussões sobre a trajetória do feminismo, direito das mulheres, representatividade feminina na política, nas profissões e em outros espaços, talvez esse cenário de assédio no ambiente escolar não tivesse ocorrido ou não tivesse sido silenciado.

Nos estudos sobre a condição humana, Hannah Arendt (2007) fala sobre o labor, o trabalho e a ação como imprescindíveis à existência da pessoa. Para a autora, o labor representa as atividades vitais como nascimento e sobrevivência; o trabalho se fixa na produção da cultura, do que não é fornecido pela natureza; e a ação pode ser interpretada como tomada de iniciativa, “imprimir movimento a alguma coisa” (ARENDT, 2007, p. 190). Concentremo-nos no último item, na ação, que pode ser representada nos discursos, na voz, na distinção e singularidade entre iguais.

Arendt (2007) se refere à compreensão de pessoas como iguais, mas também singulares, ressalta a importância de voltar ao passado, na compreensão de seus ancestrais e no planejamento para o futuro. Essa volta ao passado, projeção de um futuro, representação e protagonismo também são defendidos por Henriette Gomes no contexto da dimensão crítica da mediação da informação. Para a autora, "a informação é um elemento da cultura humana" (GOMES, 2017, p. 41) e é nesse contexto que o protagonismo social se fixa e é compartilhado.

Assim, voltemos a Freire (1987) e a Arendt (2007) no que se refere à exaltação da ação como essencial, exemplificada na práxis (para o primeiro) e como elemento essencial para a condição humana (para a segunda). Nessa perspectiva, instigamos nossas iguais a imprimir o movimento de luta e reivindicação por mais representatividade das mulheres nas bibliografias, uma vez que cabe a nós levantar essas questões e sensibilizar docentes na construção de planos de disciplina que contemplem e deem destaque às produções das mulheres. Afinal, como foi exposto no início deste capítulo, estamos em 2018, e não faz mais sentido que a visibilidade ainda corresponda à produção científica de séculos passados.

São muitas as mulheres que podem ser representadas nas bibliografias e elas estão em diversas áreas do conhecimento. Para reforçar a luta das mulheres por igualdade de direitos, figurada na primeira onda do feminismo, recomendamos a obra "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" da brasileira Dionísia Gonçalves Pinto, sob o pseudônimo de Nísia Floresta. A autora foi a primeira mulher a publicar sobre a igualdade intelectual feminina (FLORESTA, 1989).

A segunda onda feminista buscava, sobretudo, o reconhecimento da mulher como sujeita e não mais como o outro ou pária. Nessa época, as reflexões sobre sexo como uma imposição cultural que reflete o mercado de trabalho, sexualidade, família e direito reprodutivo foram pautas importantes e amplamente

discutidas na academia e nos movimentos sociais. Recomendamos a leitura das obras de Simone de Beauvoir (1949), Margaret Mead (1969), Albertina Oliveira (1988), Matilde Ribeiro (1995), Angela Davis (2016), entre tantas outras que expuseram suas pesquisas, sobretudo, na área das ciências humanas, sobre a objetificação e silenciamento das mulheres pela sociedade patriarcal.

Entre os anos 1980 e 1990, teve início a terceira onda do feminismo, que buscava e ainda busca (pois estamos nela), discutir as questões não atendidas na segunda fase, especialmente as questões de representatividade étnico-racial, a interpretação pós estruturalista sobre gênero e sexualidade e a inclusão da representatividade *queer*. Algumas dessas questões foram levantadas na segunda fase, entretanto, é mais tarde que ganham expressão e força não só na academia como em movimentos feministas, trazendo também para a cena a consideração das mulheres periféricas. Nessa fase, elencamos como importantes representantes as autoras Bell Hooks (1981), Julia Kristeva (1991), Helleieth Saffioti (2000), Judith Butler (2003), Conceição Evaristo (2005), Paul Preciado (2008), Beatriz Preciado (2011), Audrey Lorde (2012), Chimammanda Adichie (2017), Djamila Ribeiro (2018), entre outras.

Essas foram apenas algumas das tantas mulheres que refletiram e refletem o nosso direito de ser e existir no mundo. Algumas dessas leituras podem ser debatidas ainda nos anos iniciais da educação básica, como por exemplo as obras “Para educar crianças feministas” (ADICHIE, 2017) e “Quarto de despejo” de Carolina de Jesus (1963). Dessa forma, desde a base da educação da pessoa, a identidade, representatividade e autoestima das crianças seriam fortalecidas.

No âmbito da Ciência da Informação brasileira, destacamos que a base do desenvolvimento do campo, foi majoritariamente feminina, sobretudo, por ter como origem a Biblioteconomia, uma área também com maioria de mulheres. Elizabeth Martucci (1996) afirma que no século XIX e XX houve um processo de feminização na Biblioteconomia e no magistério. De acordo com a autora, isso ocorreu porque, na

época, a figura feminina era considerada ideal para educar crianças e atuar em bibliotecas escolares. Nessa perspectiva, com a criação da pós-graduação em Ciência da Informação nos anos 1970, a maioria das pessoas que ingressaram nos cursos também era feminina. Até hoje, as cadeiras das salas de aula tanto na Biblioteconomia quanto na Ciência da Informação acolhem uma quantidade maior de mulheres do que homens, o que reforça ainda mais a necessidade de nos sentirmos representadas.

As indicações bibliográficas são ações políticas, pois condicionam, em uma estrutura de poder, as leituras de estudantes (educação básica e superior). Nesse bojo, as bibliografias também podem ser compreendidas como uma fonte de informação, nas quais são evidenciados protagonismo, identidade e representatividade de autores e autoras, bem como sua localização no tempo e espaço. Destacamos que as mulheres não precisam e não defendem somente as questões de gênero e sexualidade em suas pesquisas. Como exposto no relatório da Elsevier (2017), estamos ocupando lugares em todas as áreas do conhecimento e sobre os mais distintos assuntos.

Por fim, ressaltamos a importância de se representar os olhares da diversidade, para romper a hegemonia do conhecimento figurado majoritariamente na imagem do homem branco europeu. Agindo dessa forma, damos condição para que as pessoas oprimidas experimentem outras leituras e se sintam representadas tanto para efeito de cidadania quanto nas futuras profissões ou linhas de pesquisas. Se vemos outras mulheres nas bibliografias dos planos de ensino de docentes, nas lideranças de diversas instituições e em destaque na produção científica, nos sentimos inspiradas a ocupar e nos manter nesses e em muitos outros espaços.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar que a bibliografia, assim como toda informação, é um elemento socialmente

construído, e que, portanto, ela carrega consigo as marcas históricas da dominação patriarcal de nossa sociedade contemporânea. A ausência de obras de mulheres nelas, ou seja, o silenciamento das mulheres na ciência, reflete a falta de consideração, em geral, de nosso ponto de vista. A academia, se entendida como uma conversa, não pode deixar de dialogar com essas tantas vozes. Seja pelo estudo do conceito de competência crítica em informação, da obra de autores consagrados como Freire e Marx, ou pela indicação de literatura feminista, o presente trabalho buscou construir uma argumentação teórica-militante estruturada, que possa servir de base para muitos outros estudos.

É evidente que não é fácil contrariar a hegemonia. No caso desta pesquisa, passamos muitos e muitos dias procurando referências e lendo, para garantir que nossa bibliografia fosse, pelo menos, equânime. Como autoras deste texto, fomos confrontadas com as consequências da problemática levantada aqui. Quando tratamos dos fundamentos teóricos não diretamente relacionados às questões femininas e feministas, as referências, "naturalmente", acabam sendo majoritariamente de homens brancos. Tivemos um certo grau de dificuldade para localizar e/ou conhecer previamente autoras que dialogassem com esses autores, mesmo que elas certamente existam. É impactante tratar de um tema e se perceber imerso nele, mesmo com toda a consciência e esforço de não replicar o que criticamos, sendo críticas, antes de tudo, com nós mesmas.

Entendemos que este é só o início do que será, durante ainda muitos anos, uma busca incessante por pesquisas desenvolvidas por mulheres, sem falar nas pessoas negras, transgêneras, de regiões periféricas, entre tantas outras que são absolutamente deixadas de fora da conversa acadêmica. Não só nos comprometemos, a partir deste estudo, a sensibilizar professores e professoras com quem nos depararmos em nossa trajetória e a realizar sistematicamente tais pesquisas, como conclamamos toda a comunidade científica a fazer o mesmo, até o dia em que, em qualquer campo de pesquisa, todas as

vozes estejam presentes, em pé de igualdade na grande conversa em prol da compreensão do mundo que é a ciência.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: Um manifesto. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2017.

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **A guerra não tem rosto de mulher**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ACRL. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Online: ACRL, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1vgB89O>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BEZERRA, Arthur; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2wqfI0M>. Acesso em: 10 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1971. Disponível em: <https://bit.ly/2KNwIBs>. Acesso em: 06 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <https://bit.ly/2GMESeP>. Acesso em: 06 maio 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007. Brasília,

2017. Disponível em: <https://bit.ly/2GMESeP>. Acesso em: 06 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Avaliações de aprendizagem. **Portal MEC**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2I2XZy0>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CAPURRO, Rafael. Ética intercultural de la información. **A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil. Brasília: CFB, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DOYLE, Andréa. **Competência crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2I6nZZk>. Acesso em: 12 maio 2018.

ELSEVIER. **Gender in the Global Research Landscape**. Online: Elsevier, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2mGYruj>. Acesso em: 13 abr. 2018.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares**: cultura afro-brasileira, p. 52-57, 2005.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Henriette Ferreira. As condições da existência humana e suas relações com o protagonismo social: contribuições de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (Orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOOKS, Bell. Ain't I a Woman Black Women and Feminism. [S.l.]: **Plataforma do gueto**, 1981.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. In: HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 31-68.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de janeiro: Objetiva, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1963.

LORDE, Audre. **Sister outsider**: Essays and speeches. [S.l.]: Crossing Press, 2012.

KELLNER, Douglas. **A cultura da Mídia**. Estudos culturais: identidade política entre o moderno e o pós-moderno. Tradução Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

KRISTEVA, Julia. **Strangers to ourselves**. New York: Columbia University Press, 1991.

MEAD, Margaret. **Social organization of Manu'a**. 2. Ed. Honolulu, Hawaii: Bishop Museum Press, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Marx e Engels**. Textos sobre educação e ensino. 5. ed. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. 2 ed. São Paulo: Ed. Boitempo. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2rsQmdT>. Acesso em: 04 maio 2018.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 2. ed. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, jul./dez. 1996.

OLINTO, Gilda. Mulheres e jovens na liderança da pesquisa no Brasil: análise das bolsas de pesquisador do CNPq. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais do V ENANCIB**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2rBnjVv>. Acesso em: 20 abr. 2018.

OLIVEIRA, Albertina. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação-São Paulo, 1970. **Cadernos de pesquisa**, n. 66, p. 63-69, 1988.

PASCHOETO, Luiza Angélica; LEITE, Vitória Pereira da Silva. REFORMA DO ENSINO MÉDIO. **Simpósio**, [S.l.], n. 6, fev. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2jIxcfE>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PRECIADO, Beatriz. Multitudes queer: notes for a politics of "abnormality". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. Museo, basura urbana y pornografía. **Zehar**: revista de Arteleku-ko aldizkaria, n. 64, p. 38-67, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outra falas**, v. 5, p. 15-38, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Editora e Livraria, 2018.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras de Bertioga a Beijing. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 446-457, 1995.

CAPÍTULO 8

A IMPORTÂNCIA DO LETRAMENTO POLÍTICO: ANALISANDO O PROTAGONISMO DAS BIBLIOTECÁRIAS À FRENTE DAS ENTIDADES DE CLASSE

Andréia Sousa da Silva

Camila Koerich Burin

1 INTRODUÇÃO

Durante os últimos 30 anos, vimos a Biblioteconomia brasileira passar por transformações decorrentes das mudanças sofridas pela sociedade, nos mais diversos âmbitos como, por exemplo, formas de escrita e formas de costumes, assim como a mudança de suportes e registro de informação e conhecimento. Essas e outros tipos de mudança acabaram afetando a Biblioteconomia, impondo mudanças das práticas para adequar e atender as demandas da sociedade brasileira.

Atualmente existem também diversas discussões sobre o papel e a relevância das entidades de classe, diante das conquistas e não conquistas dos anseios desejados pelas/os bibliotecárias/os em relação às suas atuações e práticas, assim como a valorização da categoria perante a sociedade. Muitas críticas são construídas até no que diz respeito a não existência dessas entidades representativas.

Entretanto, observamos a expansão da criação de novos cursos e promulgação de leis, assim como questões relacionadas ao conhecimento, à cultura, à inovação para a sociedade e também para às melhorias da profissão como cumprimento dos direitos sociais e econômicos. Mas, percebemos que ainda temos muito para discutir e

lutar, visto que os vários tipos de discriminações relacionadas à profissão, majoritariamente feminina, ainda existem e acabam provocando uma desvalorização do profissional e das suas competências.

É aqui que percebemos o quanto é necessária uma nova formação de bibliotecárias/os, assim como daqueles que estão vinculados às entidades de classe. Para alcançar a realização dos anseios da classe, é fundamental uma mudança de postura, não só de suas práticas. É necessário buscar uma formação pautada no letramento político para que haja mudanças significativas tanto para os/as profissionais da informação, quanto para a sociedade.

Diante disso, este capítulo abordará pontos essenciais para conscientização da categoria no sentido de compreender a necessidade do letramento político e sua importância, voltando para a história da formação da classe e as relações de gênero com destaque ao protagonismo da bibliotecária frente às entidades de classe da Biblioteconomia brasileira.

2 LETRAMENTO POLÍTICO: ABORDAGENS

Discutir o que venha a ser letramento envolve tanto as questões sobre o aprendizado da escrita quanto as competências e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativo ao uso da escrita e também aos canais de informação e comunicação. Quando se relaciona o letramento ao aprendizado, também vale ressaltar que esse processo se faz pela democracia, que precisa ser não somente um discurso, mas também a prática dos indivíduos e dos coletivos constituídos em distintos espaços.

Mas, afinal, qual o conceito de letramento? A UNESCO, por considerar que letramento está intrinsecamente ligado ao que venha a ser diverso, destaca que:

> Letramento é a habilidade de identificar, entender, interpretar, criar, comunicar e calcular, usando materiais impressos e escritos associados com contextos variados. Letramento envolve um contínuo de aprendizagem habilitando os indivíduos a alcançar seus objetivos, desenvolver seus conhecimentos em potencial e participar plenamente em suas comunidades e sociedade em geral (UNESCO, 2004, p. 13, tradução nossa).

Diante do que foi exposto sobre o que é letramento, percebe-se que o aprendizado é a peça chave para que os indivíduos alcancem seus objetivos relacionados ao seu desenvolvimento. Falar de aprendizado, também é falar de educação e suas instituições. Toda instituição de ensino, seja escola ou universidade, detêm a função de formação de um sujeito, principalmente a sua formação política, onde se ensina o que é democracia para promoção da cidadania. E é aqui que se discute sobre letramento político.

Existem, atualmente, novas razões para discutir e rever as condições de implantação do letramento político nas escolas e universidades. Cosson (2010) diz que essas novas razões estão relacionadas com as mudanças existentes na educação, onde as transformações tecnológicas modificaram o perfil do trabalhador diante das demandas de mercado. Somente a formação técnica do profissional já não é o suficiente para a sociedade e para o mercado, pois o conhecimento (habilidade) e a informação que possui o indivíduo não atende às demandas sociais. É necessário o desenvolvimento de competências novas para isso, uma nova formação. As universidades que possuem o curso de Biblioteconomia devem adotar nos seus currículos, disciplinas que desenvolvam o letramento político, apresentando consistência em termos de propostas e atividades que possam construir um/a bibliotecário/a com competência para atender as demandas sociais exigidas atualmente. É

necessário que seja estimulado nos/as alunos/as a criticidade e a consciência sobre o contexto onde estão inseridos/as.

Essa necessidade também se aplica aos profissionais da informação que estão envolvidos com as entidades de classe da Biblioteconomia, pois para Cosson (2010, p. 16), "[...] o letramento político é um processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção de aprimoramento da democracia". Esses representantes, no processo de letramento político, devem se apropriar tanto dos conhecimentos ligados às instituições políticas que representam quanto àqueles que se referem às questões sociais como, por exemplo, a organização política e econômica do país, os direitos humanos e a pluralidade cultural.

Para fortalecer isso, Almeida Junior (2018, p. 282) diz que:

> As entidades e associações que constituem o Movimento Associativo Brasileiro Bibliotecário também tem responsabilidades nesta formação. E nessa formação estão incluídos os aspectos políticos, sejam eles vinculados à área da informação ou ao âmbito da sociedade como um todo.

É necessário compreender que o letramento político está intrinsecamente ligado à democracia, regime político que, atualmente, vem sendo desconsiderado no nosso País.

No que tange às questões práticas, é necessário o estabelecimento de, por exemplo, diálogos que possam promover a resolução de problemas existentes, assim também como métodos que possibilitem as tomadas de decisões, fortalecimento das ações e deliberações coletivas e atividades que combatam qualquer tipo de desigualdade e discriminação. Assim, busca-se o fortalecimento da responsabilidade social de cada indivíduo e/ou instituição com a sociedade e com a democracia.

Os conceitos de letramento, letramento político e movimento associativo devem ser discutidos continuamente para que sejam construídos argumentos que provoquem discussões aprofundadas acerca da importância do envolvimento político dos profissionais da Biblioteconomia em seus próprios movimentos associativos e também na sociedade.

3 A PRESENÇA FEMININA NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

A história da Biblioteconomia brasileira apresenta linhas verticais e horizontais. Desde 1911, quando surgiu o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil, suas características foram mudando por diversas questões relacionadas à sua origem e atendimento a demandas sociais. Uma dessas demandas diz respeito ao acesso das mulheres ao ensino superior, local antes dominado por homens. No entanto, diante do contexto historicamente patriarcal, as mulheres se vêm optando por profissões ditas menos competitivas, com pouco prestígio socioeconômico. Escolhem profissões relacionadas à saúde e educação, como Psicologia, Farmácia, Pedagogia e Biblioteconomia. Profissões estas consideradas a "extensão das atividades domésticas", ou seja, mesmo após o movimento sufragista, as mulheres estavam diante de todo tipo de discriminação e preconceito estabelecidos pelas relações de gênero.

Desde o início da década de 1930, as mulheres vêm marcando presença forte na Biblioteconomia brasileira, onde podemos destacar a primeira mulher na área, **Adelpha Silva Figueiredo**, que por conta da sua atuação profissional, e que junto à Rubens Borba de Moraes, instituiu a Biblioteconomia no estado de São Paulo. Desde então, a presença da mulher na Biblioteconomia brasileira só aumentou no sentido que hoje constituem mais de 80% da categoria. No entanto, por conta da existência da discriminação contra as mulheres, percebe-se que por mais feminina que seja a Biblioteconomia brasileira, as bibliotecárias sofrem por conta do preconceito de gênero. Por conta

disso, Ferreira (2003, p. 192) diz que “assim como a classe, o gênero passa a ser também uma categoria analítica do pensamento científico, que traz novas abordagens e redimensiona os estudos sobre a mulher”.

No âmbito das universidades, também chamadas instituições científicas, os estudos sobre gênero passam a construir muitas críticas à ciência, não aceitando seu papel de objetividade e neutralidade. Pires (2016) afirma que:

> Os estudos das relações de gênero têm como principal objetivo compreender e estudar a definição dos papéis de gênero como construções históricas e sociais, reproduzidas por mecanismos que vão desde a educação formal até os canais de comunicação e conhecimento, passando pelos sistemas políticos e pelo mercado de trabalho (PIRES, 2016, p. 24).

A partir desses estudos, percebe-se que nesses espaços foi criada e estabelecida uma cultura de gênero que além de interditar o acesso das mulheres a outros cursos que fossem ditos masculinos, também não permitiu que mulheres praticassem atividades que não fossem relacionadas à submissão.

Diante disso, Ferreira (2003, p. 198) diz o seguinte:

> A construção de uma nova identidade, portanto, significa redimensionar a Biblioteconomia, buscando uma práxis social transformadora, vinculada a uma profunda revisão de seus currículos, de forma a articular sua ação pedagógica com sua ação política, tendo como princípio o combate à ignorância e a alienação dentro de seus próprios quadros.

Vê-se aqui, a urgência em fortalecer o processo do letramento político e suas práticas. As bibliotecárias necessitam buscar o empoderamento para decidirem sobre questões que estão relacionadas diretamente a elas e também para enfrentar todo tipo de discriminação e, dessa forma, romper com qualquer tipo de evidência segregacionista que ainda exista na categoria. Lamas (2016, p. 28) destaca a bibliotecária **Laura Russo**, que "defendia a participação dos bibliotecários nos movimentos associativos e na defesa de direitos sociais, econômicos, políticos e não apenas profissionais".

É essencial que haja uma conscientização da categoria, principalmente das mulheres por serem a maioria dos profissionais da área. Poucos estudos dão visibilidade à participação e atuação da mulher bibliotecária nos espaços acadêmicos e nas entidades representativas da classe, destacando as suas conquistas para a classe. E porque, se é fato que há conhecimento da participação, atuação e liderança das mulheres bibliotecárias tanto no campo científico quanto na representação de classe, espaços de debates e de construção de discussões e atuações políticas e de empoderamento social? Por isso, Ferreira (2003, p. 191) diz que há a necessidade de

> [...] justificarmos a importância e a necessidade de uma análise de gênero na Biblioteconomia, como forma de repensar o papel feminino e de como estes estudos poderão ser importantes para uma revisão do papel do/a profissional da informação enquanto sujeito.

Acreditamos que esse caminho nos levará ao encontro da (ou das) resposta(s) ao questionamento levantado e também ao empoderamento da bibliotecária brasileira.

4 MULHERES NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO: MARCANDO PRESENÇA

O protagonismo feminino no movimento associativo brasileiro é presente desde a criação das entidades de classe no País. As principais entidades com atuação federal na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação foram e têm sido lideradas por mulheres.

As informações aqui apresentadas e que nos possibilitam reflexões quanto à história das entidades e das bibliotecárias que lideraram esses órgãos, são oriundas dos sites das instituições as quais julgamos serem as principais entidades do movimento de classe a nível nacional no Brasil, seja pela luta na área cultural, científica, acadêmica ou profissional. Todas, sem exceção, têm o foco na defesa, fortalecimento e visibilidade da área.

A primeira entidade de classe fundada no Brasil foi a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), em 26 de julho de 1959. Com sede e foro na cidade de São Paulo, atualmente a FEBAB é constituída pelas entidades-membro (associações de bibliotecários e cientistas da informação), instituições filiadas e pelos órgãos deliberativos (Assembleia Geral e Conselho Diretor), executivo (Diretoria Executiva), de fiscalização (Conselho Fiscal) e de assessoria (Comissões Brasileiras e Assessorias Especiais). A FEBAB tem por missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão e por objetivos:

> congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições

> internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação (FEBAB, 2018).

De 1959 a 2018, a FEBAB foi gerida por 20 presidentes, sendo que destes, apenas quatro eram bibliotecários, as demais eram bibliotecárias, demonstrando a representatividade feminina na gestão da instituição. Ainda, dentre a composição da diretoria dessas gestões, observamos a predominância de mulheres (a relação das diretorias da FEBAB constitui o Anexo A). A gestão com maior representatividade masculina é a vigente (2017/2019), com a participação de cinco bibliotecários.

Aqui, abrimos um parêntese para destacar uma bibliotecária que merece ser lembrada: **Carminda Nogueira de Castro Ferreira**. Numa entrevista concedida à Federação, Márcia Rosseto, que já foi presidente da Federação, descreve a Carminda da seguinte forma:

> [...] por intermédio de suas colocações verificava-se que estar no movimento associativo era uma oportunidade de aprendizagem e de ampliação de visão de como atuar na profissão. Dessa forma, tanto na Associação Paulista de Bibliotecários (APB) como na Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), Dona Carminda participou como membro de diretorias de entidades associativas, na organização e como palestrante em eventos com grande repercussão como o de Publicações Oficiais, de Reprografia, nos Congressos Brasileiros de Biblioteconomia e

> Documentação (CBBDs), INTEGRAR, Seminários especiais nas Bienais de Livros de São Paulo, Eventos de Associações estaduais, dinamização de cursos, entre tantas outras atividades, em São Paulo e no Brasil. Nessas ocasiões, sempre defendeu o importante papel que o bibliotecário tem na sociedade, especialmente na área de educação (ROSSETO, 2010, p. 78).

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), segunda entidade de classe federal criada, foi previsto na Lei nº 4.084 de 1962, que institui a profissão de bibliotecário no Brasil, mas foi oficialmente instalado somente em 1966, com a posse dos membros da sua primeira gestão, tendo a bibliotecária **Laura Garcia Moreno Russo** como presidente. Destaca-se que Laura Russo foi também presidente da FEBAB em suas primeiras gestões. O CFB, com sede em Brasília, tem por objetivo a fiscalização do exercício da profissão do bibliotecário (CFB, 2018). Vale ressaltar que:

> Durante seus ativos anos exercendo a profissão de bibliotecária, Laura Russo esteve sempre presente nas lutas por melhorias da classe e por ela foi elaborado o projeto da lei 4.084 que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário, e fez muito mais que apenas elaborar o projeto Laura, acompanhou todo percurso do projeto, para que nada fosse alterado do projeto inicial, e assim conseguiu com que além da aprovação da lei que regulamenta a profissão até os dias de hoje, nada do seu projeto inicial foi alterado (LAMAS, 2016, p. 28).

Dentre 1966 a 2018, passaram 17 gestões pelo CFB tendo, em sua maioria, mulheres como presidentes (a relação das diretorias do CFB constitui o Anexo B).

Em 1967, foi criada a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD), tendo por presidente **Maria Martha de Carvalho**. A ABEBD teve 17 gestões antes de ser desativada e passar a se denominar Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), em 2001. Durante o período de 1967 a 2001, foram 13 mulheres que presidiram a associação.

A ABECIN tem sede na cidade de São Paulo e tem por finalidade:

> (a) Fortalecer e integrar a atuação das instituições públicas e privadas e dos profissionais de educação superior que tenham como missão precípua a formação, no nível de graduação, de profissionais capacitados a atuar em Ciência da Informação;
>
> (b) Contribuir para o aperfeiçoamento do Ensino em Ciência da Informação;
>
> (c) Promover o intercâmbio de Educadores na área de Ciência da Informação;
>
> (d) Defender os interesses das Instituições que a integram;
>
> (e) Promover cursos, seminários e reuniões periódicas de Educadores responsáveis por atividades de ensino, visando a integração do Ensino da área de Ciência da Informação;
>
> (f) Estimular a elaboração de trabalhos acadêmicos, tendo em vista o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
>
> (g) Estimular reuniões regionais de Dirigentes de Instituições de Ensino na área de Ciência da Informação;

> (h) Promover, trienalmente, o Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação (ENECIN);
>
> (i) Promover, em sessão paralela ao Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), o Seminário Nacional de Avaliação Curricular (SNAC);
>
> (j) Manter cadastro, serviços e produtos de divulgação sobre a área de atuação; e
>
> (k) Incentivar a construção da memória da **ABECIN** (ABECIN, 2018, grifo nosso).

A primeira gestão da ABECIN, 2001 a 2004, também foi presidida por uma mulher, sendo que a figura masculina na presidência da associação teve presença a partir de 2010, em duas gestões, ou seja, foram três gestões lideradas por mulheres até aquele momento. A listagem das diretorias da ABEBD e da ABECIN constitui o Anexo C.

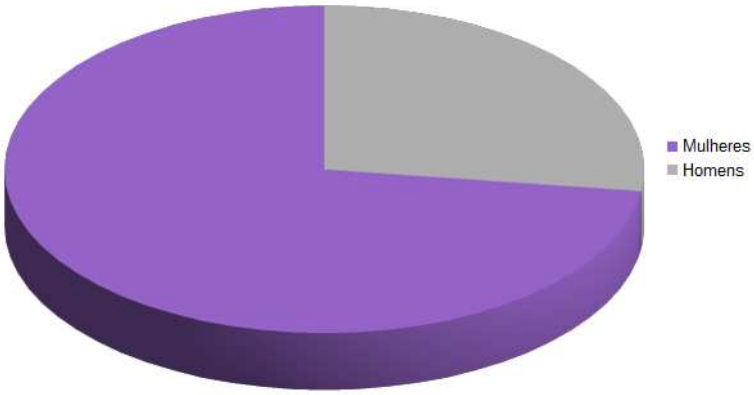
A mais recente entidade de classe da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), foi fundada em 1989, com a finalidade de acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no País. A diretoria da ANCIB é formada por apenas três membros eleitos: presidente, vice-presidente e secretário (ANCIB, 2018).

De 1989 a 2018, foram 11 gestões, sendo nove geridas por mulheres. Apenas entre os anos 1997 a 2003, a ANCIB teve representação masculina na presidência (a listagem das diretorias da ANCIB constitui o Anexo D).

Observadas as quatro entidades de representação nacional, considerando o período de 1959 (quando da criação da FEBAB) até os dias atuais, percebe-se que a liderança na gestão dessas instituições é predominantemente de mulheres. Se consideradas 70 gestões (total de gestões de todas as entidades analisadas), apenas 19 (27,14%)

tiveram representação masculina na presidência. Destaca-se que o CFB é a entidade que teve o maior número de presidentes homens.

Gráfico 1 - Percentual de Mulheres e Homens na Presidência das Entidades de Classe Brasileiras.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Observados os números, algumas reflexões antagônicas podem ser realizadas e podem ser objeto de estudos e pesquisas:

a) A área, historicamente, tem predominância feminina, conforme comentamos em "A presença feminina na Biblioteconomia brasileira", logo suas lideranças também são mulheres;

b) Apesar de dados apontarem que as mulheres possivelmente optam pela área por motivos de submissão, também conforme apontamos em "A presença feminina na Biblioteconomia brasileira", a

capacidade e a força da mulher aparecem no seu papel de liderança frente às entidades de classe, como Laura Russo e outras tantas bibliotecárias que atuam no contexto atual no País.

c) O protagonismo feminino se dá justamente pela ruptura de uma visão deturpada sobre a história da Biblioteconomia brasileira na qual a profissão possa ter sido considerada inferior àquelas exercidas predominantemente por homens.

Independentemente das respostas a essas questões, o grande legado do protagonismo feminino para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação é a criação e a consolidação do movimento associativo no Brasil, movimento este que, ora em maior ou menor escala, congrega profissionais e pesquisadores, vem lutando para promover significativos avanços para a área e para a sociedade brasileira relacionados à cultura, informação e conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Debater e levantar discussões sobre o protagonismo da mulher na Biblioteconomia, assim como em toda a área da Ciência da Informação, é significativo no que tange às suas ações e contribuições. Permite a reflexão quando se trata de uma área predominantemente feminina e que por conta da história da sua constituição e das relações de gêneros estabelecidas, fortaleceu o preconceito contra a mulher e suas competências. Percebemos isso quando vemos estudos dando destaque a profissionais como Rubens Borba de Moraes e Edson Nery da Fonseca como se apenas esses tivessem contribuído para a Biblioteconomia brasileira.

Entretanto, assim como qualquer outra área, na Biblioteconomia brasileira existem entidades que representam os

interesses da categoria e da sociedade. São as entidades de classe. As associações, sindicatos, federação e conselhos são e foram lideradas, na maioria dos seus anos de existência, por mulheres. Mulheres essas que acreditam na importância dessas instituições e naquilo que elas representam.

No entanto, no decorrer da escrita deste capítulo e baseado na experiência que temos como militantes do movimento associativo, fortalecemos o que sempre identificamos como um dos quesitos que merece ser priorizado: o letramento político. O letramento político dos profissionais que constituem o movimento associativo da Biblioteconomia brasileira, merece ser fortalecido ou até mesmo constituído (em certos casos). Também é necessário introduzir na formação dos profissionais da informação, disciplinas que abordem as questões políticas, éticas e sociais para que o profissional tenha consciência do quanto é importante ressignificar a sua atuação, suas competências e sua existência na sociedade.

É fundamental que se estabeleça uma conscientização política e coletiva dos profissionais da área do que de fato são as entidades para que assim possamos conquistar com mais precisão, os objetivos relacionados aos anseios e interesses da classe e da sociedade. Assim como diz Lamas (2016), também cremos que as definições de política, empoderamento e movimento associativos sejam difundidos continuamente para oferecer embasamento às discussões acerca da importância do envolvimento político dos profissionais da Biblioteconomia em seus próprios movimentos associativos e na sociedade, e dessa forma, construirmos instrumentos que combatam qualquer tipo de discriminação, permitam o empoderamento da mulher bibliotecária e fortaleçam a Biblioteconomia brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. O Bibliotecário é um profissional apolítico? In: SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira;

PEREIRA, Danielle Borges; LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage (Orgs.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN, 2018. Cap. 13. p. 269-283. Disponível em: <https://bit.ly/2OuiExH>. Acesso em: 05 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ABECIN. **ABECIN**. Marília, SP, 2018. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ANCIB. **ANCIB**. S.l., 2018. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB. **Sistema CFB/CRB**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cfb.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

COSSON, Rildo. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, v. XI, n. 3, p. 25-36, 2010.

ESTEVÃO, Maura Rodrigues. Letramento político e militância na ocupação Paulo Freire em Belo Horizonte. In: CONGRESSO NACIONAL UNIVERSIDADE, EAD E SOFTWARE LIVRE, Belo Horizonte, 2017. **Anais...** Belo Horizonte: Textos Livres; UEaDSL, 2017.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES - FEBAB. **FEBAB**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.febab.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, v. 15, n. 2, p. 189-201, 2003.

LAMAS, Thaís de Almeida. **As dimensões políticas da Biblioteconomia no Brasil.** 2016, 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino.** 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2016.

ROSETTO, Marcia. Contribuição de Carminda Nogueira de Castro Ferreira para o movimento associativo no brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 6, n. 2, p. 78-80, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2MkH67b>. Acesso em: 18 maio 2018.

SILVA, Barbara Ferreira de Souza. **Estudo de gênero**: a inserção da mulher no campo científico da Ciência da Informação no Brasil. 2015. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) –Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Escola de Biblioteconomia, Rio de Janeiro, 2015.

ANEXO A

Diretorias FEBAB: 1961 a 2018

1ª Diretoria – 1961/1962
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente: Fernanda Leite Ribeiro
Secretária-Geral: Maria Helena Brandão
Primeira Secretária: Odette S. de Oliveira Penna
Segunda Secretária: Philomena Boccatelli
Primeira Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira: Heloísa Medeiros
Bibliotecária: Cacilda B. De Souza Reis

2ª Diretoria – 1963/1965
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente: Fernanda Leite Ribeiro
Secretária-Geral: Maria Helena Brandão
Primeira Secretária: Philomena Boccatelli
Segunda Secretária: Heloísa Medeiros
Primeira Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira: Rosy Bleggi Peixoto
Bibliotecária: Maria Cecília P. Pinheiro

3ª Diretoria – 1966/1968
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente: Adélia Leite Coelho
Secretária-Geral: Augusta Amélia S. Gustavo
Primeira Secretária: Heloísa Medeiros
Primeira Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira: Nolka Nascimento Freitas
Bibliotecária: Maria Cecília P. Pinheiro

4ª Diretoria – 1969/1971
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente: Adélia Leite Coelho
Secretária-Geral: Elza Lyrio Mello
Primeira Secretária: Cecília A. Atienza
Segunda Secretária: Liana C. Lombardi
Primeira Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira: Nolka Nascimento Freitas
Bibliotecária: Maria Cecília P. Pinheiro

5ª Diretoria – 1972/1974
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
Vice-Presidente: Antônio Gabriel
Secretária-Geral: Elza Lyrio Mello
Primeira Secretária: Benilda José de Souza
Segunda Secretária: Esmeralda M. de Aragão
Primeira Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite
Segunda Tesoureira: Nara Maldonado de Carvalho
Bibliotecária: Aurea Beatriz de Siqueira
Observadora Legislativo: Adélia Leite Coelho
Editora da Revista: Laura Garcia Moreno Russo

6ª Diretoria – 1975/1977
Presidente: Esmeralda Maria Aragão
Vice-Presidente: Maria José Rabelo de Freitas
Secretária-Geral: Marlene Gomes Martinez
Primeira Secretária: Lindaura Alban Corujeira
Segunda Secretária: Milta Azevedo
Primeira Tesoureira: Maria Miranda de C. Britto
Segunda Tesoureira: Carminda N. C. Ferreira
Bibliotecária: Maria de Fátima C. Ferreira
Observador Legislativo: Aníbal Rodrigues Coelho
Editora da Revista: Laura Garcia Moreno Russo

7ª Diretoria – 1978/1980
Presidente: Antônio Gabriel
Vice-Presidente: Ronice Maria Albamonte Arruda
Secretária Geral: Maria Cristina Machado Bignardi
Primeira Secretária: Maria Angélica Quemel
Segunda Secretária: Neide de Carvalho
Primeiro Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli
Segunda Tesoureira: Noreth Calmon de Cerqueira Ribeiro
Bibliotecária: Julce Cornelsen
Observador Legislativo: Aníbal Rodrigues Coelho
Editora da Revista: Neusa Dias de Macedo

8ª Diretoria – 1981/1983
Presidente: Antônio Gabriel
Vice-Presidente: Ronice Maria Albamonte Arruda
Secretária Geral: Francisca Pimenta Evrard
Primeira Secretária: Maria do Socorro Fontenelle (1981)
Ana Maria Rodela Correa (1982-1983)
Segunda Secretária: Isabel Cristina S. Louzada (1981)
Maria de Fátima de Castro F. Z. De Freitas (1982-1983)
Primeiro Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli
Segunda Tesoureira: Satiko Morita
Bibliotecário: Arari da Gama e Silva
Observador Legislativo: Aníbal Rodrigues Coelho
Editora: Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Vânia Laudo de Carvalho

9ª Diretoria – 1984/1986
Presidente: May Brooking Negrão
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Secretária Geral: Maria Angélica Carneiro Martorano
Primeira Secretária: Helena Gomes de Oliveira
Segundo Secretário: Humberto Sampaio Lima
Primeiro Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli
Segunda Tesoureira: Maria Arlete Pivari
Bibliotecária: Julce Cornelsen
Observador Legislativo: Aníbal Rodrigues Coelho
Editora: Maria de Fátima de Castro Ferreira Zanin de Freitas
Assessora de Valorização e Divulgação Profissional: Maria de Lourdes Cortez Romanelli

10ª Diretoria – 1987/1989
Presidente: Elizabet Maria Ramos de Carvalho (jan./set. 1987)
Selma Chi Barreiro (1988-1989)
Vice-Presidente: Selma Chi Barreiro
Secretária Geral: Mirian Salvadore Nascimento
Primeira Secretária: Ione de Souza (1987)
Anna Maria Silva (1988-1989)
Segunda Secretária: Maria Alice Martins (1987)
Francisca Pimenta Evrard (1989)
Primeira Tesoureira: Maria de Fátima Raposo
Segunda Tesoureira: Marly Peixoto Soler
Observador Legislativo: Sueli Angélica do Amaral
Editora: Neusa Dias de Macedo
Assessor de Valorização e Divulgação Profissional: Carlos Luiz da Silva

11ª Diretoria – 1990/1992
Presidente: Mirian Salvadore Nascimento
Vice-Presidente: Neusa Dias de Macedo
Secretária Geral: Francisca Pimenta Evrard
Primeira Secretária: Vera Alice Ferreira de Moraes
Segunda Secretária: Laila Gebara Spinelli
Primeiro Tesoureiro: Pedro Luiz Martinelli
Segunda Tesoureira: Ronice Maria Albamonte
Observadora Legislativo: Sueli Angélica do Amaral

Editora da Revista: Regina Célia Baptista Belluzzo
Diretora de Valorização Profissional: Maria das Graças Targino M. Guedes

12ª Diretoria – 1993/1995
Presidente: João Carlos Gomes Ribeiro
Vice-Presidente: Elizabet Maria Ramos de Carvalho
Secretária Geral: Wilma Rosa
Primeira Secretária: Nanci Gonçalves da Nóbrega
Segunda Secretária: Cristina Matias
Primeira Tesoureira: Hilda Ribeiro de Farias
Segunda Tesoureira: Ronice Maria Albamonte
Observador Legislativo: Emir Swaiden
Editora da Revista: Nair Yumiko Kobashi
Diretora para Assuntos de Valorização Profissional: Selma Mendes Fontes Sodré

13ª Diretoria – 1996/1998
Presidente: Selma Mendes Fontes Sodré
Vice-Presidente: Fátima do Nascimento
Secretária Geral: Shirley Dias da Silva
Primeira Secretária: Maria das Graças Gonçalves da Silva
Segunda Secretária: Georgiana Gentil Rodrigues
Primeira Tesoureira: Felícia Musikman
Segunda Tesoureira: Cristina Soares Mathias
Observador Legislativo: Maria da Conceição Moreira Salles
Editora da Revista: Gracia Paula Rodrigues Akos
Diretor para Assuntos de Valorização Profissional: Marcos Luiz Cavalcante de Miranda

14ª Diretoria – 1999/2001
Presidente: Maria de Lourdes Cortez Romanelli
Vice-Presidente: Sônia Holderbaum Vieira
Secretária Geral: Aracy Machado de Campos
Primeira Secretária: Auri Maria S. Vale do Amaral
Segunda Secretária: Cristiane Dias
Primeira Tesoureira: Rosa M. de Souza Lanna
Segunda Tesoureira: Conceição M. Scott Figueiras
Assessora: Maria Cléa Borges
Observadora Legislativo: Elaine Marinho
Editora da Revista: Neusa Dias de Macedo
Valorização Profissional: Walda Antunes
Seções Regionais
Norte: Rosilda Ramos de Santana
Sudeste: Maria Cléa Borges
Nordeste: Lúcia Maria Oliveira da Silva
Centro: Iza Antunes de Araújo
Sul: Cyntia de Moura Orengo

15ª Diretoria – 2002/2005
Presidente: Marcia Rosetto
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Diretora Administrativo e Financeiro: Maria Aparecida Machado
Diretora de Comunicação e Publicação: Glória Georges Feres
Diretora de Promoção de Eventos: Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne
Diretora de Formação Política e Profissional: Ursula Blattmann
Diretora Regional Norte: Rosilda Ramos de Santana
Diretor Regional Nordeste: Edivanio Duarte de Souza
Diretora Regional Centro Oeste: Iza Antunes de Araújo
Diretora Regional Sudeste: Lúcia Beatriz Gutman Tosta Paranhos de Oliveira
Diretora Região Sul: Ligia Silva Beheregaray
Conselho Fiscal: Cibele Butenas Martinez Correa, Sigrid Karin Weiss Dutra, Marlene Gomes Martinez Hirata

Assessoria Especial para Projeto Fust: Maria de Lourdes Côrtes Romanelli
Assessoria Especial para o Fórum de Bibliotecas Escolares: Neusa Dias de Macedo
Assessoria Especial para a Memória Histórica da FEBAB: Eleonora Aparecida Sampaio

16ª Diretoria – 2005/2008
Presidente: Marcia Rosetto
Vice-Presidente: Carminda Nogueira de Castro Ferreira
Diretora Administrativo e Financeiro: Maria Aparecida Machado
Diretora de Comunicação e Publicação: Glória Georges Feres
Diretora de Promoção de Eventos: Sigrid Karin Weiss Dutra
Diretora de Formação Política e Profissional: Lígia Silva Beheregaray
Diretora Regional Centro Oeste: Iza Antunes de Araújo
Diretora Regional Nordeste: Rildeci Medeiros
Diretora Regional Norte: Talita Mendes Lins Martins
Diretora Regional Sudeste: Maria Cléa Borges
Diretora Região Sul: Sonia Bernini
Editora da Revista RBBD: Regina Célia Baptista Belluzzo
Assessora Legislativa: Simone Bastos Vieira
Assessora da Memória FEBAB: Eleonora Aparecida Sampaio
Conselho Fiscal
Marlene Gomes Martinez Hirata
Maria Helena Lorenzon
Antonio Genésio de Souza Filho
Suplente: Edilene Maria da Silva
Suplente: Rosilda Ramos de Santana

17ª Diretoria – 2008/2011
Presidente: Sigrid Karin Weiss Dutra
Vice-Presidente: Regina Célia Belluzzo
Diretora Administrativo e Financeiro: Maria Aparecida Machado
Diretora de Comunicação e Publicação: Glória Georges Feres
Diretora de Promoção de Eventos: Maria Lourdes Blatt Ohira
Diretora de Formação Política e Profissional: Eunice Franco
Diretora Regional Centro-Oeste: Iza Antunes de Araújo
Diretora Regional Nordeste: Edilene Maria da Silva
Diretora Regional Norte: Talita Lins Martins
Diretora Regional Sudeste: Maria Elisa Barcelos
Diretora Regional Sul: Marli Machado
Conselho Fiscal:
Sheila Bittencourt P. Radich
Paulo Cardoso de Bem
Maria Helena Lorenzon
Suplente 1: Rose Cristiani F. S. Liston

18ª Diretoria – 2011/2014
Presidente: Sigrid Karin Weiss Dutra
Vice-Presidente: Adriana Cybele Ferrari
Diretora Administrativo e Financeiro: Márcia Elisa Garcia De Grandi
Diretora de Comunicação e Publicação: Marli Machado
Diretora de Promoção de Eventos: Maria Fazanelli Crestana
Diretora de Formação Política e Profissional: Iza Antunes de Araújo
Diretora Regional Centro-Oeste: Eunice Franco
Diretor Regional Nordeste: Carlos Wellington Martins
Diretora Regional Norte: Hercilia Jeane Oliveira
Diretora Regional Sudeste: Maria Clea Borges
Diretora Regional Sul: Maria de Lourdes Blatt Ohira
Conselho Fiscal

Conselho Fiscal 1: Daniela F. A. Oliveira Spudeit
Conselho Fiscal 2: Sheila Bittencourt P. Radich
Conselho Fiscal 3: Luiz Vicentini
Conselho Fiscal Suplente 1: Rose Cristiani F. S. Liston
Conselho Fiscal Suplente 2: Sigrid Barbosa de Lima
Conselho Fiscal Suplente 3: Rosa Maria Fischi

19ª Diretoria – 2014/2017
Presidente: Adriana Cybele Ferrari
Vice-Presidente: Telma de Carvalho
Diretora Administrativo e Financeiro: Rosa Maria Fischi
Diretora de Comunicação e Publicação: Sandra Soller Dias da Silva
Diretora de Promoção de Eventos: Luiz Atilio Vicentini
Diretora de Formação Política e Profissional: Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Diretora Regional Centro-Oeste: Rose Cristiani F. S. Liston
Diretora Regional Nordeste: Maria Sônia Santos Carvalho
Diretora Regional Norte: Maria das Graças da Silva Pena
Diretora Regional Sudeste: Sueli Nemen Rocha
Diretora Regional Sul: Rosana de Lemos Vasques
Conselho Fiscal
Conselho Fiscal 1: Ivone Tálamo
Conselho Fiscal 2: Iza Antunes de Araújo
Conselho Fiscal 3: Rosane Fagotti Voss
Conselho Fiscal Suplente 1: José Paulo Speck Pereira
Conselho Fiscal Suplente 2: Claudiane Weber

20ª Diretoria – 2017/2019
Presidente: Adriana Cybele Ferrari
Vice-Presidente: Telma de Carvalho
Diretor Administrativo e Financeiro: Anderson de Santana
Diretor de Comunicação e Publicação: Jorge Moisés Kroll do Prado
Diretor de Promoção de Eventos: Luiz Atilio Vicentini
Diretor de Formação Política e Profissional: Adriana Maria de Souza
Diretor Regional Centro-Oeste: Luciana Lima de Oliveira
Diretor Regional Nordeste: Leonilha Maria Brasileira Lessa
Diretor Regional Norte: Marco Antonio Barbosa da Costa
Diretor Regional Sudeste: Elenise Maria de Araújo
Diretor Regional Sul: Catia Rejane Lindemann
Conselho Fiscal: Alpina Gonzaga Martins Rosa, Ana Paula Menezes Alves, Rose Cristiani Fraco Seco Liston
Conselho Fiscal Suplente: Sigrid Karin Weiss Dutra e Eduardo Graziosi Silva

Fonte: FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES - FEBAB. **Diretoria Executiva**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.febab.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

ANEXO B

Diretorias CFB: 1966 a 2018

1ª Gestão – 1966 a 1969
Presidente: Laura Garcia Moreno Russo
1ª Secretaria: Alice Camargo Guarmeri
2ª Secretaria: Maria Corothea Barbosa
Tesoureira: Heloisa de Almeida Prado
Marcelina Dantas
Lourdes Calharina Gregol
Adelia Leite Coelho
Cordelia Robalinho Cavalcanti
Lydia de Queiroz Sambaqui
Etelvina Lima
Eurydece Pires de Sant'anna
Ivanilda Ferandes da Costa
Suplentes:
Ida Brandão de Sá Pessoa
Ruth Versiani Moreira
Mercedes Jesus T. Forti

2ª Gestão – 1969 a 1972
Presidente: Antonio Agenor Briquet de Lemos
1ª Secretaria: Annaiz Maria Pereira Vial
Clara Maria Galvão
George Cunha de Almeida
Heloisa de Almeida Prado
Maria Mader Gonçalves
Ida Brandão de Sá Pessoa
Jandira Batista de Assunção
Maria Leticia de Andrade Lima
Nancy Westphalen Correa
Adda Drugg de Freitas
Maria Nazareth M. Barros
Suplentes:
Maria Miranda de Carvalho Britto
Neusa Dias de Macedo
Mercedes de Jesus Thomé Forti

3ª Gestão – 1972 a 1975
Presidente: Murilo Bastos da Cunha
Abner Lellis Correa Vicentini
Adda Drugg de Freitas
Cecilia Andreotti Atienza
Denise Helena Farias de Souza
Dinora Lima de Assis Quaresma
Etelvima Lima
Francisca Figueiredo Luna de Albuquerque
Maria das Gracas de Lima Melo
Mario Ferreira de Luz
Nancy Wetphalen Correa
Zilda Galhardo de Araujo
Suplentes:
Vanda Suaiden
Moema Figueiredo Brasileiro
Clara Maria Galvão

4ª Gestão – 1975 a 1978
Presidente: Murilo Bastos da Cunha
Nancy Westphalen Correa
Adda Drugg de Freitas
Anna da Soledade Vieira
Cecilia Andreotti Atienza
Jahyra Correa Santos
Margarida Maria de Andrade M. Lima
Maria Elizabette D'oliveira Lanande
Maria Isabel Santoro Brunetti
Maria Salete de Almeida Geribello
Myriam Gusmão de Martins
Osmar Bettiol
Paulo Py Cordeiro
Vera Amalia Amarante Macedo
Suplentes:
Lindaura Aldan Corujeira
Maria Laura da Cunha Lion
Francisco Figueiredo Lina de Albuquerque
Anibal Rodrigues Coelho

5ª Gestão – 1978 a 1981
Presidente: Nancy Westphalen Correa
Cordelia Robalinho de Almeida Cavalcanti
Isabel Maria de Castro Ferreira Carvalho
Xavier Placer
Maria Eli Arnoldi

Maria Isabel Santoro Brunetti
Maria Lucia Pacheco de Almeida
Anibal Rodrigues Coelho
Maria Martha de Carvalho
Maria Ignez Arzambuja de Lemos
Suplentes:
Maria Theresa Wiltgem de Castro Fontoura
Antonio Valentin da Silva
Moema F. Brasileiro

6ª Gestão – 1981 a 1984
Presidente: Maria Lúcia Pacheco de Almeida
Margarida Maria de A. Lima
Prudencia Yolita de Aquino
Laura Garcia Moreno Russo
Yara Conceição Neves Machado
Anibal Rodrigues Coelho
Maria Martha de Carvalho
Algenir Ferraz da Silva
Maria Lúcia Vasconcelos Coelho
Thelma M. de Souza Almeida
Wanda Coelho e Silva
Marise Miglioli Lorusso
Marcia Pereira Veras
Ines Rosito P. Kruel
Suplentes:
Maria das Graças Targino
Nidia Maria Lubisco Portella
Lucília de Godoy G. Duarte

7ª Gestão – 1984 a 1987
Presidente: Edson Miguel de Jesus
Primeiro Secretario: Paulo Olail de Carvalho
Segunda Secretaria: Denise Benchimol de Resende
Tesoureira: Moema Figueiredo Brasileiro
Fernanda Ivo Neves
Hilcke Frederica Weis
Yvone Talamo
Maria José Rezende de Amorim
Maria das Neves N. T. Cavalcante
Marisa Marques Zanatta Marysia Malheiros Finza
Norma Soares Barata
Sttela Maris Borges
Maria Odaisa Pinheiro de Oliveira
Marysia Malheiros Fuiza
Suplentes:
Nizete Lázara Cohen
Edgar Abreu Faria da Silva
Maria do Socorro Meira Lima

8ª Gestão – 1987 a 1991
Presidente: Mercedes Della Fuente
1ª Secretaria Gilka Maria Mendonça Brasileiro
2ª Secretaria: Ines Rosito Pinto Kruel
Tesoureira: Lídia Maria Batista Brandão
Helena de Miranda Rosa E Souza
Hilcke Frederica Weis
Francisca Dantas Lima
Ana Lúcia de Andrade
Maria Tereza W. T. C. Fontoura
Maria Christina de A. Nogueira
Farides Lucas Camilo Suana, Luna de Assis Quaresma
Norma Soares Barata
Corita Aguiar da Silva
Suplentes:
Claudia Montanimo
Virginia Astrid de Sá e Santos
José Albuquerque Moreira

9ª Gestão – 1991 a 1994
Presidente: Elaine Marinho Faria
2º Secretário: Eduardo José Wense Dias
Tesoureira: Maria Lucia Moura da Veiga Pessoa
Ana Lucia de Almeida
Claudia Montanino
Lucia Helena Pimenta Lima
Fernanda Ivo Neves
Maria Lucia Vasconcelos Coelho
Tereza Cristina Mota Maia
Farides Licas Camilo Suano
Rosemeire Marino Nastri
Ida Regina Stumpf
Rosa Inês de Novaes Cordeiro
Suplentes:

Dinora Lima de Assis Quaresma

10ª Gestão – 1994 a 1997
Presidente: Zeneide Pantoja de Sousa
1ª Secretaria: Ida Regina Stumpf
2ª Secretária: Marília M. Damiani Costa
Tesoureira: Maria Consuelo Pinheiro Dos Santos
Estera Muskat Menezes
João Bosco Rodrigues de Oliviera
José Fernando Modesto da Silva
Monica Cardoso Pittella
Myrthes Maciel Maria Pessanha
Sebastião de Souza
Lidia Maria Batista Brandão
Cosme Guimarães da Costa

11ª Gestão – 1997 a 2000
Presidente: Zeneide Pantoja de Sousa
Vice-Presidente: Ligia Scrivano Paixão
1ª Secretaria: Edna Maria Sitônio Pimentel
2ª Secretaria: Esmeralda Maria de Aragão
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral
Maria Elizabethe Baltar Carneiro de Albuquerque
Maria Isabel de Jesus Sousa
Clarice Mulethaler de Souza
Dayse Enne Botelho
Angela Maria Saraiva de Moura
Italia Maria Falceta da Silveira
Ivonete Rodrigues da Silva
Marcia Araujo Ramos
Suplentes:
Célia Wolff
Marcelo Ramos Botero
Josefina Palazzo Ayres

12ª Gestão – 05/2000 a 03/2002
Presidente: José Fernando Modesto
Vice-Presidente: Maria Aparecida Sell Andrade Cardoso
1ª Secretária: Ivone Job
2ª Secretária: Rosa Maria Ferreria Lima
Tesoureira: Alzinete Maria Rocon Biancardi

12ª Gestão – 05/2002 a 04/2003
Presidente: Raimundo Martins de Lima
Vice-Presidente: Ana Maria Ferrecin
1ª Secretária: Rosa Maria Ferreira Lima
2ª Secretaria: Ivone Job
Tesoureira: Nelma Camêlo de Raújo
Cosme Gumarães da Costa
Enriqueta Graciela Dorfman de Cuartas
Itália Maria Falceta da Silveira
Maria Elizabeth Carneiro de Albuquerque
Maria Lúcia Moura da Veiga Pessoa
Regina Keiko Obata Ferreira Amaro

13ª Gestão – 2003 a 2006
Presidente: Raimundo Martins de Lima
Vice-Presidente: Ivone Job
1ª Secretária: Dalgiza Andrade Oliveira
2ª Secretaria: Sandra Soller Dias da Silva
Tesoureira: Ilce Gonçalves Milet Cavalcante
Elisa Cristina Delfini Correa
Gloria Isabel Sattamini Ferreira
Hamilton Vieira de Oliveira
Henriette Ferreira Gomes
Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira
Rosa Maria Ferreira Lima
Sonia Miranda de Oliveira Souto
Suely Oliveira Moraes
Virginia Ana Zimmermann

14ª Gestão – 05/2006 a 06/2007
Presidente: Virginia Ana Zimmermann
Vice-Presidente: Neide Aparecida Gomes
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas
2ª Secretária: Célia Regina Somonetti Barbalho
Tesoureira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque

14ª Gestão – 06/2007 a 12/2009
Presidente: Nemora Arlindo Robrigues
Vice-Presidente: Neide Aparecida Gomes
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas
2ª Secretária: Célia Regina Somonetti Barbalho

Tesoureira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Aldinar Martins Bottentuit
Fernando Braga Ferreira
Hamilton Vieira de Oliveira
Henriette Ferreira Gomes
Helen Beatriz Frota Rozados
Ivanise Azevedo Tourinho
Maria Odaisa Espinheiro Oliveira
Nysia Oliveira de Sá
Sandra Soller Dias da Silva

15ª Gestão – 2009 a 2012
Presidente: Nemora Arlindo Robrigues
Vice-Presidente: Regina Celi de Sousa
1ª Secretária: Georgete Lopes Freitas
2ª Secretaria: Célia Regina Somonetti Barbalho
Tesoureira: maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Ana Maria Ferracin
Gloria Isabel Sattamini Ferreira
Ivanise Azevedo Tourinho
Maria Elisabeth Oliverira Da Costa
Marilene Zicarelli Milarch
Maria de Jesus Mascimento
Maria Odaisa Espinheiro Oliveira
Rita Gonçalves Marques Portella Ferreira
Rosane Suely Alvares Lunardelli

16ª Gestão – 2013 a 2015
Presidente: Regina Céli de Sousa
Vice-Presidente: Adelaide Ramos e Côrte
1ª Secretária: Isaura Lima Maciel Soares
2ª Secretaria: Lucimar Oliveira Silva
Tesoureira: Sandra Maria Dantas Cabral
Eliane Lourdes da Silva Mota
Fransisca Rosaline Leite Mota
Helen Beatriz Frota Rozados
Kátia Lúcia Pacheco
Maria de Fatima Almeira Braga
Maria Raimunda de Sousa Sampaio
Raimundo Martins de Lima
Rosana Chaves Abatti
Williams Forge Corrêa Pinheiro

17ª Gestão – 2016 a 2018
Presidente: Raimundo Martins de Lima
Vice-Presidente: Lucimar Oliveira Silva
Diretora Financeira: Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque
Diretora Administrativa: Kátia Lúcia Pacheco
Diretora Técnica: Dalgiza Andrade Oliveira
Aldinar Martins Bottentuit
Angélica Conceição Dias Miranda
Lídia Maria Batista Brandão Toutain
Márcia dos Santos Cordeiro
Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda
Maria das Graças Vidal de Negreiros de Oliveira
Maria Marta Sienna
Regina Lúcia Freitas Holanda
Rosana Chaves Abatti
Talma Socorro Silva Sodrinho

Fonte: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA - CFB. **Sistema CFB/CRB**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.cfb.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

ANEXO C

Diretorias ABEBD/ABECIN: 1967 a 2018

Gestão ABEBD 09/01/1967 a 09/07/1969
Presidente: Maria Martha de Carvalho (UFMG)
Vice-Presidente: Zenaira Garcia Marques (UFRGS)
1. Secretária: Ana Maria Polke (UFMG)
2. Secretária: Jahyra Correa Santos (UFGRS)
1. Tesoureiro: Elton Eugênio Volpini (UFMG)
2. Tesoureira: Minda Groismann (UFRGS)

Gestão ABEBD 09/07/1969 a 09/07/1971
Presidente: Alfredo Américo Hamar (USP)
Vice-Presidente: Maria Stela Santos Pita Leite (UFBA)
1. Secretária: Iara Correia (USP)
2. Secretária: Esmeralda Aragão (UFBA)
1. Tesoureira: Neide Pedroso Póvoa (USP)
2. Tesoureira: Eurídice Pires de Santana (UFBA)

Gestão ABEBD 09/07/1971 a 31/07/1973
Presidente: Álvaro Sobreal Barcellos (UFF)
Vice-Presidente: Maria Lúcia Pacheco de Almeida (UFPA)
1. Secretária: Dyrse Barreto Ferreira (UFF)
2. Secretária: Maria Lúcia Vasconcelos Coelho (UFPA)
1. Tesoureira: Eliane de Oliveira Sebóia Ribeiro (UFF)
2. Tesoureira: Tereza Jane de Vasconcelos Souza Filho (UFPA)

Gestão ABEBD 31/07/1977 a 25/07/1975
Presidente: Maria Stela Pita Leite (UFBA)
Vice-Presidente: Zenaira Garcia Marquez (UFRGS)
1. Secretária: Maria de Lourdes do Carmo Conceição (UFBA)
2. Secretária: Sara Rotman Jakbson (UFRGS)
1. Tesoureira: Marinha Andrade (UFBA)
2. Tesoureira: Evangelina de Azevedo Veiga (UFRGS)

Gestão ABEBD 25/07/1975 a 15/07/1978
Presidente: Maria Antônia Ribas Pinke Belfort de Mattos (PUC-Campinas)
Vice-Presidente: Alfredo Américo Hamar (USP)
1. Secretária: Henriette Simões Ferreira de Toledo (PUC-Campinas)
2. Secretária: Miriam Zambel (PUC-Campinas)
1. Tesoureira: Edilza Bonavita Martins Mendes (PUC-Campinas)
2. Tesoureira: Eufélia Pupo Paula (PUC-Campinas)

Gestão ABEBD 07/07/1977 a 09/07/1979?
Presidente: Maria Antônia Ribas Pinke Belfort de Mattos (PUC-Campinas)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Alice Gonçalvez Strazzacappa Hernández (PUC-Campinas)
2. Secretária: -
1. Tesoureira: Vânia Lande de Carvalho (FESP/SP)
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 15/07/1978 a 21/07/1979 (1981)?
Presidente: Regina Célia Montenegro de Lima (IBICT/UFRJ)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Amélia Silveira (UFSC)
2. Secretária: Maria Nazaré de Freitas Pereira (IBICT/UFRJ) - substituta a partir de 05/1981

1. Tesoureira: Ida Maria Cardoso de Lima (UFSC) - substituta a partir de 05/1981
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 17/01/1982 a 24/10/1983
Presidente: Cléa Dubeux Pinto Pimentel (UFPE)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Fernanda Ivo Neves (UFPE)
2. Secretária: -
1. Tesoureira: Maria das Graças de Lima Melo (UFPE)
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 24/10/1983 a 26/02/1986
Presidente: Cléa Dubeux Pinto Pimentel (UFPE)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Fernanda Ivo Neves (UFPE)
2. Secretária: -
1. Tesoureira: Maria das Graças de Lima Melo (UFPE)
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 27/02/1986 a 02/1988
Presidente: Fernanda Ivo Neves (UFPE)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: -
2. Secretária: -
1. Tesoureira: -
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 28/07/1988 a 29/08/1989
Presidente: Lourdes Gregol Fagundes da Silva (UFRGS)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Lígia Beatriz Meurer (UFRGS) Inês Rosito Pinto Kruel (UFRGS) - substituta a partir de 27/09/1988
2. Secretária: Jussara Pereira Santos (UFRGS)
1. Tesoureira: Coeli Maria Juliano (FURG)
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 29/08/1989 a 26/09/1991
Presidente: Lourdes Gregol Fagundes da Silva (UFRGS)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Inês Rosito Pinto Kruel (UFRGS)
2. Secretária: Jussara Pereira Santos (UFRGS)
1. Tesoureira: -
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 26/09/1991 a 24/11/1993
Presidente: José Augusto Chaves Guimarães (Unesp)
Vice-Presidente: -
1. Secretária: Bárbara Fadel (Unesp)
2. Secretária: -
1. Tesoureira: Maria de Lurdes Bertachini (Unesp)
2. Tesoureira: -

Gestão ABEBD 25/11/1993 a 22/08/1995
Presidente: José Augusto Chaves Guimarães (Unesp)
Vice-Presidente: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (USP)
1. Secretária: Bárbara Fadel (Unesp)
2. Secretária: Rosemeire Marino Nastri (EBDSC/São Carlos)
1. Tesoureira: Maria de Lurdes Bertachini (Unesp)
2. Tesoureira: Maria Edith Giusti Serra (FESP/SP)

Gestão ABEBD 23/08/1995 a 22/08/1997
Presidente: Jussara Pereira Santos (UFRGS)
Vice-Presidente: Lígia Leindorf Bartz Kraemer (UFPR)
1. Secretária: Iara Conceição Bitencourt Neves (UFRGS)
2. Secretária: Cláudia Gonçalvez de Souza (UFSC)
1. Tesoureira: Maria do Rocio Fontoura Teixeira (UFRGS)
2. Tesoureira: Vilma Gimenez da Cruz (UEL)

Gestão ABEBD 23/07/1997 a 08/1998
Presidente: Jussara Pereira Santos (UFRGS)
Vice-Presidente: Lígia Leindorf Bartz Kraemer (UFPR)
1. Secretária: Iara Conceição Bitencourt Neves (UFRGS)
2. Secretária: Cláudia Gonçalvez de Souza (UFSC)
1. Tesoureira: Maria do Rocio Fontoura Teixeira (UFRGS)
2. Tesoureira: Vilma Gimenez da Cruz (UEL)

Gestão ABEBD 1998-2001
Presidente: Vera Sílvia Marão Beraquet (PUC-Campinas)
Vice-Presidente: Marta Lígia Pomim Valentim (UEL)
1. Secretária: Mariângela Pisoni Zanaga (PUC-Campinas)
1. Tesoureira: Marisa Marques Zanatta (PUC-Campinas)

Gestão ABECIN 2001-2004
Diretoria:
Presidente: Marta Lígia Pomim Valentim (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
Vice-Presidente: Mara Eliane de Fonseca Rodrigues (Universidade Federal Fluminense - UFF)
1º Secretário: José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
2º Secretário: Jussara Pereira Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
1º Tesoureiro: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
2º Tesoureiro: César Augusto de Castro (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)
Coordenações Regionais:
Região Norte: Célia Regina Simonetti Barbalho (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
Região Nordeste: Rute Batista de Pontes (Universidade Federal do Ceará - UFC)
Região Centro-Oeste: Vera Lúcia Fürst Gonçalves de Abreu (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
Região Sudeste: Dulcinéia Sarmento Rosenberg (Universidade Federal do Espírito Santo - UFES)
Região São Paulo: Nair Y. Kobashi (Universidade de São Paulo - USP e Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC-Campinas)
Região Sul: Miriam Vieira da Cunha (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)

Gestão ABECIN 2004-2007
Diretoria:
Presidente: Mara Eliane Fonseca Rodrigues (Universidade Federal Fluminense - UFF)
Vice-Presidente: Miriam Vieira da Cunha (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
1º Secretário: Maria Odila Fonseca (Universidade Federal Fluminense - UFF)
2º Secretário: Guilhermina de Melo Terra (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
1º Tesoureiro: Esther Hermes Lück (Universidade Federal Fluminense - UFF)
2º Tesoureiro: Divino Ignácio Ribeiro Júnior (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC)
Coordenadores Regionais:
Região Norte: Luiz Otávio Maciel da Silva (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Região Nordeste: Lídia Eugênia Cavalcante (Universidade Federal do Ceará - UFC)
Região Centro-Oeste: Vera Lúcia Fürst G. de Abreu (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
Região Sudeste: Marcos Luis C. de Miranda (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Região São Paulo: José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Região Sul: Regina Helena van der Laan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Gestão ABECIN 2008-2011
Diretoria:
Presidente: Lídia Maria Batista Brandão Toutain (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
Vice-Presidente: Maria do Rosário de Fátima Portela Cysne (Universidade Federal do Ceará - UFC)
1º Secretária: Mônica Erichsen Nassif (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
2º Secretário: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)
1º Tesoureiro: Marilene Abreu Barbosa (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
2º Tesoureiro: Marco António de Almeida (Universidade de São Paulo - USP/Ribeirão Preto)
Coordenadores Regionais:
Região Norte:
Região Nordeste:
Região Centro-Oeste:
Região Sudeste:
Região São Paulo:
Região Sul:

Gestão ABECIN 2010-2013
Diretoria:
Presidente: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
Vice-Presidente: Célia Regina Simonetti Barbalho (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
1º Secretária: Sueli Bortolin (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
2º Secretário: Henriette Ferreira Gomes (Universidade Federal da Bahia - UFBA)
1º Tesoureiro: Carlos Cândido de Almeida (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
2º Tesoureiro: Lívia Aparecida Ferreira Lenzi (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)
Conselho Fiscal
José Augusto Chaves Guimarães (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Marta Lígia Pomim Valentim (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Francisco das Chagas de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC)
Coordenadores Regionais:
Região Norte: Georgete Lopes Freitas (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)
Região Nordeste: Lídia Eugênia Cavalcante (Universidade Federal do Ceará - UFC)
Região Centro-Oeste: Carlos Alberto Ávila Araujo (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)
Região Sudeste: Mariza Russo (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
Região São Paulo: Valéria Martin Valls (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP/SP)
Região Sul: Helen Beatriz Frota Rozados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)

Gestão 2013 a 2016
Presidente: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
Vice-Presidente: Célia Regina Simonetti Barbalho (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
1ª Secretária: Luciane de Fátima Beckman Cavalcante (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
2ª Secretária: Sueli Bortolin (Universidade Estadual de Londrina - UEL)

1º Tesoureiro: Valéria Martin Valls (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP/SP)
2º Tesoureiro: José Fernando Modesto da Silva (Universidade de São Paulo - USP)
Conselho Fiscal:
Adriana Rosecler Álcara (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
Daniela Pereira dos Reis (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Marta Lígia Pomim Valentim (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Coordenadores Regionais:
Região Norte: Raimunda Ramos Marinho (Universidade Federal do Maranhão - UFMA)
Região Nordeste: Alzira Karla Araújo da Silva (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)
Região Sudeste: Deise Maria Antonio Sabbag e Elisa Campos Machado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)
Região São Paulo: Cláudio Marcondes de Castro Filho (Universidade de São Paulo - USP/Ribeirão Preto)
Região Centro-Oeste: Suely Henrique de Aquino Gomes (Universidade Federal de Goiás - UFG)
Região Sul: Márcia Silveira Kroeff e Daniela Spudeit (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC)
Comissão de Ensino a Distância:
Mariza Russo (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
Helen Beatriz Frota Rozados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Gestão 2016 a 2019
Diretoria
Presidente: Marta Lígia Pomim Valentim (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
Vice-Presidente: Daniela F. A. de O. Spudeit (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC)
1. Secretária: Raquel do Rosário Santos (Universidade Federal da Bahia - UFBa)
2. Secretária: Gabriela Belmont de Farias (Universidade Federal do Ceará - UFC)
1. Tesoureiro: Oswaldo F. de Almeida Júnior (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
2. Tesoureiro: Henry Porcio Cruz de Oliveira (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)
Conselho Fiscal:
Daniela Pereira dos Reis (Universidade Estadual Paulista - Unesp)
José Fernando Modesto da Silva (Universidade de São Paulo - USP)
Sueli Bortolin (Universidade Estadual de Londrina - UEL)
Coordenadores Regionais
Coordenador Regional Norte: Franciele Marques Redigolo (Universidade Federal do Pará - UFPa)
Coordenador Regional Nordeste: Jonathas Luis Carvalho Silva (Universidade Federal do Cariri - UFCa)
Coordenador Regional Centro-Oeste: João de Melo Maricato (Universidade de Brasília - UnB)
Coordenador Regional Sudeste: Stefanie Cavalcanti Freire (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)
Coordenador Regional São Paulo: Valéria Martin Valls (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESP/SP)
Coordenador Regional Sul: Renata Braz Gonçalves (Universidade Federal do Rio Grande - URGS)
Comissão de Educação à Distância
Célia Regina Simonetti Barbalho (Universidade Federal do Amazonas - UFAM)
Helen Beatriz Frota Rozados (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS)
Henriette Ferreira Gomes (Universidade Federal da Bahia - UFBA

Fonte: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ABECIN. **ABECIN**. Marília, SP, 2018. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

ANEXO D

Diretorias ANCIB: 1989 a 2018

1989-1991
DIRETORIA
Dinah Aguiar Poblacion, Presidente
Tania Mara Botelho, Vice-Presidente
Aldo de Albuquerque Barreto, Secretário-Geral
Maria de Cléofas Alencar, Secretária
Johanna Wilhelmina Smit, Tesoureira
CONSELHO FISCAL
Wanda Paranhos, Membro Docente
Eduardo José Wense Dias, Membro Docente
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Membro Discente

1991-1993
DIRETORIA
Dinah Aguiar Poblacion, Presidente
Aldo de Albuquerque Barreto, Vice-Presidente e Secretário-Geral
Maria de Cléofas Alencar, Secretária
Waldomiro de Castro Santos Wergueiro, Tesoureiro
CONSELHO FISCAL
Wanda Paranhos, Membro Docente
Eduardo José Wense Dias, Membro Docente
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Membro Discente

1994-1996
DIRETORIA
Solange Puntel Mostafa, Presidente
Aldo de Albuquerque Barreto, Vice-Presidente
Bernadete Santos Campello, Secretária
Cecília Carmen Cunha Pontes, Tesoureira
Silas Marques de Oliveira, Secretário
CONSELHO FISCAL
Eduardo Wense Dias, Membro Docente
Eliany Alvarenga de Araújo, Membro Docente
Luís Carlos Lopes, Membro Discente

1997-2000 / 2000-2003
DIRETORIA
Aldo de Albuquerque Barreto, Presidente
Edmir Perrotti, Vice-Presidente
Johanna Wilhelmina Smit, Secretária
Emir Suaiden, Primeiro Secretário
Selma Santiago, Tesoureira
CONSELHO FISCAL
Carlos Henrique Marcondes
Ilce Cavalcanti
Luís Fernando Sayão

2003-2006
DIRETORIA
Regina Maria Marteleto, Presidente
Marilda Lopes Ginez de Lara, Vice-Presidente
Eliany Alvarenga de Araújo, Secretária
Ana Maria Pereira Cardoso, Primeira Secretária
Marta Pinheiro Aun, Tesoureira
CONSELHO FISCAL
Lídia Alvarenga, Membro Docente
Juliana do Couto Benfica, Membro Técnico
Carlos Alberto Ávila Araújo, Membro Discente

2006-2008
DIRETORIA
Marisa Brascher, Presidente
Lígia Café, Vice-Presidente

Henriette Ferreira Gomes, Secretária
CONSELHO FISCAL
Edna Lúcia da Silva, Membro Docente
Lilian Maria Araújo de Rezende Alvares, Membro Docente
Helia de Souza Chaves Ramos, Membro Discente

2008-2010
DIRETORIA
Joana Coeli Ribeiro Garcia, Presidente
Valdir José Morigi, Vice-Presidente
Maria das Graças Targino, Secretária
CONSELHO FISCAL
Gilda Olinto, Membro Docente
Sandra de Fátima Santos, Membro Docente
Izabel França de Lima, Membro Discente

2011-2012 / 2013-2014
DIRETORIA
Isa Maria Freire, Presidente (2011-2014)
Silvana Aparecida Gregório Vidotti, Vice-Presidente (2011-2012)
Lillian Maria Araújo de Rezende Alvares, Vice-Presidente (2013-2014)
Maria Isabel de Sousa Barreira, Secretária (2011-2014)
CONSELHO FISCAL
Marisa Bräscher Basílio Medeiros, Membro Docente (2011-2014)
Marlene de Oliveira Teixeira de Melo, Membro Docente (2011-2012)
Julia Gonçalves da Silveira, Membro Docente (2013-2014)
Claudia Bucceroni Guerra, Membro Discente (2011-2012)
Alegria Benchimol, Membro Discente (2013-2014)

2015-2016
DIRETORIA
Renata Maria Abrantes Baracho Porto, Presidente
Guilherme Ataíde Dias, Vice-Presidente
Simone da Rocha Weitzel, Secretária
CONSELHO FISCAL
Valdir José Morigi, Membro Docente
Rogério Mugnaini, Membro Docente
José Carlos Sales dos Santos, Membro Discente

2017-2018
DIRETORIA
Henriette Ferreira Gomes, Presidente
Carlos Alberto Ávila Araújo, Vice-Presidente
Fernando César Lima Leite, Secretário
CONSELHO FISCAL
Marta Lígia Pomim Valentim, Membro Docente
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque, Membro Docente
Igor Soares Amorim, Membro Discente

Fonte: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ANCIB. **Ancib**. S.l., 2018. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/>. Acesso em: 09 maio 2018.

CAPÍTULO 9

POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DA MULHER NA CIÊNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NO BRASIL E EM PORTUGAL

Nathália Lima Romeiro

Carla Maria Martellote Viola

1 INTRODUÇÃO

Após um período de prosperidade, progresso social e aprofundamento democrático, muitos países estão experimentando desaceleração ou recessão econômica, polarização de posicionamento político-social, desconfiança no governo e, em alguns casos, crises políticas. Contra esse pano de fundo, que por vezes inferioriza a mulher, o empoderamento das mulheres deve ser colocado no centro da agenda pública para que se construa uma sociedade que seja não apenas mais próspera, como também mais equânime. Pessoas responsáveis pela formulação de políticas públicas enfrentam um duplo desafio: proteger os ganhos obtidos pelas mulheres contra a crise econômica; e superar os obstáculos persistentes para seu desenvolvimento social e científico.

No concernente à ciência, estudo divulgado em junho de 2017, pela Editora *Elsevier*, que contemplou análise da produção científica no mundo, revelou que Brasil e Portugal têm os maiores percentuais de participação feminina na produção científica dentre os países selecionados. Tais estudos, constam no relatório "*Gender in the Global Research Landscape*" (ELSEVIER, 2017) e abrange o quinquênio 2011-

2015, mostrando o desempenho da pesquisa e representação de homens e mulheres (num contexto de gênero binário). Considera-se este relatório como uma fonte de informação relevante, pois reúne 12 regiões geográficas (de diferentes continentes) e 27 áreas do conhecimento.

Nas exposições dos dados analisados no referido relatório notamos que Brasil e Portugal apresentam um índice de 49% da representatividade de mulheres pesquisadoras em suas avaliações. O documento apresenta dados comparados em tabelas multisseriadas, nas quais são expostos por categorias: gênero, país, área do conhecimento e os recortes temporais de 1996-2000 e 2011-2015. Na exposição do caso brasileiro, notamos que houve um evidente crescimento se comparado os dados mais atuais com os de 1996-2000. No relatório, consta que 38% das pesquisas e produções acadêmicas do país foram feitas por mulheres. Cabe destacar que no recorte 1996-2000, das 12 regiões estudadas, apenas Portugal tinha o percentual de participação de mulheres acima de 40% na avaliação da produção científica e publicação em periódicos.

Nesse contexto, indaga-se sobre: quais as ações o Governo de Portugal promoveu e promove na busca pela igualdade entre os gêneros na ciência? Existem políticas públicas específicas para a promoção da equidade entre gêneros? Se essas políticas existem em Portugal, quais são as políticas públicas do Brasil desenvolvidas nesse sentido? E as entidades internacionais apresentam alguma iniciativa que incentive as mulheres na ciência? Para responder essas perguntas, assumimos como objetivo geral deste capítulo: analisar quais foram as políticas públicas implementadas no Brasil e em Portugal que contribuíram para o aumento da participação da mulher na ciência.

Pretende-se ainda descrever quais foram as ações governamentais implementadas por esses países nos campos social, legislativo, jurídico e educacional que possam, de alguma forma, evidenciar estímulos para o aumento da produção científica das mulheres. Para atender o objetivo geral, elencamos os seguintes

objetivos específicos: a) contextualizar o cenário de desigualdade de gênero; b) averiguar iniciativas internacionais que incentivem a igualdade de gênero e a participação da mulher na ciência; c) descrever e analisar o relatório "*Gender in the Global Research Landscape*" (ELSEVIER, 2017); d) levantar e analisar as políticas públicas propostas no Brasil e em Portugal para a promoção da equidade entre os gêneros disponíveis *on-line*.

Cabe destacar que esta pesquisa se justifica por recuperar, descrever e classificar informações, que é o cerne da Ciência da Informação. Capurro (1992) aponta a necessidade de contextualização da informação na Ciência da Informação, com foco na cultura e história do contexto no qual a informação se insere. Além dos processos, métodos e interpretações utilizados para lidar com a informação, pois uma informação só faz sentido no contexto e propósito para o qual ela foi "criada".

Olhando sob o viés da Organização do Conhecimento, um dos campos de estudo mais importantes da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, podemos avaliar o relatório como uma fonte de informação secundária, pois apresenta tanto as instituições e países como a classificação dos assuntos e os periódicos estudados. Ressalta-se que a classificação apresentada tem sua arbitrariedade evidenciada, comum a todo trabalho com perspectiva de organizar o conhecimento. Nota-se esta arbitrariedade especialmente na ausência de países do continente africano no relatório da Elsevier, invisibilizando não só a participação científica do continente na conversa acadêmica global, como a produção científica das mulheres do continente (FERNANDES, 2007)

Em relação à pesquisa que envolve a participação das mulheres na ciência, destacamos os estudos das professoras Gilda Olinto e Jacqueline Leta. No ano de 2014, durante o Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, as autoras Gilda Olinto e Jacqueline Leta apresentaram uma pesquisa que relacionava gênero, geração e tarefas acadêmicas na qual foram investigados docentes dos programas de

pós-graduação brasileiros. Tal estudo contempla uma comparação entre a titulação de doutoras e doutores nos períodos 'até 1999' e de '2000 a 2009'; os dados foram coletados a partir da plataforma Lattes.

De acordo com as autoras, a produção científica de homens e mulheres apresentam pouca discrepância. Entretanto, na comparação entre a participação de eventos, os homens lideram. As autoras analisam esse fenômeno relacionado ao fator deslocamento, a mulher ainda é atrelada como a figura mais presente no lar, enquanto homens possuem mais facilidades, numa perspectiva cultural, em se distanciar de casa para a participação em eventos (OLINTO; LETA, 2014).

Assim, fazendo uso dos fundamentos da Ciência da Informação, a pesquisa possibilita que informações sobre o desenvolvimento da produção científica das mulheres e as políticas públicas adotadas no Brasil e em Portugal sejam evidenciadas, descritas e comparadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é quanti-qualitativa, uma vez que envolve a coleta de dados através de um mapeamento das políticas públicas disponíveis *on-line* nos sites do governo brasileiro e português. Para contemplar o aspecto qualitativo, incluiu-se os estudos bibliográficos, pois os argumentos foram embasados em materiais já publicados, e a pesquisa documental, uma vez que se consultou documentos que não passaram sobre um crivo analítico (políticas públicas) (VALENTIM, 2005).

Além dos aspectos metodológicos citados acima, destacamos também a análise de conteúdo como parte integrante deste trabalho, uma vez que inclui estudo do relatório da Elsevier, bem como a descrição e análise das políticas públicas mapeadas (VATENTIM, 2005).

3 EDUCAÇÃO DAS MULHERES

No período que representa o mundo antigo, conhecido como antes de Cristo (a.C.), no século IV, Platão mencionava que meninas deveriam ter educação similar aos meninos, defendendo a mesma instrução para ambos os sexos e o acesso universal ao ensino (TEIXEIRA, 2015). Em "A República", Sócrates, em seu diálogo com Glauco, diz que ao se exigir das mulheres os mesmos serviços dos homens, precisa-se fornecer-lhes o mesmo tipo de educação (PLATÃO, 2012).

Já no novo mundo, especialmente no século XVIII, entre as vozes ressonantes, encontra-se Mary Wollstonecraft, a inglesa que se destacou por sua luta pelos direitos das mulheres. Wollstonecraft (2016a) alertou que desafortunada era a situação das fêmeas, pois, educadas de acordo com a moda, eram deixadas sem fortuna alguma. Defendeu que as mulheres precisavam ser educadas da mesma forma que os homens.

Em sua obra "Reivindicação dos Direitos das Mulheres", de 1792, sustentou que a demanda por educação tivesse por objetivo exclusivo permitir o livre desenvolvimento da mulher como ser racional, fortalecendo a virtude por meio do exercício da razão e tornando-a plenamente independente (WOLLSTONECRAFT, 2016b).

De acordo com o professor Luis Felipe Miguel (2015), os primórdios do feminismo são atribuídos a Wollstonecraft, intelectual libertária, por seu pensamento marcar a primeira elaboração sistemática de um entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres. Wollstonecraft (2016b), em seus preceitos, orientava que a educação e os direitos fossem iguais para ambos os sexos, assegurando que se deixassem a mulher compartilhar dos direitos, ela emularia as virtudes do homem.

Alicerçados em seus pensamentos, infere-se que o acesso à educação, ao conhecimento e à informação permitiriam o desenvolvimento progressivo das mulheres em diversos campos,

resultando em ganhos consideráveis de capital cultural e econômico para elas e para a sociedade em geral. No Brasil, em 1827 foi promulgada a primeira lei sobre a educação das mulheres que permitiu que elas frequentassem as escolas elementares (BRASIL, 1827).

Em 1832, Nísia Floresta, brasileira, natural do Rio Grande do Norte, defendia o acesso à educação e uma posição social mais alta para as mulheres. A ativista lançou uma tradução livre da obra de Mary Wollstonecraft com o título "Direito das mulheres e injustiça dos homens", que lhe conferiu o título de precursora dos direitos das mulheres no Brasil. Realizou conferências defendendo a emancipação dos escravizados, a liberdade de cultos e a federação das províncias, com o sistema de governo republicano. Em 1838, Nísia Floresta fundou no Rio de Janeiro um colégio exclusivo para educação de meninas, o Colégio Augusto, que manteve sua atividade por 17 anos. Em 1851, o jornal carioca "O Liberal" publicou seus artigos, intitulados "A emancipação da mulher", nos quais a autora reafirmava a necessidade de se oferecer boa educação às mulheres (SCHUMAHER, 2000).

Quase um século mais tarde, em 1949, Beauvoir (2009) alertou que, como a educação das mulheres e sua situação parasitária as colocam sob a dependência do homem, elas não ousam sequer apresentar reivindicações, e as que possuem essa audácia, não encontram eco. Observa-se que as disparidades entre os sexos existem desde a fase infantil, convidando a mulher à imanência e o homem à transcendência: ao menino dá-se um carrinho para levá-lo às estradas da vida; à menina, uma boneca para aprender a cuidar no reservado; ao menino, um brinquedo para montar que lhe ensina a ser criativo; à menina, uma casinha para arrumar, para ensinar-lhe a organização do lar.

Esses *habitus* sociais são insertos no decorrer de seu crescimento e refletem na formação de mulheres sem pretensão de conhecimento e informação. Beauvoir explicou que:

> A arte, a literatura, a filosofia são tentativas de fundar de novo o mundo sobre uma liberdade humana: a do criador. É preciso, primeiramente, se colocar sem equívoco como uma liberdade, para alimentar tal pretensão. As restrições que a educação e os costumes impõem à mulher limitam seu domínio sobre o universo. Quando o combate para conquistar um lugar neste mundo é demasiado rude, não se pode pensar em dele sair; ora, é preciso primeiramente emergir dele numa soberana solidão, se se quer tentar reapreendê-lo: o que falta primeiramente à mulher é fazer, na angústia e no orgulho, o aprendizado de seu desamparo e de sua transcendência (BEAUVOIR, 2009, p. 913).

Percebe-se ainda discrepâncias na mobilidade entre homens e mulheres a partir dos investimentos em conhecimento e cultura, conforme expõe Silva:

> Quando há investimento em educação e cultura, seus efeitos sobre a mobilidade social parecem mais fortes entre os homens. Dessas evidências pode-se concluir que as mulheres necessitam, mais do que os homens, de capital cultural para garantir a sua posição de classe. Da mesma forma, elas teriam que investir relativamente mais em educação para obter os mesmos ganhos, i.e., uma melhor posição social. Evidências e argumentos neste sentido apontam para a existência de estratégias de reprodução social diferentes para homens e mulheres, estratégias essas que envolvem investimentos diferentes na área cultural (SILVA, 1995, p. 35).

Assim, identifica-se que o 'caminhar' da mulher em busca de educação está atrelado ao *habitus*, nada favorável, de seus antepassados. Para Bourdieu (2013, p. 68, grifo nosso), o *habitus* "como produto da história, [...] produz práticas individuais e coletivas, produz história **em conformidade com esquemas engendrados pela história**". Desse modo, a educação da mulher estava preconcebida pelas práticas históricas que a confinava como serviçal do lar, colaboradora de marido e protetora de filhos, quando os tinha.

Atualmente, as mulheres ainda continuam a buscar condições igualitárias no sistema educativo, tendo em vista que o papel desempenhado por ela, há séculos, é de ser um sujeito informacional secundário, ou como salienta Beauvoir (2014), como 'o outro'. Contudo, entre lutas, perdas e ganhos, os resultados de seus esforços educacionais começam a dar 'voz de mulher' na ciência global. Incentivos internacionais e políticas públicas nacionais passaram a reger as ações em prol do gênero na atualidade. Algumas delas, serão apresentadas na próxima seção.

4 AÇÕES GLOBAIS PARA DIRIMIR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA CIÊNCIA

Atualmente, ainda existe um grande desequilíbrio na participação das mulheres na ciência, em comparação com a participação dos homens, em particular nos níveis mais avançados de carreira. Globalmente, as mulheres são as mais sub-representadas não na entrada na educação científica como crianças ou jovens, mas sim ao começar os estudos de pós-graduação, com um "vazamento" de desenvolvimento de carreira, de modo que a cada passo até o nível de status e responsabilidade, as mulheres se tornam mais raras.

Existem várias explicações possíveis para esse desequilíbrio de gênero e uma grande quantidade de evidências, mas ainda falta informação sólida para o combate de tal situação. A Organização das Nações Unidas (ONU) promove várias iniciativas visando auxiliar a

equiparação de gênero e o empoderamento das mulheres, como por exemplo, indicadores em 12 áreas temáticas do retrato das Desigualdades de Gênero e Raça; glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 para alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; relatórios dinâmicos para empoderamento das mulheres em seis temas: demografia, trabalho, saúde, educação, serviços essenciais, moradia e violência, e ainda a cartilha assédio sexual no trabalho, perguntas e respostas (ONU, 2018).

Discrepâncias na igualdade de gênero, na perspectiva binária, de homem e mulher, persistem ao longo dos anos, embora as mulheres tenham feito grandes progressos no sentido de aumentar sua participação em diversas instâncias, elas ainda estão sub-representadas no ensino superior (UNESCO, 2018a).

A igualdade de gênero na ciência não é apenas uma questão de justiça, ou um direito humano básico. De fato, o potencial inexplorado de mulheres jovens e adultas brilhantes que possam estar interessadas em serem cientistas, mas que optam por não seguir essa carreira por causa dos vários obstáculos que enfrentam, representa uma importante oportunidade perdida, tanto para as próprias mulheres quanto para a sociedade como um todo. A equidade de gênero deve, portanto, ser considerada um meio crucial para promover a excelência científica e tecnológica, uma vez que a diversidade é uma das questões apontadas para o sucesso dos empreendimentos e também das pesquisas (CASTELLS, 1999).

Nesse sentido, iniciativas internacionais buscam incrementar a promoção da mulher na ciência. Um exemplo é o *For Women in Science,* um programa pioneiro para a promoção das mulheres na ciência criado pela UNESCO e a Fundação Corporativa L'Oréal que procuram reconhecer as mulheres pesquisadoras que, no âmbito de seu trabalho, contribuíram para superar os desafios globais. Desde 1998, o Prêmio L'Oréal-UNESCO reconheceu mais de 102 laureadas:

mulheres excepcionais que fizeram grandes avanços na pesquisa científica. Três delas receberam o Prêmio Nobel (UNESCO, 2018a).

Figura 1 - *For Women in Science*.

Fonte: UNESCO (2018).

Outra Premiação é a criada pela *Elsevier Foundation Awards for Early-Career Women Scientists in the Developing World* que foi idealizado para promover e celebrar as realizações de mulheres cientistas nos estágios iniciais de suas carreiras, com o objetivo de criar modelos para as meninas se identificarem e seguirem.

O prêmio foi lançado em 2010 pela Fundação Elsevier, a Academia Mundial de Ciências para o avanço da ciência nos países em desenvolvimento (TWAS), que opera sob o guarda-chuva administrativo da UNESCO, e a Organização para Mulheres na Ciência para o Mundo em Desenvolvimento (OWSD), uma rede apoiada pela UNESCO. O prêmio é concedido anualmente de forma rotativa entre as disciplinas de ciências da vida, química e física/matemática. A cada ano, são selecionadas cinco vencedoras, uma de cada das seguintes regiões: América Latina e Caribe; Leste e Sudeste Asiático e Pacífico; Região árabe; Ásia Central e do Sul; África Subsaariana (OWSD, 2018).

Figura 2 - *Early-Career Women Scientists in the Developing World*.

Fonte: OWSD (2018).

Iniciativa também a ser considerada, é a implementada pelo Setor de Ciências Naturais da UNESCO que está trabalhando em conjunto com a OWSD, uma rede de mais de 4.000 membros em todo o mundo, criada para fornecer treinamento de pesquisa, desenvolvimento de carreira e oportunidades de *networking* para mulheres cientistas em diferentes estágios de suas carreiras, bem como dar a meninas e mulheres na ciência a oportunidade de conhecer modelos e mentores (UNESCO, 2018b).

Finalmente, por meio dos Programas de Cátedras UNITWIN/UNESCO, foram criados vários/as presidentes/as sobre questões relacionadas a gênero e empoderamento de mulheres (GEWE), reunindo instituições de ensino superior e pesquisa e incentivando a cooperação internacional e regional para melhorar as capacidades institucionais através do compartilhamento de conhecimentos e colaboração. Entre os presidentes que atuam em temas relacionados ao GEWE, cinco se concentram em promover a

participação da mulher no desenvolvimento sustentável e na gestão de recursos hídricos (localizada no Brasil, Costa do Marfim, Marrocos, Togo e República Dominicana), enquanto outros cinco visam capacitar mulheres em ciência e tecnologia (localizadas na Argentina, Egito, Paquistão, Sudão e Togo) (UNESCO, 2018b).

As iniciativas descritas nessa seção, entendidas como globais, promovem ações para a equidade de gênero em todo o mundo. Entretanto, a fim de atender um dos objetivos específicos deste trabalho, serão focadas na próxima seção algumas análises sobre o relatório promovido pela Elsevier.

5 O RELATÓRIO *GENDER IN THE GLOBAL RESEARCH LANDSCAPE*

A análise feita por disciplinas, no relatório, revelou que a presença feminina supera a masculina no Brasil. Nas pesquisas científicas nas áreas ligadas à saúde, como medicina, bioquímica, genética, odontologia e enfermagem as mulheres lideram na produtividade nas publicações. Entre as pesquisadoras da base de dados da Elsevier, 24% se dedicam à medicina; entre os homens, esse percentual é de 17%, ou 80,6 mil mulheres e 65 mil homens, em números absolutos. Já os homens são maioria nas ciências exatas, entre as quais engenharia, física, computação, energia e ciências econômicas.

Destaca-se, também, que o estudo constatou que a presença feminina em relação às patentes é muito baixa no mundo inteiro, não chegando a 20%. O país que tem maior presença feminina nesse setor é Portugal, com 26%. O Brasil aparece em segundo lugar, com 19%, contra 11% no quinquênio anterior, superando países como França (17%), Estados Unidos (14%), Reino Unido (12%), Austrália (12%). Esses dados permitem a constatação de que, apesar das mulheres galgarem espaços no ambiente científico, elas pouco estão no protagonismo das invenções.

Os dados referentes ao Brasil e a Portugal surpreendem o cenário econômico global. Esperava-se que os países com maior potência econômica liderassem as estatísticas de equidade na pesquisa já que a produção científica também influencia a economia, especialmente no contexto industrial, educacional e mercadológico. Países como Estados Unidos da América, Reino Unido, Canadá, Austrália e França não ultrapassam a marca de 42% de mulheres na autoria das produções científicas. Japão apresenta dados ainda mais alarmantes: a representação das mulheres atualmente ocupa apenas 20% das produções científicas. Ressalta-se que apesar de alguns países ainda apresentarem porcentagens destoantes, a maioria apresentou um crescimento de pelo menos 10% em relação ao quadriênio de 1995-2000.

A partir dos apontamentos, destacados nesta seção, descreve-se as possíveis razões que justificaram os destaques de Brasil e Portugal no relatório em relação aos outros países.

6 RESULTADOS E ANÁLISES: POLÍTICAS PÚBLICAS DE BRASIL E PORTUGAL PARA A EQUIDADE DE GÊNERO

Nesta seção, serão descritas as políticas públicas implementadas por governantes do Brasil e de Portugal que visam a promoção da equidade de gênero. Salienta-se que foi reunido nesta oportunidade as ações disponibilizadas *on-line*. Nesse sentido, a atualização quanto às informações coletadas é de total responsabilidade dos sites governamentais desses países.

6.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PORTUGAL

Apesar de haver poucas mudanças específicas na legislação até a década de 1990, o governo português se destaca por diversas iniciativas, entre elas a troca do termo “cidadãos” ou “homens”, por “homens e mulheres” e “cidadãos e cidadãs”. Nessa perspectiva, nota-

se a busca pela visibilidade das mulheres enquanto sujeitas de direito perante à constituição do país. Em 1997, passa a constar que o governo português promoveu mudanças, e não apenas o direito de mudar. No que se refere à participação política, também foi proposta a participação ativa tanto dos homens como das mulheres.

No que se refere aos ministérios e secretarias, também houve mudanças importantes. Em meados dos anos 1990, as ações que promoviam a igualdade entre gêneros eram vinculadas ao Ministério da Igualdade. Tanto o Ministério, como o cargo de Ministro da igualdade foram abolidos pelo governo português. No ano 2000, as iniciativas e propostas para equidade entre os gêneros passaram a fazer parte da Comissão Nacional da Família e da Comissão Nacional de Igualdade de Gênero vinculadas a diversos ministérios, trabalhada de maneira transversal na política pública portuguesa. O reconhecimento das pautas femininas como transversais em diversas instituições são importantes por promover o protagonismo feminino para além das funções domésticas, estimulando a ocupação de diversos cargos e profissões (PORTUGAL, 2017).

As políticas públicas portuguesas relatadas pela comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (PORTUGAL, 2017) são:

a) **Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos** - vinculado à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero. Tal política propõe a divisão de tarefas em diversos grupos de trabalho para ações educativas em diversos setores: saúde, educação e ciência, segurança pública, transporte, economia e emprego, e segurança social. Os grupos atuaram nas medidas: promoção de campanhas para prevenção e combate ao tráfico de pessoas; campanhas para alerta sobre as diferentes formas de tráfico humano; dinamização de ações junto a profissionais de comunicação social dando visibilidade à temática; reforço na fiscalização contra a exploração sexual e tráfico de pessoas, bem como o atendimento às vítimas;

produção de materiais informativos para escolas e instituições de cultura; sensibilização de profissionais de turismo; promoção de *workshops* sobre boas práticas nas empresas e conscientização sobre o tema; estímulo à criação de sistemas de informação no setor de saúde para atendimento às vítimas de tráfico humano; desenvolver a formação de magistrados e inspetores/as para atuação no setor jurídico; incentivo e apoio à assistência das vítimas.

b) **Programa de Ação para a prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina -** o programa faz parte do plano nacional de prevenção e combate à violência doméstica e visa promover ações estratégicas para prevenir, integrar, formar, conhecer e integrar a temática a diversos setores da sociedade. Promove ações junto às comunidades em risco integrando a problemática (igualdade de gênero, saúde reprodutiva e boas práticas na eliminação da mutilação da genitália feminina). Também incentiva organizações não governamentais (ONG's) para contribuir na sensibilização do tema e tratamento das vítimas.

c) **Plano Nacional para Igualdade de Gênero, Cidadania e não-discriminação -** vinculado à comissão de cidadania e igualdade de gênero. No que se refere às políticas de educação e ciência, são elas: produção e divulgação de materiais didáticos para a promoção da igualdade; integração da temática na educação infantil, ensino básico e secundário (toda a educação básica); visa também promover a formação continuada de professoras e professores da educação básica; financiar pesquisas de estudos de gênero no âmbito acadêmico; promover a igualdade de gênero na cultura.

d) Plano Nacional de Ações para Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - visa a promoção de cinco áreas estratégicas de atuação, sendo elas: a participação de mulheres em processos de construção e manutenção da paz e segurança; garantir a formação de pessoas envolvidas no processo de construção e manutenção da paz e segurança; promover os objetivos da resolução das nações unidas externas a Portugal; aprofundar e difundir conhecimento sobre a temática "mulheres, paz e segurança" e sensibilizar entidades decisórias e comunidade; promover a participação da sociedade civil na implementação da referida resolução sobre "mulheres, paz e segurança".

6.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL

No Brasil a responsabilidade de promover e dar visibilidade a ações educacionais e culturais feitas por mulheres cabe a Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). Os programas e ações implantados pela SPM buscam sensibilizar a juventude, pesquisadoras/es e professoras/es para a promoção da igualdade e do respeito entre meninos e meninas em todos os níveis de escolarização.

A escola é um espaço estratégico e importante na vida dos jovens. Por isso, é fundamental inserir o debate sobre a igualdade de gênero no espaço escolar e incentivar mudanças nas práticas pedagógicas. Na área das ciências, por meio do estímulo e apoio à produção científica sobre relações de gênero, mulheres e feminismos, a SPM busca desenvolver um diálogo coerente entre os saberes produzidos e as ações, projetos e convênios, com vistas à diminuição das desigualdades e dos estereótipos existentes entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

Visando implantar suas estratégias e alcançar seus objetivos, a SPM, por meio de suas/seus representantes, implantou diversas

iniciativas que vêm resultando em efeitos positivos para o país para as questões de gênero na ciência.

O destaque fica com o **Programa Mulher e Ciência**, lançado em 2005. O programa visa estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no país, bem como promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas. O programa é fruto de parceria da SPM com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e do Departamento de Políticas do Ensino Médio/Secretaria de Educação Básica, e a Organização das Nações Unidas para a Mulher (ONU Mulheres) (BRASIL, 2005a).

O Programa se constitui de várias ações que têm suas especificidades emblemáticas para atingir seus propósitos. Inicialmente, encontra-se o **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**, que é um concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, com realização anual. O objetivo do prêmio é estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres no Brasil, e sensibilizar a sociedade para tais questões.

Com nove edições realizadas entre os anos de 2005 e 2013, totalizando 26.864 inscrições, o Prêmio está dividido em cinco categorias: estudante de ensino médio; estudantes de graduação; graduados, especialistas e estudantes de mestrado; mestres e estudantes de doutorado; e Escola Promotora da Igualdade (BRASIL, 2005b).

Para fomentar a perspectiva de gênero no âmbito da educação, em especial a inclusão desse tema no currículo, no projeto político-pedagógico e no material didático, em 2009 foi criado um prêmio especial para as escolas de Ensino Médio: **Escola Promotora da Igualdade**.

O programa também é apoiado com a realização de editais **Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos.** Em convênio com o CNPq/MCTI, a SPM já organizou quatro editais, em 2005, 2008, 2010 e 2012, para projetos de pesquisa no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as abordagens de classe social, geração, raça, etnia e sexualidade, no valor total de 21 milhões. Os editais têm por objetivo apoiar e incentivar estudos e pesquisas nessas áreas e já apoiaram diretamente 656 pesquisas de universidades brasileiras de todo o país (BRASIL, 2012).

Outro tipo de edital fomenta a ação de indução para ampliar o número de mulheres nas carreiras e profissões científicas e tecnológicas, chamado **Meninas e Jovens Fazendo Ciência, Tecnologia e Inovação**. Esse edital tem por objetivo selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país, além de buscar o aumento do número de estudantes do sexo feminino nas carreiras de ciências exatas, engenharias e computação. O primeiro edital foi lançado em 2013. Contou com investimento de R$ 10,9 milhões (concessões de bolsas e custos operacionais) e selecionou 325 projetos do total de 528 apresentados (BRASIL, 2013b).

Outra etapa do programa de suma importância são os Encontros Nacionais **Pensando Gênero e Ciências.** Já foram organizados três encontros com a comunidade científica, para debater o papel das mulheres no setor de Ciência e Tecnologia.

Em 2006, o 1º Encontro teve por objetivo mapear e analisar o campo de pesquisas e estudos sobre gênero e ciências no Brasil. O Encontro reuniu, em Brasília, 330 pesquisadores/as de mais de 200 núcleos de pesquisa de todas as regiões do país. Entre as diversas recomendações do encontro estão: a introdução da disciplina de gênero nos currículos universitários; a transformação do Programa Mulher e Ciência em política permanente; o aumento da participação feminina nos cargos de direção de órgãos financiadores de pesquisas

científicas (CNPq/MCTI, CAPES/MEC); e a inclusão de publicações no campo de estudos de gênero, feminismo e diversidade sexual nos acervos das bibliotecas nacionais.

O 2º Encontro, realizado em junho de 2009, reuniu um público de representantes de mais de 150 núcleos de pesquisas científicas de todo o país para discutirem os seguintes temas: a institucionalização dos estudos feministas e de gênero nos sistemas de educação, ciência e tecnologia; os mecanismos institucionais de ampliação, apoio e avaliação das publicações científicas como veículos de consolidação da área; e, ainda, o fortalecimento de medidas e ações voltadas para a promoção das mulheres nas áreas científicas e tecnológicas nas carreiras acadêmicas.

O 3º Encontro aconteceu em novembro de 2013, com quatro mesas de debates que trataram dos seguintes assuntos: "O Programa Mulher e Ciência: Resultados e Desafios", "Diretrizes Nacionais para Educação nas Relações de Gênero", "Um olhar de gênero no Ensino Superior: a mística feminina" e "Obstáculos e Estratégias da Carreira Científica no Feminino".

Os participantes se organizaram em quatro grupos de trabalho: Grupo 1 – "Formação de professoras(es)", Grupo 2 – "Desafios da inserção das meninas nas Ciências Exatas", Grupo 3 – 'Educação do Campo e gênero", e Grupo 4 – "Desafios da Educação Superior na perspectiva de gênero" (BRASIL, 2013a).

De igual valia foi o implemento do **Curso Gênero e Diversidade na Escola** (GDE), especialização universitária que objetiva discutir questões relativas às temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O curso busca promover a reflexão acerca desses temas integrando perspectivas diversas: sociocultural, histórica, educacional e política e é oferecido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inovação (SECADI) e o Ministério da Educação (MEC).

Após a realização do projeto piloto de um curso de ensino à distância para a formação de professores da rede de ensino médio, o

curso GDE foi executado em edições subsequentes pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) da CAPES/MEC em convênios com universidades públicas. O GDE já contou com 4 edições, 2006, 2008, 2009 e 2010, formando 44.205 professores (BRASIL, 2010).

Outra iniciativa educacional brasileira foi o **Curso sobre Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** (GPP-GR), que teve como objetivo instrumentalizar as/os participantes para intervenção no processo de concepção, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos programas e ações que assegurem a transversalidade e a intersetorialidade de gênero e raça nas políticas públicas. Foi estruturado pela SPM, a partir da experiência do GDE, em parceria com o MEC, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

O Curso GPP-GR se destina a servidoras/es dos três níveis da Administração Pública, preferencialmente gestoras/es das áreas de educação, saúde, trabalho, segurança e planejamento, integrantes dos Conselhos de Direitos da Mulher, dos Fóruns Intergovernamentais de Promoção da Igualdade Racial, dos Conselhos de Educação e dirigentes de organismos não governamentais ligados à temática de gênero e da igualdade étnico-racial (BRASIL, 2018).

Encontra-se também o projeto **Dar visibilidade à produção cultural das mulheres**. Essa ação tem por objetivo selecionar estudos realizados por proponentes do sexo feminino, em âmbito nacional, incentivar a produção cultural, o uso de linguagens artísticas e cinematográficas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. O projeto é uma parceria do Ministério da Cultura (MinC), a Secretaria do Audiovisual (SAV) e a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) (BRASIL, 2016).

Esse conjunto de ações foram relevantes para os resultados evidenciados no relatório, demonstrando inclusive a implementação de iniciativas em cumprimento às Convenções Internacionais que o Brasil ratificou.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Elsevier produziu o relatório "*Gender in the Global Research Landscape*" baseado nos resultados do mundo todo, compreendendo o papel do gênero dentro da estrutura do empreendimento global de pesquisa. Para buscar o gênero no panorama global da pesquisa, a editora empregou análises e metodologias bibliométricas que permitiram a desambiguação do gênero dos autores dentro do resumo e da citação da base de dados *Scopus* e inclui comparações entre 27 áreas temáticas, em 12 países e regiões comparadoras, ao longo de duas décadas. A intenção foi compartilhar *insights* e orientar sobre pesquisa de gênero e política de igualdade de gênero com governos, financiadores e instituições em todo o mundo e inspirar mais estudos baseados em evidências.

O Brasil demonstrou resultados satisfatórios, o que resultou na qualificação similar a Portugal e a liderança no *ranking* internacional. Ressalta-se que o período da coleta de dados do relatório foi também de grande importância para o gênero na política brasileira. O país estava sendo governado por uma mulher, a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, além de que, em julho de 2013, foi aprovada a criação da Secretaria da Mulher que uniu a Procuradoria da Mulher, criada em 2009, e a Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que representava a Bancada Feminina. A medida trouxe mecanismos importantes para a representatividade feminina no parlamento, como a presença da Coordenadora dos Direitos da Mulher (eleita pela Bancada Feminina) nas reuniões do Colégio de Líderes, com direito a voz, voto e a fazer uso do horário de liderança nas sessões plenárias (VIOLA, 2018).

Portugal, por sua vez, também apresentou resultados positivos, asseverando que suas políticas públicas relacionadas à igualdade de gênero, empoderamento e direitos das mulheres representam uma gestão governamental eficiente e de qualidade. Destaca-se também as ações do governo português para combate à violência, exploração

sexual e tráfico de pessoas. Fator que se encara como fundamental para a integridade física da mulher.

Reconhece-se que o relatório da Elsevier, apesar de importante, ainda apresenta uma seleção excludente, uma vez que países do continente africano não são contemplados no relatório. Essa questão é pertinente porque a arbitrariedade dessa seleção ainda evidencia uma perspectiva de invisibilização proposital do avanço e produção científica do continente. A fim de romper com essa perspectiva, aponta-se para a comunidade acadêmica a base de dados *African Journals Online* (AJOL, 2018) como uma importante fonte de informação sobre a produção científica no continente. É lamentável que no século XXI ainda se invisibilize o desenvolvimento científico e tecnológico dessas populações.

Sugere-se, para pesquisas futuras, que sejam contempladas também as perspectivas interseccionais, uma vez que apesar de relevante o estudo sobre a desigualdade entre homens e mulheres, existem outras populações que precisam de visibilidade, tais como: outros gêneros não cis-normativos e não binários, raça, classe e etnia. Assim, espera-se que visibilizando a existência desses grupos nas produções científicas, será dada a voz necessária para avançar contra outros tipos de desigualdade social.

REFERÊNCIAS

AJOL. **African Journals Online**, 2018. Disponível em: <https://www.ajol.info/>. Acesso em: Acesso em: 15 ago. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos**, 2005c. Disponível em: <http://cnpq.br/editais>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **MinC adota ações para a promoção da igualdade de gênero**, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/tRv8NV>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**, 2005b. Disponível em: <https://goo.gl/gyHME4>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **Programa Mulher e Ciência**, 2005a. Disponível em: <https://goo.gl/EoqdDr>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **3º Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciências**, 2013. Disponível em: <https://goo.gl/K1ZNhG>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **Curso Gestão De Políticas Públicas Em Gênero E Raça (GPP-GeR)**, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/4bFoWy>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**, 2005b. Disponível em: <https://goo.gl/C1BsKv>. Acesso em: 23 maio 2018.

BRASIL. Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM). **Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE)**, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/czpJKk>. Acesso em: 23 maio 2018.

GENDER in the Global Research Landscape. ELSEVIER, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Tg8b1G>. Acesso em: 23 maio 2018.

OLINTO, G.; LETA, J. Gênero, geração e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. In: **ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA**, v. 4, p. A22, 2014.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Gênero e Mulheres**. Disponível em: <https://goo.gl/TngZgs>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OWSD - ORGANIZAÇÃO PARA MULHERES NA CIÊNCIA PARA O MUNDO EM DESENVOLVIMENTO. **Elsevier Foundation Awards for Early-Career Women Scientists in the Developing World**. Disponível em: <https://goo.gl/hvHdtT>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PLATÃO. **A república**. Organização Daniel Alves Machado. Brasília: Editora Kiron, 2012.

PORTUGAL, Comissão para cidadania e igualdade de gênero. **II Plano Nacional de Ação para implementação da RCSNU 1325 (2014-2018)**. Porto, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/z2i9h7>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PORTUGAL, Comissão para cidadania e igualdade de gênero. **III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017).** Porto, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/NQY41h>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PORTUGAL, Comissão para cidadania e igualdade de gênero**. IV Plano Nacional para Igualdade de Género, Cidadania e não-discriminação (2018-2021)**. Porto, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/AQMfhk>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PORTUGAL, Comissão para cidadania e igualdade de gênero. **III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (2014-2017)**, Porto, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/z8piv6>. Acesso em: 10 ago. 2018.

SILVA, Gilda Olinto do Valle. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **INFORMARE**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. l, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995.

SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

TEIXEIRA, Evilázio Francisco Borges. **A educação do homem segundo Platão**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Pensamentos sobre a Educação de Filhas**: reflexões acerca da conduta feminina nas mais importantes responsabilidades da vida. Ed. Create Space Independent Publishing Platform, 2016a.

_____. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016b.

UNESCO. **For Women in Science Programme**. 2018a. Disponível em: <https://goo.gl/xb2fua>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNESCO. **For Women in Science Programme.** 2018b. Disponível em: <https://goo.gl/e19KAf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção do conhecimento científico. In: VALEMTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). M**étodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005.

CAPÍTULO 10

LUGAR DE MULHER É NOS NEGÓCIOS: EMPREENDEDORISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA

Daniela Spudeit

"Nunca se falou tanto de empreendedorismo, e isso é bom. Nunca se falou tanto de empreendedorismo feminino, e isso é ótimo".
Villas Boas e Diehl (2012, p. 19)

1 ASPECTOS INICIAIS

Desde o início do século XXI, ouve-se muito falar sobre empreendedorismo devido ao crescimento econômico que o Brasil teve, colocando-o dentro do BRICS[36] – grupo de cooperação política formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que atua na esfera econômico-financeira. É um grupo composto por países que estão no mesmo estágio de desenvolvimento econômico e de mercado em franca expansão. No entanto, o papel do empreendedorismo vai muito além do desenvolvimento econômico, para Hisrich e Peter (2004, p. 33), "abarca mais do que apenas o

[36] Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos - inter-regionais/3672-brics>. Até 2011, era BRIC, e em 2011 a África do Sul foi inclusa passando a se chamar BRICS.

aumento de produção e renda *per capita*; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade".

Devido às expansões econômicas oriundas do processo de abertura de mercado, da implementação de tecnologias avançadas e da globalização, ocorreram mudanças nas oportunidades laborais no que tange ao fazer profissional, exigindo maior qualificação e especialização no Brasil.

A partir disso, para acompanhar o crescimento dos demais países, o governo brasileiro e demais instituições envolvidas da iniciativa privada, passaram a investir em programas e benefícios para fomentar o empreendedorismo, visto que o ato de empreender transforma e gera movimento na economia, no mundo do trabalho, na educação, na sociedade e, principalmente, no desenvolvimento de uma nação.

Drucker (1998) não vê os empreendedores causando mudanças, mas os vê explorando as oportunidades que as mudanças criam (na tecnologia, na preferência dos consumidores, nas normas sociais, etc.). Isso define empreendedor e empreendedorismo: o empreendedor busca a mudança a explora como uma oportunidade. Embora o empreendedorismo não seja novo como prática e nem como nomenclatura, é um conceito que vem sofrendo inovações. Dolabela (2010, p. 25) define que atualmente "o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade". Para Baggio e Baggio (2014, p. 26):

> O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento

> integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas.

No que tange às pesquisas, o empreendedorismo é uma temática abordada consistentemente na área da Administração, mas na Biblioteconomia e na Ciência da Informação ainda é um desafio, haja vista a corrente tradicional e a cultura técnica que demarca a profissão. Empreender negócios na área de informação, que se configura como objeto do fazer profissional do bibliotecário, é algo que já existe desde a década de 1980, pela iniciativa de alguns bibliotecários pioneiros, conforme indica Spudeit (2016). Porém, só a partir de 2009 é que se percebe um movimento maior de criação e destaque para iniciativas empreendedoras dentro da Biblioteconomia, segundo pesquisa de Madalena (2018).

É importante evidenciar que empreender se relaciona acima de tudo a um comportamento que faz um profissional se diferenciar dos demais, possibilitando que tenha uma visão estratégica e sistêmica, seja como funcionário de um órgão público ou privado, seja para gerenciar seu próprio negócio ou então pensando coletivamente sem visar lucro monetário, como é o caso dos empreendedores sociais que focam suas ações de forma sustentável em prol de uma comunidade.

Nessa pesquisa, focaremos no empreendedorismo voltado à criação e gestão de negócios próprios, ou seja, aquele profissional que visualiza uma oportunidade, busca criar e gerenciar seu próprio negócio. Assim, parte-se do princípio que quem faz isso, cria produtos e serviços estabelecendo novas oportunidades e relacionamentos com fornecedores e colaboradores, gerando mais trabalho e renda para outras pessoas.

Dentro dessa perspectiva, no Brasil as mulheres se destacam e foi com foco nelas que essa pesquisa foi desenvolvida para conhecer

mais as práticas e percepções acerca da criação e gestão de seus negócios.

Ao analisar os trabalhos publicados[37] sobre empreendedorismo na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, percebe-se a abordagem voltada para desenvolvimento de perfil, competências, formação, atuação, serviços na área de gestão da informação. Entretanto, não se encontraram pesquisas voltadas para o empreendedorismo feminino na Biblioteconomia ainda, embora haja necessidade urgente, visto a predominância de bibliotecárias empreendedoras brasileiras (DALPIAN; FRAGOSO; ROZADOS, 2007; CONTI; PINTO; DAVOK, 2009; ALVES; DAVOK, 2009; SANTOS, 2014; SPUDEIT; ROMEIRO, 2015; BEZERRA, 2015; FREVIER, 2015; SILVA, 2015; FONSECA; MOTA, 2016; LAURINDO et al., 2016; MADALENA; SPUDEIT, 2017; SPUDEIT et al., 2017, 2018).

[37] Trabalhos recuperados nos anais de eventos como Painel de Biblioteconomia de Santa Catarina, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e via artigos de periódicos indexados na BRAPCI em março de 2018. Não consta nesse levantamento os livros e capítulos de livros.

Quadro 1 - Relação de trabalhos sobre empreendedorismo na Biblioteconomia publicados no Brasil.

Autores	Objetivo
Dalpian, Fragoso e Rozados (2007)	Focam no empreendedorismo e no perfil empreendedor abordando estes aspectos sob a ótica do bibliotecário e a emergência do crescimento do empreendedorismo no campo da Biblioteconomia
Conti, Pinto e Davok (2009)	Apresentam o perfil do bibliotecário empreendedor, buscam caracterizar o bibliotecário empreendedor, discorrendo sobre a sua atuação em organizações e como profissional autônomo e empreendedor de seu próprio negócio
Alves e Davok (2009)	Analisam se as atividades profissionais do bibliotecário refletem empreendedorismo, tendo em vista as competências profissionais que deveriam ser desenvolvidas pelos cursos de Biblioteconomia, como expresso nas diretrizes curriculares
Santos (2014)	Analisa o potencial do ensino do empreendedorismo na formação do bibliotecário inovador
Spudeit e Romeiro (2015)	Analisaram a formação do bibliotecário empreendedor, de forma apresentar as características, perfil e competências que devem ser desenvolvidas para formar bibliotecários empreendedores, bem como, a capacitação para esse profissional
Bezerra (2015)	Discorre sobre as ações de empreendedorismo na Biblioteconomia, nos ambientes virtuais, exemplificando o caso da marca *T-shirts* MURAL
Fevrier (2015)	Busca conhecer quais as competências necessárias para que o bibliotecário

	possa desempenhar suas atividades de maneira intraempreendedora, tendo como base os bibliotecários do Sistema FIRJAN
Silva (2015)	Analisa a contribuição do empreendedorismo para a visibilidade do bibliotecário no Brasil
Fonseca e Mota (2016)	Discutem acerca da grade curricular do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Laurindo et al. (2016)	Apresentaram uma pesquisa sobre 36 empresas criadas por bibliotecários no Brasil com uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação
Spudeit et al. (2017)	Analisam a formação para o empreendedorismo com foco no ensino nos cursos de bacharelados e licenciatura em biblioteconomia, ciência da informação e gestão da informação no Brasil
Madalena e Spudeit (2017)	Apresentam reflexões sobre o comportamento ético do bibliotecário no que tange às atividades empreendedoras ligadas à gestão da informação
Spudeit et al. (2018) no prelo	Fazem uma revisão de literatura no âmbito nacional e internacional sobre empreendedorismo na Biblioteconomia e Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Essa investigação parte do princípio que dentro das áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação não há nenhuma pesquisa específica sobre empreendedorismo feminino no Brasil. Isso, por si só, justifica a necessidade de abordar essa temática dentro desse universo que corresponde a mais de 50% dos negócios empreendidos segundo pesquisa mundial da *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM (2017)[38].

> Mais de metade dos novos negócios abertos em 2016 foi fundada por mulheres. Elas são mais escolarizadas do que os homens empreendedores e atuam, principalmente, no setor de serviços. A taxa de empreendimentos iniciados no país, desde 2007, oscila entre 47% e 54% para homens e mulheres. Em 2016, a taxa foi de 48,5% para homens e 51,5 % para mulheres. Sinal de que o número de homens e mulheres interessados em empreender é proporcional há anos (CONTENT, 2017).

Dessa forma, neste capítulo focarei no empreendedorismo feminino dentro da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação com o objetivo de apontar as iniciativas existentes no Brasil e apresentar o perfil das bibliotecárias empreendedoras, faixa etária, formação, região que a empresa está localizada, motivação para empreender e os desafios encontrados por essas mulheres que estão desbravando caminhos, buscando e gerando novas oportunidades dentro da área.

[38] *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) inclui, atualmente, cerca de 60 países, e é considerado o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora no mundo. No Brasil, a pesquisa vem sendo conduzida, desde o ano 2000, pelo IBQP, em parceria com o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas, contando com o apoio do Sebrae e de outras entidades.

2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

Villas Boas e Diehl (2012, p. 19) explicam que “nunca se falou tanto de empreendedorismo, e isso é bom. Nunca se falou tanto de empreendedorismo feminino, e isso é ótimo”. Hoje, vemos mulheres protagonizando em diferentes campos, seja numa empresa, na política, no cotidiano.

O empreendedorismo está fortemente presente no universo feminino, pois se relaciona a um comportamento. Baggio e Baggio (2014, p. 27) explicam que a empreendedora

> [...] tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive; aceita assumir os riscos e a possibilidade de fracassar.

De acordo com relatório do GEM (2010), o Brasil é um país onde a presença feminina na criação e gestão de novos negócios é forte e constante. No entanto, ocupa o 82º lugar (entre 150 países) no que tange à igualdade de gêneros de acordo com Fórum Econômico Mundial de 2011, o que nos leva a muitas reflexões sobre a desvalorização que as mulheres estão sujeitas no mercado de trabalho e na sociedade face à sua capacidade empreendedora.

É possível perceber uma lacuna de pesquisas sobre o tema “empreendedorismo feminino”. Apesar da abundância de números favoráveis, a bibliografia relativa ao empreendedorismo feminino é escassa, e o mercado editorial carece de obras nacionais escritas por mulheres. Esse é um nítido reflexo do que se observa também na política, nos cargos de comando das empresas e no próprio tecido social do Brasil: um enorme desequilíbrio entre importância e reconhecimento (VILLAS BOAS; DIEHL, 2012).

Ao pesquisar no índice de assuntos da base SCIELO[39], encontraram-se apenas cinco artigos em língua portuguesa que se voltam às análises psicológicas ou sociológicas da mulher.

O trabalho "Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens" da Teixeira e Bonfim (2016), o trabalho "Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba" de Strobino e Teixeira (2014) e os três trabalhos de Jonathan (2005, 2007, 2011) que abordam "Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida", "Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder" e "Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes". Ou seja, são trabalhos recentes que focalizam aspectos sociais demarcados por conflitos relacionados a trabalho-família-medo-qualidade de vida-poder que as mulheres têm ou passam ao empreender em seus negócios no país.

Ao focar os termos para a área de Biblioteconomia e Ciência da Informação em bases de dados específicas, seja de artigos de periódicos, teses e dissertações ou mesmo de anais de eventos, não há registros de pesquisas que evidenciam empreendedorismo feminino. Portanto, sem perder de vista as dificuldades e sem minimizar o que ainda vamos conquistar, um dos objetivos deste capítulo é contribuir para a visibilidade do empreendedorismo feminino na área.

É instigante observar que cresceu muito o interesse das mulheres em empreenderem com seus próprios negócios nas duas últimas décadas. Interesse este promovido pela situação política e

[39] A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) é um banco de dados bibliográfico, biblioteca digital e modelo cooperativo de publicação digital de periódicos científicos brasileiros de acesso aberto criada em 1997. Disponível em: <www.scielo.org/>. Acesso em: maio 2018.

econômica do país que propiciou condições para que estas se tornassem agentes de desenvolvimento na economia local.

Content (2017) ao discorrer sobre o cenário do empreendedorismo feminino no Brasil apresenta uma pesquisa que retrata o perfil da mulher empreendedora:

> Tem atualmente 5693 milhões de mulheres empreendedoras no Brasil o que corresponde a 8% da população feminina. 79% tem formação com nível superior, 68% trabalham em casa, tem renda mensal de R$6536,00. Em comparação com homens, são mais escolarizadas (pelo menos iniciaram o ensino médio) e mais jovens (tem até 34 anos). Destas, 53,2% atua na região sudeste e 15,9% na região nordeste. Quanto à área atuam com prestação de serviços (55%), comércio (33%), indústria (12%).

O SEBRAE também realizou uma pesquisa em 2013, inclusive comparando dados de 2000 a 2010 para verificar o crescimento a partir da base de dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa mostra que entre 2000-2010 houve um crescimento de 44% (441 mil empreendedoras), 45% das empreendedoras atuam com prestação de serviços, 31% indústria e 27% com comércio. A partir desse cenário, houve a necessidade de criar programas para capacitação e iniciativas de premiação para valorizar ações e melhorar a qualidade da educação empresarial conforme será tratado a seguir.

3 O LUGAR DA MULHER É NOS NEGÓCIOS: PROGRAMAS PARA MULHERES EMPREENDEDORAS

Historicamente, o sexismo, que é uma forma discriminação baseada nos estereótipos de gênero, sempre prejudicou a atuação da mulher no mundo dos negócios e do trabalho. Porém, na última década, é perceptível ver o aumento da mulher no mercado de trabalho e também como protagonista na criação e gestão de empresas. Pensando nisso, muitas instituições estão investindo em oportunidades para empoderar as mulheres, promovendo cursos, programas, eventos, premiações, entre outras ações.

Há a iniciativa da Escola de Você e a ONG Aliança Empreendedora[40] que promovem cursos online para capacitação e incentivo às mulheres empreendedoras. A Rede Mulher Empreendedora[41] é a primeira plataforma de apoio ao empreendedorismo feminino do Brasil que busca empoderar as mulheres empreendedoras para garantir independência financeira. Promove eventos de *networking*, cursos, mentorias, parcerias com empresas que acreditam na causa do empreendedorismo feminino para levar oportunidades e facilidades para as mulheres.

O Programa 10 mil mulheres da Fundação Getúlio Vargas[42] foi lançado em 2008, e é uma ação global do banco de investimentos *Goldman Sachs* e da *Goldman Sachs Foundation* que proporciona educação em administração e gestão de negócios a mulheres empreendedoras, a fim de ajudar a melhorar a qualidade da educação empresarial nos países em desenvolvimento.

[40] Disponível em: <https://www.escoladevoce.com.br/escolabrilhante/home/quemsomos#quem-somos>. Acesso em: maio 2018.

[41] Disponível em: <http://redemulherempreendedora.com.br/>. Acesso em: maio 2018.

[42] Disponível em: <http://www.10000mulheres.com.br/home>. Acesso em: maio 2018.

Há também o programa Itaú Mulher Empreendedora[43], iniciativa do banco Itaú que busca apoiar mulheres donas de empresas por meio de capacitação, inspiração e conexão. Disponibiliza vídeos, artigos e ferramentas publicados diariamente no site, como foco em diversos temas como gestão, finanças, *marketing*, inovação e atualidades, além de histórias que inspiram e revelam motivações, desafios e melhores práticas de mulheres a frente dos seus negócios.

Todos os anos o SEBRAE promove o Prêmio Mulher de Negócios[44], que premia as vencedoras com um curso de capacitação na área. O SEBRAE avalia o relato dessas empreendedoras e os desafios enfrentados por elas para impulsionar os negócios.

Além disso, existem vários eventos que ocorrem focando no empreendedorismo feminino, como é o caso do *Impact Women*[45] organizado pela *Impact Hub* em vários estados brasileiros, e o Congresso Nacional de Empreendedorismo Feminino (CONAEFE)[46] que ocorre em cidades diferentes a cada ano buscando oferecer palestras online e gratuitas para mulheres empreendedoras.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para apontar e analisar as iniciativas existentes no Brasil sobre bibliotecárias empreendedoras, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva em relação aos objetivos. Os dados foram analisados de acordo com a abordagem qualitativa. Para coletar os dados, foi desenvolvido um questionário para ser aplicado às bibliotecárias que tivessem sua própria empresa (seja formal ou não).

O questionário foi composto por 10 questões, sendo três com perguntas, sobre o perfil dos participantes e sete com perguntas

[43] Disponível em: <https://imulherempreendedora.com.br/>.
[44] Disponível em: <http://www.mulherdenegocios.sebrae.com.br/>.
[45] Disponível em: <http://saopaulo.impacthub.com.br/agenda/>.
[46] Disponível em: <https://duohaus.com.br/congresso-conaefe/>.

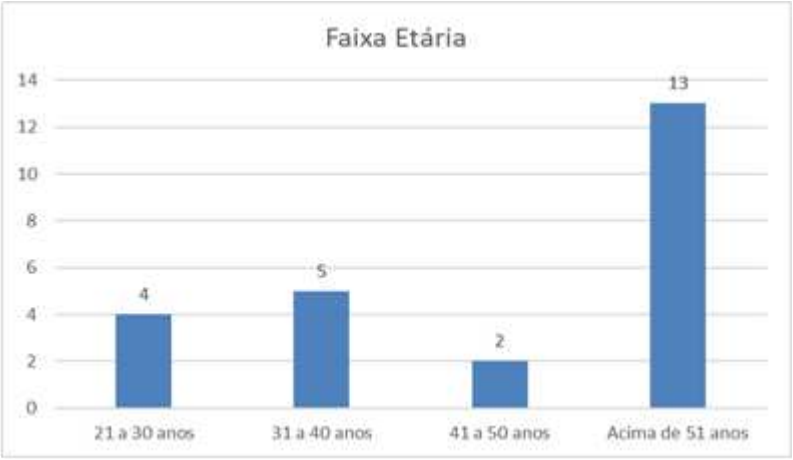
abertas, relacionadas à formação profissional e à experiência na atuação empreendedora.

Os profissionais foram mapeados por meio de contato com associações, sindicatos, conselhos de Biblioteconomia, além de contatos via grupo "Bibliotecários do Brasil" do *Facebook* que congrega cerca de 12 mil profissionais. Foram identificados 61 profissionais e, desses, 35 aceitaram responder a pesquisa. Destes, 24 respondentes são do sexo feminino que é o foco dessa pesquisa, cujos dados são apresentados a seguir.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação à faixa etária, no gráfico abaixo percebe-se que treze profissionais (54% das bibliotecárias) empreendedoras tem acima de 51 anos.

Gráfico 1 - Faixa etária das bibliotecárias empreendedoras.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

É interessante perceber isso na área de Biblioteconomia porque na pesquisa nacional feita pelo Ministério do Trabalho[47], nos últimos 14 anos, cerca de oito milhões de mulheres abriram seu negócio para alcançar a autonomia financeira equivalendo a crescimento de 34%, sendo que 40% delas são mulheres com menos de 34 anos. Isso mostra que na área de Biblioteconomia, os alunos recém-formados estão indo atuar como funcionários em empresas e órgãos públicos e somente aqueles que estão com mais tempo de atuação e experiência é que estão empreendendo seus negócios na área.

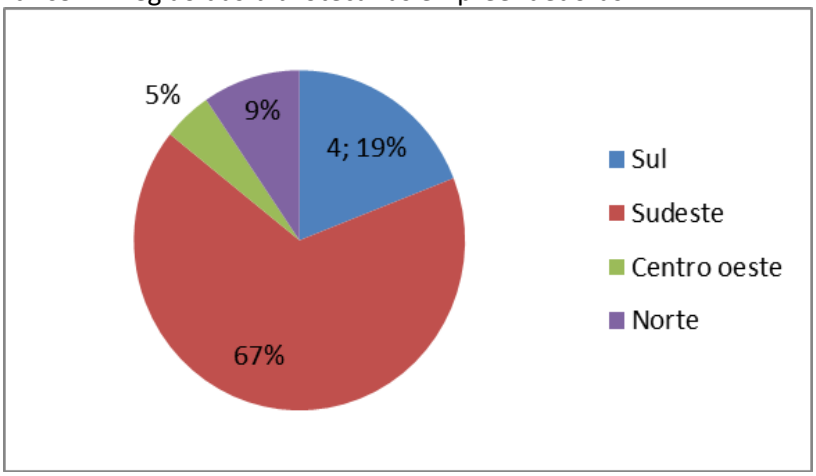
Conforme demonstrado na pesquisa de Spudeit et al. (2017), os cursos de Biblioteconomia ainda não preparam o estudante para atuar como empreendedor, gerindo seus próprios negócios. Muitos vão para o mercado de trabalho atuar como funcionários e depois, seja por necessidade ou oportunidade, é que optam por abrirem e gerenciarem suas empresas com foco em negócios na área de gestão da informação.

Para Leite e Oliveira (2007), existem dois tipos de empreendedorismo: o empreendedorismo por necessidade, no qual criam-se negócios por não haver outra alternativa e o empreendedorismo por oportunidade, que se relaciona à descoberta de uma oportunidade de negócio lucrativa.

Em relação à região (cidade/estado) que essas bibliotecárias abriram suas empresas, percebe-se que a maior parte (67%) está localizada na região sudeste, formada pelos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

[47] Disponível em <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/03/empreendedorismo-feminino-cresce-34-em-14-anos>. Acesso em: maio 2018.

Gráfico 2 - Região das bibliotecárias empreendedoras.

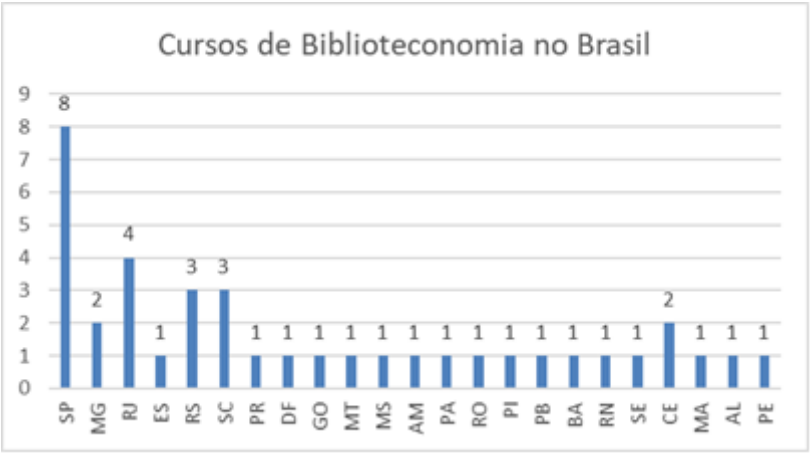


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Trata-se da região que acumula maior produto interno bruto (PIB), maior quantidade de empresas nacionais e multinacionais, e também maior quantidade de cursos de Biblioteconomia (a região sudeste concentra 15 cursos de Biblioteconomia no Brasil[48]), abrindo muitas possibilidades de atuação, inclusive em áreas diferenciadas.

[48] Conforme lista de cursos de Biblioteconomia presencial e à distância listados pela ABECIN em março de 2018 no site: <http://www.abecin.org.br/cursos/>.

Gráfico 3 - Cursos de Biblioteconomia.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quando as bibliotecárias foram questionadas sobre sua formação (outras titulações como especialização, mestrado, doutorado) e áreas de desenvolvimento, percebe-se que quatro não fizeram formação e quatro não falaram a área. As demais responderam que fizeram:

a) Mestrado em Ciência da Informação, Educação, Administração, Gerenciamento de projetos, Administração Estratégica, Gestão da Informação, Educação, Ciência e Tecnologia, Tecnologias da Inteligência;

b) Especialização nas áreas Análise de sistemas, Serviços de Informação Tecnológica, Arquivologia, Gestão do Conhecimento e Gerenciamento de Projetos, Cooperativismo, Letramento Informacional, Gestão Comercial e Marketing e Gestão e Produção de Eventos, Educação Especial e Artes Visuais,

Administração de Bibliotecas Universitárias, Gestão do Conhecimento, Comunicação e Marketing, Administração;

c) Doutorado na área de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.

Percebe-se as diferentes áreas de formação, entretanto, observa-se que a grande parte buscou se aperfeiçoar em gestão, tecnologia e comunicação, áreas necessárias para atuação mais interdisciplinar.

Ao questionar se as bibliotecárias participaram de alguma iniciativa voltada para empreendedorismo dentro da universidade quando ainda estudavam Biblioteconomia, percebe-se que a maioria (21 das 24 respondentes) não tiveram nenhum contato com projetos, eventos, disciplinas, etc. Apenas três pessoas afirmaram que participaram de alguma iniciativa. Uma respondeu que foi por meio da disciplina Empreendedorismo e Gestão de Projetos em Serviços de Informação[49] realizada no curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a outra participou da empresa júnior (Biblio Jr[50]) que existe no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a outra participou de monitoria, mas não informou em qual área.

É interessante observar esses dados, pois mesmo não tendo contato ou participação em qualquer projeto ou ação que as motivasse ou despertasse o interesse em empreender na área, a maioria buscou oportunidades para atuar como empreendedora. Acredita-se que se as universidades possibilitassem eventos, disciplinas ou ações focadas no empreendedorismo, os estudantes sairiam melhor preparados e motivados para criar e gerir seus

[49] Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/?id=969>. Acesso em: maio 2018.

[50] Foi criada com o nome Biblio Jr, mas depois passou a se chamar Info Jr. Disponível em: <https://www.facebook.com/infojuniorufsc/>. Acesso em: maio 2018.

próprios negócios, buscando campos diferenciados para atuação, além dos espaços tradicionais.

Para saber mais sobre a motivação e os passos que levaram as bibliotecárias a empreenderem, foi questionado quais cursos/eventos elas participaram para aprender sobre empreendedorismo, gestão de negócios, administração de empresas, entre outros, após a finalização da graduação.

Das 24 bibliotecárias que responderam à pesquisa, sete informaram que não fizeram nenhum curso específico dentro da área. As demais (17 pessoas) fizeram diferentes tipos de cursos e participaram de eventos como Lab do Social Good Brasil[51], Fórum de Inovação e Empreendedorismo na Biblioteconomia[52], Jornada Empreendedora, Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, REMINDSET empreendedor[53], Fórmula de Lançamento, Top Infoproduto, Negócio Online de Sucesso e Impulso Digital.

Além disso, algumas fizeram cursos de gestão e inovação em instituições reconhecidas e referência na área de gestão e inovação, como FGV, SEBRAE, USP, FAAP, PUC Paraná, SENAC. É importante salientar que uma das bibliotecárias citou que não fez cursos e nem participou de eventos, mas buscou conhecimento em leituras de livros e canais na internet sobre empreendedorismo.

No que tange à motivação, Robbins (2005, p. 132) define como "Processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de pessoas para o alcance de uma determinada meta". Dessa forma, Baggio e Baggio (2014, p. 33) explicam os fatores que motivam os empreendedores:

[51] Evento de empreendedorismo e inovação social. Disponível em: <https://socialgoodbrasil.org.br/>. Acesso em: maio 2018.

[52] Evento voltado exclusivamente para empreendedorismo na Biblioteconomia. Disponível em: <http://www.fieb.net.br>. Acesso em: maio 2018.

[53] Disponível em: <https://criandosucesso.com/remindset/>. Acesso em: maio 2018.

> - Fatores pessoais: desejo de realização pessoal, insatisfação no trabalho, desejo de ganhar dinheiro, desejo ardente de mudar de vida ou mesmo o fato de ser demitido de seu emprego;
>
> - Fatores ambientais: analisar e identificar oportunidades de negócios ou a possibilidade entrar um projeto;
>
> - Fatores sociológicos: possibilidade de ter um grupo de pessoas competentes com características semelhantes, influência de parentes ou modelos já desenvolvidos na família.

Dornelas (2012) cita os tipos de empreendedores que passam a empreender devido a uma necessidade, uma oportunidade ou mesmo movidos a inovar em algo. Quando questionado às bibliotecárias o que as motivou a empreender, a metade (50%) formada por 12 pessoas, respondeu que foi a partir de uma necessidade, seja financeira ou pessoal, causada por outro fator específico, conforme depoimentos abaixo:

> *O mercado de trabalho ruim e a possibilidade parceria com as amigas para tentar alguma coisa nova.*
>
> *A crise econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, militância no Sindicato dos Bibliotecários e influência da Vice-Presidente do Sindicato, Iracema Rodrigues de Moraes, que frequentou cursos de cooperativismo e fundou a Data Coop.*
>
> *Me reinventar após a minha aposentadoria como empregada e executiva de uma grande empresa.*

> *A segurança, o domínio de uma técnica, os resultados como funcionária, o mercado e a profissão.*
>
> *A necessidade financeira e o conhecimento específico em Metodologia do Trabalho.*
>
> *Não me sentia mais feliz no emprego que estava. Precisava mudar, fazer algo novo, ser dona do meu negócio.*
>
> *A vontade de ser meu próprio patrão.*
>
> *Não trabalhar para ninguém e sabemos que a área é bastante vasta, há muito a se fazer para conseguir sucesso profissional.*
>
> *Minhas características pessoais e o desejo que ser melhor remunerada, liberdade para trabalhar.*
>
> *Meu perfil pessoal, inquieto, não gosto de rotina e gosto de novidades. Gosto der produzir para obter resultados e gerar mudanças. Deixar um legado para os outros profissionais.*

Das 24 respondentes, nove pessoas alegaram que foram empreender a partir de oportunidades que perceberam em sua vida pessoal, profissional, voltada ao mercado de trabalho, de acordo com depoimentos a seguir:

> *Eu sempre ajudei as pessoas. Considero uma das minhas características mais fortes. Quando fui para a graduação, ajudei pessoas ao meu redor que não sabiam sobre normas ABNT, escrita de projetos de pesquisa, TCCs e afins. Depois, comecei ajudar também aqueles que iam*

participar de processos seletivos e reparei que existiam passos a serem seguidos que, muitas vezes, não eram realizados. Mas não é só isso, não é só ajudar a escrita do projeto e preparar para as etapas da prova e entrevista, existe o fator humano (autoestima, disciplina, incentivo) e foi daí que criei, juntamente com uma de minhas melhores amigas, a UmanuS. Para auxiliar pessoas pretas, pessoas pobres, população LGBTQi, aquelas com especificidades que dificultam a vida acadêmica (por exemplo, dislexia e ansiedade), ou seja, aquelas que se encontram com algum tipo de vulnerabilidade econômica e educacional. Atualmente, temos uma gama de parceiros que nos ajudam a fazer com que estas pessoas ingressem na pós-graduação, além de ajudarmos também aqueles que ainda estão na graduação.

Uma rede de contatos que necessitava dos meus serviços, o contato com empresas que precisavam de alguém que atendesse suas necessidades informacionais, e a possibilidade de ser dona do meu próprio negócio.

Oportunidades que apareceram de trabalhos autônomos na área de gestão da informação e documentação

Minha missão utópica de levar informação de qualidade para as pessoas. Dando oportunidades de igualdade.

Principalmente pelo meu mindset empreendedor, sempre fui um profissional "fora da curva",

encontrei no empreendedorismo um campo para acolher minhas inquietações profissionais.

A necessidade do mercado.

Demanda de trabalho informal

A oportunidade. Tão logo aposentei fui convidada para trabalhar como consultora e depois da terceira consultoria resolvi abrir a empresa.

Ter temperamento ousado, não ter medo de correr riscos e não viver na mesmice da profissão - nunca gostei de rotinas durante toda minha vida profissional - 5 anos antes de me aposentar fui me preparar para me dedicar a EaD após a aposentadoria - a ideia inicial era somente ensinar on-line - a empresa content mind veio como consequência - mas durante toda minha vida com funcionária pública fui empreendedora - a biblioteca onde fui diretora foi a primeira da UNESP a ter catálogo e empréstimo informatizado local pelo Microisis e EMP (em DOS), conseguimos conexão internet linha discada via EMBRATEL antes mesmo do Polo Computacional do campus ter conexão, fizemos o comut on-line número 1 quando IBICT implantou o sistema, entre outras iniciativas empreendedoras - em 2006 fui aprender SEER e nos últimos 4 anos de UNESP me dediquei a construir a biblioteca digital do campus de Rio Claro. Ao me aposentar deixei 12 periódicos do campus publicados no portal do campus, com editores e suas equipes capacitadas no sistema. Motivação pessoal? Gostar de tecnologias e de

> *ajudar pessoas a adquirirem conhecimento, sendo melhores como pessoas e como profissionais.*

Do total de respondentes, apenas duas pessoas responderam que se motivaram a empreender porque visualizam uma forma de inovar em sua profissão prestando serviços diferenciados de acordo com seu perfil específico:

> *Realizar serviços de informação diferenciado, orientado para negócio, gerando lucro para o negócio de uma empresa e não ser reconhecido como um profissional de informação de estocagem de dados.*
>
> *Possibilidade de inovação dentro da área.*

É interessante observar as motivações que levaram as bibliotecárias a empreenderem por meio da criação e gestão de seus próprios negócios, sejam por motivos pessoais ou profissionais. O interesse em buscar novas oportunidades fora dos ambientes tradicionais de atuação das bibliotecárias é visível em alguns depoimentos das profissionais, seja por necessidade financeira, desejo de fazer algo diferente, de querer ser melhor remunerada ou mesmo pelo perfil em querer ser a "própria patroa".

Outro motivo que chama a atenção nos depoimentos é o fato das bibliotecárias terem atuado muito tempo em espaços tradicionais e terem desenvolvido boas parcerias, *networking* e experiência na área que deram confiança e *know-how* para gerirem seus negócios.

Vale, Corrêa e Reis (2014) discorrem que as motivações para empreender poderiam não ser, exatamente, excludentes entre si, ou, mesmo, que apresentariam uma natureza mais complexa e multidimensional, extrapolando o tema necessidade e oportunidade. Nesse caso, segundo os autores, o empreendedorismo seria função de estímulo ambiental, oportunidade e necessidade. Nesse contexto, as

motivações para empreender poderiam, na verdade, ser múltiplas e, eventualmente, poderia ocorrer interação ou reforço entre elas.

Ao questionar sobre os desafios encontrados para empreender na área, percebe-se nos depoimentos que a falta de recursos financeiros para investir, o preconceito sobre o que o objeto de trabalho e o que bibliotecário pode fazer, a falta de conhecimento e a burocracia atrapalham bastante para quem deseja empreender no Brasil, principalmente na Biblioteconomia que tem o currículo técnico.

> *Ainda encontramos muitos desafios. Somos duas mulheres negras tentando empreender, isso resulta em muitos desafios, como por exemplo: a) financeiro (desde abrir CNPJ, criar e implementar site, logo da empresa, tudo isso requer investimento); b) dificuldades de encontrar tempo para nos dedicar a esse projeto, pois cada uma de nós tem projetos paralelos (mestrado, graduação, processos seletivos, etc); c) poder colocar no papel todos os passos para que maiores pessoas possam reproduzir o método que criamos (existem especificidades que é difícil fazer uma pessoa que não esteja engajada no projeto realizar), etc.*
>
> *Quebrar paradigma do mercado, pelo preconceito que há para a formação do bibliotecário, no setor produtivo; buscar conhecimento em áreas correlatas que somem a minha formação; investidores.*
>
> *Pouco capital para investimento.*
>
> *Todos e muitos, numa época que não tínhamos o conceito de consultoria e empreendedorismo e agora que temos muitas informações, todos os dias, o desafio continua o mesmo. Como enfrentar o mercado? O que precisa ser levado a*

este mercado em constante mudança? São muitas perguntas que somente a pratica, o dia a dia do enfrentamento te permite ter a resposta.

Registro da patente muito demorado e falta de conhecimento geral da área de informação por parte dos clientes.

Marketing, saber vender os serviços, tempo para atuar na minha empresa.

Aprender gestão participativa, administrar conflitos entre equipes, fazer capacitação de profissionais no modelo cooperativista.

Burocracia e limitação de recursos.

Empresas te querem como pessoa, com dedicação exclusiva, não como empresa (com dedicação limitada e atendimento distribuído entre outros membros da equipe).

O principal desafio para mim foi o marketing. Lançar um site e promover o negócio nas redes sociais ocupa muito tempo e dedicação.

Todos. Não havia conhecimento de como os bibliotecários poderiam atuar, como profissionais liberais. Iniciamos e abrimos mercado juntamente com outras empresas que atuavam na área. Estamos no mercado há 30 anos.

Negação de pessoas bem-sucedidas, em não acreditar que poderia ser um campo de atuação do bibliotecário e sim de máquinas apenas.

Ambiente regulatório e tributário para e pequena empresa, crises, riscos. Errei na escolha do sócio.

Encontrar público que valorize o seu trabalho. Muitos pedem desconto, mas não fazem ideia do quanto custa ou custou cada minuto do seu esforço de dedicação.
Dominar algumas ferramentas que desconhecia.
Financeiras, burocráticas, falta de conhecimento empresarial.

O primeiro foi ter know how para o que eu pretendia fazer.

Coragem para apresentar a proposta de trabalho.

A gestão da informação, do conhecimento e da inovação - áreas de atuação da InnovaGestão - não são prioritárias para as organizações. Assim sendo, são poucos os clientes.

O crescimento é lento, tem que perseverar, um mês é bom, o outro nem tanto, mas não desistir nas dificuldades.

Recursos financeiros - investimento pessoal de tempo e dinheiro para acompanhar evolução tecnológica - lidar com pessoas que jogam no time do "deixa disso" - selecionar e manter bons professores e bons cursos na content mind.

A gestão do negócio como um todo, excluindo a parte técnica. A financeira e a gestão de pessoas, a definição de um propósito, estratégias...o desafio é permanente, pois o cenário é muito dinâmico.

Ao analisar os resultados da coleta de dados, percebe-se que ainda há muitas ações a serem realizadas para motivar e propiciar melhores condições para as bibliotecárias brasileiras empreenderem. A formação, a cultura, as oportunidades e os preconceitos são obstáculos que podem e devem ser vencidos para mostrar a importante atuação dessas profissionais no mundo do trabalho como protagonistas de seus próprios negócios. Como uma das bibliotecárias disse, “o desafio é permanente e o cenário é dinâmico”, exigindo formação constante, o desenvolvimento de um olhar sistêmico e estratégico sobre as necessidades da sociedade e do mercado, uma visão interdisciplinar à aprendizagem contínua de competências empreendedoras.

6 BREVES CONSIDERAÇÕES

Refletir sobre o papel da mulher na sociedade e no mundo do trabalho é sempre um exercício que merece uma atenção maior devido ao contexto histórico que se desenvolveram as relações sociais e institucionais. Ao relacionar essa atuação feminina com as práticas empreendedoras crescentes se destacam elementos interessantes que impulsionam a aprofundar ainda mais essa pesquisa.

Talvez não se possa falar em empreendedorismo feminino porque a mulher é empreendedora por natureza. No entanto, esse movimento vem crescendo junto ao desenvolvimento geral da sociedade em que as mulheres cada vez mais protagonizam em diferentes frentes e ocupam espaços e funções antes restritos aos homens.

Focar no empreendedorismo feminino dentro da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação é um desafio ainda maior visto que, historicamente, as teorias e práticas sempre tiveram homens como referência (Otlet, Ranganathan, La Fontaine, Dewey, Shera, etc.). Além disso, no que se relaciona às iniciativas empreendedoras, o bibliotecário sempre teve seu fazer profissional

relacionado a uma função técnica em detrimento das habilidades gerenciais ou sociais.

Foi com o objetivo de apontar e analisar as iniciativas existentes no Brasil e apresentar o perfil das bibliotecárias empreendedoras, a motivação para empreender e os desafios encontrados, que essa pesquisa foi realizada e cujos objetivos foram plenamente atingidos.

No que tange à motivação, percebeu-se que os fatores pessoais, ambientais e sociológicos influenciam. Dessa forma, a motivação pode ser entendida como um processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços pessoais para o alcance de uma determinada meta e isso pode mudar de acordo com cada pessoa.

É interessante, sobretudo, analisar nos depoimentos transcritos de forma literal, as motivações e os desafios que as bibliotecárias encontraram, seja para criar ou mesmo gerir suas empresas. Muitas alegaram a burocracia, ausência de recursos financeiros ou mesmo conhecimento como causas das dificuldades encontradas. Entretanto, foram as próprias motivações pessoais ou profissionais que proporcionaram o desenvolvimento de competências para lidar com esses desafios e incentivaram a buscar alternativas para avançar com suas empresas e negócios na área de gestão da informação.

Como uma das bibliotecárias bem colocou, "*A gestão da informação, do conhecimento e da inovação não são prioritárias para as organizações*", pois muitas desconhecem a importância de ter um profissional da Biblioteconomia atuando nesse nicho, exigindo persistência e olhar estratégico muito maior dessas profissionais que precisam comprovar duplamente a necessidade e validade do seu trabalho como diferencial para a instituição.

Haja vista as expansões econômicas oriundas do processo de abertura de mercado, da implementação de tecnologias avançadas e da globalização que causaram mudanças nas oportunidades laborais e também maior qualificação profissional e especialização no Brasil, é importante que as bibliotecárias estejam preparadas para empreender e protagonizar iniciativas de criação e gestão de empresas e negócios

na área de gestão da informação, ocupando um nicho aberto pelo aumento dos fluxos, fontes e recursos informacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciano Antônio; DAVOK, Delsi Fries. Empreendedorismo na área de biblioteconomia: análise das atividades profissionais do bibliotecário formado na UDESC. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 14, n. 1, p. 313-330, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2BdHe4j>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. Disponível em <https://bit.ly/2MjT1C7>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BEZERRA, Fabiola Maria Pereira. Empreendedorismo na biblioteconomia em tempos de conexões digitais o caso da marca *t-shirts* mural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO-CBBD, 26., 2015, São Paulo (SP). **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1MiBz8r>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CONTENT, Abril Branded. O cenário do empreendedorismo feminino no Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, 26 dez 2017. Disponível em: <https://abr.ai/2BLNuwv>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CONTI, Daiana Lindaura; PINTO, Maria Carolina Carlos; DAVOK, Delsi Fries. O perfil do bibliotecário empreendedor. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 14, n. 1, p. 27-46, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2I3ImGg>. Acesso em: 5 jul. 2018.

DALPIAN, Juliana; FRAGOSO, Juliane Görgen; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. Perfil empreendedor do profissional da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 3, n. 1, p. 99-115,

2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HUun9P>. Acesso em: 01 jul. 2018.

DOLABELA, Fernando. A corda e o sonho. **Revista HSM Management**, v. 80, p. 128-132, 2010.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**: práticas e princípios. São Paulo: Pioneira, 1988.

FEVRIER, Priscila Rufino. Intraempreendedorismo na biblioteconomia: um estudo de caso com bibliotecário do sistema Firjan. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO-CBBD, 26., 2015, São Paulo (SP). **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1MiBz8r>. Acesso em: 1 jun. 2018.

FONSECA, Soraya Dias da; MOTA, Francisca Rosaline Leite. O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da Universidade Federal de Alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2jD6oxB>. Acesso em: 12 jul. 2018.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JONATHAN, Eva Gertrudes. Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. **Psicologia em Estudo**, v. 10, n. 3, p. 373-382, dez. 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2w7w9fl>. Acesso em: 01 jul. 2018.

JONATHAN, Eva G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, v. 23, n. 1, p.65-85, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2nuzYac>. Acesso em: 01 jul. 2018.

JONATHAN, Eva G.; Silva, Taissa M. R. da. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 77-84, Abr 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2B2gZgL>. Acesso em: 01 jul. 2018.

LAURINDO, Kariane Regina; SPUDEIT, Daniela; MADALENA, Críchyna da Silva; DUARTE, Thayná. Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 676-696, dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2rsdacM>. Acesso em: 15 jul. 2018.

LEITE, Andreia; OLIVEIRA, Filipe. Empreendedorismo e Novas Tendências. **Estudo EDIT VALUE Empresa Junior**, n. 5, p. 1-35, 17 Abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HZmrAl>. Acesso em: 15 jul. 2018.

MADALENA, Críchyna da Silva; SPUDEIT, Daniela. Preceitos Éticos no Comportamento do Bibliotecário Empreendedor. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 4, n. 3, p. 58-67, set./dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2rpo2c7>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MADALENA, Críchyna da Silva. **Competências empreendedoras para prestação de serviços de informação por bibliotecários no Brasil**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2050.

SANTOS. Gabriela Marinho dos. **O potencial do ensino do empreendedorismo na formação do bibliotecário inovador:** uma análise da experiência brasileira. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UFBA, Salvador, 2014.

SEBRAE. **Perfil das mulheres empreendedoras**. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2KJdw7O>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SPUDEIT, Daniela; ROMEIRO, Nathália Lima. Formação de bibliotecários empreendedores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO-CBBD, 26., 2015, São Paulo (SP). **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/1MiBz8r>. Acesso em: 5 jul. 2018.

SPUDEIT, Daniela (Org.). **Empreendedorismo na Biblioteconomia.** Rio de Janeiro: Biblioo, 2016.

SPUDEIT, Daniela; MADALENA, Críchyna da Silva; ROMEIRO, Nathália Lima. Formação para o empreendedorismo: foco no ensino nos cursos de bacharelados e licenciatura em biblioteconomia, ciência da informação e gestão da informação no Brasil. In: CONGRESSO DE GESTAO ESTRATÉGICA DA INFORMAÇÃO: Empreendedorismo e Inovação, 1., **Anais...** Florianópolis, 2017.

SPUDEIT, Daniela et al*.* **Empreendedorismo na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: uma revisão de literatura no âmbito nacional e internacional. Chapecó: UNOCHAPECÓ, 2018. (No prelo).

SILVA, Pollyanna E. **A contribuição do empreendedorismo para visibilidade do bibliotecário no Brasil**. 2015. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2FQWu46>. Acesso em: 02 jun. 2018.

STROBINO, Márcia Regina de Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo feminino e o conflito trabalho-família: estudo de multicasos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. **Revista de Administração***,* São Paulo, v. 49, n. 1, p. 59-76, mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MhBuL0>. Acesso em: 09 jul. 2018.

TEIXEIRA, Rivanda Meira; BOMFIM, Lea Cristina Silva. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 1, p. 44-64, abr. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2OZqtMN>. Acesso em: 09 jul. 2018.

VALE, Glaucia M. V.; CORREA, Victor S.; REIS, Renato F. Motivações para empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, v. 18, n. 3, p. 311-327, maio/jun., 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2HW3vpV>. Acesso em: 22 jun. 2018.

VILLAS BOAS, Andréa; DIEHL, Bruna Villas Boas. **Elas empreendedoras.** São Paulo: Autoras, 2012.

CAPÍTULO 11

MULHERES NEGRAS EMPREENDEDORAS: UM BREVE ESTUDO

Críchyna da Silva Madalena

Kariane Regina Laurindo

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o empreendedorismo é um dos temas acadêmicos que vem crescendo, em grande parte devido à importância da criação de empresas para o desenvolvimento das economias em todo o mundo, segundo Almeida e Zouain (2016). Assim, o empreendedorismo vem se tornando um dos principais assuntos discutidos no mundo, e isso se deve ao papel que exerce na economia global. Esses estudos sobre o empreendedorismo são relevantes não só porque ajudam os empreendedores a melhor atender suas realizações pessoais, mas também devido à contribuição econômica de novos empreendimentos.

Nessa perspectiva, os empreendedores exercem a função de atender às necessidades da sociedade, bem como, auxiliam o crescimento do mercado. Para Chiavenato (2007, p. 18), "os empreendedores não são simplesmente provedores de mercadorias ou de serviços, mas fontes de energia que assumem riscos em uma economia em constante transformação e crescimento". Isso significa que o empreendedor deve ter a capacidade de reinventar os meios para atender às crescentes necessidades da sociedade e proporcionar transformações econômicas e sociais, e até mesmo ambientais.

Dessa forma, considera-se que o empreendedorismo traz benefícios às sociedades, de modo a envolver processos e pessoas em

forma de conjunto com o intuito de transformar ideias em grandes negócios e/ou oportunidades.

Segundo Dornelas (2008), o empreendedor deve ter a capacidade de visão e percepção de mercado para conseguir identificar as oportunidades que nele estão inseridas. O autor ainda aponta algumas características de um empreendedor de sucesso como: saber tomar decisões; saber explorar ao máximo as oportunidades, ser dedicados, determinados e independentes, e saber calcular e minimizar riscos.

Contudo, é necessário destacar que o fenômeno do empreendedorismo ocorreu por conta da dificuldade econômica e financeira de países, causado por: falência de empresas, aumento da terceirização e baixa no emprego formal, fatores esses que a partir da década de 1990 favoreceram a abertura de empresas como alternativas para manutenção da renda das famílias, recolocação profissional e atendimento de novas demandas de mercado (DORNELAS, 2008).

Criado em 1999, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) surgiu com o propósito de pesquisar e divulgar o empreendedorismo nos países desenvolvidos como: Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França e Japão; e somente a partir de 2000, países como Brasil, Argentina, Bélgica, Espanha e Suécia começaram a fazer parte das pesquisas. Atualmente, o GEM abrange a maior pesquisa anual sobre atividade empreendedora no mundo, que explora o papel do empreendedorismo no desenvolvimento social e econômico (GEM, 2016).

Em se tratando do cenário brasileiro, segundo pesquisa do GEM (2016), o Brasil ocupa a oitava posição (19,6%) no ranking de 31 países com o desenvolvimento econômico impulsionado pela eficiência. Tal percentagem representa 26 milhões de brasileiros envolvidos com uma atividade empreendedora. Ao analisar as pesquisas do GEM de anos anteriores, percebe-se a representatividade da mulher no percentual de empreendedores no país. No Brasil, as Taxas de

Empreendedorismo Inicial (TEA) são de 19,9% para mulheres e 19,2% para homens, o que pode ser considerado uma distribuição bastante equilibrada. No entanto, as Taxas de Empreendedorismo Estabelecido (TEE), segundo o gênero, alcançaram 19,6% entre os homens e 14,3% entre as mulheres. Assim, a diferença que era de apenas 0,7 ponto percentual (pp) em relação aos empreendimentos iniciais (TEA), sobe para 5,3 pp nos empreendimentos estabelecidos (TEE).

Dentro de um contexto em que as mulheres têm um significativo crescimento do trabalho feminino no Brasil, segundo a pesquisa do GEM (2016), as mulheres vêm aumentando sua atuação no empreendedorismo e conquistando mais terreno no espaço público. Entretanto, cabe aqui questionar qual o panorama da mulher negra nesse contexto.

De acordo com pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PIRES, 2015, s. p.), "o número de afrodescendentes à frente de uma empresa cresceu 27%". A pesquisa com amostras nos anos entre 2002 e 2012 destaca que os negros são maioria entre os empreendedores brasileiros. Nesse panorama, busca-se compreender a visualização da mulher negra como empreendedora, que de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, "a participação das mulheres no mercado de trabalho passou de 41,7% (2001) para 42,2% (2011); o número de mulheres à frente de um negócio passou de 28,7%, em 2001, para 30,8% em 2011".

Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica por buscar maior entendimento sobre este importante e ainda pouco conhecido universo das empreendedoras negras brasileiras. Com o intuito de verificar a importância da mulher no empreendedorismo foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa com pesquisas e levantamentos bibliográficos em livros e bases de dados. Assim, o artigo tem o objetivo de verificar na literatura a inserção da mulher negra no mercado de trabalho como empreendedora, atualmente.

Neste estudo, a mulher empreendedora negra será considerada aquela que "iniciou seu negócio seja por oportunidade ou necessidade", tal como o conceito do GEM (2016). A fim de alcançar seus propósitos, este capítulo se inicia com algumas considerações teóricas sobre mulheres empreendedoras, bem como, o mercado de trabalho para as mulheres negras. Em seguida, explicitam-se os procedimentos metodológicos e, finalmente, são apresentados os dados e a respectiva análise.

2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

O fenômeno do empreendedorismo se fundamenta em um processo de criação de algo diferenciado e com agregação de valor, no qual há uma dedicação de tempo e esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e resultando em recompensas econômicas e satisfação pessoal dos indivíduos ou organizações idealizadoras (HISRICH; PETERS; SHEPHER, 2014).

A origem do empreendedorismo, segundo Romeiro e Spudeit (2016), iniciaram a partir de diferentes contextos sociopolíticos e culturais, decorrentes de fatores ligados ao desenvolvimento tecnológico e da consolidação do capitalismo mundial. Para Filion (1999), o empreendedor é uma pessoa criativa, indicada com a capacidade de estabelecer e atingir objetivos, através da identificação de oportunidades de negócios. Segundo Chiavenato (2007), o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, além de ser capaz de identificar oportunidades de mercado e ter a capacidade de transformar ideias em um fato econômico em seu benefício.

Existem algumas características comuns aos empreendedores. Segundo Dornelas (2008), são elas: visionários, sabem tomar decisões; exploram ao máximo as oportunidades; são dedicados e organizados. A verdade é que ninguém nasce empreendedor, o convívio social com a família, a vivência com os amigos da universidade, do trabalho e o

relacionamento com a sociedade, favorece o desenvolvimento de algumas características.

Assim como existem diversas características e tipos de empreendedores, os motivos de empreender são particulares de cada indivíduo. Segundo a pesquisa do GEM (2016), existem os que se motivam a empreender pela necessidade e os que se motivam a empreender pelas oportunidades. Os empreendedores por necessidade são as pessoas que se envolvem com o empreendedorismo por não ter outra opção de trabalho, enquanto os empreendedores por oportunidade identificam uma oportunidade de negócio que pretendem perseguir. Ou seja, o empreendedorismo por necessidade surge por falta de alternativas de trabalho e se cria o negócio a fim de gerar emprego e renda para si e sua família. Já o empreendedorismo de oportunidade é quando o empreendedor sabe aonde quer chegar e tem visão de negócio, mesmo possuindo alternativas de emprego e renda.

No Brasil, conforme Dornelas (2008), o movimento do empreendedor começou a se consolidar na década de 1990 e, nessa mesma época, surgiram as entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para Exportação de Software (SOFTEX), com a finalidade de expandir o empreendedorismo e impulsionar o crescimento da economia no país.

Ainda se tratando de Brasil, o desenvolvimento do empreendedorismo, de acordo com pesquisa realizada pelo GEM (2016), pressupõe-se que a motivação dos empreendedores iniciais tem a maior taxa para oportunidade (57%), enquanto 42% para necessidade e para razão oportunidade/necessidade de 1%.

Em relação ao gênero feminino, a pesquisa do GEM (2016) apontou uma maior equiparação entre os gêneros: a taxa de empreendedorismo inicial é de 19,9% para mulheres e 19,2% para homens. Já a Índia e a Alemanha merecem destaque pela maior disparidade entre gêneros, enquanto 7,6% da amostra de mulheres

indianas pesquisadas são responsáveis pela gestão de novos negócios, 13,5% dos homens pesquisados atuam em atividades empreendedoras iniciais, uma porcentagem que representa quase o dobro da taxa feminina. Na Alemanha a TEA da população masculina (6%) também é quase o dobro da feminina (3,1%). Assim, pode-se dizer que, a mulher brasileira, segundo a pesquisa do GEM (2016), é uma das mais empreendedoras do mundo.

Contudo, segundo Carrijo e Ferreira (2017), no período de 2002 a 2006, os homens eram responsáveis pelo maior percentual de abertura de novos empreendimentos no Brasil. Porém, em 2007, houve o resultado inverso na mudança nesse cenário. Nesse ano, a tendência histórica de que os homens eram a maioria dos empreendedores brasileiros deixou de existir, passando as mulheres a representarem maior percentual do que os homens. Esse resultado se repetiu nas pesquisas dos anos 2009, 2013 e 2014.

De acordo com o GEM (2016), as faixas etárias das empreendedoras variam entre 15% para a faixa etária entre 55 e 64 anos, a 22,9% na faixa etária dos 25 aos 34 anos. Esse resultado mostra que todas as faixas etárias apresentam índices significativos de empreendedorismo. Em relação à escolaridade, ao se analisar os dados, verifica-se que 22,9% dos indivíduos tem curso de mestrado completo e doutorado incompleto ou completo e é a porcentagem que tem maior índice de indivíduos engajados em novos empreendimentos; 13,1% da população brasileira acima de 25 anos tem curso superior completo; 19,5% dos indivíduos possuem ensino fundamental completo e ensino médio incompleto. As pessoas com ensino médio completo e superior incompleto possuem taxa de 20,5% e aqueles indivíduos com curso superior completo e especialização ou mestrado incompletos tem uma taxa de 14,4%. Esses dados não indicam que a maioria dos novos empreendimentos é constituída por mestres e doutores, pois a expressão dessa parcela da população em números absolutos e com taxa de 29,10% é de indivíduos com menor escolaridade.

O GEM (2016) determina três percentis de renda para comparar a intensidade empreendedora da distribuição de renda no país; as faixas se dividem em: (i) menor, (ii) central e (iii) maior, cada uma delas representando um terço da faixa de renda do país. Em se tratando da renda das mulheres empreendedoras, o Brasil apresenta o maior equilíbrio dentre os países selecionados para análise, apesar de haver maior taxa de empreendedores iniciais na faixa central de renda (21,6%), as outras também tiveram índices significativos. Ainda segundo a pesquisa, essa situação pode ser derivada da dificuldade de financiamento para atividades empreendedoras no Brasil. Como o financiamento dos empreendimentos no país é derivado predominantemente de familiares, é possível esperar que famílias no estrato de renda superior tenham melhores condições de prover o investimento necessário para a manutenção do negócio. Já empreendedores de menor renda enfrentam maior escassez de recursos, intensificando as dificuldades para fazer seu negócio prosperar e amadurecer.

Diante do exposto, percebe-se a emergente participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro, indicando um aumento no potencial econômico e uma significativa contribuição do empreendedorismo feminino para o desenvolvimento do país. Sobretudo, que independentemente do perfil ou motivação que leve as mulheres a empreenderem, elas quebraram o pensamento estereotipado e hegemônico que tende a definir o sucesso de um empreendedor.

3 MERCADO DE TRABALHO

O Mercado de Trabalho (MT), segundo Chiavenato (2009), é constituído pelas ofertas de oportunidades de trabalho oferecidas pelas várias organizações existentes. Isso significa que toda organização que oferece oportunidades de trabalho se compõe como parte integrante de um MT. Assim, segundo Chiavenato (2004, p. 102),

“o mercado de trabalho é dinâmico e sofre contínuas mudanças”. Portanto, o mercado sofre transformações constantemente devido à evolução e inovação da sociedade.

De acordo com Silva, Oliveira e Oliveira (2015), são vários os fatores que influenciam as mudanças no mercado de trabalho como a globalização, as tecnologias e até a participação das mulheres. Vistas nesse contexto, os autores argumentam que as exigências do mercado mudam e afetam os perfis dos profissionais que pretendem adentrar no mundo trabalhista.

O mercado de trabalho se divide em formal e informal. Para Chahad (1988) e Mattoso (1999), o mercado de trabalho formal pressupõe a existência de empregadores que utilizam, em larga escala, mão-de-obra assalariada e que atende às relações contratuais de trabalho, na maioria das vezes, determinadas pelas forças de mercado e regulada por legislação específica. O mercado de trabalho informal é definido por alguns autores como sendo aquele que, na maioria das vezes, não cumpre as leis ou regras, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas, contemplando desde vendedores ambulantes, biscateiros, empregadas domésticas sem carteira assinada, até os trabalhadores por conta própria ou autônomos sem registro (CHAHAD, 1988).

A desregulamentação do mercado de trabalho e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego aumentaram a insegurança dos trabalhadores e tornaram precárias as relações de trabalho (MATTOSO, 1999). Nessa lógica, o empreendedorismo surge como uma alternativa, uma mudança cultural e comportamental, uma vez que o empreendedorismo promove por meio da identificação de oportunidades, uma visão de futuro, iniciativa, criatividade e inovação em novos negócios que auxiliam em seu desenvolvimento profissional e no crescimento econômico da sociedade.

Tendo a mais recente crise financeira e econômica que atingiu o Brasil, muitos trabalhadores buscaram uma alternativa para driblar o

desemprego. Segundo Dornelas (2005), o empreendedorismo se torna um fenômeno para resposta às crises sofridas no sistema capitalista e na era globalizada (século XX), que provocaram dificuldade financeira nos países, tais como: falência, quadros funcionais enxutos, aumento da terceirização, poucos empregos formais. Ou seja, fatores que favoreceram possibilidades para a manutenção da renda das famílias, recolocação profissional e atendimento de novas demandas de mercado.

De acordo com Mossato (2004, p. 02), os empreendedores brasileiros em sua maioria são

> pessoas que nunca estiveram ligadas ao ensino formal da administração e viram na abertura de uma empresa a única saída para sobreviver ao desemprego ou à falta de perspectivas em relação a uma carreira promissora dentro de grandes organizações.

Nesse sentido, o potencial econômico do empreendedorismo feminino brasileiro é significativo, pois há uma visibilidade em ambos os setores da economia como o setor formal com o empreendedorismo, quanto no informal com negócios não registrados todos possuídos por mulheres.

3.1 MERCADO DE TRABALHO PARA MULHER

Como já citado, pesquisas apontam que o mercado de trabalho nos últimos anos, o alto crescimento da população feminina no cenário do empreendedorismo brasileiro, cada vez mais vem conquistando seu espaço. Eva G. Jonathan (2011, p. 67) discorre sobre em sua pesquisa que,

> A crescente participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro indica o grande

> potencial econômico e a significativa contribuição do empreendedorismo feminino para o desenvolvimento do país. Neste sentido, cumpre observar que, de acordo com a última pesquisa publicada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 2009, pela primeira vez o contingente de mulheres empreendedoras brasileiras (53%) superou numericamente o de empreendedores homens (47%), tanto no empreendedorismo por oportunidade quanto no empreendedorismo por necessidade. Ademais, levando em conta o gênero feminino, o Brasil se sagrou como o terceiro país mais empreendedor do mundo, sendo só superado pela Guatemala, onde a presença feminina foi de 54%, e pelo Tonga, onde as mulheres representaram 61% dos empreendedores (GEM, 2009).

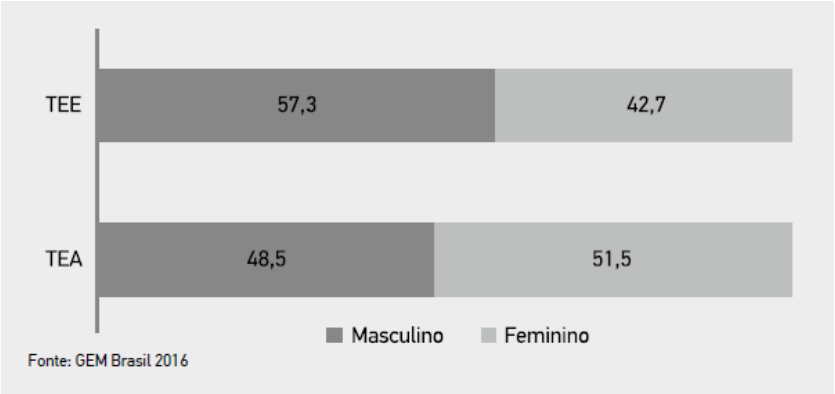
A mulher empreendedora é empreendedora por dois motivos: a oportunidade que é vista como um acontecimento capaz de melhorar o estado atual em que a mulher se encontra; trata-se de uma situação nova que traga benefício consistindo em uma situação favorável para iniciar um negócio; ou por necessidade, quando a mulher ou sua família, por determinadas privações, enxergam a oportunidade de melhorar sua vida e a de seus entes empreendendo.

Na concepção de Machado et al. (2003), as mulheres criam novas empresas por diferentes causas tendo como motivação: o desejo de realização pessoal e independência, oportunidade de mercado, dificuldade em ascender profissionalmente em outras empresas e por necessidade. Desse modo, a participação das mulheres no empreendedorismo brasileiro vem cada vez mais contribuindo para toda a sociedade. Entretanto, demanda uma melhor compreensão das questões enfrentadas pelas empreendedoras.

Segundo a pesquisa do GEM (2016), as mulheres tiveram o maior percentual de abertura de novos empreendimentos no Brasil,

passando as mulheres a representar 51,5% dos novos empreendedores, contra 48,5% dos homens, conforme exposto na Figura 1.

Figura 1 - Distribuição percentual dos empreendedores iniciais (TEA) e estabelecidos (TEE) segundo gênero no Brasil em 2016.



Fonte: SEBRAE (2016, p. 47).

De acordo com o GEM (2016) essa inversão das participações masculina e feminina em empreendimentos iniciais e estabelecidos em 2016, se deu por vários fatores. Os motivos dessa inversão podem ser associados às dificuldades relatadas por empreendedoras como maiores entraves para conseguir financiamento, preconceito no ambiente de negócios e dificuldades em conciliar as demandas organizacionais e familiares. A pesquisa ainda aponta outras questões enfrentadas pelas empreendedoras de que cada vez mais as mulheres estão assumindo o papel de provedoras de seus lares. Dessa forma, elas se vêm obrigadas a encontrar uma solução para sustentarem suas casas, encontrando no empreendedorismo uma alternativa. Outro motivo, encontra-se na reestrutura familiar da sociedade brasileira. Como as famílias têm optado por uma redução do número de filhos e

os casamentos serem mais tardios, possibilita a maior inserção da mulher no mercado de trabalho.

Dado esses aspectos, é importante ressaltar que a mulher brasileira está cada vez mais consolidando sua entrada no mercado de trabalho como empreendedora e, hoje, elas representam a maioria dos novos empreendedores do país, reafirmando assim, seu importante espaço na economia nacional. Embora ainda encontrem algumas barreiras, como o preconceito de gênero, as mulheres têm provado a cada dia que são capazes de exercer várias funções, sendo elas nos âmbitos social, cultural, político e econômico.

3.2 MERCADO DE TRABALHO E AS MULHERES NEGRAS

As mulheres estão progressivamente se ocupando no mercado de trabalho, e também no que tange ao empreendedorismo, tanto na abertura de novos negócios e criação de novos produtos e serviços ou sendo a provedora da manutenção da casa. No entanto, a participação feminina mostra desvantagens de gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho formal como mencionada nas pesquisas do GEM (2016).

Na visão de Arman (2015), especificamente o caso das mulheres negras se torna ainda mais complexo em termos de desafios para se inserirem no mercado formal, visto que elas se defrontam com uma realidade que lhes é duplamente desfavorável, por enfrentar discriminações de gênero e de raça.

Maitê Freitas, mulher negra, autora de redação da revista 'RAÇA', publicou um artigo na mesma revista em 2016 sobre o empreendedorismo da mulher negra no Brasil. De acordo com Freitas (2016, grifo nosso),

> Embora o crescimento apresente um novo aspecto na produção e participação do negro na economia brasileira, pesquisas indicam que **mulheres** continuam tendo salários menores

> do que os homens, e quando o recorte se soma ao parâmetro racial, as diferenças se tornam ainda maiores. “As mulheres têm avançado na conquista de seu espaço no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos, têm conquistado mais postos de destaque e cargos de liderança, tanto em empresas como nos governos. Entretanto, ainda temos desafios. Apesar de sermos a maioria entre as pessoas em idade ativa – 52,3% – ainda somos minoria entre as pessoas ocupadas – 42,4% (PNAD 2012). [...] Além do fator de gênero, o fator racial aumenta os índices da desigualdade entre homens e **mulheres negras**. “O racismo é um importante indicador de análise da dinâmica das relações no mundo do trabalho, considerando que a situação de desigualdade das mulheres negras se manifesta de formas variadas: ocupação dos postos mais baixos da escala salarial, com maior precarização; remuneração desigual em ocupações de igual categoria; discriminação na admissão, promoção e qualificação. Somado a isso, são obrigadas a conciliar o emprego com as responsabilidades familiares, enfrentando assim uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

Mesmo que as empreendedoras negras vêm constituindo um espaço que favorece seu crescimento pessoal, ainda se observam velhos problemas como a questão de gênero e o racismo enfrentado pelas mulheres negras. Os desafios que estas enfrentam às induzem a desenvolver as mais diversas competências para poderem lidar com esses desafios.

A pesquisa de Arman (2015) sobre o empreendedorismo entre as mulheres negras de São Paulo, demonstra que 40% das empreendedoras atuam no ramo de beleza, 20% no ramo de

vestuário, 15% alimentação, 15% outras atividades, 5% artesanato e 0% em literatura. Sendo que 50% tem seu negócio com mais de 5 anos e entre os motivos que as levaram a empreender, 60% dessas mulheres já tinham um conhecimento da área e por isso resolveram empreender, 55% tinham desejo de ser dona do próprio negócio, 30% tinham dificuldade de inserção no mercado formal, por isso optaram em se tornarem empreendedoras, 20% por insatisfação profissional, 10% possuíam um capital inicial, 5% por motivo de divórcio e nenhuma apontou o desejo de conciliar funções trabalhistas e maternidade.

Nota-se, por meio dos resultados da pesquisa de Arman (2015) e de tudo exposto até o momento que, mesmo com as dificuldades, a inserção no mercado trabalho ainda é um fator central para a construção da identidade, e, sobretudo, uma forma de suprir as necessidades básicas. Para as mulheres negras isso é ainda mais expressivo, por considerar uma condição de autonomia econômica e satisfação de suas próprias decisões.

Para essas mulheres, o acesso ao mercado de trabalho por meio de empreendedorismo é uma forma de engajamento em uma realidade promissora, que as livra de um passado de pobreza e privações, e amplia seus conhecimentos sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho (IPEA, 2011).

Assim, a busca da auto realização, independência com seu próprio negócio, e novas oportunidades, são os fatores que motivam as mulheres negras a iniciar e permanecer com seu empreendimento.

4 METODOLOGIA

Este estudo explorou as pesquisas científicas publicadas sobre empreendedorismo, mulheres no mercado de trabalho, mulheres negras no mercado de trabalho e no empreendedorismo, com o propósito de apontar soluções para o problema que direciona esta pesquisa. Nesse contexto, esta pesquisa é de abordagem qualitativa e

bibliográfica. Segundo Minayo e Sanches (1993, p. 244), a abordagem qualitativa:

> [...] realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se volve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

A pesquisa possui abordagem qualitativa por ter uma percepção das mulheres negras no empreendedorismo brasileiro e por permitir o estudo de áreas interdisciplinares para a graduação e estudos de pós-graduação. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois segundo Neves, Jankoski e Schnaider (2013, p. 02):

> É o levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos. Como resultado obtém-se uma lista com as referências e resumos dos documentos que foram localizados nas bases de dados.

Para a realização desse levantamento bibliográfico, a revisão de literatura teve seu foco nas bases de dados das áreas da Ciência da informação, Biblioteconomia e Administração e nos sites como: SciELO, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Google* Acadêmico. Os termos de busca foram definidos em português, inglês e espanhol, num recorte de tempo compreendido no período de 1990 a 2018, e utilizando como palavras-chave: Empreendedorismo, Mulheres no Mercado de Trabalho, Mulheres Negras no Mercado de Trabalho e no Empreendedorismo.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Fica claro que as mulheres negras vêm empreendendo nos diversos setores do mercado de trabalho. Como resultado dessa massa empreendedora, as mulheres negras se tornam expoentes ativas no desenvolvimento da economia brasileira, agindo como 'braço forte' na tentativa de acabar com a 'crise' que assola o país.

O alto número de mulheres negras empreendedoras se deve a inúmeros fatores, entre eles se destacam: provedoras do lar; a alta dificuldade de acesso ao mercado de trabalho; recebem menos que outros homens e mulheres brancas no mercado de trabalho; cargos abaixo de sua expectativa e/ou formação acadêmica; questões de gênero e fatores raciais.

Quanto ao primeiro fator, as mulheres são chefas dos lares, assumindo os cuidados da casa e de seus dependentes e, em alguns casos, assumem a responsabilidade por seus parentes, como mãe e pai idosos e sobrinhos. De acordo com Taiar (2017), autor na revista Valor Econômico,

> O número de lares brasileiros chefiados por mulheres saltou de 23% para 40% entre 1995 e 2015, segundo informações da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, [...]. A sondagem, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é realizada com base nos números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Em 34% das famílias chefiadas por mulheres, há também a presença de um cônjuge. Ainda assim, a equipe do Ipea afirma em nota que "é elevado o patamar de famílias em que as mulheres não têm cônjuges", o que aumenta "o risco de vulnerabilidade social, já que a renda média das mulheres, especialmente a das mulheres negras, continua

> bastante inferior não só à dos homens, como à das mulheres brancas".

Com a responsabilidade de provedora única do lar, é recorrente que além do trabalho convencional (atuação como estar empregada de acordo com as regras das Consolidações das Leis de Trabalho - CLT), as mulheres negras recorrem a outras formas de aumentar seus rendimentos empreendo tanto da maneira formal quanto informal, para conseguir manter o rendimento do seu lar.

A alta dificuldade de acesso ao mercado de trabalho também é um fator para a introdução das mulheres negras no setor de empreendedorismo. É uma realidade para muitas o difícil acesso ao mercado de trabalho, em parte, por causa da economia e, em outra, devido às especificações e exigências que o mercado de trabalho necessita, não incomum encontrar recém graduados em busca de trabalho e sem encontrar, acabam migrando para outra área que não a sua de formação. Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres têm menos chances de acessar ao mercado de trabalho que os homens,

> [...] a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho – de 48,5% em 2018 – ainda é 26,5 pontos percentuais menor que a taxa dos homens. Além disso, a taxa de desemprego global das mulheres em 2018 – de 6% – é aproximadamente 0,8 pontos percentuais maior do que a taxa dos homens. No total, isso significa que, para cada dez homens empregados, apenas seis mulheres estão empregadas (OIT, 2018).

A grande dificuldade de acessar o mercado de trabalho, torna o ato de empreender como uma solução breve para o problema de não estar empregada. Historicamente, é comum ir para a atuação

profissional mais segura como a CLT. Entretanto, a insegurança torna o ato de empreender como uma única saída.

Outro fator determinante para a atuação empreendedora da mulher negra é o fato de receberem menos que outros homens e mulheres brancas, no mercado de trabalho, como já citado por Taiar (2017). É muito recorrente os casos em que os homens e mulheres brancas receberem mais que as mulheres negras. Tatiana Farah, colunista do Site de notícias *BuzzFeedNews*, aponta a pesquisa "Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995-2015" do IPEA onde apresenta que a mulher negra recebe 60% menos que os homens brancos. De acordo com Farah (2017, p. 01), "a mulher branca ganha menos que o homem branco. O salário delas, contudo, ultrapassa o dos homens e mulheres negros".

Como a alta desigualdade salarial, o empreendedorismo é um recurso para essas mulheres que buscam ascender em suas carreiras sem ter que lidar de forma direta com a disparidade de distribuição salarial. Tratando a desigualdade como um dos fatores para o empreendedorismo da mulher negra como: cargos abaixo de sua expectativa e/ou formação acadêmica; questões de gênero e fatores raciais, se tornam impulsionadores para tornar-se uma mulher empreendedora,

> Apesar de as mulheres terem sido incorporadas às novas atividades produtivas, as relações de poder entre mulheres e homens e entre mulheres brancas e mulheres negras nestes espaços não têm se alterado significativamente ao longo dos anos. [...] Outro fator que aponta as desigualdades se dá no território brasileiro: "52% dos novos empreendedores - aqueles com menos de três anos e meio de atividade - são mulheres. A força empreendedora feminina é a maioria em quatro das cinco regiões brasileiras. Apenas no Nordeste elas ainda não ultrapassaram os

> homens, mas estão quase lá, com aproximadamente 49% de participação entre os novos empresários. As mulheres também são mais escolarizadas e investem mais em qualificação, buscam acesso às informações, não permitem amadorismo [...] (FREITAS, 2016, s.p.).

Sendo destinadas a funções abaixo de sua formação onde constantemente são designadas a funções que não atendem suas expectativas e/ou merecimento, o ato de empreender é visto como único meio de atingir o reconhecimento devido, mesmo que se tornando sua própria patroa. Outra medida que as leva ao empreendedorismo relacionado às questões de gênero que as encaminha para as funções vistas como "trabalho de e para mulheres", impedindo-as de atuarem em outras funções que não as comumente vistas, também se torna um impulsionador para empreender.

Além disso, os fatores raciais fecham o círculo de possíveis motivos para a mulher negra empreender. Mesmo décadas depois do fim da escravidão, as mulheres negras ainda sofrem muita discriminação por causa da cor da sua pele; são constantes os abusos sofridos no âmbito de trabalho que, em muitas vezes, destinam as mulheres negras a uma extensão das 'negras escravizadas'. Pode-se afirmar que, devido ao alto número de mulheres negras com qualificação acima do ensino médio, isso as tornou mais capazes de reconhecer o seu potencial, fazendo com que essas mulheres consigam visualizar uma melhor aplicação do seu potencial, fugindo assim das expectativas convencionais destinadas à sua cor de pele.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do breve conteúdo abordado nesse estudo, pode-se afirmar que o objetivo foi cumprido e, por essa razão, sem a pretensão de esgotar o tema em questão, livra-se da elaboração de conclusões

sobre o estudado, reservando-se, então, a somente fazer algumas considerações finais sobre o mesmo.

A partir das leituras da bibliografia e análise dos dados, pode-se afirmar que, as mulheres e, especificamente, as mulheres negras, ainda enfrentam desafios no mercado de trabalho, muitas vezes, tendo de encarar jornada dupla e conciliando tarefas domésticas com a carreira profissional.

O trabalho feminino fora de casa é uma conquista relativamente recente, o que demonstra que não foi simples para as mulheres conseguirem adentrar nesse universo para ganhar seu próprio dinheiro, obter independência e ainda ter sua competência reconhecida.

O crescimento da mulher negra no empreendedorismo tem produzido mudanças não somente no âmbito trabalhista, mas na maneira com que as famílias se organizam e no modo com que esse público é visto e interpretado na sociedade, uma vez que essas mulheres enfrentam algumas barreiras sociais e problemas culturais que afetam o desenvolvimento do seu papel como profissional.

Os dados apresentados nesta pesquisa confirmam a ascensão da mulher negra no empreendedorismo e mostra que essas mulheres encontraram no empreendedorismo um caminho para sobrevivência. Essa alternativa feita pelas mulheres negras como forma de se inserir no mercado de trabalho vem ao encontro de uma busca de auto realização e de independência/estabilidade financeira.

Em simples palavras, o empreendedorismo para as mulheres negras retrata luta, conquistas e realizações de mulheres que não se intimidaram diante das dificuldades impostas por uma sociedade e buscaram no empreendedorismo a saída digna para sua sobrevivência e realização pessoal.

Como apresentado no subtítulo, este é um breve estudo. Porém, ao se realizar esta pesquisa, pôde-se constatar o quão amplo é essa temática ainda pouco explorada. Além disso, o estudo sobre

mulheres negras e o seu desenvolvimento são áreas muito ricas como visto na análise de dados.

Para aprofundar ainda mais essa pesquisa, seria necessário localizar mais trabalhos que tenham esse mesmo seguimento para coletar dados desses indivíduos, seja por meio de entrevistas ou questionários, para obter informações mais detalhadas sobre as dificuldades, percepções e outras informações diferenciadas sobre a mulher negra no empreendedorismo, para servir de referência a futuras pesquisas e até mesmo para incentivar futuras mulheres negras empreendedoras.

REFERÊNCIAS

ARMAN, Ana Paula. Empreendedorismo entre mulheres negras na cidade de São Paulo. **Revista de Administração do Unisal**. São Paulo, v. 5, n. 8, nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2OvThvn>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BULGACOV, Yára Lúcia M.; CUNHA, Sieglinde Kindl da; CAMARGO, Denise de; MEZA, Maria Lucia; BULGACOV, Sergio. Jovem Empreendedor no Brasil: a busca do espaço ou fuga da exclusão. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 695-720, mai./jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2P1Tho4>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CHAHAD, José Paulo Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides. **Manual de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1988. p. 381-405.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** e o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na prática:** mitos e verdades do empreendedor de sucesso. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FARAH, Tatiana. Mulher negra ganha 60% menos que homem branco no Brasil. ***Buzzfeednews***, 2017. Disponível em: <https://bzfd.it/2vDpTMO>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 05-28, abr./jun. 1999.

FREITAS, Maitê. Empreendedorismo da Mulher Negra**:** Saiba mais sobre o panorama das mulheres negras como empreendedoras. **Raça**, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2OYZ65L>. Acesso em: 27 abr. 2018.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2BXdDeA>. Acesso em: 27 abr. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2dD1CKK>. Acesso em: 29 abr. 2018.

JONATHAN, Eva G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 65-85, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2M8pzQq>. Acesso: em: 27 abr. 2018.

MACHADO, Hilka Vier; ST-CYR, Louise; MIONE, Anne; ALVES, Marcia Cristina Moita. O Processo de criação de empresas por mulheres. **RAE-eletrônica**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2nu1c0H>. Acesso em: 29 abr. 2018.

MAERKER, Stefi. **Mulheres de sucesso:** os segredos das mulheres que fizeram história. São Paulo: Infinito, 2000.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil Desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Ramos, 1999.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. **Quantitativo-Qualitativo**: Oposição ou Complementaridade? Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2MDBrGp>. Acesso em: 27 abr. 2018.

NEVES, Lilia Maria Bitar; JANKOSKI, Douglas Alex; SCHNAIDER, Marcelo José (Orgs.). **Tutorial de Pesquisa Bibliográfica.** Paraná: Universidade Federal do Paraná Sistema de Bibliotecas; Biblioteca de ciência da saúde. Sede, 2013. 48 slides, color. Disponível em: <https://bit.ly/1xe97j4>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Mulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo, diz OIT**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2G679JM>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PIRES, Alessandra. Negros já são maioria entre empreendedores: Em um prazo de dez anos, o número de afrodescendentes à frente de uma empresa cresceu 27%. **SEBRAE**, 06 abr. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2oIZP14>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ROMEIRO, Nathália Lima; SPUDEIT, Daniela. A formação do bibliotecário empreendedor com foco na gestão de serviços de informação. In: SPUDEIT, Daniela. **Empreendedorismo na biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Agência Biblioo. 2016. p. 94-112.

TAIAR, Estevão. Número de lares chefiados por mulheres sobe de 23% para 40% em 20 anos. **Valor Econômico**, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2Mpdsh0>. Acesso em: 29 abr. 2017.

MULHERES COMO
PESQUISADORAS
E CIENTISTAS

CAPÍTULO 12

SENTIDO ÉTICO DA ATUAÇÃO DOCENTE NA BIBLIOTECONOMIA: DA MIOPIA POLÍTICA AO MECANICISMO

Daniella Camara Pizarro

> *Se educar é aprender a viver, é aprender a pensar. E nessa vida, não se enganem, só vive plenamente, o ser que pensa. Os outros se movem, tão somente.*
>
> *Antonieta de Barros*[54]

1 INTRODUÇÃO

A educação do bibliotecário é capaz de despertar valores essenciais que o permitem atuar com consciência ética e política? O bibliotecário está apto para considerar em seu agir, um fazer que visa superar o individualismo presente na sociedade? É a partir desses questionamentos que, ultimamente, tenho me motivado para compreender o sentido ético que orienta a educação bibliotecária brasileira em nível de graduação. E, nessa direção, pretendo instigar nos leitores reflexões sobre algumas questões, um tanto invisibilizadas, na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

[54] Antonieta de Barros, nasceu em Florianópolis em 17 de julho de 1901. Por ser negra, filha de africanos escravizados, mulher e de família pobre, enfrentou, durante sua trajetória, muitos preconceitos. Era educadora, jornalista e foi a **primeira mulher deputada do estado de Santa Catarina e a primeira deputada estadual negra do Brasil.**

De antemão, expresso minha gratidão e contentamento às organizadoras desta obra. Ela consiste em um valioso espaço para tratar a formação e o agir desse sujeito cuja missão, segundo Ortega y Gasset, "deverá ser, não como até hoje, a mera administração da coisa chamada livro, mas o ajustamento, a mise au point da função vital que é o livro" (ORTEGA y GASSET, 2006, p. 46).

Tal afirmação, embora proferida na ocasião do Congresso de Biblioteconomia da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em 1935, ainda se faz inovadora e progressista. Nela, encontramos a ideia do papel social da biblioteca como um espaço de transformação e do bibliotecário como um profissional que tem na sua atividade-fim a promoção da apreensão e apropriação de conteúdos informacionais, do aprendizado e da autonomia; e como atividade-meio, a organização do suporte informacional.

Infelizmente, o que se constata, com frequência, é uma lógica inversa à "orteguiana", contida nas manifestações dos docentes de Biblioteconomia, e, por conseguinte, no egresso formado por esse coletivo no Brasil. Nesse sentido, o foco da atuação profissional recai, frequentemente, sobre a organização da informação e do conhecimento enquanto atividade-fim do bibliotecário.

As implicações desse direcionamento se relacionam à presença de um forte viés mecanicista e autocentrado na informação presentes no modo de agir e fazer do bibliotecário. Assim, este *modus operandi* se sobrepõe a uma postura reflexiva e proativa ante as reivindicações sociais e de sua própria categoria. Tal fato, evidencia um déficit na capacidade desse profissional pensar as consequências de suas práticas e o direcionamento de suas ações.

Ademais, partilho a ideia de que a graduação do bibliotecário oferece um montante maior de teorias e práticas técnicas, as quais superam o viés humanista, filosófico e social no seu processo de ensino e aprendizagem. Outra questão a ser considerada, diz respeito às instituições de ensino no Brasil serem construídas ou assumidas, majoritariamente, pelos próprios bibliotecários. Então, pressupõe-se

que a ênfase tecnicista é inerente à corporação profissional e consentida por ela, também.

Aliado a isso, reforça-se a prevalência de um contexto social, político e econômico mais utilitário e aplicado ao atendimento de demandas individualistas e mercantilistas em detrimento das coletivas. Nesse sentido, observa-se imperativos de uma racionalidade instrumental na sociedade de forma geral. O utilitarismo promovido pelo capitalismo econômico resulta em um campo de atuação profissional voltado quase que, exclusivamente, para a dimensão técnica. Então, ao pensar no discurso neoliberal vigente e na pressão mercadista que o ensino está sujeito, pergunto se a escola pode fomentar no sujeito competências para questionar o processo social?

Por escola, não me refiro apenas a um determinado espaço físico, no qual as atividades de ensino acontecem; e sim, para além dele: um ambiente comunicativo onde uma coletividade docente dialoga entre si, com o Estado, com os profissionais dela egressos e com seus alunos. Em decorrência dessa atuação docente, são produzidos diversos discursos que orientam e regulam a formação do bibliotecário.

Então, nessa direção, pretendo compartilhar com o leitor algumas reflexões sobre a intersubjetividade que se opera nesse conjunto de pessoas, bem como a construção dessa realidade social e o sentido ético do ensino de Biblioteconomia. Tais ponderações, que serão apresentadas neste capítulo, compuseram uma parte da revisão de literatura e dos resultados levantados em tese[55] por mim defendida. Nesse trabalho, tive a oportunidade de extrair as representações sociais dos docentes dos cursos presenciais de Biblioteconomia no estado de Santa Catarina, a partir de seus discursos.

[55] Trabalho intitulado “Entre o saber-fazer e o saber-agir: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina” e orientado pelo Prof. Dr. Francisco das Chagas de Souza e defendido em 10/10/2017 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Destaco, que tais análises foram fundamentadas a partir do olhar da Fenomenologia Social de Alfred Schutz e das teorias que se correlacionam com ela: o construtivismo social de Berger e Luckmann, o configuracionismo de Norbert Elias e o universo da psicologia social e representações sociais de Serge Moscovici.

Ademais, relembro que na trajetória pessoal ou coletiva, seja profissional ou não, a ética pode ser tomada como uma bússola que orienta o sentido das ações, fornece direções e valida comportamentos e atitudes. Na atualidade, convivemos com o pluralismo de comportamentos e de valores no agir de diferentes grupos, com motivações e expectativas distintas. Nesse sentido, o agir humano perpassa por algumas perspectivas éticas, como utilitarismo, alteridade, finitude, discurso e responsabilidade, entre outras.

As diversas correntes éticas apresentam teorizados os valores humanos e devem ser consideradas fontes de conhecimento pois ajudam a guiar o agir humano e profissional de vários coletivos, entre eles, os bibliotecários e docentes do curso de Biblioteconomia. Por isso, trazer à tona a questão ética para pensarmos a direção que o ensino e a formação do bibliotecário têm tomado se faz extremamente relevante para compreendermos a sua atual identidade profissional.

Portanto, para isso, adiante, traço uma caminhada sócio-histórica e aponto alguns fatos relevantes para o entendimento do mundo do trabalho e do ensino de Biblioteconomia no Brasil, de modo a consubstanciar as manifestações docentes que apresentarei na sequência. Por fim, tecerei algumas considerações e divido algumas inquietudes.

2 UM OLHAR SÓCIO-HISTÓRICO PARA O MUNDO DO TRABALHO E O ENSINO DE BIBIBLIOTECONOMIA NO BRASIL

Nessa seção, exponho um breve panorama da evolução do coletivo bibliotecário no Brasil. As primeiras bibliotecas brasileiras são

vinculadas às ordens religiosas no intuito de subsidiar o ensino no período colonial. Foi na Bahia, em 1582, que se constituiu a primeira biblioteca monástica; e na medida em que outras ordens religiosas surgiram, novas bibliotecas eram vistas. Posteriormente, no início do século XIX, inauguraram-se a Biblioteca Pública da Bahia e a Biblioteca Real no Rio de janeiro, depois conhecida como Biblioteca Nacional (FONSECA, 2007).

Desde o surgimento das bibliotecas no país até o início do século XX, não havia nenhum curso de formação de bibliotecários. Foi tardiamente, em 1911, que o primeiro curso foi criado na Biblioteca Nacional. Realidade essa, diferente da França e Estados Unidos, que em 1821 e 1887, respectivamente, fundam a *École Nationale des Chartes* em Paris e a Escola de Biblioteconomia na Universidade de Columbia idealizada por Melvil Dewey (CASTRO, 2000; SOUZA, 1997, 2009).

No período republicano, observou-se ainda, algumas bibliotecas que estavam desvinculadas de instituições religiosas. Essas unidades estavam associadas a outras organizações governamentais como a Real Academia Militar, o Laboratório Químico-Prático, a Academia Médico-Cirúrgica, o Arquivo Militar e a Academia Real dos Guardas-Marinhas (MORAES, 2006).

Já a primeira metade do século XX se caracteriza pelo surgimento das escolas de Biblioteconomia no Brasil. Como consequência desse processo educativo, destaca-se alguns acontecimentos importantes: a regulamentação da profissão, a criação de órgãos de classes como conselho federal, associações e sindicatos, a constituição de um código de ética profissional, a criação de eventos técnicos-científicos e o desenvolvimento científico da área trazendo um aumento das publicações periódicas (CASTRO, 2000; FONSECA, 2007).

A década de 1940, é marcada por um cenário de desenvolvimento de técnicas biblioteconômicas. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) oferece a abertura de

concursos especializados para novos postos de trabalho na área. Nessa mesma década, ainda se descortinam outros fatos: a Biblioteca Nacional é reformada, técnicos brasileiros são convidados a cursarem um aperfeiçoamento nas universidades americanas e criou-se um serviço nacional de catalogação cooperativa (SIC), oferecido pelo DASP (RUSSO, 2010).

Ademais, outros acontecimentos merecem destaque: o Instituto Nacional do Livro (INL) criado em 1937, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, transformado posteriormente em Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT) em 1954, a Lei nº 4.084 que regulariza o exercício profissional do Bibliotecário e a instituição do Conselho Federal e Regionais de Biblioteconomia vinculados ao Ministério do trabalho (CASTRO, 2000; FONSECA, 2007).

No que tange às últimas décadas do século XX, as práticas profissionais se concentraram na indústria da informação como reflexo da globalização econômica e política. Nesse período, sobressaem-se as atividades de documentação, os estudos da Ciência da Informação e a formação em nível pós-graduação, a qual primeiramente era em Documentação Científica, e posteriormente, transformou-se no Mestrado em Ciência da Informação, oferecido pelo no IBBD (SOUZA, 2009).

Nesse sentido, ainda sobre a necessidade do bibliotecário se pós-graduar, um ponto importante, o qual não devemos esquecer jamais, é o relatório publicado pelo CNPq, em 1968, com o título “A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento”. Tal documento, elaborado num contexto de ditadura militar brasileira, revela o descaso e a irrelevância com a profissão do bibliotecário:

> 4.8.4. - Reformular a legislação em vigor (lei n. 4.084, de 30 de Junho de 1962, decreto n. 56.725, de 16 de Agosto de 1965), **no sentido de abolir o privilégio exclusivista**, **dado aos formados pelos cursos de Biblioteconomia, de organizar e**

> **administrar serviços de documentação”** (CNPq, p. 19, grifo nosso).

Em face disso, os currículos dos cursos de Biblioteconomia foram considerados insuficientes para atender a demanda da organização da informação científica e técnica que o setor industrial brasileiro requeria. Assim, o mestrado em Ciência da Informação traria uma possível solução para o preenchimento dessa lacuna. Vale destacar, que o documento do CNPq foi concebido em um cenário da Ditadura Brasileira, em 1964, sob grande influência americana no intuito de ampliar o projeto industrial brasileiro (ORTIZ, 2014).

A compreensão desse contexto político e econômico é necessária quando se busca entender o direcionamento dado ao ensino de Biblioteconomia e, consequentemente, sua herança na atuação profissional. Dessa forma, cada vez mais, constatou-se a predominância de atividades voltadas para a mercantilização da informação e à vantagem competitiva no mundo do trabalho.

A aceitação dessa realidade pelos bibliotecários corrobora com o discurso da performance profissional mais concentrada na informação especializada e menos voltada às demandas sociais e educativas. Nesse sentido, fica evidente, uma postura política e ética desarticulada por parte do bibliotecário, bem como seu posicionamento prioritariamente tecnicista. A falta de espírito comunitário é observada na baixa participação nas assembleias das Associações de Classe.

Almeida Júnior (1997), certa vez, discorreu sobre a atitude passiva do bibliotecário em texto intitulado “Falta de usuário? ou O usuário realmente faz falta?”. Por fim, a autoimagem do bibliotecário se constitui baseada em premissas produtivistas econômicas, bem como sua visibilidade social está relacionada ao atendimento das expectativas mercantilistas pautadas na produção de bens e serviços (SOUZA, 2006).

Portanto, ao contemplar a trajetória sócio-histórica da profissão bibliotecária brasileira, duas evidências que não devem ser enfatizadas. A primeira delas retrata o caminho percorrido desde as primeiras bibliotecas no Brasil até o momento presente e o tímido exercício ético-político do coletivo bibliotecário, o qual tem dificuldade para transpor sua visão para além de sua atuação técnica. E a segunda, revela um déficit de consciência sobre as potencialidades políticas de agir eticamente orientado por valores menos individualistas e utilitários e mais voltados para a inclusão social.

Assim, finalizo essa seção com algumas perguntas que não querem calar: - Como o bibliotecário brasileiro tem recebido os conteúdos formativos na sua educação e como isso tem motivado o seu agir? Até que ponto, o profissional reage (inconscientemente) às mudanças e exigências do sistema econômico ao invés de agir responsavelmente (conscientemente) em relação a elas?

3 ENTRE PALAVRAS E AÇÕES: O QUE OS DOCENTES DE BIBLIOTECONOMIA MANIFESTAM?

No intuito de reforçar ao leitor os questionamentos levantados, exibo alguns discursos docentes que compõem as representações sociais do coletivo catarinense em relação à sua atuação e o sentido ético do ensino de Biblioteconomia. Considero muito precioso, a prática da escuta ativa, o "ver" e ouvir as falas, bem como ler suas linhas e entrelinhas. Dessa forma, é possível captar algumas sutilezas que se apresentam em meio às palavras.

Assim, foram ouvidos docentes que atuam ativamente nos cursos presenciais de universidades públicas de Santa Catarina. Em entrevista com esses docentes, algumas perguntas que foram realizadas na direção de iluminar algumas compreensões são: (i) como esses professores concebem a existência do bibliotecário e as demandas que o mesmo deve atender; (ii) o que esperam do bibliotecário formado por eles; e (iii) como realizam suas práticas para

que os estudantes ingressem no mundo do trabalho conforme as expectativas que esses eles (docentes) expressam.

De antemão, destaco que conforme o apreendido nos discursos, cada docente, no seu agir e fazer, fomenta, por meio de ações específicas, o que acredita e espera do futuro bibliotecário. Para efetivar essas ações, nas disciplinas que ministrada, pode abordar aspectos éticos e/ou políticos e/ou técnicos que considera relevante para o exercício profissional do Bibliotecário. Portanto, o mundo do trabalho é apresentado ao estudante, tal como é concebido pelo docente em questão.

Ao analisar os discursos, extraiu-se a representação social desse coletivo. De acordo com o apreendido, foram manifestadas duas concepções distintas sobre a existência do bibliotecário e suas demandas. Destaca-se que a diversidade de pensamentos é comum, segundo o olhar fenomenológico, já que a experiência que nós temos é sempre intencional, uma vez que relaciona a consciência de uma experiência de algo ou de alguém (SCHÜTZ, 2012; SOKOLOWSKI, 2012).

Ainda, vale explicitar que o coletivo docente em questão é composto por múltiplas e complexas relações, as quais são "costuradas" pelas intersubjetividades. Esses professores se relacionam com consciências semelhantes que têm experiências e intencionalidades semelhantes para os objetos do mundo da vida, mas também, o contrário acontece. E mediante essa dinâmica, constroem e constituem suas concepções, e para este caso, foram verificadas duas distintas percepções.

Então, as diferentes vivências e consciências em relação ao bibliotecário foram apreendidas em duas dimensões de sua atuação: técnica e tecnológica e sociocultural e educativa. Ambas contam com a organização da informação como o fazer que confere a identidade ao bibliotecário. Porém, afastam-se, na medida que na atuação técnica e tecnológica, essa organização é um fim em si mesma. E já na sociocultural e educativa, a organização é vista como um meio e a

centralidade da ação é focada no indivíduo que necessita da informação, e não na própria informação.

No que tange à dimensão técnica e tecnológica, ela se resume à organização da informação por meio do tratamento, recuperação e disseminação, em qualquer suporte e meio, seja no setor público ou privado. Dessa forma, segundo o expressado, o bibliotecário é um gestor da Informação.

Nas falas, verificou-se termos frequentes utilizados nas áreas de gestão, por exemplo: "prestador de serviços" e "desenvolvimento de produto e projetos". Para grande parte dos entrevistados, o bibliotecário existe para ser um profissional que trabalhe com novas abordagens e novas tecnologias. Ressalta-se que na análise dos dados discursivos, de forma alguma, negou-se as técnicas ou tecnologias, de modo que se compreende suas importâncias, pois são as mesmas que efetivam um determinado fazer de um grupo de indivíduos.

As técnicas e tecnologias são artefatos linguísticos oriundos de acervos de conhecimentos vivenciados e comunicados, ao longo dos tempos, e construídos mediante a relação entre várias subjetividades. Dessa forma, representam socialmente e dão identidade a esse grupo de indivíduos (BERGER; LUCKMANN, 2007).

No entanto, nas falas desses professores há um sentido reducionista conferido às técnicas ou tecnologias que, inclusive, muitas vezes, apresenta-se de forma sutil e nas entrelinhas. Observemos os trechos de discursos abaixo:

> *[o bibliotecário] existe pra organizar a informação, ele não existe pra ser guardião da informação. [...] é a pessoa responsável em **organizar os espaços** onde essas **informações vão** [...].*
>
> *[...] tem que valorizar o recurso que é o mais importante que **as organizações** manipulam, ele tem que dar valor pra isso [...] penso num*

> *bibliotecário atuando em **qualquer espaço**, **onde** tem **informação** ele tá.*

Em ambos discursos, a centralidade da ação é depositada na organização e no **espaço** onde as informações "vão". Nesses casos, a organização atende à premissa espacial, seja no próprio acervo, seja em nível macro no tocante ao espaço Institucional. Essa organização não tem como foco prioritário as pessoas para as quais a informação existe.

E se a fala fosse: "onde tem pessoas o bibliotecário está"? Com menos frequência, alguns docentes apresentaram um entendimento diferente em relação ao espaço. No próximo exemplo, o espaço é visto como um local de promoção do encontro social e, consequentemente, voltado para a mediação e apreensão da informação:

> *[o bibliotecário] é o facilitador que tem o **ambiente** da biblioteca como ponto de encontro pra é... organizar, pra fomentar as atividades culturais, educativas, incluindo a leitura.*
>
> *[...] um bibliotecário que seja leitor, que estimule leituras para quem está aprendendo a unir letras, que dê um contexto.*

Assim, o foco da organização vai ao encontro de atividades que fomentem a transformação social, ou seja, a organização da informação vista como um meio e não como um fim em si mesma. Nesse ponto, destaca-se a mediação da informação e seu repasse com criticidade voltado para o desenvolvimento pessoal e profissional da sociedade.

Então, após compreender como esse coletivo entende a existência do bibliotecário e suas respectivas demandas, foi possível relacionar em qual dimensão estão associadas as expectativas depositadas na atuação do futuro bibliotecário. E mais, pôde-se

verificar como realizam sua prática na Universidade para que isso se realize. Nesse sentido, Schütz (2012) explica que a esfera social e o cotidiano compõem o mundo da vida e nele, vão coexistir as relações vividas pelos indivíduos, bem como suas diferentes significações, sentidos e valores.

Por isso, de um lado, os anseios docentes em relação à atuação do bibliotecário apontam para uma postura crítica, ética e política que fomente a emancipação social. Mesmo a ocorrência dessas falas não sendo observada com tanta frequência, isso ficou nítido nas seguintes falas:

> *[...] talvez pequenos pseudocomunistas [...] um pouco crítico, um pouco político.*
>
> *[...] espero dos egressos de Biblioteconomia, que eles saiam dali com conhecimentos técnicos que tenham esses conhecimentos, essas habilidades tecnológicas, mas principalmente, essa consciência social e política da profissão [...].*
>
> *A gente sempre espera que esse egresso possa ser aquele profissional completo, [...] que possa atender tecnicamente eticamente... [...] Que ele possa ser atuante nessa sociedade que nós temos hoje. Então, não é só uma atuação é... técnica, mas é política e social. [...].*

Já por outra ótica, espera-se que esse profissional amplie sua racionalidade instrumental e atue nas organizações privadas cuja informação é um recurso relacionado à manutenção e vantagem organizacional, conforme evidenciado:

> *[...] eu acredito que eles poderiam trabalhar em muitas empresas voltadas ao sistema de informação, sistemas de gestão do conhecimento,*

> *de sistemas de gestão da própria informação [...] Eu acho que nós temos um mercado muito maior e que a gente ainda não se deu conta. [...]Se a gente não souber quais são as demandas, a gente não vai... vai continuar formando bibliotecários que vão sair daqui pra tentarem ser somente "concurseiros".*
>
> *[...] eu vejo que ele precisa estar habilitado também a atuar em outras frentes, até de forma autônoma, [...] Eu acho que ele pode prestar um serviço de informação uma consultoria, alguma coisa nesse sentido trabalhar de forma autônoma num leque muito amplo, [...] espero é que ele saia habilitado pra isso. Pra interagir nesse mercado, pra ter um conhecimento pelo menos um básico da... dos instrumentos de... tecnológicos, [...] que ele possa também atuar em outras [...] frentes.*
>
> *[...] espero que seja um profissional que utilize de todos os conhecimentos, habilidades e atitudes que aprendeu na Universidade, [...] tem que valorizar o recurso que é o mais importante que as organizações manipulam, [...].*

Como consequência disso, as ações que os docentes efetivam para que egresso seja formado segundo o que desejam, são alinhadas às concepções que fazem sentido a eles, as quais suas consciências percebem como significante. Na busca de desenvolver tais ações, os professores, sinalizam atividades de caráter mais reflexivo, ou então, chamam a atenção para uma formação no âmbito mais técnico e tecnológico onde visam os processos de gestão, métricas e ferramentas tecnológicas de modo a fortalecer a racionalidade instrumental do graduando.

Alguns professores destacaram um caráter mais reflexivo ao explorar estudos de casos, leituras, filmes e compartilhar vivências pessoais no intuito de integrar teoria e prática para que se possa ir além do contexto acadêmico. E ainda, inserir reflexões sobre o fazer bibliotecário no quesito humano e social, para além das dimensões técnicas e tecnológicas, a saber:

> *Ele tem que compreender, sei lá, filosoficamente, a estrutura do sistema, mas como é que isso... que essa atuação que é meramente técnica, aparentemente, que... que alcance social essa atividade tem? Então, na minha prática eu tenho tentado acrescentar cada vez mais a reflexão sobre o fazer bibliotecário.*

Em contrapartida, um montante maior de discursos revela práticas docentes relacionadas à construção de uma formação voltada para uma atuação mais técnica e tecnológica. Percebeu-se isso nos seguintes trechos:

> *[...] a gente já fazia pesquisas com eles pra saber, especificamente, o que que o mercado tava exigindo deles. [...] E ao mesmo tempo, trabalhando com tecnologia. [...] O uso de computadores, recursos, softwares livres. Outra coisa que é... eu uso nas minhas disciplinas também que é específica. Outra de métricas que é [...], eu ensinava eles dentro da biblioteca como fazer o desenvolvimento de coleções a partir da matemática.*

> *Os problemas que ele eventualmente vai vivenciar e como ele vai utilizar dos recursos que ele tem, das técnicas, ferramentas, tecnologias, pra resolver da melhor forma esses problemas. [...]*

Nesse sentido, não posso deixar de mencionar uma interessante constatação, mesmo que seja ela de rara ocorrência. A prática dos docentes, bem como suas concepções e expectativas, nem sempre está associada à área do conhecimento na qual se encontram as disciplinas que lecionam. Por exemplo, alguns docentes que trabalham com disciplinas mais técnicas, compartilham de uma visão mais sociocultural e educativa, apesar do conteúdo ser mais focado na instrumentalização de uma técnica:

> *[...] como eu dou disciplinas técnicas... É tentar colocar pra que aquilo serve, então sempre tentar fazer com que ele pense porque ele tá desenvolvendo e qual é o sentido daquela técnica. É...[...] eu acho que eu trago... tento trazer o socia... assim, é... interação, contexto social e político pra dentro da... da parte mais técnica. Que é um desafio também, quero deixar registrado. [...]os alunos [...] da graduação [...]exigem bastante a prática. Como é que eu vou fazer? Mas eles não querem muito pensar sobre ela, eles querem é aplicação. [...] Só que não é isso, a Universidade é o local de você pensar!*
>
> *[...] Eu sempre trabalho mostrando [...] que isso é só uma opção, Que existem outras. São... dou aula de classificação, que é tal da CDD e CDU, sabe? [...] eu não vou modificar o sistema, não é pra isso a disciplina. É uma disciplina mega tecnicista, é pra aprender a usar, mas como que eu posso abordar isso eticamente? Mostrando: - Olha essa classe aqui como tá, porque que tudo isso é religião católica e esse numerozinho é outras religiões? Qual que é a representatividade desse outro povo que não tá aqui? (Q5, E11).*

> *[...]O discurso ético acaba embarcado porque pra sustentar um discurso político precisa ter uma ética subliminar senão você não consegue nem defender os argumentos. Por exemplo, a dimensão social de uma biblioteca digital, tá?*

Mas o contrário, também apareceu e de forma recorrente. Os docentes que atuam em disciplinas mais técnicas, não extrapolam o mecanicismo dessa prática e nem abordam questões sociais, éticas e/ou políticas inerentes a ela:

> *"[...], eu acho que a minha disciplina é muito técnica então eu não... eu não abordo [questões éticas e políticas].*

> *"[...] eu não vejo a área [...] em que eu possa trabalhar mais profundamente essa área. E trabalho com código, com normas, É... E não vou só, simplesmente, botar e... botar ali que eu vou catalogar um livro de política ou de ética. [...]".*

> *"[...] mas pra mim isso é uma questão de gente, não é de profissional [...] Eu acho que não é só pro bibliotecário, não! [...] Alguma coisa que... que toque só na questão que atendesse o bibliotecário, eu não me recordo de falar nada que fosse só específico pra essa prática. Nem sei se há, não sei nem se eu acredito que haja alguma que seja só nossa!"*

Outra situação percebida é que pouco se citou a abordagem dos aspectos políticos nas disciplinas, e de forma ocasional, notou-se uma confusão feita em relação ao conceito de política associado ao sistema político brasileiro e não à atuação profissional. Rememorando Aristóteles (1973, 2003), política é uma doutrina moral e social onde se elegem princípios que garantam a busca do agir coletivo para a

efetivação do próprio coletivo. Nessa direção, poucos foram os discursos que versaram sobre uma postura política nas disciplinas, de modo que se associasse o desenvolvimento da categoria profissional à sua missão para com a sociedade. Do contrário, o que mais se observou foram falas como:

> *[...] Questões políticas, normalmente, muito pouco eu discuto, Trago algumas coisas pra aula que tão... mas assim, é... Eu acho que também, é... é complicado a gente usar o espaço de aula pra... pra discutir aspectos políticos em alguns momentos, assim. As vezes que eu experimentei fazer isso, criou um ambiente tumultuado, assim, porque são várias posições e tal, então, a gente acaba tomando muito tempo. [...].*
>
> *Em relação aos aspectos políticos, eu não entro em aspectos políticos dentro das minhas aulas, porque eu acho que a academia deve ser plural e abarcar todas as ideias. [...].*
>
> *[...] Eu não sei até que ponto se adequa, agora, ter conversar com os alunos dentro da disciplina abordando questões políticas como, por exemplo, o momento que o país tá vivendo, isso a gente faz em qualquer disciplina, inclusive na catalogação.*

Ademais, chama-se atenção que, conforme os discursos, que as atividades desenvolvidas, restringiram-se à sala de aula e não se mencionou articulação do ensino com a extensão e a pesquisa. Também, escassas foram as falas que contemplaram a diversidade étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual; questões estas que, infelizmente, estão longe de serem devidamente contempladas nas práticas docentes e projetos políticos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia.

Por fim, embora, tenha se extraído duas concepções diferentes do corpo docente, conclui-se que nas Universidades pesquisadas, o predomínio é utilitarista e mecanicista, onde se reforça uma formação voltada para a dimensão mais técnica e tecnológica da atuação do bibliotecário. Sendo assim, o sentido do ensino é voltado para uma formação autocentrada na organização da informação e na direção do desenvolvimento das técnicas e tecnologias que atendam às demandas mercantilistas e às exigências das lideranças financeiras. Portanto, apresento um discurso que foi recorrente e sintetiza bem essa ideia:

> *"Por exemplo, nós vamos ter uma disciplina de [...] como visualizar a informação [...] com softwares livres. O cara vai poder aplicar isso na empresa. Que já é o produto final, que já é como o usuário vai ver a informação mastigada, visual, às vezes, em forma de gráfico... em forma de gráfico, [...] O cara vai aprender a fazer [...] desenvolvimento de coleção por sistemas automatizados, por softwares livres. [...] A gente vai querer formar um bibliotecário que saia da universidade e que saiba buscar recursos, ferramentas, softwares, pra tomar decisão dentro da empresa. [...]".*

Alguns fatores podem justificar a predominância utilitarista. Lembra-se, que somos reflexo de uma trajetória sócio-histórica da profissão e do ensino de Biblioteconomia. Como consequência desse caminhar, evidencia-se a fragilidade política e ética que compõe a identidade profissional. Entretanto, somos herdeiros desse movimento pregresso, mas também somos, no agora, construtores dessa continuidade. Qual é o tipo de formação que bibliotecários e docentes querem para um futuro próspero?

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas linhas, de forma breve, tive a oportunidade de mostrar ao leitor um pequeno recorte de pesquisa que desenvolvi anteriormente. Espero que com isso, tenha atingido o objetivo que me trouxe até aqui: instigar reflexões sobre o sentido ético do ensino de Biblioteconomia.

A partir do abarcado na revisão de literatura e dos discursos analisados, verificou-se a dificuldade (ou inconsciência) de professores de Biblioteconomia em abraçar reflexões éticas e políticas que extrapolem o mecanicismo técnico presente na formação e atuação do bibliotecário. Ainda existem outras dificuldades, que por uma questão de tempo e espaço, não couberam aqui. Mas que igualmente merecem aprofundamento: a "proletarização" da profissão docente em face às agruras neoliberais, a falta de diálogo e de mobilização política desse coletivo na construção de seus projetos políticos pedagógicos de Biblioteconomia, desarticulação ético-política da categoria bibliotecária e a influência dos ditames do sistema econômico pós-industrial e neoliberal no agir e no fazer do bibliotecário

Portanto, um desafio se apresenta para os bibliotecários (e para os docentes!): o reconhecimento da configuração atual, presente no mundo da vida e em suas atitudes naturais; e desenvolvimento de um senso crítico sobre a apropriação e uso das técnicas e tecnologias. Ressalta-se que a atenção docente deve se voltar à transposição do utilitarismo nos modelos de ação do bibliotecário. Além de se atentarem também à maneira que se relacionam com as perspectivas teóricas e epistemológicas eleitas para a realização de suas práticas docentes.

Um processo educacional envolve, além de conteúdos técnicos que são ensinados, a formação política e ética, de modo que se incentive o futuro bibliotecário obter consciência sobre os benefícios ou malefícios que suas ações podem ter para seu grupo profissional e

a sociedade. Seria mais aceitável que a formação do bibliotecário fosse voltada para atender as expectativas da sua corporação profissional. E a partir dela, e como parte de suas diretrizes, trabalhar-se-ia os conteúdos inseridos nas matrizes curriculares.

Entretanto, isso não acontece, o que se observa é outro movimento em direção contrária à essa ideia. A intervenção economicista e produtivista que é imposta pelo mercado de trabalho tem influência central no processo educativo do bibliotecário. Assim, novos perfis, competências e ambiências de trabalho são prescritas por iniciativa dos formadores, nem sempre ouvindo suficientemente, a categoria profissional. Já por outro lado, isso tem sido aceito e interpretado por essa mesma categoria profissional sem maiores questionamentos e discussões.

Para que isto aconteça, é fundamental a formação de profissionais conscientes do contexto político e econômico que estão inseridos, e também, atentos à importância do cumprimento do seu papel social. Por isso, esses bibliotecários necessitam de um repertório, não apenas técnico, mas social e filosófico que consubstancie suas ações.

Nesse sentido, desde o início do atual século, Chagas (2004, *on line*) já previa este desafio educacional para a área de Ciência da Informação e seus campos conexos, como a Biblioteconomia: capacitação, não só em nível de formação técnico-científica, mas também, de egressos com

> competência política, que leve ao confronto, num primeiro estágio, e a um diálogo, num segundo momento, em torno de uma visão global da área, como um processo, portanto, sendo ela permanentemente reconfigurada.

O déficit de consciência ética na categoria profissional compromete o seu desenvolvimento, uma vez que não lhe confere um maior senso crítico e nem a oportunidade de posicionar politicamente

perante a transformação do mundo social. Assim, reforça-se o descumprimento da missão social do bibliotecário no que tange à promoção da autonomia dos indivíduos e a construção democrática da sociedade.

Exemplos desse não cumprimento saltam aos olhos quando assistimos, atualmente, a desvalorização da biblioteca pública e a diminuição do espaço público destinado à formação crítica do cidadão, em detrimento do tecnocentrismo presente na atuação profissional. E ainda, mais inconsistências são evidenciadas na quase ausência de bibliotecários nas ambiências prisionais, de saúde, comunitárias e nos movimentos populares, seja nas grandes cidades, seja nas localidades rurais.

E por fim, essa timidez ética e política é refletida em uma Biblioteconomia que não apresenta um exercício profissional responsável e atento à diversidade social e à igualdade de direitos nas relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual; já que pouco discute isso no ensino e nas suas associações profissionais. E como tenho o direito de duvidar, me despeço dos leitores da mesma forma que iniciei: questionando. A quem serve o Bibliotecário formado nas Universidades Brasileiras: às exigências produtivistas do mercado ou a um projeto democrático de sociedade?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. 129 p.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Vol. 4. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARISTÓTELES. ***Política***. São Paulo: Martin Claret, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS. **A pesquisa Industrial no Brasil como Fator de Desenvolvimento**: relatório. Rio de Janeiro: CNPq, 1968.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira**: perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

LOPARIC, Zeljko. Ética da finitude. In: OLIVEIRA, Manfredo A. de (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 65-77.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofoleti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões sobre a influência do capitalismo no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, p. 174-187, 1. Sem. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2Mj32zr>. Acesso em: 02 abr. 2018.

MATTOS, Maria Antonia Ribas Pinke Belfort de. **Ética profissional do bibliotecário**. [s.n.]: Campinas, 1977. 60 p.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. São Paulo: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: REIS, Daniel Aragão; RIDENTI, Marcelo; PATTO, Rodrigo; MOTTA, Sá. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **A Biblioteconomia no Brasil**: profissão e educação. Florianópolis: ACB, 1997.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

SOUZA, Francisco das Chagas de. A formação acadêmica de bibliotecários e cientistas da informação e sua visibilidade, identidade e reconhecimento social no Brasil. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 23-34, jan./jun. 2006.

SOUZA, Francisco das Chagas de. O modelo educacional e seu impacto sobre a dimensão pedagógica da Ciência da Informação. **Em questão**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 123-142, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2nvUIP3>. Acesso em: 25 fev. 2018.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro. **Revista espaço acadêmico**, v. 10, n. 113, p. 117-129, out. 2010.

SCHÜTZ, Alfred. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CAPÍTULO 13

POLITÍCA DE MEMÓRIA E O SILENCIAMENTO DAS POPULAÇÕES AFRICANAS E AFRO-BRASILEIRAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnéle Carneiro Garcez

Graziela dos Santos Lima

1 INTRODUÇÃO

Entre os grupos que constituíram o Brasil desde o seu descobrimento, encontramos as populações de origem africana. Estas populações foram trazidas ao nosso país contra sua vontade para servirem de mão-de-obra no período escravista que aqui ocorreu. Apesar da luta histórica das populações africanas e afrodescendentes por libertação, o discurso que se tornou oficial foi que em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea sancionando, então, a Abolição da escravatura. Com isso, os escravizados foram libertados e abandonados à própria sorte. Sem nenhum tipo de políticas públicas que assegurassem seus direitos e recompensassem os anos de sofrimento e desumanização passados por africanos e seus descendentes no período de mais de trezentos anos que durou a escravidão.

Embora, nos últimos tempos, a história oficial esteja sendo discutida, reconstituída e recontada por intermédio de estudos científicos e históricos desenvolvidos em diversos lugares por pesquisadores de várias áreas, tais como Cardoso (2005), Domingues

(2011), Fraga Filho (2006), Guimarães (2003), Hall (2003), Heywood (2009), Irobi (2012), Kossoy e Carneiro, (1998, 2002), Lara (2002), Leite (1996), Lopes (2004), Lucindo (2010), Mattos e Rios (2004), Mortari (2000), Paula (2009), Priore (2000), Rascke (2010), Rodrigues (2008), Salles (2007), Silva (2016), as populações de origem africana ainda sofrem com políticas universalistas que invisibilizam e põem à margem esses grupos populacionais a fim de "apagar" sua contribuição, bem como de negar e/ou deslegitimar aspectos de sua memória, cultura, história, religiosidade e sociabilidades.

Neste sentido, como objetivo geral, este capítulo visa discutir como foi criada uma política de memória (HUYSSEN; 2000) no Brasil a fim de invisibilizar as populações de origem africana e afro-brasileira, bem como, seus aspectos históricos, sociais, econômicos, educacionais, religiosos e de luta. Como objetivos específicos, buscamos: a) Discutir sobre as políticas de memória criadas para invisibilizar as populações de origem africana e afro-brasileira no Brasil; b) Analisar as pesquisas que envolvem essas populações dentro da Ciência da Informação na contemporaneidade; c) Verificar quais dos artigos encontrados são sobre a memória das populações africanas e afro-brasileiras na área.

Na Ciência da Informação, alguns pesquisadores estudam a memória. Conforme Oliveira e Rodrigues (2011, p. 313) afirmam,

> [...] a função social da memória na construção e transmissão do conhecimento, parece extemporânea. O mesmo poderia ser dito de arquivos, bibliotecas e museus, as chamadas instituições de memória, socialmente legitimadas e compreendidas como espaços dedicados ao passado.

O estudo das populações afro e a reconstituição da sua memória, busca trazer novas versões acerca de processo histórico-informacional contados pelo grupo racial hegemônico.

2 A MEMÓRIA, A POLÍTICA DE MEMÓRIA E A POPULAÇÃO AFRODESCENDENTE

Incorporada pelos romanos na tradição europeia, a arte da memória teve sua criação atribuída aos gregos (CRIPPA; BISOFFI, 2010). A memória é considerada por Yates (2007, p. 18) como "uma das cinco partes da retórica". Vista como "arte da memória" e por ser pertencente à retórica, é tida como técnica que "permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável" (YATES, 2007, p. 18).

Para Assmann (2011, p. 32), a memória enquanto fenômeno de ocorrências variadas, possui espaços de retração, enquanto outras formas se expandem. A autora problematiza o fenômeno dessas ocorrências a partir das tradições, perspectivas e mídias. Afirma ainda, que a "antiga tradição da memória retórica ganhou uma surpreendente atualidade e desenvolveu uma impressionante produtividade como paradigma de pesquisa". Neste sentido, a pesquisa da memória dentro do campo dos estudos literários teve forte orientação na direção da mnemotécnica da Antiguidade. Como trabalho pioneiro, a pesquisadora Dame Frances Yates produziu o livro "The Art of Memory" nos anos 1960 (ASSMANN, 2011).

Conforme Huyssen (2000), a emergência da memória é um dos fenômenos culturais e políticos que tem surgido nos últimos anos. A Política de Memória do Estado na contemporaneidade e temporalidade encontra-se em contraste com trabalhos sobre categorias de deslocamentos e diásporas, migrações, espaço, entre outras, dentro do estudos coloniais e pós-coloniais. O espaço é elencado por Huyssen (2000) como a "peça-chave do momento pós-moderno". A partir de 1960, surgiram os discursos de memória oriundos de movimentos sociais com vistas a buscar histórias alternativas e revisionistas às histórias "oficiais" contadas pelos grupos dominantes. Estes discursos de memória tiveram maior desenvolvimento na Europa e Estados Unidos a partir de 1980 por

conta do debate sobre o Holocausto. Aliado a outros genocídios, o Holocausto teve ampla divulgação e cobertura pela mídia internacional e foi mantido por um discurso de memória mantido pelos políticos, mídia e população (HUYSSEN, 2000).

No entanto, o genocídio que aconteceu em Ruanda, Bósnia e Kossovo não obteve tanta comoção por parte das pessoas, governo e mídia quanto o Holocausto, visto que é a partir da comparação com este último, que outros fatos são categorizados ou não como "traumas históricos" (HUYSSEN, 2000).

Mas o que houve no Holocausto que levou à comoção geral que não houve em outros genocídios de igual ou maior proporção? Conforme Huyssen (2000), há o chamado "paradoxo da globalização", onde a globalização da memória funciona em dois sentidos relacionados em que, "por um lado, o Holocausto se transformou numa cifra para o século XX como um todo e para a falência do projeto iluminista" e por outro aspecto, "esta dimensão mais totalizante do discurso do Holocausto, tão dominante em boa parte do pensamento pós-moderno, é acompanhada por uma dimensão que ela particulariza e localiza" (HUYSSEN, 2000, p. 13). Ou seja, é a partir do Holocausto "como figura de linguagem universal que permite à memória do Holocausto começar a entender situações locais específicas, historicamente distantes e politicamente distintas do evento original" (HUYSSEN, 2000, p. 13).

Toda a memória, segundo Pomian (2000) conserva-se o vestígio de épocas passadas, ou seja, são "estados do sistema nervoso provocados pelo contacto com seres, objetos ou acontecimentos, que subsistem ainda quando o elemento que os originou desapareceu há um período de tempo mais ou menos longo" (POMIAN, 2000, p. 507).

Para Jardim (1995), a memória não se constitui de um conhecimento produzido de forma intencional, mas sim da percepção do passado. A memória é exclusiva do ser vivo, em especial, do sujeito "de reconstruir uma situação mais ou menos análoga à já verificada no

momento em que o ser ou objeto [...] possuía ainda toda a sua completude originária" (POMIAN, 2000, p. 508).

> A memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente com o passado: conforme os casos, exclusivamente com o seu passado, com o da espécie, com os dos outros indivíduos (POMIAN, 2000, p. 508).

Entretanto, o ato de recordar o passado é sempre imperfeito, "porque o passado não pode, em circunstância alguma, ser simplesmente restituído na íntegra, e toda a reconstrução é sempre marcada pela dúvida" (POMIAN, 2000, p. 508). Assim, a memória

> [...] recorre a recordações pessoais, que parecem tão vívidas e frescas, e que contudo percebemos conterem uma grande parte de fantasia. E, por maioria de razão, é assim quando a reconstrução do passado se funda em vestígios, imagens ou relíquias que são os suportes de memória coletiva ou transgeracional. Indirecta, imperfeita, incerta, a subida no tempo praticada pela memória é, no entanto, a única a que temos acesso (POMIAN, 2000, p. 508).

Com relação às populações de origem africana, embora nenhum afrodescendente da atualidade tenha experienciado o processo de escravidão, as recordações daquele tempo são transmitidas via geração para geração por intermédio da oralidade e recontadas utilizando memórias dos antepassados que viveram naquele período, e ou por meio de fatos históricos reconstruídos por historiadores, antropólogos e sociólogos que costumam garimpar nos chamados "lugares de memórias". Segundo Jardim (1995), estes "lugares de memória" são concomitantemente materiais, simbólicos e funcionais

e buscam esquivar-se da história, sendo sua razão primordial “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas.

A esse entendimento, podemos inferir que esses espaços são registros que possibilitam recontar a história e proporcionar visibilidade com relação à população de origem africana na construção do país.

> Todas as vezes que, em circunstâncias bem determinadas, lembra-se de alguém ou de suas ações, afloram outras lembranças de sua presença, refletida nas falas de todos aqueles que compartilharam com essa pessoa algum momento. Vem à tona a recordação das cantigas que personalizadas pela pessoa ou mesmo eternizadas pela ênfase e entonação dadas às palavras sagradas, os gestos e a maneira de dançar, gosto e estilo no vestir-se e logo também alguém se põe a teatralizar sua presença e, por inúmeras e incontáveis vezes, recorrerão aos gestos e palavras que tornaram a presença-viva e constante daqueles que não compartilham mais do mesmo espaço ou comunidade. São essas ações que garantem a passagem de informações importantes para a manutenção da tradição. (SOARES, 2015, s. p.)

Neste sentido,

> A lembrança de uma memória pessoal é também a memória social do grupo, que se regozija ao estabelecer uma ponte entre passado presente, cujo fator tempo é uma demarcação meramente cronológica. Todas as vezes que, em circunstâncias bem determinadas, lembra-se de alguém ou de suas ações, afloram outras

> lembranças de sua presença, refletida nas falas de todos aqueles que compartilharam com essa pessoa algum momento (SOARES, 2015, s. p.)

Além disso, a situação que a população afro passou antes e após o período da Abolição deixou resquícios nos descendentes dos africanos escravizados da contemporaneidade, tanto na autoestima que foi destruída por intermédio da ridicularização de suas características, quanto nos aspectos de invisibilização e inferiorização da cultura, memória e história africana, que incutiu aspectos de inferioridade e subalternidade nos afros por intermédio da memória coletiva construída pelo grupo dominante e inserida nesta população.

O discurso hegemônico criado pelos detentores de poder, apresentam uma perspectiva racista e estereotipada sobre os fenótipos do negro (cabelo, traços físicos, cor da pele), aspectos de sua personalidade (quando atribuem ao negro a falta de inteligência e o chamam de "vagabundo", por exemplo), além de retirarem do negro, a humanidade, quando reforçam, desculturalizam e o representam como boçal, rude e primitivo (LUZ, 2010). Esse discurso que se naturalizou no imaginário social, reforçou "acentuadamente uma imagem do negro caminhando no sentido de marginalizá-lo [...]" (LUZ, 2010, p.25)

Apesar deste histórico construído pelo grupo hegemônico, através de estratégias estabelecidas para justificar a exploração econômica, política, cultural e étnica (LUZ, 2010), as populações africanas e afro-brasileiras lutaram e ainda lutam por melhores condições de vida e acesso a direitos. Os movimentos sociais negros existem desde o período escravista, quando os primeiros africanos escravizados chegaram ao país (PEREIRA, 2007). Segundo o Pereira (2007, p. 235), são "conjunto de entidades, organizações e indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais, etc." Por meio das ações de

movimentos sociais negros, houve tentativas de trazer do esquecimento, a memória das populações de origem africana e seus descendentes, bem como visibilizar a sua participação na sociedade brasileira.

A compreensão que trazemos de esquecimento é a estabelecida por Ribeiro (2004), de que o esquecimento é algo pertencente às diversas culturas e que ocorre por diferentes razões, seja por mediações entre grupos, seja por lutas ou até mesmo disputas. Para Monteiro e Carelli (2007), o esquecimento é a quebra, a possibilidade da criação do novo, o que implica dizer que o esquecimento é um processo natural de regulação do cérebro no uso das faculdades mentais normais. Sendo assim, o esquecimento é parte inerente da memória, e está intrínseco às suas temporalidades históricas. Embora a Ciência da Informação tenha como objetivo preservar a memória, o esquecimento, de certa forma, está inserido na memória preservada pela área (MONTEIRO; CARELLI, 2007).

A ação política de recordação da memória de um determinado grupo como dos afros, visa trazer à tona o recorte esquecido propositalmente ao serem implementadas as políticas de memória criadas pelo Estado para apagar as lutas dos escravizados por liberdade durante o período da escravização e recontar a história sob a perspectiva do grupo racial dominante (HUYSSEN, 2000).

Isso nos leva a refletir sobre os discursos de memória mantidos, por exemplo, em livros didáticos, novelas e meios de comunicação em massa que reforçam o papel subalterno atribuído aos afros e fazem parte de uma Política de memória do Estado. Nos livros didáticos, os afros ainda continuam sendo mostrados somente até o período escravista, principalmente com imagens de castigos sofridos pelos africanos escravizados no pelourinho em praça pública ou servindo aos senhores na casa grande. Segundo Lucindo (2010, p. 884),

> [...] essas análises sustentam a ideia de que o "escravo" é uma coisa, vítima do sistema

> escravista que lhe criou e transformou seus descendentes em pessoas com deficiências culturais e sociais, com dificuldade de se integrar à sociedade de classe e, por isso, substituídos por imigrantes no mercado de trabalho na sociedade livre. Essa substituição causou o sumiço dos negros na história do Brasil após a Abolição, o que pode causar um constrangimento bastante divulgado em textos especializados de relações etnicorraciais e educação: estudantes afrodescendentes que são associados somente a "escravos".

Nesse sentido, o livro didático é um propagador de ideologias e memórias fragmentadas, pois ainda serve de referencial básico para professores e alunos na elaboração de trabalhos escolares e são tidos, muitas vezes, como verdades absolutas do conhecimento (LUCINDO, 2010).

A baixa representatividade da população negra nos meios de comunicação em massa nos dá a impressão de que a população negra é minoritária ao contrário do que as estatísticas dizem, naturalizando a crença de que a sociedade brasileira é predominantemente branca (COSTA, 2012) e quando há representantes desta população, estes sofrem com o racismo.

Nas novelas, os negros ainda continuam com papéis secundários, estereotipados e subalternos (motorista, empregada doméstica, prostituta, escravizados, criminosos, entre outros) que reforçam a memória coletiva sobre o papel e o lugar atribuído aos afros em nossa sociedade. Os apontamentos citados anteriormente, segundo Rogério Ferro (2012, p. 74) "funcionam como um ícone dos tempos da escravidão e têm consequências negativas imensuráveis e altamente prejudiciais na construção da desejável, porém inexistente, democracia racial no Brasil".

Foi também por meio destas políticas de memória que a Abolição da Escravatura, assinada pela Princesa Isabel, se tornou o discurso oficial quanto se trata da memória sobre a libertação dos afros do sistema escravocrata. Isso significa dizer, que a memória coletiva sobre a Abolição da Escravidão criada na população brasileira é a de que uma mulher branca e filha de um aristocrata, em 1888, ficou compadecida dos mais de trezentos anos de escravidão que assolavam os africanos e seus descendentes e por isso assinou a sua libertação? Ou foi porque as rebeliões e fugas dos escravizados tomaram grande proporção e, por este motivo, houve a libertação dos mesmos? Ou foi a pressão exercida pela Europa por conta das relações comerciais que levou à assinatura da Abolição?

Difícil afirmar como a memória é mobilizada e a narrativa histórica construída, invisibilizando alguns atores e "dando os louros" a outros, pois se tratando de passados presentes, a memória sobre a abolição da escravidão, assim como o Holocausto, não mostra todo o cenário, visto que há tramas secundárias presentes na memória da narrativa atual que vai de encontro ao que foi contado pelo discurso oficial presente em livros e legislações brasileiras (HUYSSEN, 2000).

Aliás, quando observamos a vinda dos imigrantes europeus para o Brasil, a política do branqueamento implementada tentando "branquear" a população e o "mito da democracia racial" criados posteriormente à Abolição, nos mostram que a Política de memória implementada pelo Estado criou um projeto de futuro que buscou visibilizar fatos e fenômenos que enaltecessem o discurso da elite de que a população brasileira tem sua construção na população branca que aqui se instalou. Busca, então, provocar o esquecimento de que, o Brasil tem sua base na população africana e que esta possui um importante papel na construção do nosso país. Ou seja, para que uma política de memória fosse criada em favor de um determinado grupo (o dominante), um recorte do que deveria ser esquecido também foi realizado por intermédio de políticas que visavam valorizar e recuperar uma determinada memória (HUYSSEN, 2000).

Presume-se que, para que houvesse a criação de uma política de memória visando esquecer a memória das populações de origem africana, um regime de informação precisou ser construído. Conforme González de Gómez (2012, p. 43), um regime de informação se refere ao

> [...] modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância

Este regime de informação remete às relações informação-poder e interfere na memória podendo também ser um produto dessa política de memória. O acesso às informações e registros informacionais sobre as populações africanas e afrodescendentes (certidões de batismo, cartas de alforrias, registros de passageiros de navios negreiros, entre outros) podem permitir que sejam reconstruídos aspectos da história e memória dessas populações. No entanto, se estes materiais estão perdidos ou guardados em lugares que não permitem o acesso, este regime de informação está determinando como a história será contada e mantendo o discurso de memória criado pelo grupo dominante.

Entretanto, questionamos: Se existe, qual o discurso de memória contado sobre a população africana e afrodescendente na Ciência da Informação? É o que pretendemos responder nas próximas seções deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica de cunho qualitativo e descritivo. Para a coleta de dados para este trabalho, foram retirados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) artigos produzidos no período de 1988 a 2017. Foram utilizados 11 termos de busca nesta pesquisa, a saber: "História *and* Cultura Africana", "Memória *and* África", "Afro-brasileira", "Afro-brasileiro", "Africana", "População negra", "Cultura Africana", "Cultura Afro-brasileira", "Negro", "Negro *and* Memória" e "Diversidade étnica" sendo selecionados todos os artigos recuperados após busca com estes termos na BRAPCI. O período de coleta de dados foi entre 26 e 27 de novembro de 2017. Os artigos recuperados com mais de um palavra-chave foram contados somente uma única vez e atribuídos à primeira palavra-chave buscada.

Para fazer o recorte dos materiais publicados relacionados à temática das populações africanas e afrodescendentes, foram realizadas duas ações: a) a primeira, foi a leitura do conteúdo dos artigos encontrados e posterior exclusão daqueles que se tratavam de apresentações de números de periódicos, prefácios ou que eram relacionados a outras temáticas; b) a segunda ação, foi a separação dos artigos que tratavam sobre memória e análise da publicação para categorização: qualis do periódico, tipo de autoria e autores que mais produzem sobre memória das populações afro.

Para a identificação do qualis dos periódicos, acessei a página da Plataforma Sucupira e selecionei a opção "Qualis Periódicos", Evento de classificação: "Classificações de Periódicos do Quadriênio 2013-2016", área de avaliação "Ciência da Informação".

Os artigos aptos ao estudo foram categorizados quanto ao tipo de autoria como em "autoria individual" e "autoria coletiva". Foi realizada também, a contagem das publicações por autores, visando identificar quem são os que mais publicam sobre a temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após triagem, foram selecionados na BRAPCI 61 artigos sobre as populações africanas e afrodescendentes. Com a análise e leitura dos resumos, palavras-chaves e título dos artigos, verificou-se que nenhum dos artigos encontrados trata especificamente sobre memória da população afro relacionando com a Ciência da Informação. No entanto, dos 61 artigos recuperados, 9 artigos abordavam em alguma parte do texto, a discussão sobre memória e os afros.

O primeiro artigo que aborda a memória e as populações afro, é intitulado "Dissonâncias e Assimetrias na Produção de Conhecimento na UFPB: (In)visibilidade de Temas sobre Negros (As)", de Mirian de Albuquerque Aquino, Sérgio Rodrigues Santana, Leyde Klébia Rodrigues da Silva e Jobson Francisco da Silva Júnior, publicado em 2010 na revista Biblionline. Conforme o resumo do artigo de Aquino et al (2010, p. 110), "as pesquisas sobre a temática étnico-racial caminham lentamente em todas as áreas do conhecimento, implicando em uma bibliografia insuficiente e mantida longe da inclusão de grupos socialmente vulneráveis, e de modo específico, o (a) negro (a) africano (a) e afrodescendente". Neste sentido, os autores apresentam o projeto de pesquisa "Memória da Ciência: a (in)visibilidade de negros/as na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba" que "se configura como uma possibilidade de minimizar a (in)visibilidade dessa população nessa produção de conhecimento que tende para o discurso universal/eurocêntrico". Com os resultados, foi possível, "assim, a compreensão de que o pensamento acadêmico permanece cristalizado, atendendo ainda aos gestos de dominação da elite branca, desconfigurando o(a) negro (a) em sua história e cultura". Como conclusão, Aquino et al. (2010, p. 110) afirmam "que as relações raciais são ainda baseadas nas discriminações, preconceitos e racismos, fazendo com que a memória da ciência dessa instituição

torne a população negra (in)visível na produção de conhecimento nessa Sociedade da Informação e do Conhecimento". Neste sentido, "o contexto de exclusão onde estamos inseridos não se de distância do contexto do século passado, onde o (a) negro (a) e sua memória individual/coletiva foram apagados nos processos de criação de uma sociedade baseada no modelo eurocêntrico" (AQUINO et al., 2010, p. 110).

O segundo artigo, intitula-se "Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros" de Mirian Albuquerque Aquino e Vanessa Alves Santana, publicado em 2013 na Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação aborda sobre "as práticas de organização, representação e acesso de informações sobre questões raciais" em um mundo globalizado (AQUINO; SANTANA, 2013, p. 17). Discute a necessidade de priorizar a "participação positiva de grupos que durante muito tempo são vistos como minorias", como os afros, "tomando posição quanto às práticas de organização e representação da informação frente às novas demandas informacionais e aos interesses de busca de cada indivíduo" (AQUINO; SANTANA, 2013, p. 17). Por fim, ressalta que é preciso "efetivar o reconhecimento das bibliotecas enquanto lugares constituintes de memória, disseminando informações étnico-raciais capazes de construir imagens positivas exercendo seu papel de servir a comunidade de modo geral" (AQUINO; SANTANA, 2013, p. 17).

O terceiro artigo sobre o tema é "Biblioteca de Referência do NEAB: Preservando a história e memória dos afro-descendentes em Santa Catarina e no Brasil" de Miriam de C.do C. M. Mattos, publicado em 2008 na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Este artigo possui como foco a apresentação do projeto de extensão Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC) que visa, "ser instrumento para estudos, pesquisas e disseminação da informação, com o intuito de facilitar o acesso a tal temática, para

incrementar as suas atividades científicas e estimular, assim, a produção do conhecimento através do fornecimento das informações relevantes sobre a questão" (MATTOS, 2008, p. 239).

O quarto texto intitula-se "Análise de mitos africanos em uma comunidade quilombola: comunicação, informação e religiosidade" de Cleyciane Cássia Moreira Pereira e Maria Giovanna Guedes Farias publicado na revista Comunicação e Informação no ano 2016. Conforme Pereira e Farias (2016), este artigo apresenta uma pesquisa realizada com a Comunidade Quilombola Alcantarense de Itamatatiua, localizada no Maranhão, "cujo objetivo centrou-se em identificar e verificar como ocorre a preservação e a compreensão dos mitos africanos presentes nesta comunidade - a exemplo de Oxum, Iemanjá, Nana e Exu -, bem como a possibilidade de contribuição para a continuidade de estudos que retratem a história e memória negra" (PEREIRA; FARIAS, 2016, p. 53). Os mitos, segundo as autoras, "constituem-se como informações fundamentais das tradições dos moradores de Itamatatiua, os quais se preocupam em preservar os segredos, a religiosidade e as histórias vivenciadas por eles e pelos antepassados, repassando-as para os mais novos e para pesquisadores interessados pela oralidade" (PEREIRA; FARIAS, 2016, p. 53). Concluem que as narrativas míticas contribuem para "desvendamento de riquezas e tradições adormecidas em um passado de opressão e repressão, o qual pode ser reconstruído e devolvido às populações desconhecedoras de sua própria ancestralidade" e que essas informações passadas por intermédio da oralidade, podem também desenvolver a autoestima desta população. (PEREIRA; FARIAS, 2016, p. 53).

O quinto artigo é de autoria de Andreia Sousa da Silva e Elaine Rosangela de Oliveira Lucas, publicado em 2006 na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina intitulado de "O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação". Conforme as autoras, este artigo aborda sobre o Memorial Antonieta de Barros, programa de extensão do Núcleo de

Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC) possui como objetivo "preservar a história e memória dos afrodescendentes através das suas ações. Relaciona a história com a memória, reforçando-a como um produto da história que transforma tudo pois possibilita ao ser humano a (des)construção de identidades dos grupos sociais" (SILVA; LUCAS, 2006, p. 83). Discute a disseminação da informação que se utiliza de meios para "atender as necessidades dos usuários com o intuito de permitir um melhor atendimento visando um único resultado: fornecimento das informações relevantes sobre a temática para produção do conhecimento dando continuidade e fortalecendo a história e memória dos afrodescendentes em Santa Catarina e no Brasil" (SILVA; LUCAS, 2006, p. 83).

O sexto artigo que aborda a memória é de Silva Júnior, Severo e Aquino (2013, p. 78) intitulado "Imagens de exclusão de negros(as) em produção de conhecimento nas universidades públicas" publicado em 2013 na revista PontodeAcesso. Conforme os autores, este artigo analisa "a produção de conhecimento apresentada nos Anais de Encontros de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) referentes ao período de 1998 a 2008". Discute a memória da ciência e a temática étnico-racial. Esta última, como um "contributo para a reconstrução do repertório cultural" com vistas a "erradicar o preconceito, a discriminação e o racismo na produção de conhecimento, promovendo reflexões acerca da urgência de atitudes sociogovernamentais de inclusão da população negra nos processos de desenvolvimento nacional considerando a contribuição dos afrodescendentes para a formação da identidade brasileira" (SILVA JÚNIOR, SEVERO; AQUINO, 2013, p. 78).

Alba Lígia de Almeida Silva e Mirian de Albuquerque Aquino são as autoras do sétimo artigo recuperado nesta pesquisa intitulado "(In)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB" publicado no periódico Informação & Sociedade: Estudos em 2011. Este artigo analisa a

"produção de conhecimento de pesquisadores (as) na memória da ciência" da Universidade Federal da Paraíba, em especial as teses, as dissertações, as monografias, os relatórios, os artigos, os ensaios e demais documentos produzidos por pesquisadores dos programas de pós-graduação localizados no campus I dessa Instituição. Conforme análise preliminar trazida pelas autoras, "mostra que excluir alguns temas de sua memória da ciência, impor o silêncio, interditar a voz do outro, e impedir o outro de dizer de si mesmo, contribui para a (in)visibilidade de afrodescendentes na sociedade brasileira" (SILVA; AQUINO, 2011, p. 91).

O oitavo artigo se intitula "A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente" de autoria de Mirian de Albuquerque Aquino, Antonio Roberto Faustino Costa, Alba Cleide Calado Wanderley, Lebiam Tamar Silva Bezerra, Izabel França Lima e Stella Moraes Santiago publicado na revista Inclusão Social, em 2007. Discute sobre um projeto de criação de museu virtual com imagens das populações africanas e afrodescendentes. Além disso, sugere estratégias para sua inclusão na política de C&T por meio de "políticas públicas de ações afirmativas para o desenvolvimento humano, com direitos iguais para o acesso à informação, ao conhecimento universal e aos próprios valores científicos, tecnológicos, estéticos, culturais e políticos emanados dessas comunidades" (AQUINO et al, 2007, p. 18).

E o último artigo recuperado que aborda a memória e os afrodescendentes se intitula "Produzir-se Negro no Brasil: Estudo dos Dispositivos Didático-Pedagógicos na Revista Raça Brasil" de Artur José Renda Vitorino e Paula Bernadete Montanari publicado em 2014 na Revista ETD: Educação Temática Digital. Conforme os autores, esta "investigação indicou que a revista Raça Brasil, [...] enseja modelar a identidade negra brasileira, a qual tem por comum entre seus integrantes a cultura e a memória denominadas afro-brasileiras, propondo assim, na sociedade, uma taxionomia entre negros e brancos" (VITORINO; MONTANARI, 2014, p. 134)

Ao categorizarmos os artigos acima descritos, observamos que oito são de autoria coletiva e um de autoria individual. Além disso, o periódico que possui maior número de publicações é a Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, qualis B2, com dois artigos. Em relação aos autores, Mirian Albuquerque de Aquino foi a autora que mais produziu tanto como autora principal, quanto coautora de cinco, dos nove artigos que abordam a memória.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo respondeu ao objetivo proposto inicialmente, pois realizou uma discussão sobre memória e política de memória relacionando com a população afro, além de realizar uma pesquisa na área da Ciência da Informação na BRAPCI, a fim de identificar os artigos produzidos sobre memória das populações afro na área. Não foram encontrados artigos que tratam especificamente sobre o tema das populações afro e a sua memória, no entanto, nove artigos abordam algum aspecto sobre memória. Por fim, este artigo mostrou que as produções com o recorte realizado foram publicadas em sua maioria na Revista ACB e que Mirian Albuquerque de Aquino é a autora que mais escreve sobre o tema.

Enfatizamos a importância de estudar o tema da memória relacionado às populações de origem africana na Ciência da Informação a fim de colaborar com a luta histórica contra o racismo e discriminação sofrido por estas populações. Além disso, auxiliar na recuperação e disseminação de sua memória e história, indo contra o discurso hegemônico estabelecido e estabelecendo estratégias de visibilização e positivação da identidade negra.

A política de memória difundida atualmente, nada mais são do que as práticas sociais atualizadas que propagam ideologicamente sobre a perspectiva do colonizador e que carregou ao longo do tempo várias fragmentações relacionadas com a memória da população de origem africana já naturalizada no imaginário social. Isso resultou na

possibilidade de um apagamento histórico/epistemológico desta população. Porém, o "devir de memória" como nos aponta a autora (FERREIRA, 2011) pautado nas tentativas de reparação, fez com que os movimentos sociais negros reivindicassem, desde 1970, por meio de críticas aos conteúdos universalistas (LUCINDO, 2010), ações para o governo federal. Assim, foram sendo instituídas leis de reparação na Educação, tais como a Lei 10.639/2003 a qual refere-se à inserção de conteúdos sobre a História e Memória da População de origem africana e afro-brasileira nas redes de ensino (tanto no ensino básico, como médio e superior). Entre outros fatores, essa lei possibilitou o aumento das publicações relacionada com a História do Negro no Brasil em combate ao esquecimento ideológico. Outro fato importante prescrito na referida lei é a celebração do dia 20 de novembro, que faz com que possamos refletir sobre a importância da população afro na sociedade brasileira, essa data é em homenagem a Zumbi dos Palmares assassinado em 1665. Além dela, a Lei nº 12.711/2012 instituiu a reserva vagas para pretos e pardos (categorias criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), nas instituições públicas de ensino como outra forma de reparação para as populações historicamente excluídas e discriminadas com relação a sua cor e etnia.

Apesar dos avanços supracitados, ainda é preciso discutirmos e aprofundarmos sobre a influência da política de memória dentro de nossa sociedade, além de refletirmos sobre a sua contribuição na invisibilidade da população negra. Em futuros estudos, é vital identificarmos como as instituições propagam a política de memória, quais os canais de informação usados para que isso aconteça, analisarmos como essa política atinge a população marginalizada e, principalmente, a quem serve.

Miriam Aquino (2013) em seu artigo "A inclusão Étnico-racial na era da informação" relata que a produção sobre e do negro na ciência é considerada muito baixa e quando há as produções científicas essa questão são invisibilizadas. Partindo do pressuposto de que a Ciência

da Informação e a Biblioteconomia são caracterizadas como ciências que possuem foco para responsabilidade social, deixaremos aqui um questionamento: De que forma ambas colaboram com a política de memória para a invisibilidade da população negra?

REFERÊNCIAS

AQUINO, M. A. et al. A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 18-29, out. 2006/mar. 2007.

AQUINO, M. A. et al. Dissonâncias e Assimetrias na Produção de Conhecimento na UFPB (In)visibilidade de Temas sobre Negros (As)". **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 110-124, 2010.

AQUINO, M. A. A inclusão Étnico-racial na era da informação. **Rev. Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 61-75, maio/ago.2013.

AQUINO, M. A.; SANTANA, V. A. Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013.

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. São Paulo: Unicamp, 2011. p. 31-36.

CARDOSO, P. de J. F. **Negros em Desterro**: as experiências das populações de Desterro na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2005.

CRIPPA, G.; BISOFFI, G. C. Memória e hipertexto: uma reflexão sobre o conhecimento relacional. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p.233-246, set./dez., 2010.

COSTA, K. R. R. da. De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In: BORGES, R. C. da S.; BORGES, R. **Mídia e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

DOMINGUES, P. "Um desejo infinito de vencer": o protagonismo negro no pós-Abolição. **Revista Topoi**, v. 12, n. 23, jul./dez., 2011, p. 118-139.

FERREIRA, M. L. M. Política de Memória e Política do esquecimento. **Aurora**, n.10. 2011.

FERRO, R. O negro sem cor no jornalismo brasileiro. In: BORGES, R. C. da S.; BORGES, R. **Mídia e Racismo**. Brasília, DF: ABPN, 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.22, n.3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Revista Afro-Ásia**, n. 29-30, 2003, p. 247-269.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HEYWOOD, L. M. (Org.) **Diáspora Negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

HUYSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IROBI, E. O que eles trouxeram consigo: carnaval e persistência da performance estética africana na diáspora. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 44, p. 173-193, jun. 2012.

JARDIM, J M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.

KOSSOY, B.; CARNEIRO, M. L. T. **O Olhar Europeu**: o negro na iconografia brasileira do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. **O fotográfico**. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 41-48.

LARA, S. H. Significados cruzados: um reinado de congos na Bahia Setentista. In: CUNHA, M. C. P. (Org.) **Carnavais e outras F(r)estas**. v. 1, Rio de Janeiro: Unicamp, 2002, p. 71-100.

LEITE, I. B. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação. In. LEITE, I. B. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LUCINDO, W. R. S. **Educação no pós-abolição**: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931). Itajaí: Casa Aberta, 2010.

LUCINDO, W. R. S. Desvitimizar para humanizar: uma análise sobre a escravidão nos livros didáticos. **Antíteses**, v. 3, n. 6, p. 879-897, jul./dez.2010.

LUZ, M. A. **Cultura Negra e a ideologia do recalque**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MATTOS, M. de C.do C. M. Biblioteca de Referência do NEAB: Preservando a história e memória dos afro-descendentes em Santa Catarina e no Brasil. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.13, n.1, p.239-250, jan./jun., 2008.

MATTOS, H. M.; RIOS, A. L. O pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

MONTEIRO, S. D.; CARELLI, A. E. **Ciberespaço, Memória e Esquecimento**. Londrina, 2007.

MORTARI, C. **Os homens Pretos de Desterro**: um estudo sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2000.

OLIVEIRA, E. B. de; RODRIGUES, G. M. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p. 311-328, mar. 2011.

PAULA, B. X. de. Ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira: da experiência e reflexão. In: FONSECA, S. G. (Org.). **Ensinar e Aprender História**: formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Alínea, 2009.

PEREIRA, C. C. S. M.; FARIAS, M. G. G. Análise de mitos africanos em uma comunidade quilombola: comunicação, informação e religiosidade. **Comunicação & Informação**, v. 19, n. 2, 2016.

POMIAN, K. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, v. 42, (Sistemática), p. 507-516.

PRIORE, M. L. D. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RASCKE, K. L. **Festas, procissões e celebração da morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro/SC (1860-1890)**. Itajaí: Casa Aberta, 2010.

RODRIGUES, N. R. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madra, 2008.

SALLES, F. T. de. **Associações Religiosas do Ciclo do Ouro**: introdução ao estudo do comportamento social das irmandades em Minas no século XVIII. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

SILVA, A. L. G. A.; AQUINO, M. A. A (in)visibilidade de negros(as) na produção de conhecimento em programas de pós-graduação da UFPB. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/18444>. Acesso em: 26 Nov. 2017.

SILVA, F. C. G. da. **A inserção da temática Africana e Afro-brasileira no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina**. 2016. 164 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SILVA, A. de.; LUCAS, E. R. de O. O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.11, n. 1, p.83-96, jan./jul., 2006.

SILVA JÚNIOR, J. F.; SEVERO, R. P.; AQUINO, M. A. Imagens de exclusão de negros /as em produção de conhecimento nas universidades públicas. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 3, 2013.

SOARES, C. C. M. A memória na perspectiva das discussões sobre identidade em comunidade afro. **África(s):** Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras, v. 2, n. 4, 2015.

VITORINO, A. J. R.; MONTANARI, P. B. Produzir-se Negro no Brasil: Estudo dos Dispositivos Didático-Pedagógicos na Revista Raça Brasil. **ETD** - Educação Temática Digital, v. 16, n. 1, 2014.

YATES, F. A. As três fontes latinas da arte clássica da memória. In. YATES, F. **A arte da memória**. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 17-45.

CAPÍTULO 14

FILTROS INVISÍVEIS EM BUSCAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Nazareth Salomon

Marianna Zattar

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1949, o jornalista, ensaísta e romancista britânico, George Orwell, publicava o livro 1984. O autor descrevia um mundo onde o mais fraco (o povo) era dominado por uma classe que ditava todas as regras. Essas regras abarcavam as roupas que deveriam ser usadas, o local para se trabalhar e até o dia e hora exatos para a prática de exercícios. O livro de Orwell evidencia a ideia de vigilância da sociedade atual e permite um olhar para as formas de produção da informação e comunicação na sociedade contemporânea (ORWELL, 2009). Outro exemplo que demonstra as questões relacionadas à vigilância é a música "*Another brick in the wall part 2"* do grupo Pink Floyd, de 1979. Trata-se de uma composição que relata um Estado opressor em relação às instituições educacionais extremamente rígidas (WATERS, 1979). O ponto comum dessas duas obras é o olhar para as formas de dominação advindas do uso e do controle informacional. Na atualidade, os controles e dominações estão presentes nos mais diferentes aspectos e modalidades, induzindo e influenciando comportamentos. Como é o caso dos meios de comunicação que vem experimentando aspectos de controle e vigilância de forma quase imperceptível. Na internet, esse controle se apresenta de forma mais latente, uma vez que os dados das

internautas são tidos como fonte lucrativa para os gigantes do mundo virtual. Assim, a todo o momento as usuárias são bombardeadas com propagandas de produtos diversos e, sem perceberem tais influências, entram em uma esfera de comportamentos pré-moldados; dentre os quais, destaca-se o comportamento de busca informacional ou a prática informacional que influenciam e são influenciados pelos chamados filtros invisíveis, que são, grosso modo, os recursos utilizados em diferentes sites, motores de busca e fontes de informação para a oferta/recuperação de informação que considera o perfil e as pegadas digitais das pessoas que buscam informações.

Percebe-se que uma grande parte dos indivíduos tem ciência de que não existem coincidências quando começam a receber ofertas de produtos, serviços ou promoções após clicarem em um determinado site ou conversarem perto de seus celulares, e notam que há algum tipo de monitoramento ao usar os serviços prestados na web. No entanto, desconhecem como funciona, de fato, a personalização (método utilizado por quase todos os buscadores em que os dados das usuárias são coletados no intento de criar um perfil das mesmas) e, como a personalização pode vir a influenciar suas escolhas no processo de busca informacional. Portanto, é possível concluir que se faz necessário conhecer como funcionam os mecanismos de tais ferramentas para saber como buscar e recuperar informação relevante de modo que seja possível diminuir o tempo de procura. Por outro lado, é preciso estar atento aos filtros, pois, ao intensificar a personalização o universo informacional da internauta pode ser delimitado, ou mesmo direcionado, sutilmente, sem que ela perceba.

A escolha do tema para realização da pesquisa teve como motivação precípua o fato de se tratar de uma temática atemporal que assombra a vida de milhares de mulheres, causando dor e trauma a elas e, inclusive, aos filhos que, por muitas das vezes, assistem por anos o sofrimento de suas mães. A ideia de abordar “A violência doméstica contra a mulher” surgiu, também, a partir dos temas propostos pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o

desenvolvimento de pesquisas na Pós-Graduação no Brasil (BRASIL, 2010) e por se tratar, indiscutivelmente, de uma situação grave que persiste e atinge todas as camadas sociais sem distinção.

Sobre a violência contra a mulher, apresenta-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), aprovada em 7 de agosto de 2006 pelo Congresso, que tem o objetivo de coibir a violência doméstica contra a mulher (BRASIL, 2006). Contudo, ainda assim, o Brasil ocupa um dos primeiros lugares no ranking de países que mais registram crimes contra as mulheres. A violência, de forma generalizada, é um problema crítico no Brasil e carece de estudos e práticas que contribuam para sua redução, pois, na maioria das vezes, denunciar o agressor não é algo fácil e não evita, a priori, o primeiro trauma. Isto posto, considera-se o tema proposto de relevância social.

Assim sendo, este capítulo tem como objetivo apresentar parte de um estudo elaborado no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação sobre a influência dos chamados filtros invisíveis na Prática Informacional sobre busca e recuperação da informação sobre violência doméstica, no *Google* e o *DuckDuckGo*.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Cada vez que surge algo novo ou uma reinvenção do que já existe, surge também a necessidade de analisar as vantagens e desvantagens advindas dessa novidade ou reinvenção. De acordo com Burke (2002, p. 173), “Parece inevitável que nas atividades humanas todas as soluções de um problema mais cedo ou mais tarde acabem gerando outros problemas”. Ou seja, assim como uma nova tecnologia ou recurso traz aspectos positivos, também pode trazer aspectos negativos. Nesse segmento, é essencial estudar os resultados produzidos pela personalização, além de fomentar a Competência em Informação como prática para buscar e recuperar aquilo que é relevante e, inclusive, propiciar encontrar algo que não era o foco,

mas que pode agregar conhecimento ou ser proveitoso (condição favorável conhecida como serendipidade).

De forma a expor as noções que fundamentam este texto apresenta-se a competência em informação como uma noção que envolve as dinâmicas informacionais de busca e recuperação da informação, ou seja, habilidades e recursos integrados que permitem a prática informacional de forma eficaz e ética nas comunidades de aprendizagem. Trata-se, portanto, de um processo contínuo no universo informacional para o aprendizado ao longo da vida" (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2000, 2016; ZATTAR, 2017). Destaca-se que a competência em informação além de proporcionar ao profissional bibliotecário aptidão para desempenhar sua função com responsabilidade, esse desempenha também a função de educador ao promovê-la na sua comunidade.

A noção de prática informacional surgiu a partir dos "estudos de usuários", que por sua vez, teve sua origem nos Estados Unidos, durante a década de 1930, em bibliotecas e com os objetivos de identificar os hábitos de leitura dos usuários e identificar o potencial da biblioteca como ambiente socializador. Com o decorrer dos anos, diferentes teorias apareceram a respeito da definição da Prática Informacional. Atualmente, a Prática Informacional é compreendida por muitos autores como uma formação social, onde o contexto do indivíduo influencia na sua prática. De acordo com Talja, Savolainen e Tuominen (2005), a "prática informacional" assume que o processo de busca e uso da informação é uma formação da perspectiva social dialógica, isto é, um processo que envolve os grupos e a sociedade com interação entre os atores (SAVOLAINEN, 2007).

Com relação à busca informacional, indica-se como o ato de procurar, averiguar, pesquisar os possíveis locais em que ela pode estar armazenada para então adquiri-la ou recuperá-la novamente. Araújo Júnior (2007), ao citar os autores Belkin e Croft (1987), define a busca e recuperação da informação como um processo para a localização de todo tipo de documento ou objeto considerado

informativo e que foi armazenado, para que no momento de uma solicitação, esses possam ser acessados e recuperados.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

No que se refere aos motores de buscas dos buscadores *Google* e *DuckDuckGo*, é pertinente explicar os aspectos diferentes entre eles de modo que se possa compreender porque foram os preferidos nesta pesquisa. Em primeiro plano, a ideia era utilizar os dez buscadores mais usados na web para analisar e comparar os resultados. Porém, ao constatar que todos possuíam métodos iguais, ou seja, armazenamento dos dados das usuárias, optou-se por apenas dois buscadores que possuíssem políticas distintas na recuperação da informação e, assim sendo, chegou-se ao *Google* e ao *DuckDuckGo*. O *Google*, ao prestar seus serviços, usa a política de coleta de dados que são utilizados para criar o perfil das usuárias (personalização). Já o *DuckDuckGo* opta por não guardar o histórico das usuárias como forma de preservar a privacidade.

O Google, assim como outros buscadores, coleta todas as informações sobre a usuária, desde seus dados pessoais até suas pesquisas na web que vão desde nome, telefone, número de cartão de crédito até as informações sobre o dispositivo usado (tipo de máquina e sistema operacional), registros (quais os serviços utilizados, serviço de telefonia marcando hora e data das chamadas e sua duração), endereço do Protocolo de Internet (IP) ou local que a usuária se encontra no momento em que acessa esses serviços sob o discurso de melhoria dos serviços, desenvolver outros e prover resultados de pesquisas ou anúncios mais relevantes à internauta (GOOGLE, 2016). Dito de outra forma, significa que cada clique representa uma pegada digital. Esse mecanismo permite que a pesquisa privada seja compartilhada com o mecanismo de busca usado e com os sites visitados para realizá-la (WEINBERG, 2010).

A política do *DuckDuckGo* não está orientada para coleta ou compartilhamento de dados, pois há um impedimento para que os termos da busca sejam transmitidos aos outros sites. Dessa maneira, tem-se que os sites têm ciência da visita da usuária, mas não dos detalhes do acesso (WEINBERG, 2010).

Em suma, o principal ponto para esta pesquisa diz respeito à coleta de dados, feita pelo rastreamento, pois, se por um lado esse mecanismo auxilia e facilita a recuperação de conteúdo direcionado para as preferências da pessoa (personalização) de modo que seja possível, inclusive, a diminuição de tempo para realização de uma busca; por outro, ele também pode dificultar ou até impedir que essa pessoa amplie seus conhecimentos por meio de descobertas que podem ser interpretadas pelo sistema como irrelevantes aos seus interesses, o que, grosso modo, cria uma espécie de bolha informacional a partir de filtros (barreiras) que consideram os aspectos relacionados à memória/pegadas da prática informacional.

4 METODOLOGIA E CAMPO DO ESTUDO

A metodologia aplicada nesta pesquisa teve uma abordagem qualitativa realizada a partir de um método descritivo, uma vez que a proposta foi estudar e descrever um fenômeno em específico. Em conformidade com Gil (2002, p. 42), "As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Ainda na concepção do autor, também faz parte das pesquisas descritivas, aquelas com propósito de levantar as opiniões, comportamentos e convicções de uma população.

O campo de estudo foi o ambiente *web*, especificamente, com os buscadores *Google* e *DucDuckGo* e, para a coleta de dados, foram convidados os membros do grupo de pesquisa "Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade", pois o objetivo coincide com os interesses relacionados ao estudo do gênero feminino neste trabalho, sob o

ponto de vista de uma possibilidade de um olhar atento à temática da violência doméstica contra as mulheres. Assim sendo, o critério para formação da amostra desta pesquisa foi a acessibilidade e a disponibilidade, ou seja, optou-se por trabalhar com pessoas que estivessem disponíveis a colaborar à época da coleta de dados e, com isso, teve-se a participação de três pessoas. As participantes foram identificadas com o gênero feminino e possuíam formações acadêmicas diferentes: sendo uma graduanda, uma mestranda e uma doutoranda. Tais características não foram propositais, mas possibilitaram uma diversidade para a pesquisa.

Na coleta de dados, foram realizadas pesquisas nos buscadores *Google* e *DuckDuckGo* de modo que pudessem ser analisadas as primeiras páginas de resultados de cada uma das buscas no intento de analisar as paridades ou disparidades dos resultados recuperados. Desse modo, as participantes utilizaram computadores distintos e realizaram as buscas de três forma diferentes

> Primeira busca:
> a) utilizar para busca a expressão “violência doméstica contra a mulher” sem aspas;
> b) pesquisar no *Google* (www.google.com.br) com login na conta pessoal do Gmail (se tiver);
> c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título “Busca 1”.
>
> Segunda busca:
> a) utilizar para busca a expressão “violência doméstica contra a mulher” sem aspas;
> b) pesquisar no *Google* (www.google.com.br) sem login na conta pessoal do Gmail;
> c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título “Busca 2”.

Terceira busca:
a) utilizar para busca a expressão “violência doméstica contra a mulher” sem aspas;
b) *Duckduckgo* (https://duckduckgo.com);
c) salvar a primeira página dos resultados em formato de pdf com o título “Busca 3”.

Na análise temática, o conteúdo é examinado para compreender os assuntos no texto, a partir da presença e da frequência de determinados termos responsáveis por definir o tipo de discurso. A análise temática se divide em três partes: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Na pré-análise são escolhidos os documentos para uma primeira leitura. Na fase de exploração do material a interpretação passa do explícito para o implícito, do texto para o subtexto. E na terceira e última parte há submissão dos resultados brutos a operações estatísticas simples ou complexas, isto é, percentagens ou análise fatorial (MINAYO, 2004).

5 RESULTADOS

Nas análises temáticas dos dados foram observadas as nove páginas da internet que somaram os resultados das buscas executadas pelas participantes. Ressalta-se que a análise realizada no buscador Google teve como base a primeira página que cada participante recuperou, apresentando equivalência de 13 resultados. É importante mencionar a equivalência de 13 resultados na página porque cada resultado pode ter variação de linhas, podendo ampliar ou diminuir a quantidade de resultados contidos em uma página. Na análise de ambos foram consideradas, inclusive, as propagandas. No buscador *DuckDuckGo* a análise foi realizada tomando como base a primeira página recuperada por cada participante e, que equivale a nove resultados, lembrando que cada resultado pode ter variação de linhas,

podendo aumentar ou diminuir a quantidade destes em uma página. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, mas foi considerado importante fazer algumas sinalizações a respeito dos números de resultados iguais em cada uma.

Ao comparar as páginas do Google, com e sem *login* no *Gmail* de cada participante, os resultados recuperados são os mesmos na sua grande parte. Registrou-se na contagem que um participante obteve 11 resultados iguais nas duas pesquisas do Google, ou seja, com e sem *login* no *Gmail* e 2 participantes obtiveram 12 resultados iguais nas mesmas condições da participante 1. Quando cruzadas as pesquisas das três participantes, constatou-se que *Google* sem *login* no Gmail obteve-se nove resultados iguais, levando em conta a equivalência de 13 resultados. Já na busca no Google com *login* no Gmail, obteve-se 10 resultados iguais em relação a 13 resultados.

Comparando os resultados das pesquisas feitas pelas participantes no *DuckDuckGo*, foram obtidos oito resultados iguais, considerando a equivalência de nove resultados por página. Os resultados obtidos nas pesquisas por cada uma das participantes, a partir da comparação entre os documentos recuperados na página do *DuckDuckGo* e na do *Google* sem *login* no Gmail, teve-se que as participantes 1, 2 e 3 recuperaram dois resultados iguais nas duas páginas analisadas.

Na análise dos resultados obtidos nas pesquisas por cada uma das participantes, a partir da comparação entre os documentos recuperados na página do *DuckDuckGo* e no *Google* com *login* no *Gmail* viu-se que as participantes 1, 2 e 3 recuperaram dois resultados iguais nas duas páginas analisadas.

Na análise do conteúdo, primeiramente, há que se considerar nesta pesquisa que se trata de um assunto complexo e que para se obter uma resposta mais expressiva seriam necessários mais dados como uma amostragem maior ou que a pesquisa fosse elaborada em outros ambientes. Um objetivo que orientou a análise foi a investigação da presença de discrepâncias nos resultados do *Google* e

DuckDuckGo, especialmente pelo fato de empregarem métodos diferentes, isto é, respectivamente o uso e não uso de rastreamento (e, por conseguinte, filtros) de usuários.

Ao explorar de maneira mais minuciosa os tipos de documentos recuperados pelo Google e tendo como base as frases que acompanham cada resultado na descrição, já há possibilidade de inferir que os conteúdos basicamente falam sobre o conceito de violência doméstica, ou são resultados de pesquisas referentes ao assunto em artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Também são recuperadas a Lei Maria da Penha, uma matéria da revista Cláudia e outros sobre formas de violência. Outro ponto que se pode observar foi que a ordem de relevância dos resultados se altera de uma participante para outra. A primeira observação a respeito da pesquisa no *DuckDuckGo* é que a ordem de relevância dos resultados foi apresentada da mesma forma para todas, com uma pequena ressalva, pois três resultados trocaram de lugar, entre si, na página de uma das participantes, no restante eram iguais. Entre o material recuperado no *DuckDuckGo*, encontra-se o site do Planalto, do Senado, um artigo sobre a violência contra a mulher no mundo, a Lei Maria da Penha, Portal do Governo e outros sites que tratam outros tipos de violência. Outra característica percebida na pesquisa do *DuckDuckGo* é que para esse tema, os sites governamentais vieram no topo da lista. Destaca-se que ambos buscadores trazem anúncios pagos no topo dos resultados, porém no *DuckDuckGo* os anúncios são referentes a outros assuntos, enquanto no Google são referentes ao tema.

Dentro do universo desta pesquisa, os resultados mostram que a pesquisa feita no Google com ou sem *login* no *Gmail* mostrou pequena diferença no resultado de cada participante. Indica-se, com isso, que se as buscas fossem neutras poderiam chegar à similaridade. Viu-se também que no *DuckDuckGo* os resultados tenderam a uma sensação imparcial. As participantes obtiveram as mesmas respostas de busca, havendo uma mínima variação na ordem de apresentação

dos resultados de uma delas, indicando, por exemplo, que o fato de não haver a personalização aumenta as possibilidades nos resultados. Em síntese, indica-se que os resultados obtidos reforçam o que foi dito por Pariser (2012), ao alertar o internauta a evitar não se fixar sempre nos mesmos sites, pois é preciso experimentar e variar para ter oportunidade de encontrar coisas diferentes, expandindo o leque de possibilidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por finalidade apresentar a influência dos filtros na busca e recuperação da informação, utilizando os buscadores *Google* e *DuckDuckGo*. Assim sendo, foi detectado que os filtros da internet podem ser considerados um recurso que traz benefícios facilitando as pesquisas (poupando o tempo de busca ou ofertando produtos de interesse) e também podem cercear o universo informacional sem que se perceba que está sendo direcionado.

Na pesquisa realizada com os buscadores *Google* e *DuckDuckGo*, utilizando a temática "violência doméstica contra a mulher", constata-se que os resultados diferentes obtidos entre as pesquisas dos buscadores são bem expressivos, indicando que a razão desse desequilíbrio está ligada ao modo de funcionamento de cada um, ou seja, a atuação dos filtros. Logo, conclui-se, que é necessário destacar que as tecnologias de informação e comunicação são importantes para otimizar a atuação do indivíduo na comunidade, nas inúmeras atividades de forma solidária e ética, nas mais diversas tarefas que executa e ambientes que transita. No entanto, o indivíduo deve ter ciência de que a função dessas tecnologias e recursos é somente auxiliá-lo no desenvolvimento de suas tarefas para que ele possa alcançar o seu propósito, visto que nada substituirá a determinação das suas escolhas informacionais.

Verificou-se que, num mundo em que o surgimento de novos recursos tecnológicos e comunicacionais é constante, as dinâmicas e

práticas de competência em informação são essenciais de modo que seja possível compreender melhor os mecanismos das ferramentas da internet, por exemplo.

Por fim, do ponto de vista da Biblioteconomia, o profissional da informação, ao exercer o papel de educador e fomentar competência em informação, contribui para que os indivíduos e a comunidade reconheçam os principais aspectos que envolvem a prática informacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Processo de busca e recuperação da informação. In: _____. **Precisão no processo de busca e recuperação da informação**. Brasília, DF: Editora Thesaurus, 2007. p. 65-89. (Série da Ciência da Informação e da Comunicação).

BRASIL. Presidência da República. **Lei Maria da Penha – Lei 11340/06**: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Brasília, DF, 2006. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/2k7XRVk>. Acesso em: 04 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação:** 2011-2020. Brasília, DF, 2010. v. 1. Disponível em: <https://bit.ly/2Mgqj57>. Acesso em: 08 jun. 2016.

BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 44, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/2OuH8XA>. Acesso em: 06 maio 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE. **Bem-vindo à política de privacidade**. [S.l.], 2016. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/2vBW1QV>. Acesso em: 05 nov. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ORWELL, George. **1984**. Tradução: Heloisa Jahn; Alexandre Hubner. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Tradução: Diego Alfaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SAVOLAINEN, Reijo. Information Behavior and Information Practice: Reviewing the "Umbrella Concepts" of Information-Seeking Studies. **Chigaco Journal**, Chigaco, v. 77, n. 2, p. 109-132, abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2OqBWEb>. Acesso em: 01 out. 2016.

WATERS, Roger. Another brick the wall part 2. Intérprete: Pink Floyd. In: PINK FLOYD. **The wall**. [London]: [Columbia Records; Capitol Records], p. 1979. 1 disco sonoro. Disponível em: <https://bit.ly/2Mdlo5G>. Aceso em: 14 jul. 2016.

WEINBERG, Gabriel. **We don't collect or share personal information**. [S. l.], 2010. Não paginado. Disponível em: <https://bit.ly/Zf4fvw>. Acesso em: 07 dez. 2010.

ZATTAR, Marianna. Competência em Mídia e em Informação no ensino em Biblioteconomia: um breve relato de experiência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 272-279, jan./jul. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2MdRFd6>. Acesso em: 20 mar. 2018.

CAPÍTULO 15

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: REVISANDO E ENTRELAÇANDO CONCEITOS

Fernanda C. da Silva Costa

Daniella Alves

Laelson Felipe da Silva

1 INTRODUÇÃO

Pensar no acesso, uso, disseminação e apropriação da informação, requer, dentre outras coisas, refletir sobre seu uso crítico e como isso pode reverberar na promoção do empoderamento de grupos subalternizados, a exemplo das mulheres, impactando, assim, na vida individual e social dessas pessoas.

Nesse sentido, o termo empoderamento, apesar da forma como tem sido utilizada atualmente, tem sua origem ligada, dentre outros aspectos, ao protagonismo e luta por justiça social. Seja na Europa do século XVI, com a reforma protestante, seja nos Estados Unidos na segunda metade do século XX, com o movimento feminista, ou mesmo com o *American Blacks*, onde esse termo remete à subversão das estruturas dominantes de poder (IORIO, 2002; BAQUERO, 2012).

Por outro lado, o uso crítico da informação, atualmente, está relacionado ao desenvolvimento do que muitos autores nomeiam de Competência Crítica em Informação (BEZERRA, 2015; BEZERRA; DOYLE, 2017; BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017; DOYLE, 2017). Dentre outros aspectos, faz referência à ideia de aprendizado ao longo

da vida, como ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade "livre" (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 136).

Esses dois conceitos, Competência Crítica em Informação e Empoderamento, em especial para mulheres, são tomados aqui em uma revisão e entrelace de literatura, partindo do pressuposto de que eles devem dialogar e servir de subsídios para outras pesquisas em Ciência da Informação e áreas afins, pois esses conceitos são essenciais para pensar o protagonismo social a partir do uso e apropriação da informação.

Apontamos isso porque a informação e o conhecimento são o cerne das esferas econômicas, políticas e sociais, estruturas que implicam diretamente no empoderamento das mulheres. Quando devidamente transformadas, essas estruturas possibilitam os protagonismos de sujeitas subalternizadas (ABATH; IRELAND, 2002). Assim, a informação traz às mulheres a possibilidade de diminuir as discrepâncias sociais oriundas de conceitos pseudocientíficos, que utilizam a percepção da diferença dos sexos para oprimir corpos femininos, minando a lógica do opressor e concedendo poder a quem antes era oprimida (BUFREM; NASCIMENTO, 2012).

Mediante à experiência das mulheres, faz-se necessário pensar em um novo sentido para o uso da informação, que promova um agir e pensar crítico que possam ser utilizados como forma de empoderamento. Assim, busca-se aqui, evidenciar os conceitos de Competência Crítica em Informação e Empoderamento, destacando os seus princípios, suas interseções e chamando atenção para a importância do entrelaçamento de ambos, mediante estudos na Ciência da Informação.

2 DE ONDE VEM OS TERMOS COMPETÊNCIA E EMPODERAMENTO?

Para iniciarmos essa reflexão, faz-se necessário entender um pouco sobre a origem dos termos que aqui são abordados, a saber:

competência e empoderamento. Sendo, de fato, necessário seu entendimento para que posteriormente sejam apresentados seus desdobramentos na área da informação.

2.1 O TERMO COMPETÊNCIA E SUA ORIGEM ADMINISTRATIVA

Vivemos numa sociedade em que, após o final do século XX, a informação se tornou fator fundamental de produção (MIRANDA, 2004). Dessa forma, para saber lidar com tais transformações sociais e com o protagonismo da informação nos processos diários do sujeito, começou-se a falar na necessidade de se obter competências.

Percebe-se que, após a revolução industrial, o trabalho humano passou a ser mecânico e desvalorizado, sendo de interesse do capitalismo apenas a utilização de mecanismos para seu controle. Com isso, surge a premência de uma administração da produção através da criação dos cargos gerenciais, que têm por objetivo fazer com que a produção funcione de acordo com os interesses das empresas. Porém, para administrar era preciso informações – sobre as tarefas, o tempo necessário para desenvolvê-las, os produtos, etc., mas nesse momento, essas informações ainda não se configuravam como fator de produção (MIRANDA, 2004).

No entanto, com o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e sua aplicação na produção industrial, assume-se uma nova base técnica complexa de matriz informacional (ALVES, 2011). As máquinas se tornam informatizadas e geram, além de produtos, uma quantidade cada vez maior de informação, que, por sua vez, torna-se fator integrante de produção (MIRANDA, 2004).

Para lidar com tais inovações trazidas pelas TICs, era preciso que os trabalhadores tivessem conhecimento, autonomia e criatividade. Segundo Miranda (2004, p. 113), nesse momento, “o trabalho deixa de ser o fator externo ao trabalhador e volta a ser algo intrínseco a quem o realiza”. De modo que, a ênfase agora está nas habilidades

cognitivas dos trabalhadores, o que exige deles cada vez mais qualificação.

O fato é que a revolução das máquinas informacionais disseminou uma nova base técnica para a indústria e um novo modo de operar a inteligência humana, dos quais surge o "modelo das competências profissionais", que segundo Alves (2011, p. 76) é uma nova "ideologia orgânica de formação profissional, que exige dos novos operadores saberes em ação (*savoir-faire*), talentos, capacidade de inovar, criatividade e autonomia no local de trabalho". Dessa forma, pode-se dizer que a noção de competência emerge devido ao novo modelo de gestão que foi requerido a partir das transformações no processo produtivo capitalista, e que foram proporcionadas principalmente pela introdução das TICs (MIRANDA, 2004).

Segundo Fleury e Fleury (2001, p. 21), competência seria "um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, interagir, transferir conhecimento, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo". Da mesma forma, Zarifian (2003) entende competência como uma nova forma de qualificação, definida como uma "construção da qualificação", que se objetiva por uma colocação de recursos em ação em uma situação prática, ou seja, na sua aplicação no mercado de trabalho. Posteriormente, o termo competência também migrou para o campo educacional, onde, de acordo com Gasque (2010), representou a intenção de superar a lacuna existente entre o conhecimento adquirido em sala de aula e sua aplicação.

O fato é que o termo competência é polissêmico e pode apresentar várias definições. No entanto, pode-se perceber a influência dos objetivos mercadológicos capitalistas na maioria delas. Além disso, o conceito de competência, por vezes, é criticado como uma perspectiva puramente técnica, sendo incluído, por conta disso, nas discussões de professores e estudiosos da área acadêmica (GASQUE, 2003). Tais discussões vêm proporcionando novas abordagens para o termo, que vem se reconfigurando para além dos

interesses mercadológicos, e assumindo outras perspectivas, como é o caso da Competência Informacional e da Competência Crítica em Informação que serão tratadas adiante.

2.2 O TERMO EMPODERAMENTO E AS LUTAS EMANCIPATÓRIAS

A determinação exata da origem do conceito de empoderamento se torna um trabalho árduo. Baquero (2012, p. 174) afirma que, apesar da ampla utilização atual, o termo empoderamento tem suas origens ainda no século XVI, na Europa, ligado à reforma protestante encabeçada por Lutero, que visava, dentre outros aspectos, "o protagonismo na luta por justiça social".

Todavia, é em meio ao movimento feminista e ao movimento *American Blacks*, pela luta dos direitos civis dos negros e das negras americanos(as), nos anos 1960, dentre outros movimentos emancipatórios da época, que o termo é mais evocado, tendo se desenvolvido a partir do momento em que é interseccionado com o conceito de gênero, ganhando notoriedade tanto como categoria teórica, quanto como instrumento para se interferir na realidade (IORIO, 2002).

Ao considerar tal ligação, gênero e empoderamento, Iorio (2002) traz um levantamento histórico que aponta para a importância do movimento feminista no questionamento da forma como mulheres estavam inseridas em contextos sociais, e neles, não tinham exercício pleno de sua cidadania. Retrata também, o trabalho das mulheres nos anos 1970 e 1980, quando buscavam implementar estratégias de empoderamento, o que, nos anos 1990, ocasionou a expansão da utilização do termo, visto que a "ampliação do uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso [...] produza mudanças nas práticas e políticas destes atores" (IORIO, 2002, p. 21-22).

Carvalho e Gastaldo (2008) resumem a origem do conceito e estratégia de empoderamento à:

> [...] psicologia comunitária, movimentos de auto ajuda e, em especial, práticas sociais surgidas a partir das reivindicações e lutas dos novos movimentos sociais ocorridas nas décadas de 1960 a 1980 em diversos países. Paulo Freire é citado, neste contexto, como um teórico inspirador de parte da literatura sobre empoderamento produzida por teóricos e profissionais da saúde comprometidos com a mudança social e o fortalecimento de práticas cidadãs questionadoras do *status quo* (CARVALHO; GASTALDO, 2008, p. 2031).

As colocações supracitadas se desdobram de acordo com Allen (2005) e Aithal (1999), tomando dois pontos de partida: por um lado as perspectivas de poder e por outro o discurso sobre desenvolvimento. As autoras afirmam que no primeiro o discurso ganha espaço na academia se consolidando em meio às questões críticas do poder, e no segundo, acaba perdendo alguns dos aspectos indagadores e revolucionários com os quais as feministas radicais compactuavam.

Segundo Carvalho e Gastaldo (2008), existem dois conceitos oriundos do empoderamento: empoderamento psicológico e o empoderamento social. O empoderamento social não significa a negação dos elementos que compõem o empoderamento psicológico, uma vez que reconhece a importância do agenciamento humano e, indo além, procura destacar a importância de buscarmos enfrentar as raízes e causas da iniquidade social (CARVALHO; GASTALDO, 2008, p. 2032), o que nos leva a considerar, ao adotar empoderamento como categoria de análise, quesitos que envolvem tanto as questões psicológicas intrínsecas à particularidade dos sujeitos e sujeitas e seu protagonismo a partir das relações e dos meios que lhes possibilitam o agenciamento.

Já Romano (2002), trata de aspectos que vêm sendo impressos ao conceito de empoderamento na sociedade contemporânea, vendo-os como concepções que o desvirtua e o afasta daquilo proposto em sua concepção, como a tentativa de se apresentar uma perspectiva higienizada e letárgica a um conceito cujos desdobramentos reverberam na sociedade de forma não controlada e muito menos neutra:

> O desdobramento dos conflitos significa que o processo de mudança, uma vez deslanchado, permeia e se infiltra em outras dimensões vividas pelas pessoas e grupos sociais. Empoderamento implica contágio, não assepsia. É fermento social: está mais para inovação criativa que para evolução controlada (ROMANO, 2002, p. 11).

Sua postura se deve à resistência ao atual empreendimento de tornar o empoderamento numa dádiva, algo que pode ser concebido a outrem como um benefício, sem considerar o papel do próprio sujeito no processo de ressignificação das estruturas de poder. Assim, são evidenciados aspectos que se relacionam ao acesso a bens, produtos ou serviços, sem que se considere aquilo que está ligado aos processos que fortalecem grupos e constroem a autoestima e confiança das pessoas (ROMANO, 2002, p. 11).

Romano (2002) continua a afirmar que se segue com severas críticas ao modismo que reaproveitou o conceito de empoderamento nos anos 1990, e que, de forma maléfica, fora tomado para formar práticas que não têm quaisquer ligações com as práticas originais empoderadoras. Para tratar realmente sobre o empoderamento, precisamos atentar ao conceito, a partir da sua essência inicial, mediante as possibilidades de mobilidade, cujos lugares subalternos se movem em direção ao protagonismo.

3 REVISANDO E ENTRELAÇANDO CONCEITOS: COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO DE MULHERES

Ao discutir temas como Competência Crítica em Informação e Empoderamento, faz-se importante refletir sobre como deve ser entendida a informação nesses estudos, uma vez que o termo informação pode ser visto por diferentes concepções, e quase toda disciplina científica utiliza esse termo dentro de um contexto próprio relacionando-o a fenômenos específicos (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Dentro da própria Ciência da Informação, a forma como a informação é vista muda de acordo com as múltiplas abordagens, mas para Capurro e Hjorland (2007), o termo informação representa na linguagem cotidiana, de forma genérica, o conhecimento comunicado.

De acordo com Araújo (2012, p. 146), a informação deve ser "vista como uma construção social, algo que é definido no terreno da ação concreta de sujeitos em ações recíprocas (isto é, interações), tal como no contexto das 'comunidades discursivas'". Já para Diener (1989), uma das características fundamentais da informação é que ela, ao ser consumida, não deixa de existir, além disso, pode ser reproduzida sem custo, sem perda de conteúdo e nem de significado, ou seja, é societal e intangível.

Dentro dessa perspectiva sobre informação e seu viés múltiplo, temos na Ciência da Informação, de acordo com Gasque (2010), os estudos sobre Competência Informacional, que podem ser observados a partir da utilização do termo *Information Literacy,* que surge em tópicos de pesquisa nos Estados Unidos, na década de 1970, referindo-se a "um conjunto de habilidades que exigem que os indivíduos reconheçam quando a informação é necessária e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essas informações" (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARY, 2000, p. 02, tradução nossa).

No Brasil, o termo *Information Literacy* pode ser apresentado com algumas variações de tradução, a saber, 'letramento

informacional', 'alfabetização em informação', 'literacia', 'habilidade informacional' e 'competência informacional'. No entanto, na literatura da Ciência da Informação, a tradução não literal mais utilizada para o termo é a de 'competência informacional' (GASQUE, 2010). Apesar das traduções apresentadas estarem ligadas à expressão *Information Literacy,* elas não possuem o mesmo significado, apesar de estarem inter-relacionadas ao uso da informação[56].

No que se refere à Competência Informacional, na Ciência da Informação, ela foi definida por diferentes autores, não cabendo aqui, trazer essa diversidade de conceitos, por acreditarmos que em sua essência eles apontam para a mesma direção, poucas são as variações. Optou-se por apresentar a definição de Dudziak (2008), uma das principais autoras brasileiras sobre o assunto, que parece ser mais adequada a este trabalho. Para ela:

> […] define-se a competência em informação como a mobilização de habilidades, conhecimentos e atitudes direcionada ao processo construtivo de significados a partir da informação, do conhecimento e do aprendizado. Diferentes dimensões passam a ser consideradas: a dimensão das habilidades informacionais alcançadas pelo treino; a dimensão cognitiva de construção do conhecimento apropriação de conteúdos e processo reflexivo; e a dimensão das atitudes e dos valores, que diz respeito a construção dos aspectos críticos, políticos e éticos da ação dos homens (DUDZIAK, 2008, p. 42).

A autora acredita que as Competências Informacionais acontecem através de três dimensões: a dimensão básica ou da

[56] Para um maior entendimento das diferenças entre os conceitos ligados a *Information Literacy*, sugere-se a leitura de Gasque (2010, 2013).

informação, onde acontece o desenvolvimento de habilidades para o uso das ferramentas informacionais e da tecnologia; a dimensão secundária ou do conhecimento, onde as habilidades são internalizadas e os conhecimentos são construídos com base na reflexão; e, por último, o nível mais complexo ou do aprendizado, onde a competência informacional é considerada um constante processo de aprendizado, englobando as duas primeiras dimensões, e adicionando valores e atitudes voltadas para aprender a aprender, como também para a responsabilidade social (DUDZIAK, 2007).

É importante citar também a ideia de Competência Informacional (*Information Literacy*) extraída do relatório final da *American Library Association* (ALA), de 1989, e assinada pelo *Presidential Committee on Information Literacy*, afirmando que:

> Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme, ou qualquer outra fonte possível (ALA, 1989, tradução nossa).

Deve-se observar que as Competências Informacionais não se limitam às questões de acesso à informação. Esse seria apenas um de seus aspectos, que deve ser somado, por exemplo, ao uso efetivo da informação acessada e sua conversão em conhecimento para o indivíduo, que deve saber usá-lo de forma crítica para solucionar seus problemas informacionais. Sob esses aspectos, o conceito se integra de forma suficientemente estreita ao conceito de empoderamento que demanda, antes de mais nada, uma compreensão crítica tanto

para direcionar a buscar e seleção da informação quanto para subverter sistemas e unidades informacionais nas quais as mulheres antes não seriam protagonistas em tais ações.

Ao longo dos últimos anos, o conceito de Competência Informacional vem se expandindo e ganhando novas abordagens, principalmente com o surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), e não raramente essas novas abordagens vêm acompanhadas de uma inflexão crítica (BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA JÚNIOR, 2017). De acordo com Bezerra, Schneider e Brisola (2017), atualmente, o volume e a velocidade da informação são superiores à capacidade humana de processá-la.

> Por isso, se o conhecimento teórico e o domínio operacional de ferramentas informacionais externas foram e são vitais, ao mesmo tempo foram e são, sempre, insuficientes, caso o sujeito não possua o devido senso crítico, que lhe permita conhecer suas próprias necessidades, vislumbrar qual informação poderia supri-las e ser capaz de localizá-la, processá-la, utilizá-la (BEZERRA; SCHNEIDER; BRISOLA, 2017, p. 07-08).

Assim, surge a noção de Competência Crítica em Informação, que traz, antes de tudo, uma crítica aos limites provocados pelo caráter instrumental da Competência Informacional. Sabe-se que o domínio instrumental de dispositivos informacionais é necessário para qualquer competência em informação, mas não é o suficiente para que se possua uma Competência Crítica em Informação (BRISOLA, SCHNEIDER; SILVA JÚNIOR, 2017). Além do domínio instrumental, a Competência Crítica em Informação requer

> [...] um questionamento, por parte do usuário e dos mediadores da informação, sobre as necessidades informacionais de uns e outros,

> uma reflexão sobre o quão efetivamente necessárias seriam essas "necessidades", seguida por um exame de sua hierarquia e de suas condições concretas de satisfação. Em outras palavras, a CCI[57] requer uma problematização conceitual, psicológica e pragmática das necessidades informacionais (BRISOLA; SCHNEIDER; SILVA JÚNIOR, 2017, p. 07).

Por outro lado, o conceito de Competência Crítica em Informação faz referência à ideia de aprendizado ao longo da vida, de forma que o indivíduo seja capaz de lidar não apenas com os desafios tecnológicos, mas também com os econômicos e sociais (BEZERRA, 2015). Nesse sentido, Abath e Ireland (2002) apresentam três aspectos através dos quais as mulheres podem atingir o empoderamento quando estes forem devidamente transformados: a economia, a política e a social. As autoras ainda afirmam que o ponto de convergências dessas três esferas é, de fato, a informação e o conhecimento.

Nessa nova perspectiva crítica, a Competência Informacional é vista como

> [...] uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas" (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 136).

A afirmação de Vitorino e Piantola parece, à primeira vista, um tanto quanto ingênua, uma vez que, no mundo capitalista em que vivemos, não cabe apenas ao sujeito definir o curso de sua vida, este

[57] Competência Crítica em Informação.

depende de inúmeros fatores externos à sua própria vontade. No entanto, a questão chave está no fato de poder fazer "escolhas mais conscientes".

É importante frisar que os estudos sobre Competência Crítica em Informação são baseados na contribuição sociológica da teoria crítica. Tal teoria vai "enfatizar o conflito, a desigualdade, o embate de interesses em torno da questão da informação" (ARAÚJO, 2009, p. 196). A teoria crítica que serve de subsídio para o estudo das Competências Informacionais tem fortes ligações com o pensamento marxista e suas revisões e adaptações para o campo cultural, realizadas por Pierre Bourdieu e pelos teóricos da Escola de Frankfurt (BEZERRA, 2015). Todos esses pensamentos têm em comum:

> [...] i) a percepção da realidade histórica como construída através de lutas de classe; ii) a sensibilidade para observar as desigualdades sociais que conformam a estrutura social em grupos dominantes e grupos dominados; e iii) o reconhecimento de que as ideias dominantes em todas as épocas e sociedades são as ideias da classe dominante, ou seja, a que detém os meios de produção material (BEZERRA, 2015).

Em resumo, de acordo com Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017), a Competência Crítica em Informação exige do sujeito um conjunto de seis competências, por assim dizer:

> 1) Competência instrumental, na qual está baseada a Competência Informacional em seus estudos iniciais;
> 2) Reflexão sobre as necessidades informacionais;
> 3) Atitude questionadora diante da informação em si;
> 4) Atitude questionadora diante das fontes de informação;

> 5) Estudo da ética em informação;
> 6) Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação. Essas seriam qualidades essenciais para que um sujeito possa ser competente criticamente em informação.

Com essa definição crítica dos usos da informação, levando em consideração os processos sociais para sua assimilação, seu uso e acesso, temos a ligação com o empoderamento, que em meio às diversas questões apresentadas, ligam-se para promover o protagonismo social.

Dentre as instâncias nas quais o empoderamento pode ser fomentado, está a instância informacional, que associada a outros aspectos da vida pessoal, profissional e civil, em especial das cidadãs, proporcionam a percepção de seu lugar subalternizado. E ao passo que essa informação se sedimenta em conhecimento, lhes concede estratégias para interferir nesse quadro que se mantém e se manifesta mediante a opressão do homem universal.

Uma Competência Crítica em Informação permite que as mulheres selecionem e identifiquem informações específicas e relevantes, que podem proporcionar a compreensão de inúmeros aspectos que envolvem sua percepção enquanto mulher e seu lugar na sociedade na qual se insere.

Batliwala (1994, p. 130) trata do termo Empoderamento não como algo isolado ou encerrado em si, mas o apresenta como um conjunto de atividades empreendidas por indivíduos que envolvem "resistência, protesto e mobilização coletivas", a partir da quais relações sociais são questionadas, sobretudo, sobre como nestas o poder está tensionado, e para isso a Competência Crítica em Informação se apresenta não apenas como ferramenta, mas como fator fundamental de luta. Nesse sentido,

> A informação mediada exerce uma função primordial na promoção do diálogo com sujeitos

> que vivem, por exemplo, à margem da sociedade. Provoca nestes o interesse pela apropriação/empoderamento da informação, propiciando o surgimento da consciência do valor que esta terá sobre suas vidas. Não se pode, entretanto, pensar na perspectiva de que esses moradores, num primeiro momento, serão mediadores autônomos. É preciso que ações de integração social sejam aplicadas por meio de uma construção coletiva inspirada em teorias, como a da libertação de Paulo Freire, bem como ouvir e sentir o que os habitantes anseiam, visualizando o campo de pesquisa como um lugar repleto de protagonistas que exprimem seus desejos de modo diverso (FARIAS, 2016, p. 324).

Nessa complexa relação na qual o próprio indivíduo é aquele que toma para si o poder (empodera-se), ao mesmo tempo sua ação na sociedade não ocorre de forma isolada. Seu contexto, contato com demais agentes sociais e práticas informacionais, tornam possível sua tomada de consciência acerca da relação na qual se envolve e à qual busca resistir.

O acesso a recursos financeiros, a informação, a Competência Crítica em Informação, a capacidade de produzir e disseminar normas, atitudes e valores, configura-se como fundamental para o questionamento das relações de poder nas quais as mulheres estão em condição de subalternização, pois é através do acesso aos conteúdos informacionais e sua apropriação, que será possível o redirecionamento dos vetores de poder sob os quais estão essas populações minoritárias, como é o caso das mulheres, possibilitando o protagonismo e ressignificação de preconceitos, muitas vezes, respaldados na desinformação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que Competência Crítica em Informação e Empoderamento se relacionam à medida que permitem aos sujeitos, nesse caso às mulheres, transformar, dentre outros aspectos, as relações de poder sob as quais estão mantidas. Dessa maneira, a informação é percebida como importante elemento para diminuir desigualdades, ampliando o acesso à informação para seu uso em nível mais elevado, a apropriação, um dos aspectos do caminho para o empoderamento.

Assim, mulheres que possuam Competência Crítica em Informação que lhes direcione a conteúdos informacionais empoderadores, têm a possibilidade de transformar seus contextos à medida que resistem, lutam e transformam modelos sociais e políticos hegemônicos fundamentados na percepção das diferenças entre os sexos.

Os princípios que geram resultados no processo de recepção e geração de informação, não garantem as transformações, mas geram possibilidades de promover a consciência para operação nos contextos, pois há ressignificação dos conceitos, além do espaço de interlocução no exercício da crítica.

Nesse sentido, o empoderamento tanto pode ser promovido pelo uso crítico da informação, como pode ser promotor do sentido contrário, criando informações que sejam potência para empoderar. Com isso, temos estabelecido, que na esfera social, isso inspira, cria, motiva e sustenta a forma como mulheres podem mudar as condições sociais de subalternidade, ou mesmo como os contextos podem ser observados pela ótica do empoderamento a partir da consciência da Competência Crítica em Informação.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; IRELAND, Timothy Denis. A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque. (Org.). **O Campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2002.

AITHAL, Vathsala. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice. **Working Papers**, Kvinnforsk: University of Tromso, 1999.

ALLEN, Amy. Feminist Perspectives on Power. **Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2005. Disponível em: <https://stanford.io/2P7fYHA>. Acesso em: 20 maio 2018.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. Presidential Committee on Information Literacy. **Final Report**. Chicago: American Library Association, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/1RLPFRm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2OYPzeV>. Acesso em: 23 dez. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila de. Paradigma Social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade**: Estudos., João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2w2FaWX>. Acesso em: 28 jan. 2018.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES - ACRL. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA,

2000. Disponível em: <https://bit.ly/2I9hNiY>. Acesso em: 20 dez. 2017.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173-187, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2MgPXYs>. Acesso em: 18 maio 2018.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: GITA. Sen; GERMAIN. Adrienne; CHEN, Lincoln (Eds.). **Population policies reconsidered:** health, empowerment and rights. Boston: Harvard University Press, 1994. Disponível em: <https://bit.ly/2vG9MOn>. Acesso em: 18 maio 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENANCIB*,* 16., 2015. João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB. Disponível em: <https://bit.ly/2gKknBH>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BEZERRA, Arthur Coelho; DOYLE, Andréa. Competência crítica em informação e participação ética em comunidades de aprendizagem. In: ENANCIB*,* 16., 2015. João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: UFPB. Disponível em: <https://bit.ly/2BfhkNA>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 7-16, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2MdPBSk>. Acesso: 06 dez. 2017.

BRISOLA, Anna Cristina; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB*,* 17., 2017.

Marília. **Anais**... Marília: UNESP. Disponível em: <https://bit.ly/2w6I2Sn>. Acesso em: 14 fev. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva do. A questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2w6IqAj>. Acesso em: 18 maio 2018.

CAPURRO, Rafael; HJÖRLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2P6kKVJ>. Acesso em: 20 jan. 2018**.**

CARVALHO, Sérgio Resende; GASTALDO, Denise. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & Saúde Coletiva**, Temas livres, p. 2029-2039, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2vHWlxn>. Acesso em: 14 maio 2018.

DIENER, Richard. Information science: What is it? ... What should it be? **Bulletin of the American Society for Information Science**, v. 15, n. 5, Jun./Jul. 1989. Disponível em: <https://bit.ly/2MlkvHG>. Acesso em: 12 fev. 2018.

DOYLE, Andréa. **Competência em crítica em informação nas escolas ocupadas do Rio de Janeiro**. 137 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2OtOwlY>. Acesso em: 29 dez. 2017.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2w5I11n> Acesso em: 30 dez. 2017.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. A informação como potencializadora da autonomia e da integração social. **Transinformação**, v. 28, n. 3, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2KK5iLv>. Acesso em: 19 maio 2018.

FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias empresariais e formação de competências**: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 169 p.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Comportamento dos professores da educação básica na busca de informação para formação continuada**. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Arcabouço conceitual do letramento informacional. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 3, p. 83-92, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2KO79ik>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Competência em Informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 5-9, 2013. Disponível em: <http://www.atoz.ufpr.br>. Acesso em: 20 dez. 2017.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**, Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 21-44, 2002.

MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2KK6xKF>. Acesso em: 21 dez. 2017.

ROMANO, Jorge. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta (Org.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2P23WyS>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. São Paulo: Senac, 2003.

CAPÍTULO 16

PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO: ANÁLISE DA *WEB OF SCIENCE*

Priscila Fevrier

Dirnéle Carneiro Garcez

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo em que recebemos informações diariamente, devemos estar preparados para saber verificar a fonte, compreender, interpretar e filtrar as informações que chegam até nós. Em época de *fake news* (notícias falsas), a competência em informação se torna um instrumento para não se deixar enganar por conteúdos manipulados deliberadamente em prol de grupos políticos, religião e interesses comerciais.

Para ser alfabetizado informacionalmente, um indivíduo deve estar equipado com o porquê, quando e como aplicar todas as ferramentas de Competência em informação (CoInfo) ou *Information literacy* (IL) e desenvolver a capacidade de pensar decisivamente e criticamente sobre as informações que eles necessitam (UNESCO, 2004).

A Competência em Informação tem sido debatida recentemente no Brasil e na América Latina. Porém, já é um campo de estudos solidificado em diversos países desenvolvidos, dado o reconhecimento de sua importância para a educação e aprendizagem na atual "sociedade da informação".

A ciência produzida por potências mundiais, consideradas aquelas detentoras do conhecimento científico, é o que tem embasado as pesquisas realizadas ao redor do mundo. No entanto, não percebemos com a mesma evidência as pesquisas produzidas por africanos/as, assim como não as vemos sendo utilizadas como base da formação profissional e intelectual de indivíduos como o fazemos com aquele conhecimento oriundo de americanos e europeus.

Na Ciência da Informação, a produção científica de pesquisadores e pesquisadoras africanos/as que estudam a competência em informação ainda é pouco conhecida. Entendemos a importância de reunir esforços para divulgação destes estudos, visto que no contexto científico e na Ciência da Informação, campo de estudos onde a competência em informação está inserida, o conhecimento produzido por africanos/as é invisibilizado por conta das vertentes e teorias utilizadas dentro da área.

Nosso foco nesse capítulo é verificar a existência da competência em informação no Continente Africano a partir da publicação científica de pesquisadores e pesquisadoras desse Continente. Como objetivo geral, pretendemos analisar a produção científica sobre competência em informação (*information literacy*) em África. Com relação aos objetivos específicos, esta pesquisa busca: a) Conhecer quais os principais autores e autoras africanos sobre o tema; b) Identificar quais as Universidades ou Instituições onde estes autores e autoras com maior número de publicações sobre o tema pertencem; c) Apontar os periódicos científicos com maior número de artigos sobre CoInfo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir, apresentaremos os conceitos de comunicação científica, produção científica, produção de conhecimento no Continente Africano e competência em informação.

2.1. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Segundo Garvey (1979, p. 9), a comunicação científica é o processo de produção, disseminação e uso da informação, desde a concepção da ideia até o momento em que os resultados da pesquisa sejam considerados científicos. Bueno (2010, p. 2) afirma que a comunicação científica "diz respeito à transferência de informações científicas, tecnológicas ou associadas a inovações e que se destinam aos especialistas em determinadas áreas do conhecimento". Para Schweitzer, Rodrigues e Rados (2011, p. 85)

> [...] a comunicação é a essência do avanço científico. É tão importante quanto a própria pesquisa, pois esta só será legitimada após ter sido analisada e aceita pelos pares, o que exige sofisticados processos de validação antes de a publicação ser finalizada.

Ainda segundo Schweitzer, Rodrigues e Rados (2011, p. 85) a comunicação científica acontece "através das seguintes etapas: investigação, análise, documentação, comunicação, produção, registro e disseminação da informação". A disseminação das informações obtidas durante as pesquisas dá-se através de canais, sendo eles formais e informais. Segundo Salomon (2004, p. 309), "canais são os meios utilizados tanto para comunicar resultados como para obter informações". Segundo Bueno (2010, p. 4)

> A comunicação científica está presente em círculos mais restritos, como eventos técnico-científicos e periódicos científicos. Embora existam congressos ou publicações especializadas com número significativo de interessados (respectivamente, participantes ou leitores), ela não consegue reunir, pela própria limitação de

> acesso dos canais ou veículos, a mesma audiência.

Para Targino (2000, p. 19), os canais formais e informais são distintos, porém "ambos são indispensáveis à comunicabilidade da produção científica, mas são utilizados em momentos diversos e obedecem a cronologias diferenciadas".

As publicações científicas são oriundas, geralmente, de pesquisas realizadas por cientistas de diversas áreas. São publicadas em periódicos científicos, em especial, aqueles que possuem avaliação cega por pares (outros pesquisadores especialistas no assunto em questão).

Segundo Pereira Junior (2007, p. 308), a publicação científica "nada mais é que o ato de tornar públicos a metodologia e os resultados de uma pesquisa". Ainda segundo o autor, a publicação científica possui duas correntes, sendo elas: "uma que considera que seu papel é supervalorizado, levando a um excesso de publicações, que perdem em qualidade e número de leitores" e a outra " que entende que a publicação é essencial para todos que fazem pesquisa, e que os meios de publicação eletrônicos abrem uma nova perspectiva para se democratizar o processo" (PEREIRA JUNIOR, 2007, p. 308).

Para Volpato (2005, p. 03), os aspectos de uma publicação científica internacional são: "a) novidade da proposta, b) qualidade metodológica, c) qualidade do texto, d) veículo da publicação, e) número de citações dos artigos e f) país de origem". Nessa perspectiva, Brofman (2012, p. 419) considera que as publicações científicas possuem como objetivo "divulgar a pesquisa para a comunidade, de forma que permita que outros possam utilizá-la e avaliá-la sob outras visões". Ainda segundo este autor:

> As revistas, eletrônicas ou impressas, ainda são consideradas como o modo mais rápido e economicamente viável, para os pesquisadores fazerem circular e tornar visíveis os resultados do

> seu trabalho. Pois, é por meio de uma publicação científica que a sociedade toma conhecimento dos resultados de um trabalho de pesquisa e o que este representa para a coletividade (BROFMAN, 2012, p. 419).

Mas, e a produção científica dos pesquisadores e das pesquisadoras africanas sobre competência em informação? A seguir, refletiremos sobre o continente africano e a produção científica.

2.2 A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E O CONTINENTE AFRICANO

O conhecimento científico foi dominado por pesquisadores oriundos de outros continentes que não o Africano. O fazer ciência, só é considerado uma "real ciência" quando vindo da perspectiva eurocêntrica ou americana. Furtado (2016, p. 121) explana que

> [...] o processo de constituição e consolidação do campo científico é concomitante da construção de objetos do conhecimento e dos paradigmas teóricos indispensáveis à construção da ciência e de sua legitimação.

Quando pensamos na produção do conhecimento, verificamos que há pesquisadores e pesquisadoras do Continente Africano que realizam suas pesquisas com o foco nos estudos de diversos temas e que não pesquisam somente sobre África. Além disso, os intelectuais e cientistas africanos e africanas buscam desmistificar as falsas narrativas que foram criadas sobre o conhecimento produzido em África, buscando evidenciar novas teorias, epistemologias e métodos (HOUNTONDJI, 2008). Além disso,

> Fora do continente, esforço semelhante tem sido observado, nomeadamente na América Latina, de forma particular no Brasil, onde a introdução no

> sistema educativo da obrigatoriedade do estudo da História e Culturas Africanas e Afro-brasileiras tem permitido uma forte dinamização de estudos e pesquisas sobre o continente africano e as relações entre as diásporas africanas nas Américas e na África (FURTADO, 2016, p. 119).

Furtado (2016) reflete sobre a emergência da produção científica sobre e do Continente Africano para a abordagem de possíveis teorias, epistemologias e metodologias em diversas áreas e campos de estudos. Aborda os principais desafios e dilemas encontrados dentro da academia para a abordagem sobre África de forma dialógica com os pesquisadores/as africanos/as, trazendo assim, conhecimentos desse Continente para a construção de pesquisas sobre África a partir da visão de quem é de lá.

Por esse motivo, este capítulo apresenta a competência em informação na visão de pesquisadores e pesquisadoras africanos/as, de forma a entendermos as especificidades do que é a competência em informação para os/as cientistas daquele Continente. Nos ateremos aqui à forma como a competência em informação é utilizada por estes/as cientistas dentro da Biblioteconomia e Ciência da Informação. A seguir, realizaremos a contextualização do que é competência em informação e suas características.

2.3 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Uma pesquisa que pretende falar sobre a produção científica de um determinado tema, deve construir um quadro teórico de referência. Por essa razão, será descrito, de forma breve, a origem, conceitos e características da information literacy (IL) ou competência em informação (CoInfo).

Mudanças tem ocorrido na Biblioteconomia e a Ciência da informação, que tem motivado o aparecimento de novos termos que

possam refletir de forma evidente as atividades que nos dias de hoje são exigidas pelos bibliotecários (CAMPELLO, 2003).

O termo “competência em informação”, surgiu na literatura em 1974, nos Estados Unidos, e foi abordada pela primeira vez em um relatório, de autoria do bibliotecário Paulo Zurkowisk que tinha como título The information service environment relationships and priorities, (1984). Zurkowisk era, naquele momento, o Presidente da Information Industry Association (IIA), fazia também parte do grupo National Commission on Libraries and Information Science. Neste grupo, esta equipe tinha como objetivo criar e determinar diretrizes para um programa em âmbito nacional de acesso universal à information literacy (DUDZIAK, 2010).

Paul Zurkowisk (1974) em seu trabalho, descreve múltiplos produtos e serviços desenvolvidos em instituições privadas e suas relações com os serviços tradicionais de bibliotecas e com o setor de informações. O autor ressalta as situações em que os papéis tradicionais de bibliotecas e atividades de informações do setor privado estão em transição. A partir disso, sugere que a principal prioridade da Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência da Informação deve ser direcionada para o estabelecimento de um grande programa nacional para alcançar a alfabetização universal da informação até 1984.

Ainda nesse mesmo contexto, Dudziak (2003) nos fala que os recursos informacionais deveriam ser utilizados em situações de trabalho, na resolução de problemas, através da aprendizagem de técnicas e habilidades para fazer uso das ferramentas de acesso à informação. Esse conjunto de habilidades e técnicas era necessário para o uso de forma eficiente e eficaz da informação.

A competência informacional tornou-se um conceito importante para pesquisas de diversas áreas. Vitorino e Piantola (2009) que o conceito de competência ainda é embrionário e por isso continua a ser objeto de estudo e motivo de muitos debates.

Ward (2006, p. 6), constata que a information literacy não é uma ideia estática e limitada, mas um conceito dinâmico que continua a crescer para incorporar um conjunto maior de habilidades essenciais para uma vida de significado em uma era da informação.

Um dos conceitos mais disseminados de competência em informação ou *information literacy* foi apresentado em um relatório da *American Library Association* (ALA), em 1989. Este conceito descreve que,

> Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando precisa de informação e possuir habilidade para localizar, avaliar e usar efetivamente a informação. Para produzir esse tipo de cidadania é necessário que escolas e faculdades compreendam o conceito de competência informacional e o integrem em seus programas de ensino e que desempenhem um papel de liderança preparando indivíduos e instituições para aproveitarem as oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, pessoas que têm competência informacional são aquelas que aprenderam a aprender. Essas pessoas sabem como aprender porque sabem como a informação está organizada, como encontrar informação e como usar informação, de tal forma que outros possam aprender com elas (ALA, 1989 apud CAMPELLO; ABREU, 2005, p. 179).

Ward (2006, p. 5) menciona,

> [...] que a definição de 1989 de Competência em Informação e os esforços subsequentes para fornecer exemplos concretos parecem pôr fim à discussão. No entanto, aqueles esclarecimentos são um pouco como o copo que está meio cheio.

> A definição nos leva a ver o que está lá, mas não o que está faltando. Talvez nossa ênfase no pensamento crítico sobre informação não é uma resposta adequada ao complexo universo da informação em que viver. Nosso relacionamento com a informação é muito mais complicado do que isso. Nós entendemos nós mesmos e o mundo de outras formas também. A informação chega até nós de muitas formas, incluindo metáfora, poesia, literatura e mito. Nós usamos processos psicológicos de intuição e imaginação, tanto quanto o pensamento crítico para mediar a nossa relação com o mundo.

Para Campello e Abreu (2005), o conceito de competência em informação compreende a ideia de habilidade de informação. As autoras em seu artigo citam Kuhlthau ao dizer que:

> [...] usuários competentes em informação estão preparados para aplicar habilidades informacionais e de uso de biblioteca ao longo da vida. Ou seja, uma pessoa competente em informação domina as habilidades necessárias para desenvolver o processo de pesquisa [...] (KUHLTHAU, 1996, p. 154 apud CAMPELLO; ABREU, 2005).

A ideia inicial aceita sobre a competência em informação de que, em sua essência, está ligada a um conjunto de habilidades particulares associadas à utilização da informação em meio digital é somente um dos muitos enfoques dados pelo termo, onde na medida que as pesquisas sobre o tema evoluem, este campo vem crescendo em complexidade (VITORINO; PIANTOLA, 2009).

De acordo com o *Scottish Information Literacy Project* (2013), a CoInfo é a panaceia para promover habilidades de resolução de

problemas, especialmente os problemas que vêm com o uso de instalações modernas canalizadas para acessar informações. Argumenta que a CoInfo ajuda a munir os estudiosos/indivíduos com o pensamento crítico, a capacidade de buscar respostas para questões críticas, encontrar informações em várias fontes, formar opiniões inteligentes e avaliar fontes de informação para um julgamento informado, algo necessário para tomada de decisão.

Veremos a seguir, um panorama da competência em informação sob olhar dos pesquisadores e das pesquisadoras do Continente Africano.

2.4 PANORAMA DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NA ÁFRICA

Bibliotecários e outros acadêmicos nas instituições de ensino de vários países introduziram programas de CoInfo que se destinam a transmitir as habilidades necessárias que permitem aos alunos\indivíduos se tornarem competentes em informação. Contudo, em muitos países africanos, a CoInfo ainda não foi seriamente considerada ou implementada devido a barreiras que impedem o desenvolvimento do campo (LWEHABURA; STILWELL, 2008 apud BARO; SEIMODE; GODFREY, 2013).

Baro, Seimode e Godfrey (2013) realizaram um estudo onde apontam algumas das barreiras para a implementação da CoInfo em bibliotecas universitárias da Nigéria, Reino Unido e Estados Unidos. Conforme os autores, na Nigéria, os obstáculos se referem à falta de instalações adequadas com computadores com acesso estável à internet nas bibliotecas universitárias, falta de compreensão do que seria a CoInfo, atitude de indiferença por parte dos alunos em relação às sessões de CoInfo, baixa aceitação da abordagem online sobre o tema. Esses obstáculos militam contra os esforços realizados pelos bibliotecários que visam implementar treinamento adequado de CoInfo nas bibliotecas universitárias do país.

Alguns estudos sobre ser competente em informação na Nigéria, mostraram que o principal fator contra a promoção de mais indivíduos competentes em informação é a falta de um esforço concentrado por bibliotecas acadêmicas na busca de um programa eficiente. Entre as razões dadas para isso estão: a falta de financiamento, profissionais inadequados, interrupções no calendário acadêmico, falta de espaço e apoio inadequado das instituições. Muitas vezes é difícil para os bibliotecários colocar a CoInfo à frente enquanto uma função da biblioteca. Existem até casos em que há controvérsia sobre quem melhor pode capacitar os usuários sobre o uso da biblioteca (IDIODI, 2005).

Dadzie (2007) identificou também outros problemas que dificultam o desenvolvimento e implementação de programas de CoInfo. São eles: a) falta de comprometimento da universidade com o projeto; b) inadequada informação sobre o que é CoInfo; c) falta de vontade dos vários departamentos que já lidam com componentes de programas de CoInfo para colaborar uns com os outros.

Idiodi (2005) afirma que um outro fator é o nível de "analfabetismo informático" entre os bibliotecários, algo extremamente alto. Para esta autora, só podemos ensinar alguém a buscar, acessar e avaliar as informações se soubermos como fazê-lo. Assim, se você não possui competência sobre determinado assunto, dificilmente conseguirá ensinar outra pessoa. Nesse cenário, a falta de pessoal competente em TICs é uma das falhas citadas pelo autor.

Baro, Seimode e Godfrey (2013) descrevem a ideia de alguns autores que relatam como objetivo, a criação de um programa de CoInfo na África. Este programa deve ser para ajudar a "incutir um hábito permanente de identificar uma necessidade de informação" e "de forma eficiente, procurar usar fontes indígenas, orais, impressas, eletrônicas e outras fontes de informação para satisfazer essa necessidade" e, dessa forma, "aumentar o pessoal, a comunidade e o interesse socioeconômico nacional" (AIYEPEKU, ATINMO; ADERNOYE, 2002 apud BARO, SEIMODE; GODFREY ,2013, tradução nossa)

3 METODOLOGIA

O período de busca dos dados deste artigo foi maio de 2018, onde, em uma primeira etapa, foi pesquisada a palavra-chave "*information literacy*" no campo de busca da base de dados Web of Science, além de ser selecionada a categoria "*Information Science and Library Science*" e tipo de documento "*article*" no período de 1977 a 2018.

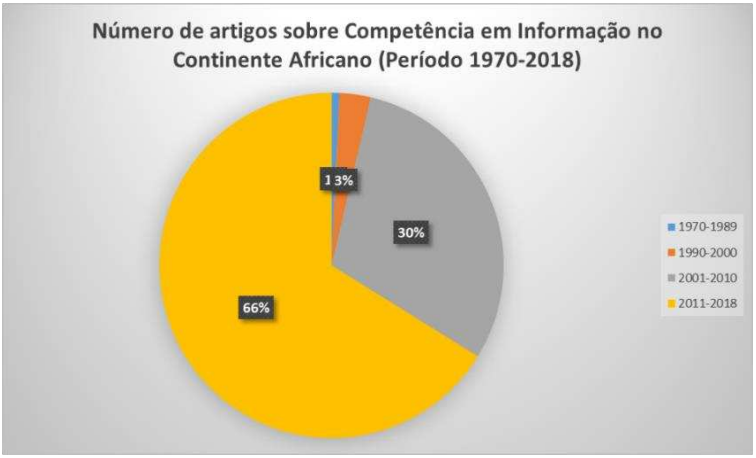
Ao total, foram encontrados 2.166 artigos. Posteriormente, foram selecionadas as publicações científicas sobre o tema nos seguintes países do Continente Africano: África do Sul, Botswana, Nigéria, Tanzânia, Uganda, Quênia, Gana, Benin, Zâmbia, Egito, Malawi, Namíbia, Zimbabwe. Ao final desta seleção, foram recuperados 136 artigos. Após, para a verificação do tema relacionado à competência em informação, foram lidos os resumos dos artigos para ver os contextos em que estes utilizavam ou abordavam a competência em informação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Como pode ser observado no Gráfico 1, as publicações sobre o tema no Continente Africano tiveram um aumento entre os anos de 2001 a 2018. Sendo que de 2001 a 2010 foram publicados 41 artigos, (30%), enquanto de 2011 a 2018 foram 90 publicações (66%).

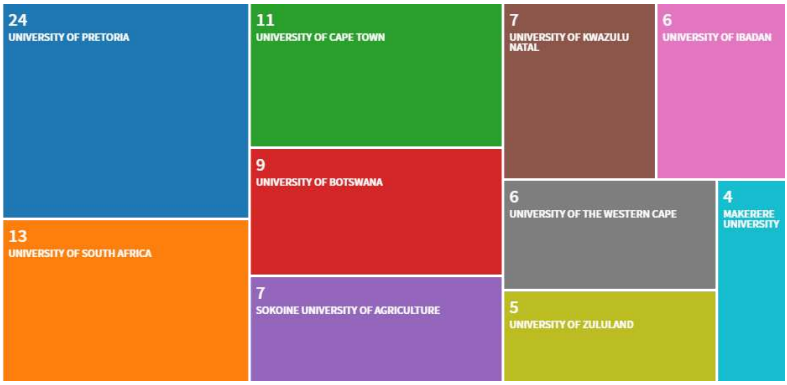
Isso sugere que o estudo do tema no Continente tem despertado interesse de pesquisadores e pesquisadoras da Ciência em Informação no Continente, devido, talvez à tentativa de implementação de programas que permitam a capacitação, não só dos bibliotecários, mas também do público atendido dentro das bibliotecas buscando torna-los mais críticos e autossuficientes quanto às informações que recebem no seu dia a dia.

Gráfico 1 - Relação do número de publicações por ano (período 1977-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 1 - Universidades com maior produção científica sobre competência em informação (período 1977-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Figura 1, são apresentadas as 10 Universidades com maior número de publicações sobre a temática pesquisada. Verificamos que a *University of Pretoria*, possui no total 24 publicações, seguida da *University of South Africa* que fica também na cidade de Pretória , com o número de 13 publicações, a *University of Cape Town*, da Cidade do Cabo , com 11 publicações, a *University of Botswana* com o número de nove publicações, a *Sokoine University Agriculture* e a *University of Kwazulu-Natali* com sete publicações cada, a *University of The Western Cape* e *University Ibadan* com o total de seis publicações, a *University of Zululand* com o número de cinco publicações e, por último, a *Makerere University* com total de quatro publicações. Podemos perceber que esse resultado está relacionado ao fato de que os principais pesquisadores e pesquisadoras sobre CoInfo fazerem parte do corpo docente das referidas instituições, conforme nos mostra a Figura 2.

Figura 2 – Principais autores e autoras do Continente Africano que produzem sobre Competência em Informação

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Existem autores e autoras que possuem foco de pesquisa em CoInfo no Continente Africano, como pode ser observado na Figura 2. Com relação aos que possuem maior número de artigos sobre o tema, destacamos: Ina Fourie, Ebikabowei Emmanuel Baro, Frankwell Dulle, Stephen Mutula e Christine Stilwell.

Nesta pesquisa, Ina Fourie aparece em primeiro lugar com maior número de publicações realizadas sobre o tema da CoInfo com 17 artigos. Fourie começou sua carreira como bibliotecária na *Atomic Energy Corporation of South Africa*. Atualmente é professora na *University of Pretoria*, no departamento de Ciência da Informação, enquanto docente de graduação e pós-graduação, em disciplinas sobre o tema da competência informacional, recuperação da informação, organização da informação, comportamento informacional e busca de informações (UNIVERSITY..., 2018). Os temas de pesquisa de Ina Fourie estão focados, principalmente no comportamento informacional, especialmente em contextos de saúde como câncer em geral, câncer cervical e outros cânceres ginecológicos, cuidados paliativos, dor, HIV/AIDS, bem como nos contextos acadêmicos e vários contextos de trabalho (UNIVERSITY..., 2018). Além disso, a autora tem buscado oportunidades de pesquisa em alfabetização informacional, incluindo alfabetização de informações acadêmicas e do local de trabalho, serviços de conscientização, funções intermediárias no fornecimento de informações, busca de informações colaborativas e tópicos ad hoc, como tendências na censura na Internet (UNIVERSITY..., 2018).

Além de Iná Fourie, existem mais quatro autores. Estes possuem cada um, quatro artigos científicos. São eles:

a) O primeiro autor, Ebikabowei Emmanuel Baro é bibliotecário da *University Federal Otuoke*. Possui mestrado pelo Departamento de Biblioteconomia e Ciência da Informação pela *Delta State University*, Abraka, Nigéria. Seus principais interesses de pesquisa estão

vinculados a repositórios institucionais, competência em informação, bibliotecas universitárias, empreendedorismo em bibliotecas e centros de informação, entre outros (RESEARCHGATE, 2018).

b) O segundo autor, Frankwell Dulle, é professor na *Sokoine University Agriculture* e atualmente é chefe do Departamento de Gestão do Conhecimento. Dulle possui bacharelado em Agricultura; mestrado em Biblioteconomia e Estudos de informação pela *University of Botswana* e um PhD em Ciência da Informação pela *University of South Africa*. Os interesses de pesquisa do autor se focam no uso da CoInfo para o aprimoramento da exploração de recursos eletrônicos/online para busca e acesso à informação (SOKOINE... 2018).

c) O terceiro autor é Stephen Mutula, professor e pesquisador sênior honorário da *University of Kwazulu-Natali*. Mutula é também chefe do Departamento de Biblioteconomia e Informação da *University of Botswana.* Este pesquisador possui PhD e mestrado em Ciência da Informação, diploma de pós-graduação em Ciência da computação e diploma de bacharel em Educação pelas instituições: *University of Joanesburgo* (SA), País de Gales (Reino Unido) e Nairóbi (Quênia), respectivamente (UNIVERSITY OF KWAZULU-NATALI, 2018a). É autor do livro "*Web Information Management: A Cross-Disciplinary Textbook*" em parceria com Justus M. Wamukoya e co-editor do livro "*Information and Knowledge Management in the Digital Age: Concepts, Technologies and African Perspectives*" em parceria com Lenrie Olatokunbo Aina e Mutawakilu Adisa Tiamiyu. Seus interesses de pesquisa estão vinculados à Sociedade da informação, pobreza

informacional, ética da informação, exclusão digital, governo eletrônico, ética da informação e informação para o desenvolvimento (IG GLOBAL, 2018; UNIVERSITY OF KWAZULU-NATALI, 2018a).

d) E por último, Christine Stilwell, professora emérita da *University of Kwazulu-Natali,* do departamento de Estudos de Informação. Seus interesses de pesquisa estão vinculados à CoInfo no contexto jurídico e no contexto acadêmico, bibliotecas públicas e inclusão social, usuários e uso de informação, sistemas de entrega de informações e gestão do conhecimento. É editora do livro "*Knowledge, information and development: an African perspective*" realizado em conjunto com Athol Leach e Simon Burton (ACADEMIA, 2018; UNIVERSITY OF KWAZULU-NATALI, 2018b).

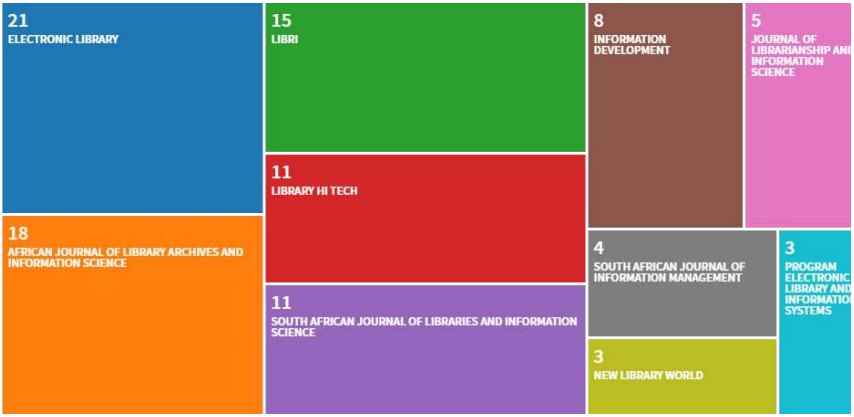
Dos 17 artigos publicados e recuperados nesta pesquisa, oito são escritos em colaboração com outros pesquisadores e pesquisadoras, por isso foram classificados como publicações de autoria coletiva. Nove artigos foram escritos por somente um pesquisador ou pesquisadora e, portanto, classificado como publicações de autoria coletiva.

Como podemos observar na Figura 3, a maioria da produção científica sobre competência em informação encontra-se na África do Sul com 67 do total dos artigos recuperados. Nigéria é a segunda com maior produção científica de pesquisadores e pesquisadoras africanas sobre o campo, com 41 artigos, seguida de Tanzânia com 13 e Botswana com 10 artigos.

Figura 3 – Países do Continente Africano e sua produção sobre Competência em Informação

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 4 – Principais periódicos com publicações sobre competência informação publicados por pesquisadores de África



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Quanto aos periódicos científicos com maior número de artigos publicados sobre competência em informação, verificamos que o

periódico *Electronic Library* possui o maior número (21 artigos), seguido pelo periódico *African Journal of Library Library Archives and Information Science*, com 18 artigos. Em terceiro lugar, está o periódico *Libri* com 15 artigos e o periódico *Library Hi Tech*, com 11 artigos. Percebemos que três periódicos com maior número de publicações sobre o tema são oriundos do Continente Africano, a saber:

a) *African Journal of Library Archives and Information Science*, foi criado "fornecer um fórum para bibliotecários, arquivistas, documentalistas, cientistas da informação e outros profissionais relacionados à informação na África para relatar suas descobertas de pesquisa, mas com ênfase no cenário africano" (AFRICAN..., 2018, s.p. tradução nossa). Sua "ênfase está na pesquisa empírica; no entanto, manuscritos de alta qualidade sobre aspectos teóricos das três disciplinas relacionadas à informação serão considerados para publicação" (AFRICAN..., 2018, s.p. tradução nossa). Sua publicação é semestral, uma publicação em abril e outra em outubro de cada ano.

b) *South African Journal of Libraries and Information Science* - Esse periódico que busca abranger "uma ampla gama de componentes práticos e de pesquisa, incluindo alfabetização em informação e pesquisa, gerenciamento de informações, literatura infantil, ética, globalização, impacto da exclusão digital, tecnologia, comunicação acadêmica, bolsas abertas, sistemas de conhecimento indígenas, etc" (SOUTH AFRICA..., 2018, s.p., tradução nossa). Possui como meta, "servir e refletir os interesses da comunidade LIS da África do Sul em todo o espectro de suas atividades e pesquisas abrangentes" " (SOUTH AFRICA..., 2018, s.p., tradução nossa).

c) *South African Journal of Information Management* - Criado em junho de 1999, esse periódico africano é publicado uma vez ao ano. Possui como intuito, "criar novos paradigmas, superando as atividades tradicionais de gerenciamento de informações de coleta, armazenamento e disseminação; buscando engajar, informar e catalisar o discurso acadêmico dentro da pesquisa e das práticas do mundo real" (SOUTH AFRICAN JOURNAL..., 2017, s.p., tradução nossa). Seu foco está "na exploração e no gerenciamento de atividades que fazem mudanças nos padrões de comportamento de clientes, pessoas, organizações e informações que levam a mudanças na forma como as pessoas usam as informações para se engajar em atividades focadas no conhecimento" (SOUTH AFRICAN JOURNAL..., 2017, s.p., tradução nossa).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados apresentados neste estudo respondemos aos objetivos propostos no início deste capítulo. Concluímos que há evidências de que, no Continente Africano, a competência informacional tem despertado interesse de pesquisadores e pesquisadoras africanos/as nos últimos anos, em especial, em pesquisas que buscam promover a Competência em informação em bibliotecas públicas, universitárias e centros de estudos. Verificou-se também, que os temas de pesquisa vinculados à CoInfo são diversos e que esta se articula com diversas áreas do conhecimento, tais como, Ciência da Computação, Sáude, Educação, entre outros.

Verificamos também que a maior autora sobre o tema dentro do Continente Africano é Ina Fourie, devido à sua vasta publicação sobre o tema no período de recorte desta pesquisa. Os periódicos científicos com maior produção sobre o tema estão localizados no

Reino Unido e no Continente Africano. As instituições e docentes com maior produção científica sobre CoInfo estão situados nos países da África do Sul e Nigéria.

Concluímos que a CoInfo é um campo em desenvolvimento e sugerimos o aprofundamento de pesquisas vinculadas ao tema no Continente Africano.

REFERÊNCIAS

AFRICAN JOURNAL OF LIBRARY ARCHIVES AND INFORMATION SCIENCE. **About this Journal**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/jUngGz>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BARO, E.; SEIMODE, F. D.; GODFREY, V. Information Literacy Programmes in University Libraries: A Case Study. **Libri**, v. 63, n. 4, p. 282-294, 2013.

BROFMAN, P. R. A importância das publicações científicas. **Cogitare Enfermagem**, v. 17, n. 3, p. 419-421, jul./set. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/HHvvtL>. Acesso em: 27 jun.2018.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp, p. 01-12, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/F2Yn2J>. Acesso em: 23 jun. 2018.

DADZIE, P. S. Information Literacy: Assessing the Readiness of Ghanaian Universities. **Information Development**, v. 23, n. 4, ´p. 266-281, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/jceNNy>. Acesso em: 15 maio 2018.

FURTADO, C. A. O Continente Africano e a produção africana do conhecimento. **Revista Latino-Americana de Estudos Avançados**, v. 1, n. 1, p. 118-137, jan./jun., 2016.

GARVEY, W. D. **Communication**: the essence of Science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

HOUNTONDJI, P. J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/699>. Acesso em: 24 ago. 2018.

IDIODI, E. A. Approaches to Information Literacy Acquisitionin Nigeria. **Library Review**, v. 54, n. 4, p. 223-230, 2005. Disponível: <https://goo.gl/XUnoJ2>. Acesso em: 15 maio 2018.

IG GLOBAL. Disseminator of Knowlodge. **Stephen M. Mutula**. Disponível em: <https://goo.gl/xgjiuc>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PEREIRA JUNIOR, A. A publicação científica na atualidade. **Jornal Vascular Brasileiro**, v. 6, n. 4, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/5yH6dz>. Acesso em: 27 jun. 2018.

RESEARCHGATE. **Emmanuel Ebikabowei Baro**. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Emmanuel_Baro>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWEITZER, F.; RODRIGUES, R. S.; RADOS, G. J. V. Comunicação científica e as tecnologias de informação e comunicação. **Comunicação & Sociedade**, Ano 32, n. 55, p. 83-104, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/vdBhU2>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SOKOINE NATIONAL AGRICULTURAL LIBRARY. **Academic Staff**: Prof. Frankwell W. Dulle. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/fS38nz>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SOUTH AFRICAN JOURNAL OF INFORMATION MANAGEMENT (SAJIM). ***Journal Information***. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/jFik8P>. Acesso em: 15 mar. 2018.

SOUTH AFRICAN JOURNAL OF LIBRARIES AND INFORMATION SCIENCE. ***About the journal***. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/3TqCM4>. Acesso em: 15 mar. 2018.

TARGINO, M. G. A. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/1182>. Acesso em: 23 Jun. 2018.

UNESCO. Information Literacy for Lifelong Learning. **Report to CDNL**, 2004.

UNIVERSITY OF KWAZULU-NATALI. School of Social Sciences. **Stephen Mutula**. 2018. Disponível em: <https://goo.gl/jHeDF2>. Acesso em: 20 jun. 2018.

UNIVERSITY OF PRETORIA. Information Science. **Prof Ina Fourie**. Pretoria, 2018. Disponível em: <https://goo.gl/1F4gBL>. Acesso em: 22 jun. 2018.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Competência informacional- bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.38, n.3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em:<https://goo.gl/T61zRV>. Acesso em: 18 mai. 2018.

VOLPATO, G.L. Publicação científica: desmistificando o drama. In: ENCONTRO SOBRE METODOLOGIA CIENTÍFICA, 2. Piracicaba, 2005. **Anais...** Piracicaba: ESALQ, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/Y7hUUn>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CAPÍTULO 17

BIBLIOTECAS INVISÍVEIS: A REPRESENTAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NO CINEMA BRASILEIRO[58]

Larissa Silveira Vallim

Elisângela Gomes

1 BIBLIOTECAS INVISÍVEIS

O cinema, na utilização de efeitos estéticos que envolvem a criação das imagens em movimento, representa espaços de convivência presentes nas relações sociais, remonta circunstâncias e fatos cotidianos, fatores que geram no espectador a impressão de realidade.

Para Stella Senra (1997, p. 03), a capacidade que o cinema tem de criar, registrar, produzir e conservar imagens [...] confere à esta forma de representação um poder inusitado: o de gerar e manter vivas todas as suas construções, até mesmo aquelas cuja correspondência com as figuras da prática cotidiana o tempo já se encarregou de anular. Portanto, em seu potencial de representação das realidades sociais, o cinema contribui para a construção de determinados estereótipos.

A intenção deste capítulo é apresentar discussões sobre a representação das bibliotecas brasileiras em curtas metragens

[58] Apresenta os resultados obtidos na pesquisa realizada durante o trabalho de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia, na Universidade Federal de Goiás, em 2017. A pesquisa na íntegra está disponível na base de dados e dissertações da instituição.

nacionais com a finalidade de verificar como a imagem da biblioteca está sendo formada. Acreditamos que isso interfere na forma como a sociedade compreende a biblioteca e a profissional bibliotecária[59] no exercício das suas funções.

As bibliotecas são instituições que fazem parte do meio social e servem à comunidade para suas necessidades informacionais e culturais. Sua história, ambiente, serviços e recursos são estudados durante toda a formação acadêmica, por ser o destino principal das futuras profissionais. Entretanto, não raros são os questionamentos sobre a formação em Biblioteconomia, tanto no meio estudantil, principalmente para as estudantes que estão nos semestres iniciais, quanto no meio social mais amplo.

Acreditamos que isso se dá em decorrência de diversos fatores, dentre eles o potencial interdisciplinar da formação que nos capacita para atuar em diversas funções e espaços que não estão restritos à biblioteca, mas também por um fator histórico do surgimento das bibliotecas brasileiras de cunho privado, restrito e elitista. Dessa forma, a atuação nesses ambientes é compreendida por uma visão reducionista incorrendo na construção de estereótipos negativos que impactam também nas representações midiáticas. Conforme será apresentado nos capítulos a seguir, as bibliotecas são invisíveis no cinema brasileiro. Essa invisibilidade se dá na escolha em representar as bibliotecas como instituições desatualizadas e estáticas na sociedade, sem levar em consideração as funções sociais exercidas pelas bibliotecas, menos ainda no que tange à presença da profissional.

[59] Optamos por uma escrita no feminino como forma de combate ao sexismo linguístico.

2 A BIBLIOTECA NO CINEMA BRASILEIRO[60]

A fundamentação teórica utilizada apresenta um diálogo entre a Biblioteconomia e o cinema. Para tanto, discutimos a partir de uma breve história das bibliotecas no Brasil, buscando contextualizar a situação das bibliotecas durante o período colonial, seu início nos conventos e a aparição das primeiras bibliotecas particulares. Partindo para a transferência da Biblioteca Real de Portugal para o Brasil, depois a fundação da Biblioteca Nacional, e o surgimento da primeira biblioteca pública, na Bahia. Como aporte teórico dessa discussão, utilizamos as obras de Oswaldo Francisco de Almeida Júnior (1997, 1993, 2012), Cinthia Kath Blank e Patrícia Souza Sarmento (2010), Rubens Borba de Moraes (2006), Suzana Pinheiro Machado Müller (1984), Jorge Santa Anna e Maria de Lourdes Maia (2015), Terezinha Elisabeth da Silva (2006) e Armando Malheiro da Silva (2006).

Ao contextualizar o surgimento das bibliotecas no Brasil, podemos observar que estas surgem de um contexto religioso, elitizado e individualista. Ao passo que o acesso às bibliotecas era privado, as obras não correspondiam a produções nacionais, construindo uma cultura de leitura que não condiz com o sistema cultural nacional.

Avançando nessa discussão, os estudos no campo da Biblioteconomia apresentam algumas possibilidades de inclusão de outros sujeitos e acervos. Algumas tipologias de bibliotecas como públicas e comunitárias e o avanço nas pesquisas no campo teórico e social surgem em decorrência desse desdobramento.

As discussões sobre cinema apresentam uma breve contextualização do seu surgimento e chegada ao Brasil. Apontamos também, os principais festivais e mostras de cinemas realizados no país, partindo para as produções de curta-metragem. Sobre os curtas,

[60] O aprofundamento dessas temáticas está presente no trabalho de conclusão do curso de graduação em Biblioteconomia, na Universidade Federal de Goiás, em 2017. A pesquisa na íntegra está disponível na base de dados e dissertações da instituição.

atenção maior foi dada para apresentar suas características, especificidades e sua história, mostrando suas utilizações e as diferenças entre curta e longa-metragem. Finalizamos com um panorama sobre o cinema experimental e as produções independentes. Essa contextualização foi apresentada pelo viés teórico de Jean-Claude Bernardet (1980, 2008), Jean Carlos Dourado de Alcântara (2014), Luislinda Valois (2017), Zita Carvalhosa (2017), Maria Abdalla (2016), Rita Carelli (2017), Filipe Salles (2008), Terezinha Elisabeth da Silva (1999) e José de Sousa Miguel Lopes (2017).

A discussão encerra com a análise das representações dos curtas selecionados de acordo com os parâmetros descritos nos procedimentos metodológicos. As análises revelaram semelhanças e distinções em determinados aspectos que se referem à tipologia de biblioteca e suas características, a bibliotecária no exercício da profissão e, por fim, a relação do público leitor com a biblioteca.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem da pesquisa utilizada foi de natureza qualitativa, de cunho descritivo, para analisar a representação das bibliotecas no meio audiovisual. O estudo utilizou como parâmetros da análise de dados os conceitos e metodologias de Manuela Penafria (2009), Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (2012). A fim de verificar as semelhanças e as distinções com as bibliotecas brasileiras, utilizamos a literatura da área da Biblioteconomia, com foco no papel social e nas discussões sobre bibliotecas públicas, comunitárias e universitárias, de acordo com o extrato retirado dos curtas.

A amostra da pesquisa foi representada por curtas metragens brasileiros disponíveis no site Porta Curtas, um site de fácil acesso na internet, gratuito e sem fins lucrativos, mantido por incentivo público de caráter educacional. A escolha se deu por sua forma alternativa de produção, curto tempo de reprodução, possibilitando a escolha de um

corpus maior, e também pela possível representação de bibliotecas que se assemelham às bibliotecas brasileiras.

O procedimento para buscar filmes relacionados às bibliotecas se iniciou por uma busca simples por assunto, opção disponível na página inicial do site. O assunto inserido foi o termo "biblioteca", e 24 filmes contendo o termo biblioteca em qualquer campo da descrição do curta foram encontrados. Desses 24, apenas cinco estavam disponíveis para visualização na página do canal. Os demais curtas, possuem sua descrição na página, porém o acesso à sua visualização não estava disponível. Sendo assim, os cinco filmes foram assistidos com o intuito de identificar aqueles que realmente fariam parte do estudo.

Dentre os filmes assistidos, três curtas-metragens foram selecionados para a análise da pesquisa, por apresentarem a biblioteca como pretexto central na narrativa, requisito estabelecido para essa pesquisa. Os curtas selecionados foram: **A vingança da bibliotecária**[61], de Santiago Dellape, Distrito Federal, 2005, um curta de ficção experimental, com cinco minutos de terror, em vídeo colorido. **O nosso livro**[62], de Claudia Rabelo Lopes e Luciana Alcaraz, Rio de Janeiro, 2005, curta de ficção tem duração de 15 minutos em vídeo colorido, e **A traça Teca**[63], de Diego M. Doimo, São Paulo, 2002, um curta de animação com duração de oito minutos em vídeo colorido, no formato 16 mm.

[61] Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_vinganca_da_biblioteca ria>. Acesso em: 28 abr. 2018.

[62] Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=o_nosso_livro>. Acesso em: 28 abr. 2018.

[63] Disponível em: <http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_traca_teca>. Acesso em: 28 abr. 2018.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise foi dividida em aspectos, com as percepções sobre os modos de representação das bibliotecas. Os aspectos observados na representação das bibliotecas foram: tipo de biblioteca, época do filme, presença ou ausência de funcionárias, características das bibliotecas representadas e a relação do público leitor com a biblioteca.

4.1 TIPO DE BIBLIOTECA

A biblioteca exibida no curta **A vingança da bibliotecária**, assemelha-se a uma biblioteca universitária, pois apresenta alguns elementos como espaço físico amplo dividindo os setores, e o uso do carrinho para a guarda de livros, indicando a circulação intensa de materiais, e empréstimos em grande volume. As cabines de estudo individual também são comuns nesse tipo de biblioteca, onde estudantes universitárias utilizam para leitura e pesquisas individuais, possibilitando maior concentração. Nestas, as leitoras não podem conversar entre si e cartazes com pedido de silêncio são distribuídos nessas cabines.

A biblioteca universitária, de acordo com Machado (2009, p. 12), tem a função

> [...] de servir de apoio bibliográfico a professores (as), estudantes, pesquisadores e à comunidade em geral, devendo colaborar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade à qual ela está ligada.

Seu acervo é composto pelas obras bibliográficas e complementares da base curricular de cada curso, acervo de referência, livros literários, dentre outras coleções do interesse do público universitário.

A biblioteca do curta **O nosso livro** foi identificada como uma biblioteca pública, municipal ou estadual, no que se refere ao acervo: grande número de livros disponíveis com diferentes títulos e sobre diversas áreas do conhecimento, em estantes espalhadas por toda biblioteca. Poucas pessoas estudando, liberdade de circulação das leitoras pela biblioteca, muitas mesas e vários balcões de atendimento. O esvaziamento da biblioteca pode estar relacionado, conforme aponta Almeida Júnior (1997), ao fato das bibliotecas ainda não serem estruturadas para atender novas demandas e necessidades informacionais que extrapolam o uso do acervo.

A leitora Isabel e o leitor Roberto, apresentados na narrativa como personagens principais, não possuem atividades em comum. Isabel é professora e Roberto trabalha com atendimento a pessoas em um consultório, o que descaracterizaria uma biblioteca universitária ou escolar, por exemplo.

No curta há uma possível indicação de que a biblioteca está localizada no centro da cidade, pois as personagens não demonstram dificuldade em chegar até ela e também pelas sequências de outros cenários, próximos, como casa, trabalho e o café, locais que compõem a narrativa. Isso é uma característica de suma importância para as bibliotecas públicas, pois, dessa maneira, estão mais acessíveis à população.

Em **A traça Teca**, a biblioteca representada tem características próximas a uma biblioteca comunitária, seu espaço é reduzido, frequentado por moradores dos bairros próximos, onde crianças desacompanhadas têm acesso aos livros. Conta com a presença de um funcionário na biblioteca, um senhor chamado Eusébio, que realiza os empréstimos através de fichas e carimbos, caracterizando, de forma reducionista, as ações técnicas.

A biblioteca comunitária é criada através de iniciativas populares, lideradas por pessoas de uma determinada comunidade e majoritariamente sem apoio governamental (BLANK; SARMENTO, 2010). Dentre seus objetivos está o incentivo e acesso à leitura e à

cultura, sendo uma unidade de informação voltada para a comunidade. Portanto, seus serviços necessitam se adequar às demandas locais.

Poderíamos inferir, portanto, que a biblioteca comunitária poderia investir em ações de envolvimento e participação comunitária, compondo seu acervo conforme interesses locais e realizando uma mediação mais efetiva. Para Blank e Sarmento (2010, p. 02), a biblioteca comunitária pode ser pensada "como uma alternativa à exclusão social, à desigualdade e às injustiças sofridas por dado grupo social". Pois como verificamos no contexto de surgimento das bibliotecas, que exclui as camadas populares da sociedade e as demandas e produções locais, grupos minoritários como indígenas e afrodescendentes, são silenciados desse processo. Assim, a biblioteca comunitária aponta como uma possibilidade de representação.

Nos três filmes, as leitoras aparecem relacionadas exclusivamente ao acervo: no primeiro curta, para estudar, no segundo, ler os livros, e no terceiro, para pegar livros emprestados. Embora apresentando tipologias distintas de bibliotecas, a representação é parecida nas três narrativas; a biblioteca tem uma função utilitária: empréstimo de livros. Essa imagem estagnada pode estar relacionada a fatores reais de estacionamento da prática biblioteconômica no paradigma custodial que focaliza a formação técnica-normativa, valorizando a guarda, a conservação e o suporte informacional (SILVA, 2006).

Aliado a isso, está a falta de disseminação das inúmeras possibilidades da biblioteca no exercício do seu papel social, com ações que ultrapassam o cuidado com o acervo. O reflexo dessa falta de diálogo e de práticas expressivas está presente nos três curtas, nos quais nenhuma outra possibilidade de representação foi explorada.

4.2 ÉPOCA DO FILME

Nenhum dos filmes analisados apresenta de forma explícita, ou seja, datada a época da narrativa, mas possuem elementos que determinam seu tempo histórico, como figurino, objetos, a decoração dos ambientes, o uso ou não de equipamentos eletrônicos. A narrativa do filme **A vingança da bibliotecária** é atual, porém, com recortes antigos. O figurino da bibliotecária enquanto trabalha e de Rebeca, personagem principal, enquanto dorme são similares ao vestuário contemporâneo. Os objetos da biblioteca são equivalentes aos das bibliotecas reais, também na atualidade, como as estantes de metal, o carrinho de livros e as placas nos corredores. No entanto, em uma das cenas, a personagem Rebeca dorme na biblioteca e em seu pesadelo as roupas dos fantasmas são de outra época, não usadas comumente nos dias atuais. Nessa cena, o vestido de Rebeca é longo, azul, de mangas compridas, com tecidos grossos que cobrem todo seu corpo. Assim como a bibliotecária no final do curta, usa roupas longas e de mangas compridas, e seu filho, que usa terno e gravata.

O filme **O nosso livro** foi realizado em 2005, e nessa época, as bibliotecas públicas no Brasil, após mais de 205 anos de história, são popularizadas e frequentadas por diversos perfis de leitoras e leitores (SOUZA, 2005). Aspectos como figurino, decoração das casas, do café, e, principalmente, o computador com o monitor de tubo que a funcionária utiliza, indicam que o filme acontece no século XXI.

A época do terceiro filme, **A traça Teca**, não é atual. Porém, não se tem características marcantes de nenhuma data específica. Os móveis são antigos, as vestimentas também; nenhum eletrônico, como computadores e máquinas, é utilizado para auxiliar o trabalho. O empréstimo é anotado em um caderno e a data de devolução marcada com um carimbo ao final do livro. Quando uma das personagens, Jacira, abre a porta da biblioteca, um sino de ferro toca, avisando que alguém chegou, objeto em desuso nos dias atuais.

A representação dos equipamentos tanto eletrônicos quanto das tecnologias, estão de acordo com o que as bibliotecas reais, em sua maioria, apresentam. Contudo, no filme **A traça Teca** o empréstimo é realizado manualmente, o que também é uma característica da não atualização de tecnologias por muitas bibliotecas comunitárias de bairro (BLANK; SARMENTO, 2010). Os três filmes foram produzidos em anos próximos, os dois primeiros em 2005 e o último em 2007, mas a narrativa contemporânea não influenciou na busca por outros elementos que pudessem representar bibliotecas mais modernizadas em seus recursos e serviços.

Assim, verificamos uma representação distorcida sobre uma das funções primordiais da biblioteconomia, que se refere à conservação. Segundo Müller (1984, p. 36), "historicamente a responsabilidade de conservação da herança cultural sempre esteve presente e as bibliotecas respondem a ela através da preservação dos registros gráficos o que confere a sobrevivência cultural". Entretanto, o antigo está presente nas representações das bibliotecas por meio de objetos obsoletos, uma forma de a narrativa cristalizar a tradição, reforçando uma única representação dela no imaginário coletivo, de um espaço secular com coisas velhas guardadas e objetos antigos ainda em uso.

4.3 PRESENÇA DE FUNCIONÁRIAS

No curta **A vingança da bibliotecária** há apenas uma funcionária, uma senhora, com cabelos brancos, mãos sujas e enrugadas, usando óculos de grau, saia e lenço de crochê nas costas. Ela guarda os livros com cuidado, nos seus exatos lugares, arrastando um carrinho de metal. Essa senhora é a bibliotecária, que ao ouvir uma perturbação da ordem de silêncio da biblioteca, aparece sem óculos, em trajes vermelho e preto, para resolver o problema. A bibliotecária também aparece no pesadelo de Rebeca, causando susto e medo na personagem quando é confundida com seu filho. O menino previu a morte da mãe, ao segurar sua cabeça logo após ela lhe contar

que teve um sonho ruim, indicando que Rebeca ainda estava sonhando.

Quando a bibliotecária aparece em cena para calar Rebeca, a posição da câmera de filmagem, de baixo para cima, dá o aspecto da bibliotecária ser maior que ela, apresentando superioridade em relação à estudante. Essa cena, assim como a imagem, evidencia que a regra do silêncio é mais importante que a necessidade da leitora, que grita assustada e tenta se acalmar em seguida. A perturbação do silêncio é um argumento do curta; todo o suspense anunciado nas cenas anteriores se concretiza no desfecho final, cabendo à bibliotecária aplicar as punições pelas infrações às normas da biblioteca. O pedido de silêncio da bibliotecária é enfatizado pelo dedo indicador na frente da boca, assim como acontece na realidade: leitores/as que fazem qualquer barulho dentro da biblioteca são repreendidos com o mesmo sinal de silêncio. Esse hábito é acentuado através do exagero da ação da personagem, que mata a leitora para manter o ambiente em ordem.

Essas ações são, de fato, praticadas nas bibliotecas, não de forma coercitiva, com uso de força e violência, mas simbolicamente através do "uso abusivo de normas como a fixação de cartazes pedindo silêncio, aplicação da cobrança de multas por atraso de livros e a utilização da biblioteca como local de punição para estudantes que perturbam a ordem" (SANTA ANNA; MAIA, 2015, p. 277).

No segundo filme, **O nosso livro***,* há presença de uma funcionária em apenas uma cena do curta. Nesta, Roberto pede ajuda para encontrar um livro. Uma senhora de meia idade, usando óculos e lenço, está de pé em frente a um computador manuseando um livro. Ao ser interrompida com a referência de uma obra anotada em um papel, informa rapidamente ao personagem onde está o livro.

Pela prontidão com que diz a Roberto que o livro foi emprestado para um rapaz minutos antes, percebe-se que a senhora está atenta ao acervo da biblioteca onde trabalha ou, o que pode ser mais provável, que ela não deu atenção ao que Roberto perguntou,

respondendo rapidamente para assim voltar ao trabalho. A possibilidade de realizar o serviço de referência privilegiando o atendimento ao leitor/a é substituída pelas demandas técnicas. Segundo Santa Anna e Maia (2015, p. 277),

> [...] as unidades devem viabilizar serviços de referência com cordialidade, aproximando o usuário na participação dos serviços, facilitando o processo comunicativo e sua satisfação frente aos produtos e serviços oferecidos.

Isso pode acontecer também devido a uma estagnação das servidoras que trabalham durante anos na mesma instituição, exercendo a mesma função sem capacitações contínuas e atualização de práticas e técnicas, o que demonstra o descaso e a falta de investimento público frente às demandas da biblioteca.

A personagem Eusébio, do filme **A traça Teca***,* é o funcionário da biblioteca que recebe o público leitor, cuida dos livros e realiza os empréstimos. Um senhor de bigodes brancos, usando óculos para leitura, boina, camisa social e colete. Ele reconhece as obras que Jacira leva para ler, comenta sobre elas, o que demonstra que conhece o acervo a sua volta. A relação dele é próxima com as leitoras, pois sabe dizer, por exemplo, em uma das cenas que a "costureira leu rápido o último livro". Eusébio também fecha a biblioteca, apaga as luzes, sendo, provavelmente, o único responsável por ela.

O mesmo estereótipo do/a profissional de biblioteconomia aparece nos três filmes: senhoras e senhores de cabelos brancos, usando óculos e lenços, com um livro nas mãos e cuidando de tudo na biblioteca. Rocho (2007) afirma que essa representação não condiz com a realidade e contribui para uma visão restrita sobre as profissionais, além de negar qualquer satisfação com o trabalho que a bibliotecária possa ter, através do seu comportamento "ranzinza" e "severo" nas cenas.

Outro ponto observado é a forma sexista de construção da narrativa nos curtas **A vingança da Bibliotecária** e **O nosso livro**. Embora o machismo seja um comportamento social em constante desconstrução, ele interfere nos papéis de gênero e contribui para que se perpetuem estereótipos negativos sobre as mulheres. Consideramos pertinente apontar que as personagens que representam a figura da bibliotecária, em ambos os curtas não têm nome próprio.

A diversidade étnica e cultural nas categorias analisadas também não é representada nos curtas, bem como não está, via de regra, na formação profissional e, consequentemente, nas bibliotecas reais.

> [...] notamos uma lentidão na implementação de disciplinas curriculares que tratam sobre as discussões étnico-raciais, dessa forma, a biblioteca, com raras exceções, segue reproduzindo um comportamento excludente, pois desde a sua concepção está ligada à pequena parcela da população que detém a posse do poder econômico e dessa forma corrobora com o silenciamento da produção intelectual e cultural dos grupos excluídos e consequentemente desse grupo étnico, pois essa exclusão não se dá apenas na relação de classes, mas também na exclusão intelectual e na hierarquização dos saberes (GOMES, 2016, p. 747).

Essa exclusão também está presente no cinema. As grandes salas, que alcançam grandes bilheterias, quando exibem produções cinematográficas que abordam diferentes olhares sobre a realidade, a partir de críticas sociais e inserem temáticas relacionadas às questões de gênero, raça e sexualidades, com raras exceções, apresentam uma visão reducionista, e até estereotipada, não dando conta da complexidade desses contextos.

4.4 CARACTERÍSTICAS DAS BIBLIOTECAS REPRESENTADAS

O cenário do filme **A vingança da bibliotecária** é um ambiente hostil, pouco iluminado. As estantes são de metal, os livros mostrados são velhos, de capa dura e grossos, com etiquetas nas lombadas indicando sua referência. As cores das paredes, mesas e chão são em tons claros, mas com a falta de iluminação, se perdem no cenário escuro, que tem como propósito parecer assustador para o espectador do filme. Todo o ambiente da biblioteca é usado para cenas de terror, que acontecem ligadas à funcionária durante seu horário de trabalho, com uma das leitoras utilizando esse espaço.

A trilha sonora do filme é uma música de suspense, intercalada com passos e vozes desconhecidas, o que ajuda a criar a atmosfera de terror. O silêncio aparece nos momentos de tensão, quando o som aumenta e diminui, criando expectativas para o próximo acontecimento. Também é utilizado o som de caixinhas de música que aparece em algumas cenas, interpondo as cenas de gritos, tocando a música do balé "O Lago dos cisnes" de Tchaikovsky.

No curta **O nosso livro**, além da biblioteca, outros cenários aparecem na narrativa, como a casa de Roberto, de Isabel, uma sala de aula onde ela ministra aulas, e um café, onde as personagens mesmo estando ao mesmo tempo no local, não se encontram. A biblioteca nesse curta se apresenta como um personagem, um elemento de verossimilhança crucial para o filme, pois ela é o meio entre as personagens, e seu acervo, o elo entre eles. Seu espaço é fundamental para o encontro das personagens, se não fosse a biblioteca, eles jamais se conheceriam.

As estantes são de metal, colocadas em sequência, respeitando certo espaço entre uma e outra, os livros que aparecem desgastados e com capas antigas, estão dispostos nas prateleiras, organizados e separados. Porém, nas últimas prateleiras estão colocados com a lombada voltada para cima, o que não é usual nas bibliotecas reais, a menos que as prateleiras fossem fixas e os livros tivessem tamanho

superior aos demais, não cabendo na altura das prateleiras, mas o que facilitaria o leitor enxergar as informações das etiquetas. As etiquetas dos livros aparecem na lombada da parte inferior e com etiquetas coloridas, que servem nas bibliotecas reais para sinalizar uma classificação, área de conhecimento e até divisões de acervo. Essas etiquetas servem como sinalizadoras na hora de encontrar a obra procurada.

A biblioteca foi mostrada nesse curta em um ambiente iluminado, com bastantes janelas, nas quais a luz do dia entra clareando as mesas para leitura. Todo o espaço está limpo, arejado e organizado nas filmagens, com as paredes de cores claras. Todas essas características do cenário fazem a biblioteca parecer um lugar agradável aos olhos do público que assiste ao filme. O ambiente é silencioso, com poucas pessoas estudando, que aparecem apenas na cena final, concentradas em leituras e alheias ao desfecho do filme.

Nesse curta, os livros da biblioteca têm um papel fundamental para a construção da narrativa. As personagens se conhecem através dos livros e se reconhecem na biblioteca a partir do momento que observam o que estão fazendo com os livros em mãos. Esses livros são utilizados para além da leitura e pesquisa, interagem com as personagens como um suporte para transmitir bilhetes com mensagens sobre o conteúdo do próprio livro e sobre outros livros, indicando sempre uma nova obra. No entanto, essa obra precisa sempre estar disponível no acervo da biblioteca, para assim, a comunicação entre eles permanecer.

O momento de tensão do filme acontece quando Roberto, em busca de um bilhete de Isabel, descobre que o livro que ela lhe sugere foi emprestado para outro leitor. Livros são emprestados a todo o momento nas bibliotecas, mas para o filme, essa ação foi a chave para Isabel e Roberto perderem contato.

Em **A traça Teca***,* a biblioteca é pequena, com apenas uma porta de entrada e saída, pouco espaço entre as estantes e a mesa de trabalho, onde Eusébio atende às leitoras. Essas estantes são de

madeira, assim como a mesa e cadeira, ficando próximas umas das outras, cheias de livros, quase sem espaços vagos. Os livros aparecem com as pontas desgastadas, de capas duras e com etiquetas nas lombadas. Não é mostrado mesas para estudos, placas com informações ou grandes corredores. A principal função dessa biblioteca, apresentada durante o filme, é o empréstimo de livros, nenhuma outra atividade é mostrada e tudo se concentra na mesa do funcionário. A iluminação da biblioteca é amarelada, mas quando Teca visita a estante de suspense, a luz muda, ficando mais escura, em tons de azul, criando elementos para caracterizar esse tipo de leitura.

O empréstimo de um livro é utilizado para causar o momento de tensão no filme **A traça Teca**, tal como no curta **O nosso Livro**. Teca fica desolada ao ver seu ácaro de estimação indo embora com Dona Jacira e o livro que escolheu para ler. Ela ainda não tinha percebido onde estava e o que esse lugar poderia lhe proporcionar. Ao descobrir que estava em uma biblioteca, e que o livro emprestado deveria ser devolvido na semana seguinte, seu problema é solucionado. Como logo encontrará Tuti novamente, decide aproveitar o tempo que lhe resta e esperar para conhecer novas histórias e amigos que ali moram.

A atividade escolhida por Teca para passar o tempo é a leitura, mostrada no segundo e terceiro curtas, como uma prática prazerosa. Através da leitura, podemos ter acesso ao conhecimento construído pela humanidade, “quando aprendemos a ler temos uma primeira conquista que, em seguida, nos leva a aprender outras como: novos códigos, idiomas e maneiras de viver de outros povos” (LOPES, 2004, p. 149). A leitura, assim como o cinema, amplia a possibilidade de adquirir conhecimentos, desenvolver o pensamento crítico, alargando a visão de mundo, a partir das experiências das personagens que podem se assemelhar às vivências do público leitor.

4.5 RELAÇÃO DAS PERSONAGENS COM A BIBLIOTECA

A relação das personagens do primeiro curta-metragem com a biblioteca é pequena; as cenas de terror ocupam a maior parte do tempo. A protagonista do filme **A vingança da bibliotecária** é a única leitora presente na biblioteca. Rebeca aparece dormindo debruçada sobre livros e cadernos, em uma mesa para estudos individuais. Alheia aos seus espaços e atividades, ela buscava apenas um lugar para estudo e acaba dormindo. A maioria das outras personagens que circulam pela biblioteca são fantasmas, que aparecem e desaparecem entre os corredores.

No curta **O nosso livro**, as personagens do curta apresentam autonomia na biblioteca, circulam livremente pelo seu espaço sem restrições, o que é uma característica das bibliotecas públicas, manter seu acervo aberto aos leitores (ALMEIDA JÚNIOR, 1993). A narrativa se desenvolve a partir da troca de bilhetes entre os leitores e, nesse aspecto, interagem com mais intensidade com o acervo da biblioteca e estabelecem intimidade com os livros, sabem achá-los sem auxílio profissional. Em alguns momentos, as personagens utilizam a localização do livro via classificação, ou seja, a referência que está na lombada, mas em outra cena Isabel sugere: “veja no terceiro livro da prateleira de baixo, página 132” (03:31), para indicar de qual livro estava falando, o que mostra a não utilização da classificação na lombada, ou seja, a não adaptação dos códigos impostos na biblioteca.

Tudo isso nos sugere que são leitores frequentes da biblioteca, aproveitam seu espaço e conhecem seu acervo e ainda assim, ficam satisfeitos em descobrir novas leituras. Algo que chama à atenção durante os passeios pelas estantes, é que Isabel entra de bolsa e permanece com ela dentro da biblioteca, o que normalmente não é permitido. Segundo Almeida Junior (2012, p. 27)

> [...] as bibliotecas são vistas como o espaço das normas, dos regulamentos, das proibições. Bebidas e comidas são vetadas: podem sujar e

> estragar os livros. Bolsas e pertences pessoais devem ser deixados no guarda-volumes.

Acreditamos que normas e regras são importantes para assegurar a manutenção do acervo e a sua disponibilidade para todo o público leitor. Entretanto, defendemos que a custódia ao acervo não deve ser uma atividade final e única das bibliotecas.

Os trechos de livros citados durante o filme, assim como a trilha sonora, têm grande influência para o entendimento do filme. É através desses fragmentos que a comunicação entre Roberto e Isabel é estabelecida. Quando o contato entre os dois se perde, na cena em que o livro é emprestado para outro leitor, os poemas citados são tristes e melancólicos, falam sobre ausência. A música lenta para piano do início volta, interpretando a ruptura na comunicação, assim como o comportamento das personagens também é mais devagar nesse momento.

No final do curta **O nosso livro***,* através do enquadramento de filmagem, o impacto do encontro entre as personagens é reforçado. Roberto encontra uma citação de um poema de Florbela Espanca (1894-1930), que dá título ao filme. Os últimos versos são lidos pelos dois, ao mesmo tempo, num entrelaço de vozes.

Não é apenas o encontro apaixonado entre duas personagens, mas o encontro do sonho de ambos se tornando realidade, do desejo com a concretização, que se deu no espaço da biblioteca. Normalmente, esse espaço é visto apenas como ambiente para estudos, pesquisas, um ambiente para concentração, onde as demonstrações de afeto são proibidas. As personagens respeitam essa regra, às vezes, não dita, em partes, pois eles não se tocam, apenas se encontram através de uma poesia de um dos livros ali guardados, contendo suas emoções. Por mais que se tenha o silêncio, é dentro da biblioteca que eles se apaixonam. Podemos relacionar esse fato também à relação de afetividade e prazer atribuído ao gosto pela leitura, presente em ambos as personagens.

Do mesmo modo, os outros momentos de emoção do filme não são dentro da biblioteca. Quando Isabel e Roberto demonstram euforia pelas palavras escritas de um para outro, eles estão em casa sentados, lembrando-se dos versos das obras citadas ou no café escrevendo um novo bilhete. No momento de tristeza profunda por perderem contato, também não estão na biblioteca. Roberto liga de casa impaciente para sua secretária desmarcar as consultas, e Isabel está distraída enquanto trabalha na sala de aula. Quando dentro da biblioteca, a emoção e os sentimentos são contidos, falam em voz baixa, os passos são mais lentos e os sorrisos disfarçados, reforçando esse comportamento comedido e silencioso dentro da biblioteca.

Em **A traça Teca***,* além da costureira Jacira, três leitoras aparecem no curta fazendo empréstimo de livros. Outras leitoras são crianças desacompanhadas. O olhar de uma menina ao pegar um livro brilha. Nesse momento, a cena transmite que ela se sente bem na biblioteca, mostra-se satisfeita com a possibilidade de acessar a literatura. O prazer da leitura está presente no curta mais uma vez, os leitores mostram-se assíduos, como Jacira, que deixa um livro e já procura por outro. Outro exemplo acontece quando o bibliotecário lembra às crianças que na próxima semana os espera para a devolução do exemplar que levaram.

Uma traça dentro de uma biblioteca é motivo para preocupações, pois pode causar danos aos livros. Nesse curta, ela é o personagem principal, acompanhada de um ácaro de estimação que corre solto pelas prateleiras, onde uma aranha e outros bichos moram. Ou seja, em bibliotecas reais cuidados teriam que ser tomados para que o acervo ali mantido fosse preservado. Essas personagens trazem graça para a história, pequenos bichos que são problemas no real, se tornam personagens principais de uma trama cômica. Teca se diverte nas estantes, se alimenta de um dos livros, assim como traças fazem nos acervos reais, enquanto funcionários de bibliotecas procuram formas para evitar que isso aconteça.

O curta de animação utiliza técnicas diferentes para filmagem de Teca e seus amigos, como o *stop motion*, que pode ser traduzido como movimento parado, técnica utilizada no curta com o propósito de atingir o público infantil, trabalhando o estímulo à literatura e à leitura. Através da Teca, seus amigos e as personagens de obras literárias infantis, como Emília e Visconde do Sítio do Pica-Pau Amarelo de Monteiro Lobato, o menino maluquinho de Ziraldo e Peter Pan de James Matthew Barrie, que deixam as páginas de sua história para encenar e assistir peças de teatro em uma das estantes da biblioteca.

Por mais que o sentimento da Teca dentro da biblioteca seja de curiosidade e deslumbramento, há uma mudança de cenário no momento do seu maior envolvimento com a leitura. Teca escuta uma voz ao longe, lendo um poema sobre o que é um livro, do autor Elias José, intitulado *Caixa mágica de surpresa*. As frases do poema mostram as faces que um livro pode ter e o que ele pode nos ensinar. Essas estrofes são ilustradas com desenhos e rabiscos coloridos, também filmados com *stop motion*, que preenchem toda a tela, trazendo a literatura para o cinema e tirando Teca da biblioteca.

Durante o momento lúdico de Teca, sua imaginação a leva para fora da biblioteca. Da mesma forma, outras leitoras buscam os livros na biblioteca, mas para ler em outro lugar. As peças de teatro acontecem nas estantes da biblioteca. Porém, ao longo das cenas seu espaço em si não é mostrado, o enquadramento é reduzido e os livros e seus personagens que estão em destaque. Com isso, embora o filme consiga transmitir o prazer no ato da leitura e a sua função também lúdica para o universo da infância, o curta também reforça a rigidez da biblioteca, mostrando os momentos de entretenimento fora do seu ambiente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que em todos os filmes a biblioteca é o cenário central das tramas. Mesmo não sendo chave para resolver questões da narrativa, sem o ambiente da biblioteca os curtas não teriam o mesmo sentido. Um tipo de biblioteca foi identificado em cada um dos curtas. Porém, a imagem da biblioteca é estagnada nos três filmes analisados, sua representação é parecida nas três narrativas e sua função é meramente utilitária: as personagens a utilizam apenas para empréstimo de livros.

As características físicas da biblioteca se assemelham às bibliotecas reais: as estantes, as mesas de trabalho e de estudo, os corredores, os livros com as bordas desgastadas e com etiquetas nas lombadas, sua organização nas prateleiras, a exigência e o cumprimento das questões de ordem técnica. Os livros têm grande importância para as duas últimas narrativas assistidas. Em **O nosso livro***,* o acervo da biblioteca serve como correio para as mensagens entre as personagens. Em **A traça Teca**, os livros servem como suporte para Teca e seu amigo chegarem à biblioteca, para guardar histórias e até como alimento.

Embora as bibliotecas tenham tido representações bastante restritas ao seu potencial real, é importante salientar que nos curtas **O nosso livro** e **A traça Teca***,* as personagens se envolvem afetivamente com o conteúdo literário, o que demonstra prazer em acessar as leituras. Essa narrativa aponta para a importância do livro e da leitura para promover uma visão crítica de mundo e também para despertar ludicidade. Dado o recorte de público das personagens dos curtas, no que se refere à faixa etária, a biblioteca consegue atender às demandas do público leitor nesse quesito.

Não foi intenção desta pesquisa uma análise extensiva, e nem temos a pretensão de examinar todos os aspectos possíveis presentes nos curtas. A atenção ficou toda no espaço da biblioteca, suas características e sua relação com os leitores, e mesmo dentro desses

aspectos, a análise poderia se estender criticamente, o que nos incentiva a continuar a pesquisa.

Estudar a representação das bibliotecas no cinema, e em outras mídias audiovisuais, é de grande importância para percebermos como a sociedade enxerga o espaço da nossa atuação profissional. A análise desses três curtas demonstrou que tanto a função das bibliotecas como da bibliotecária estão envoltos em um cenário racista, sexista e reducionista, pela falta de diversidade de sujeitos nas representações e também por estarem atreladas apenas às ações técnicas. Pesquisas como esta apontam a necessidade de mudança no fazer cotidiano das bibliotecas e também da importância de iniciar um diálogo com outras áreas do conhecimento, aproximando ficção de realidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Bibliotecas públicas e alternativas**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 26, n. 1/2, p. 115-127, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2w1oGhM>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. As cartografias da Biblioteca. In: BARBALHO, Célia Regina; SILVA, Rovilson José da.; GOMES, Samir Hernandes Tenório; BORTOLIN, Sueli. **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012.

BLANK, Cinthia Kath; SARMENTO, Patrícia Souza. Bibliotecas comunitárias: uma revisão de literatura. **Biblionline**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 142-148, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2B47TjF>. Acesso em: 15 nov. 2017.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2ITAVFq>. Acesso em: 03 dez. 2017.

LOPES, Deonara Maria Piornedo; ROSOLEN, Kátia Francieli Raimundo; MORELLI, Sonia Maria Dornellas. O hábito e o prazer na leitura: uma fonte de conhecimentos. **Akrópolis**, Umuarama, v. 12, n. 3, jul./set. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2OveCF7>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. 2. ed. Brasília, DF: Brinquet Lemos, 2006.

MÜLLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

PENAFRIA, Manuela. Análise de filmes: conceitos e metodologias. In: CONGRESSO SOPCOM, 6., Lisboa, 14 a 18 de abril de 2009. **Anais...** Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2009.

ROCHO, Rodolfo de Matos. **O estereótipo do bibliotecário no Cinema**. 2007. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTA ANNA, Jorge; MAIA, Maria de Lourdes Franklin. Manifestações simbólicas de punição/proibição em bibliotecas: espaços de acolhimento ou coerção? **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, p. 272-285, 2015.

SENRA, Stella. **O último jornalista**: imagens de cinema. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. **Livro e cinema**: representações de práticas relativas ao livro na imagem cinematográfica. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 16, n. 2, p. 91-106, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://bit.ly/2MfuChh>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação**: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA, 3., Rio de Janeiro, maio 2005. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://bit.ly/2MfAyI0>. Acesso em: nov. 2017.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne; APPENZELLER, Marina (tradutora). **Ensaio sobre a análise fílmica**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2012.

CAPÍTULO 18

BIBLIOTECA PRISIONAL: ORIGEM E CONCEITO

Nádia da Silva Alexandre

Melina de Brito dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca é vista como uma "coleção organizada de registros da informação, [...] que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários" (CUNHA, 2008, p. 48). A biblioteca, no meio prisional, desempenha um papel especial, pois além de disseminar a informação, busca a ressocialização e reeducação dos indivíduos privados de liberdade. Logo, a prisão adquire a função de unidade terapêutica com ênfase na cura, recuperação e readaptação social desses indivíduos. Nesse sentido, temos a crença de que "a punição passa não só a se destinar a sancionar a infração, mas a controlar o indivíduo, a neutralizar sua periculosidade, a modificar suas disposições criminosas, cessando somente após obtenção de tais modificações" (FOUCAULT, 1999, p. 20).

De acordo com John (2004 apud SILVA NETO; LEITE, 2011), as primeiras bibliotecas em sistema prisional surgiram por volta de 1870 nos Estados Unidos, e foi a partir desse momento que a educação passou a ser considerada uma das técnicas de reabilitação e reinserção dos apenados. Segundo Portugues (2009, p. 116), a escola assume-se:

> [...] como um espaço que se paute por afirmar a vocação ontológica do homem, que pressupõe o desenvolvimento de uma série de potencialidades humanas, tais como: a autonomia, a crítica, a criatividade, a reflexão, a sensibilidade, a participação, o diálogo, estabelecimento de vínculos afetivos, a troca de experiências, a pesquisa, o respeito e a tolerância, absolutamente compatíveis com a educação escolar, e especificamente, a destinada aos jovens e adultos

A biblioteca dentro do espaço prisional e, por conseguinte, de leitura, além de minimizar o tempo ocioso dos detentos, contribui para aguçar sua criatividade, percepção de mundo e prepará-los para o retorno à sociedade.

> A leitura é uma prática que há muito faz parte da cultura das mais diversas civilizações humanas, juntamente com outras práticas culturais desenvolvidas por grande parte das civilizações. Tal atividade ocorre dentro de um contexto sócio-histórico, influenciando e sendo influenciada por ele e pela subjetividade dos seres humanos que realizam tal ato (MOREIRA; SILVA, 2012, p. 2).

Segundo Carvalho e Guimarães (2013, p. 53), a escola no meio prisional "tem como um dos seus maiores desafios a formação da cidadania que leve a autonomia, liberdade, alteridade e participação na construção de uma sociedade mais humana e justa".

O presente estudo pretende apresentar um campo de atuação pouco divulgado no meio acadêmico e desconhecido pela maioria dos profissionais da área de Biblioteconomia por se tratar de um campo de

trabalho repleto de fortes intervenções institucionais e sociais, exigindo um perfil de profissional capaz de lidar com essas divergências em busca de um resultado satisfatório para a sociedade: a readaptação social do apenado. Trata-se de um trabalho de pesquisa bibliográfica, que possui como embasamento as fontes bibliográficas sobre os seguintes temas: educação prisional e biblioteca prisional. Portanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

a) Apresentar as concepções do conceito de prisão ao longo dos séculos:
b) Destacar o papel social da biblioteca no meio prisional;
c) Analisar de que forma o profissional da informação pode contribuir para reeducação e ressocialização dos apenados.

O capítulo está organizado em três seções. A primeira parte deste capítulo faz um mapeamento sobre a trajetória das concepções de prisão ao longo dos anos, com ênfase nos séculos XVIII-XIX, período marcado por uma série de debates sobre a reformulação dos métodos punitivos em que fora institucionalizado um novo modelo prisional focado na reabilitação do detento, e no século XXI que nos remete a uma reflexão sobre o sistema prisional atual. A segunda parte aborda o processo de educação no meio prisional e a contribuição que a escola proporciona na vida do apenado. A terceira parte explora a biblioteca no meio prisional, ressaltando a importância da mesma para a reabilitação dos indivíduos privados de liberdade, assim como a relevância da norma estabelecida pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) para o bom funcionamento e gestão das bibliotecas prisionais e as habilidades necessárias para que o profissional da informação possa atuar no meio prisional.

2 A HISTÓRIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Até o século XVIII, a punição era fundamentada no suplício, ou seja, na utilização de castigos corporais; o corpo convertia-se no principal alvo da repressão penal. De acordo com Michel Foucault

(1999), os marcos fundamentais nos quais recaem a evolução da classificação penal seriam os castigos corporais, o exílio, a pena de morte, os trabalhos forçados e a privação da liberdade. Nesse sentido, a prisão pode ser compreendida como um processo histórico empreendido através das políticas de controle e segurança da sociedade. Sob essa perspectiva, o condenado é visto como objeto de submissão ao poder punitivo e, ao mesmo tempo, torna-se exemplo didático para o povo, como uma espécie de garantia de efetivação das leis e do poder.

O modelo prisional disciplinar com ênfase na reabilitação e na ressocialização surge no final do século XVI com a criação das Casas Correcionais para homens e mulheres na Inglaterra e na Holanda. Inicialmente, essas prisões abrigavam vadios, mendigos e prostitutas. Posteriormente, tal modelo prisional se difundiu por toda a Europa, em especial as *Workhouses* inglesas.

> "Embora esses estabelecimentos se destinassem ao específico cumprimento da pena com caráter educativo, "educando" a mão-de-obra para o capital, é importante ressaltar que as penas de suplícios continuaram a ser aplicadas em grande escala, principalmente pelos Tribunais do Santo Ofício" (ALMEIDA, [20--]).

Os debates do início do século XIX propuseram uma reformulação do caráter e dos meios de punição. Acreditava-se que a pena e a prisão poderiam transformar o homem. Aos poucos, a pena-espetáculo e os suplícios vão desaparecendo, dando lugar a uma pena de caráter mais humanizador. Com a difusão do pensamento iluminista, os suplícios passam a ser identificados como atos de tirania e barbárie. O ato de punir era reservado ao soberano e, muitas vezes, a punição se convertia num instrumento de vingança. Logo, os reformadores do século XVIII começaram a denunciar e expor o

excesso de poder e a sua manifestação na figura do soberano, fazendo uma verdadeira crítica aos procedimentos punitivos medievais.

Segundo Eiras (2007), na transição dos séculos XVIII-XIX, surgem três novas estratégias relacionadas ao poder punitivo: o primeiro, em que prevalece o significado do corpo que sofre a punição; o segundo, em que o jogo social tem como objetivo a manipulação das representações sociais dos indivíduos; e o terceiro, onde o exercício da punição é aplicado recorrendo a uma máquina administrativa controlada pelo poder coercitivo. Como podemos observar, a concepção de prisão foi se modificando ao longo do tempo. Segundo Eiras (2007, p. 2-3) e Santa Anna e Zanetti (2015, p. 7), a prisão:

> Até 1800: a prisão estava ligada aos castigos, à degradação pública, ao exílio e à pena de morte.
>
> De 1800-1870: a privação da liberdade torna-se a principal pena. Esperava-se que o detido corrigisse o seu comportamento através do isolamento total, meditando e recebendo boas influências morais.
>
> De 1870-1890: foi incorporado o princípio da reabilitação, conduzindo a uma libertação antecipada em função do comportamento.
>
> De 1890-1930: aposta no trabalho para produzir resultados nos comportamentos dos reclusos – chave de reeducação.
>
> De 1930-1970(80): introdução de novos métodos baseados nas ciências do comportamento – contributo da sociologia e da psicologia.

No Brasil, a história do sistema penitenciário se confunde com a história política e com a luta pelos direitos civis travadas no país. De

acordo com os registros, a ideia de um sistema prisional brasileiro surge com a ordem para a construção da Casa de Correção da Corte, em 1769. Porém, a efetivação da construção do prédio só ocorre em 1834 pelo Ministro dos Negócios e da Justiça Aureliano de Souza. Podemos considerar a construção da Casa de Correção como marco histórico do sistema prisional brasileiro.

O sistema penal se converteu no principal mecanismo de controle social. A partir do século XVIII, com a nova lógica capitalista, tal dispositivo contribuiu para a reprodução das relações de poder e do controle das classes trabalhadoras. Nesse sentido, baseado nas ideias reformistas do século XIX, o Império brasileiro incorporou a ideia de trabalho à punição com o intuito de reeducar e coibir a criminalidade.

> Assim, na primeira metade do século XIX foi introduzida, na história das prisões no Brasil, a ideia de controle e vigilância do corpo social, materializada na Casa de Correção da Corte, inaugurada em 1850 [3], conhecida hoje como Complexo Frei Caneca. Sua concepção obedeceu ao princípio do panóptico, dos irmãos Bentham, segundo o qual o prisioneiro deveria ser observado em um sistema de vigilância sistemática, em suas virtualidades, com auxílio da reforma penal e da instauração do trabalho e do silêncio, enquanto mecanismos de correção (COSTA, 2005, p. 2).

Logo, o ato de punir assume um caráter disciplinador. Essa nova concepção fora aplicada na Casa de Correção da Corte, simbolizando o primeiro momento de intervenção da medicina social no espaço prisional. “A Medicina se alia à Justiça e à Polícia no sentido de disciplinar a sociedade” (COSTA, 2005, p. 2).

> As primeiras unidades prisionais buscavam a reprodução integral ou parcial do modelo arquitetônico panóptico e o sistema adotado era uma forma híbrida dos sistemas de Filadélfia e Auburn, com crescente influência deste último. No primeiro, o preso deveria receber uma cela individual, primando pelo isolamento, silêncio absoluto, vigilância permanente, orações e penitências visando o arrependimento e incluía castigos físicos para os casos de transgressão das regras. No segundo, o silêncio e a vigilância permaneciam, mas havia contato com os demais presos e a preocupação central com a realização do trabalho produtivo (ALMEIDA, [20--]).

3 O PROCESSO DE EDUCAÇÃO NOS SISTEMAS PRISIONAIS

Assim como definiu Carvalho e Guimarães (2013, p. 53), a escola no meio prisional, como a escola extramuros, "tem como um dos seus maiores desafios a formação da cidadania que leve à autonomia, liberdade, alteridade e participação na construção de uma sociedade mais humana e justa". A educação escolar não se mantém, em absoluto, neutra nesse processo pleno de subjugação e resistência. O aspecto fundamental da pedagogia do educador no sistema prisional é a contradição, é saber lidar com divergências, saber trabalhar as contradições à exaustão. A escola, no espaço prisional, tem duas vertentes: a primeira, que são as rígidas normas e procedimentos vindos da necessidade de segurança, ordem interna e disciplinar das unidades que preconiza as atividades escolares (MELO; SANTOS, 2010, p. 5); a segunda, é dissertado por Portugues (2009, p. 116), da escola se encontrar

> [...] como um espaço que se paute por afirmar a vocação ontológica do homem, que pressupõe o desenvolvimento de uma série de potencialidades humanas, tais como: a autonomia, a crítica, a criatividade, a reflexão, a sensibilidade, a participação, o diálogo, estabelecimento de vínculos afetivos, a troca de experiências, a pesquisa, o respeito e a tolerância, absolutamente compatíveis com a educação escolar, e especificamente, a destinada aos jovens e adultos.

Vale lembrar que o educador, no sistema prisional,

> [...] é fator decisivo e preponderante para a não inclusão da educação aos preceitos da gestão penitenciária. Um exemplo é pautar-se por ações e relações com os prisioneiros que prescindam do autoritarismo, da hierarquia, da observação julgadora e punitiva. Ações que sejam fundadas no diálogo (uma das bases do processo de humanização), no estabelecimento de relações éticas, afetivas e de confiança, na identificação e formulação de problemas e na busca e proposição de alternativas de superação, na construção do conhecimento, no debate – uma educação libertadora (PORTUGUES, 2009, p. 117).

A escola dispõe de inúmeros significados dentro do sistema prisional, a sala é um contraponto onde se discute cidadania, trabalho, reintegração social e outros temas que atravessam o contexto prisional, mas que, no entanto, não são adequadamente tratados. Assim, a escola possibilita, mesmo que de forma limitada, que os detentos anseiam em vários sentidos: as oportunidades.

No Brasil, a educação escolar no meio prisional não tem maior visibilidade. Em termos jurídicos e administrativos não compreende uma modalidade específica de ensino. Em consonância com o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a educação no ambiente prisional pode ser interpretada como uma modalidade inserida na Educação de Jovens e Adultos.

Sem diretrizes e orientações próprias, a educação nas prisões vem sendo implantada de acordo com as políticas empreendidas pelos governos estaduais, como apontam Graciano e Schilling (2008, p. 112). Outro destaque diz respeito à falta de visibilidade do tema nas produções acadêmicas. Grande parte das pesquisas acadêmicas toma como premissa "[...] a possibilidade de instrumentalização da educação para a ressocialização, ou reeducação ou reinserção social" (GRACIANO; SCHILLING, 2008, p. 112). Ou seja, a educação se converte unicamente num elemento para a transformação do indivíduo.

> A oferta do Ensino Fundamental para aqueles que a ele não tiveram acesso na idade própria é, em princípio, competência concorrente dos Estados e Municípios. Ocorre que, ao Estado incumbe administrar o sistema penitenciário. Esta é, portanto, uma função que deve ser desta esfera federativa. Os sistemas estaduais de ensino regulamentam a educação de jovens e adultos sem abordar a questão dos presos. Os acadêmicos não se detêm, tampouco, nesta clientela especifica (SENA, 2004 apud GRACIANO; SCHILLING, 2008, p. 115).

Outro aspecto pertinente à educação nas prisões é o fato de que muitos detentos não atribuem à escola a ideia de ressocialização ou reintegração, mas sim uma forma de resgate da dignidade e de sua condição humana. Para os mesmos, a educação seria uma forma de manter o vínculo com o mundo exterior. Outra característica

importante é que através da informação e do conhecimento é possível ter acesso a outros direitos. Assim, a educação, em seu caráter múltiplo, se apresenta como um direito, apesar dos entraves impostos pela própria organização interna das prisões que impedem a efetivação das atividades educativas no meio prisional.

> A educação é valiosa por ser a mais eficiente ferramenta para crescimento pessoal. E assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana e contribui para amplia-la como conhecimento, saber e discernimento. Além disso, pelo tipo de instrumento que constitui, trata-se de um direito de múltiplas faces: social, econômica e cultural. Direito social porque, no contexto da comunidade, promove o pleno desenvolvimento da personalidade humana. Direito econômico, pois favorece a auto-suficiência econômica por meio do emprego ou do trabalho autônomo. E direito cultural, já que a comunidade internacional orientou a educação no sentido de construir uma cultura universal de direitos humanos. Em suma, a educação é o pré-requisito para o indivíduo atuar plenamente como ser humano na sociedade moderna (CLAUDE, 2005 apud GRACIANO; SCHILLING, 2008).

4 A BIBLIOTECA NO MEIO PRISIONAL

As primeiras bibliotecas prisionais surgiram como trabalho de leitura nas prisões americanas por volta dos anos 1870. Nesse momento, a educação passou a ser vista como uma técnica de reabilitação do apenado (JOHN, 2004 apud SILVA NETO; LEITE, 2011).

O papel das bibliotecas prisionais visava a recuperação do tempo perdido dos detentos, além de mostrá-los que são úteis perante a sociedade. Cabe à biblioteca o papel de ressocialização e recuperação do apenado. Para isso, são imprescindíveis as atividades culturais e sociais, tornando o convívio entre os apenados mais sociável e, assim, facilitando o retorno do confinado para a sociedade (ALEXANDRE, 2016).

A biblioteca prisional se assemelha à biblioteca pública porque ambas criam uma micro sociedade. A sua diferença está no tipo de usuário, pois a biblioteca prisional lida com vários tipos de usuários de diferentes níveis de periculosidade (BARROS, 2013, p. 2).

Além do acesso à leitura, à informação e, consequentemente, à educação, o apenado aprende a conviver socialmente com os outros apenados e também com os profissionais que trabalham no sistema prisional. O acesso à informação e a prática de leitura são capazes de preencher os pensamentos dos apenados dando-os a capacidade de construir meios que exercitem a cidadania (ALEXANDRE, 2016).

A Lei nº 7.210/84, no seu artigo 21, da seção V, atribui ao aprisionado, independentemente da sua periculosidade, o direito à biblioteca. Esta, por sua vez, deve ser provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. Mas, infelizmente, no Brasil essa Lei não é cumprida.

Com relação ao espaço da biblioteca prisional, temos que levar em consideração que essa biblioteca deve ser constituída semelhante às bibliotecas públicas, universitárias e escolares. Conforme descrito na norma da IFLA (2007, p. 8, tradução nossa):

a) Iluminação adequada para a leitura, uso de computadores e outras funções específicas da biblioteca;
b) Tratamento acústico nas paredes, piso e teto;
c) Controle de temperatura (ar condicionados, ventiladores);
d) Controle visual de toda área da biblioteca;

e) Espaço para armazenamento de material que possa ser fechado com chave;
f) Capacidade de carga suficiente nas estantes;
g) Tomadas elétricas suficientes para localizar os equipamentos técnicos e eletrônicos necessários;
h) Telefone para comunicar-se com o exterior;
i) Sistema eletrônico de comunicação para emergência.

Nota-se que são exigências básicas para um bom funcionamento de uma biblioteca e, independentemente do seu público-alvo, não diferem muito das instalações de uma biblioteca convencional, apesar de obedecer alguns critérios específicos para garantir a segurança de funcionários e usuários em seu interior (ALEXANDRE, 2016).

O mobiliário e os equipamentos devem ser selecionados dentro de alguns critérios, estes sempre visando segurança, comodidade, facilidade de conservação e durabilidade. Lindemann (2016) aponta detalhes sobre a disposição das estantes das bibliotecas prisionais que as diferenciam das bibliotecas universitárias, públicas e escolares: as estantes são encostadas na parede para que os agentes penitenciários tenham uma visão ampla de todo espaço destinado à mesma.

A biblioteca prisional, quanto ao seu pessoal, não é diferente das bibliotecas públicas, especializadas, escolares e universitárias. Para administrá-la é preciso de bibliotecários, profissionais com preparação e habilidades necessárias para ocuparem o cargo de auxiliar de bibliotecas (ALEXANDRE, 2016). Ainda vale ressaltar que, os internos podem trabalhar como apoio dentro da biblioteca prisional. Para que isso ocorra, basta o apenado ter habilidades, experiência e familiaridade com as operações e processos da biblioteca (ALEXANDRE, 2016).

O bibliotecário é o “profissional que tem a seu cargo a direção, conservação, organização e funcionamento de bibliotecas” (CUNHA, 2008, p. 53). As habilidades do profissional que atua em uma

biblioteca prisional se assemelham ao bibliotecário que atua em bibliotecas públicas. Ambos os profissionais procuram desenvolver atividades voltadas à leitura e autoformação, correspondendo, assim, às necessidades de seus usuários. Porém, o profissional que atua no meio prisional precisa compreender os propósitos da instituição e as dinâmicas do sistema prisional. “Devem ter a capacidade para interiorizar valores básicos da instituição, enquanto desempenham as suas funções num ambiente por vezes repleto de ambiguidades e paradoxos” (EIRAS, 2007, p. 5).

A gratificação de ver os reclusos dando valor à biblioteca e respeitando o trabalho do bibliotecário é uma das compensações que esses profissionais que atuam no ambiente prisional recebem (ALEXANDRE, 2016). Mas, muito mais do que isso, esses profissionais estão ajudando no futuro dos internos, dando-lhes uma nova chance para reconstruírem suas vidas quando cumprirem a sentença. Vale ressaltar que a maioria dos aprisionados tem acesso pela primeira vez à uma biblioteca no sistema prisional. É através delas que os apenados descobrem “[...] um novo mundo de vantagens, oportunidades e conhecimentos” (EIRAS, 2007, p. 5).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, como salienta Eiras (2007), ao longo dos séculos XVIII e XIX surgem três novas estratégias relativas ao poder punitivo: no primeiro momento, prevalece a punição através do corpo; no segundo, o jogo social tem como finalidade a manipulação das representações sociais dos indivíduos, e o terceiro momento onde o exercício da punição é administrado recorrendo à uma máquina administrativa fiscalizada pelo poder coercitivo.

A partir do século XIX, houve a reformulação dos meios de punição. Desde então, acredita-se que a pena e a prisão podem transformar o indivíduo. Paulatinamente, o cenário de pena-

espetáculo e os suplícios foram desaparecendo, dando lugar à uma pena de caráter mais humanizador.

Nesse panorama, surge a educação para os indivíduos privados de liberdade. A escola no meio prisional tem duas vertentes, a primeira são as rígidas normas e procedimentos vindos da necessidade de segurança, ordem interna e disciplinar das unidades que realizam as atividades escolares. A segunda, como um espaço que se paute por consolidar a vocação ontológica da mulher e do homem, que conjectura o desenvolvimento de uma série de potencialidades humanas, tais como: a crítica, a criatividade, a reflexão, o diálogo, o respeito e a tolerância, totalmente compatíveis com a educação escolar, e especialmente, dedicada aos jovens e adultos (PORTUGUES, 2009, p. 116).

A biblioteca, no espaço prisional, tem seu papel colaborador para o processo de educação do apenado. Tanto a escola quanto a biblioteca contribuem para que o apenado aprenda a viver socialmente com os demais detentos e funcionários da penitenciária. A biblioteca é vista pelos detentos como uma forma de lazer, ajudando-os a se sentirem mais úteis e mais próximos à sociedade (ALEXANDRE, 2016). Infelizmente, os estabelecimentos prisionais brasileiros sofrem com a superpopulação, problemas da infraestrutura e muitas dessas penitenciárias não possuem biblioteca.

O profissional que atua na biblioteca prisional precisa desenvolver atividades que estimulem a leitura e a autoformação adequando-se às necessidades dos seus usuários. Precisa ser dinâmico, ter equilíbrio emocional, criatividade, ser conhecedor de direito penal e legislação penal e, sobretudo, gosto em trabalhar na educação de jovens e adultos. A leitura é uma forte aliada na readaptação social, reeducação e reabilitação dos indivíduos privados de liberdade, pois além de ajudar o detento a reduzir a sensação de confinamento, busca a ressocialização do mesmo.

Logo, a escola e a biblioteca no espaço prisional têm como objetivo incentivar o apenado a ler, ou seja, adquirir o gosto pela

leitura, incentivando a busca por conhecimentos e, de certa forma, conectá-los com o exterior.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Nádia da Silva. **Biblioteca prisional e biblioterapia como instrumentos de ressocialização**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino. O sistema prisional no Rio de Janeiro: um breve relato sobre o sistema prisional no Rio de Janeiro. **Blog Museu do Cárcere (MUCA)**, [20--]. Disponível em: <https://goo.gl/sFYqPL>. Acesso em: 20 maio 2016.

BARROS, Itamara Pontes dos Santos; SANTOS; Girlaine Silva; ALBUQUERQUE, Márcio Thiago dos Santos; ANDRADE, Valter dos Santos. A biblioteca atuante na penitenciária, resgatando a autoestima e a cidadania dos detentos: caso da penitenciária masculina Baldomero Cavalcanti de Oliveira, Maceió-AL. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: [s.n], 2013. p. 1-4. Disponível em: <https://goo.gl/cfHScJ>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a lei de Execução Penal. Brasília, DF, 12 jul. 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CARVALHO, Odair França de; GUIMARÃES, Selva. A educação escolar prisional no Brasil sob ótica multicultural: identidade, diretrizes legais

e currículos. **Horizontes**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 49-57, jul.-dez. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/EBrQFr>. Acesso em: 25 mar. 2016.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Identificar, classificar, (in)formar: dispositivos institucionais na Casa de Correção da Corte. **DataGramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/WTkEAM>. Acesso em: 02 jan. 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

EIRAS, Bruno Duarte. **Uma janela para o mundo**: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. 2007. Disponível em: <https://goo.gl/mbs9t6>. Acesso em: 22 abr. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999. 288 p.

IFLA - INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Pautas para serviços bibliotecários para reclusos**. 3. ed. [s.l.], 2007. 24 p. Disponível em: <https://goo.gl/f1FbLY>. Acesso em: 09 mar. 2016.

GRACIANO, Mariângela; SCHILLING, Flávia. A educação na prisão: hesitações, limites e possibilidades. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 13, n. 25, p. 111-132, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/HFXViw>. Acesso em: 10 maio 2016.

LINDEMANN, Catia. Biblioteconomia social: as leis de Ranganathan numa biblioteca prisional. In: PRADO, Jorge do (Org.). **Ideias emergentes em Biblioteconomia**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 41-46. Disponível em: <https://goo.gl/r2qRMK>. Acesso em: 16 abr. 2016.

MELO, Fábio Mansano; SANTOS, Leonardo Moraes dos. Reflexões sobre a educação escolar no sistema prisional. In: ENCONTRO DIALÓGICO TRANSDISCIPLINAR – ENDITRANS. Bahia: UESB - Campus de Vitória da Conquista, 24 e 25 de novembro de 2010. **Anais do Encontro Dialógico Transdisciplinar**. Vitória da Conquista, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/RkNCjb>. Acesso em: 17 fev. 2016.

MOREIRA, Fábio Aparecido; SILVA, Roberto da. Ações de incentivo à leitura e formação de leitores em estabelecimentos prisionais do Brasil: desafios e oportunidades. In: CONGRESSO DE PEDAGOGIA SOCIAL. São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. p. 1-24. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. p. 1-24. Disponível em: <https://goo.gl/v6pUqi>. Acesso em: 19 abr. 2015.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. Educação de jovens e adultos presos: limites, possibilidades e perspectivas. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 109-120, nov. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/kQVoNK>. Acesso em: 22 mar. 2016.

SANTA ANNA, Jorge Santa; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social, **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr., 2015. Disponível em: <https://goo.gl/WHnkye>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SILVA NETO, Epitacio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaço para o acesso à informação e à cidadania. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/zKE3PL>. Acesso em: 09 maio 2015.

CAPÍTULO 19

CIÊNCIA CIDADÃ E ÉTICA ANIMAL: PISTAS PARA O INÍCIO DE UMA REFLEXÃO SOBRE INFORMAÇÃO E CAPITALISMO

Érica Quadros do Amaral

1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por finalidade abordar questões relacionadas à causa animalista, dialogando sobre o papel da Ciência e da sociedade na quebra de paradigmas e o esclarecimento de mitos disseminados durante anos pelas corporações que, favorecidas pelo sistema capitalista que monetiza tanto o material quanto o imaterial, visa sempre lucrar, mesmo que seja em detrimento do bem estar da sociedade. É evidente que não se pretende desmerecer o importante papel da construção do conhecimento científico, mas conforme Bourdieu (2004) aponta, o "efeito espelho" exige do pesquisador um posicionamento reflexivo sobre seu objeto de estudo, já que "algo que se diga acerca da prática científica poderá voltar-se contra quem o diz" (BOURDIEU, 2004, p. 15). O assunto é relevante para o escopo da Ciência da Informação, pois a circulação de informações truncadas torna difícil afirmar que o sujeito informacional de fato interaja com a informação de maneira consciente e construtiva. Pode-se perguntar se a tomada de decisão sobre suas escolhas de consumo e produção não é induzida pelos interesses monetários do sistema capitalista. No âmbito da Biblioteconomia, por exemplo, Grogan (2001) elenca, durante o processo de mediação da informação realizado pelo

bibliotecário de referência, oito necessárias etapas[64] para atender a demanda informacional, mesmo em um ambiente controlado e instrumentalizado por um profissional capacitado para auxiliar o usuário em suas pesquisas. Isso demonstra o quanto a relação entre sujeito, independente do seu papel, e informação é complexa e precisa ser aprofundada, principalmente em meios enviesados, onde o lucro financeiro muitas vezes está colocado hierarquicamente acima de vidas, seja de animais humanos, animais não-humanos e o próprio planeta.

"Senso crítico" é como Bezerra, Schneider e Brisola (2017) se referem a essa competência necessária para que um cidadão seja capaz de discernir as informações às quais tem acesso. Os adventos tecnológicos somados à liberdade de informação possibilitam o acesso a todo tipo de informação. No entanto, é preciso que o sujeito seja capaz de apreender de forma qualitativa o material informacional.

Para maior entendimento do campo científico, será abordada brevemente a dicotomia entre as visões de Bourdieu e Latour sobre Ciência. O fio condutor será o conceito de "caixa-preta" criado por Latour, acompanhado por sua teoria "ator-rede" e a formação de redes sociotécnicas por elementos especialistas e cidadão comum. Segundo Bourdieu (1997), "trata-se para tanto, de mobilizar um coletivo, em torno de interrogações relativamente elaboradas, em condições que se possa produzir uma verdade sobre si próprio" (BOURDIEU, 1997, p. 17-18).

Ainda que a exposição das estratégias de desinformação ao longo da vida possam confundir o indivíduo não-especialista, este, como sujeito descolado do *lobby* da classe dominante, se torna capaz, por meio de investigação, de subverter controvérsias científicas e, assim, quebrar paradigmas. Para Bourdieu:

[64] Tais etapas são, especificamente: problema; necessidade de informação; questão inicial; questão negociada; estratégia de busca; processo de busca; resposta e solução (GROGAN, 2001).

> Não creio que basta reunir um grupo para produzir a reflexão científica, mas acredito que, com a condição de instaurar uma tal estrutura de troca que traga em si mesma o princípio de sua própria regulação, podem-se instaurar formas de reflexão que hoje não têm lugar que podem ir além de todas as especulações de especialistas (BOURDIEU, 1997, p. 18).

No caso específico da causa animalista, o especismo[65] é uma barreira a ser ultrapassada. O esforço do ativismo envolvido em preconizar transformações sociais, políticas e econômicas tem sido fundamental. Além disso, o ativismo tem alcançado conquistas relevantes ao fazer uso de recursos informacionais para contrapor o discurso da grande mídia a serviço do capital.

Quando Kip Andersen, em visita à sede do "*Save Our Water*" em seu documentário *Cowspiracy,* questiona o impacto da atividade pecuária no ambiente, ele é desencorajado por um incomodado representante da organização, que afirma ser impossível mudar hábitos. No entanto, temos presenciado transformações nas práticas sociais, provocadas por iniciativas de não-especialistas, como Andersen que, ao contestar equívocos em paradigmas estabelecidos, consegue dialogar com a Ciência hegemônica e auxiliar a produção de um novo tipo de conhecimento.

Esse processo vem sendo chamado de ciência cidadã e consiste na alternativa aos meios convencionais de se entender e produzir ciência. Para a compreensão da diferença entre a Ciência hegemônica e a ciência desenvolvida de forma colaborativa, recorremos a Bruno Latour, sobretudo em Latour (2011), que adota os termos Ciência com "C" maiúsculo para representar a "ciência pronta" e com "c" minúsculo para simbolizar a "ciência em construção".

[65] Preconceito que hierarquiza espécies priorizando a espécie humana em detrimento das demais (SINGER, 2013, p. 11).

Para Latour, a ciência não deve ser defendida ou atacada, mas sim notada como algo passível de questionamento, ou seja, o fazer científico à luz de uma ruptura iconoclasta. Latour se apropria do termo tecnológico "caixa preta" – dispositivo no qual se encontram as informações sobre o funcionamento de uma aeronave e os diálogos da tripulação utilizado no auxílio de investigações – e por meio do termo, cria uma metáfora para explicar a construção de paradigmas científicos.

> A expressão caixa-preta é usada em cibernética sempre que uma máquina ou conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que nela entra e o que dela sai (LATOUR, 2011, p. 14).

Nesse sentido, as controvérsias causadas por inquietações acerca do conhecimento dito como 'verdade' são a ferramenta que abrem a "caixa preta". Latour ainda reforça que as pesquisas científicas percorrem caminhos repletos de adversidades e reviravoltas que incluem incertezas, frustrações, progressos e declínios, fazendo com que a produção científica esteja sempre em ação. Essa perspectiva remete ao método da sociologia reflexiva empregado por Bourdieu (1989), que expressa a pesquisa como um mecanismo que tem por objetivo ratificar e retificar estruturas do conhecimento e, para tanto, precisa se distanciar das crenças pessoais do pesquisador e considerar todas as possibilidades metodológicas e fundamentos teóricos que circunscrevem o objeto de estudo.

É importante mencionar, como apontado por Lorenzi e Andrade (2011), que Bourdieu e Latour têm perspectivas diferentes sobre a construção da ciência e a respeito da relação entre humanos e natureza. Para Bourdieu, de tradição estruturalista, é mais relevante o peso da disputa entre atores e forças dominantes, marcada pelo interesse no que cada indivíduo ou grupo pode oferecer, ou seja, o

capital científico. O autor apreende a ciência como um conflito entre poderes e hierarquias que se concretizam pela "força de um agente que depende de seus diferentes trunfos" (LORENZI; ANDRADE, 2011, p. 53), ou seja, sua capacidade de influência no campo científico baseado em seu capital simbólico.

Para Bourdieu (2004), "o peso associado a um agente, suportado pelo campo ao mesmo tempo contribui para o estruturar, depende de todos os outros agentes, de todos os outros pontos, ou seja de todo o espaço" (BOURDIEU, 2004, p. 53). Porém, diferente de Latour, não considera a natureza como elemento desse sistema de construção de fatos científicos. Segundo Lorenzi e Andrade, "para Bourdieu, o mundo é sim um binário sociedade/natureza, onde a sociedade é mutável e a natureza imutável. Enquanto que para Latour, tanto sociedade quanto natureza são constructos" (LORENZI; ANDRADE, 2011, p. 117). Latour, por um viés construtivista, percebe o processo de fazer científico como algo coletivo realizado por meio de uma rede formada por elementos humanos e não-humanos, conforme sua teoria ator-rede.

Ainda que Bourdieu apresente uma perspectiva mais conservadora que a de Latour, também podem ser identificadas suas preocupações acerca da influência do capital nas instituições científicas. Lorenzi e Andrade (2011, p. 119) ressaltam que para Bourdieu é fundamental "garantir que o campo científico seja suficientemente autônomo, ou seja controlado pela própria estrutura interna, para que este não se corrompa por outros interesses políticos ou econômicos". Sobre tal perspectiva, o autor aponta que:

> Percebe-se imediatamente que o laboratório é um microcosmo social situado num espaço que abrange outros laboratórios constitutivos de uma disciplina. [...] Só uma teoria global do espaço científico, como espaço estruturado como espaço estruturado segundo lógicas simultaneamente genéricas e especificas, permite compreender

> realmente um determinado ponto deste espaço, laboratório ou investigador particular (BOURDIEU, 2004, p. 51-52).

Freire (2006), apoiada na análise dos estudos de Latour, sintetiza o pensamento apresentado na seguinte afirmação:

> Reconhecer que os mesmos tipos de causas devem explicar tanto as crenças valorizadas como verdade quanto as crenças rechaçadas, uma vez que não há diferença essencial entre verdade e erro, este é o conceito de uma ciência simétrica (FREIRE, 2006, p. 48).

Pesquisadores que não permitem o questionamento de teorias como se todas fossem verdades absolutas tratam o processo de produção do conhecimento como algo acumulativo. Para Weber (2017, p. 11), "o progresso científico constitui um fragmento, decerto o mais importante do processo de intelectualização a que, desde há milênios estamos submetidos e perante o qual, além disso se adopta hoje muitas vezes atitutes negativas". Weber, em 1917, estimulado pelas novas possibilidades de florescimento do conhencimento que a Ciência Moderna poderia suscitar declarou que o 'conceito' era um dos maiores instrumentos do conhecimento científico.

Bourdieu consolida:

> É preciso desconfiar das recusas sectárias que se escondem e tentar, em cada caso, mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto, possam parecer pertinentes e que, as condições práticas de recolha de dados, são praticamente utilizáveis. Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o

> rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: "É proibido proibir" ou "Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos" (BOURDIEU, 1989, p. 26).

Para Kuhn, "os paradigmas da comunidade, revelados, nos seus manuais, conferências e exercícios de laboratório. Ao estudá-los e utilizá-los na prática os membros da comunidade considerada aprendem seu ofício" (KUHN, 2017, p. 115). É interessante observar que Kuhn depreende a assimilação de um paradigma por um campo científico como um procedimento que é auxiliado por regras. Para o autor, um conjunto de regras não é necessariamente aplicável em campos distintos. Portanto, considera a possibilidade de maneira interdependente dessas regras e ressalta a importância do conhecimento tácito do pesquisador como elemento no andamento.

Kuhn vai ao encontro da teoria que diferencia a ciência vista como um acúmulo de ideias indiscutíveis ao redefinir o conceito de paradigma atribuindo novo valor ao termo**.** O autor até mesmo sugere que o termo seja substituído por "exemplo"[66] para uma melhor compreensão. Kuhn define paradigmas como "as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência" (KUHN, 2017, p. 13).

Os critérios morais que direcionam a Ética, de uma forma geral, são baseados na razão sob uma perspectiva antropocêntrica, e dessa forma excluem os animais não-humanos, da esfera de consideração moral. Como o princípo do Imperativo Categórico de Kant que prevê uma Ética fundamentada na razão e nas leis, na qual o ser humano é o fim e não o meio, e que omite do arco de respeito moral a seres que

[66] Pós-escrito.

não sejam humanos. Nas palavras de Kant (1983, p. 16), "a liberdade... não contém pelo menos nenhuma contradição em si desde que ocorra a nossa distinção crítica entre ambos os modos de representação (o sensível e o intelectual)". Portanto, o agir ético e não ético para Kant decorria do conjunto de escolhas dentro de um universo de normas guiadas pela razão de um agente livre e racional, afastando as subjetividades desse evento. Sendo assim, pensar em uma Ética com critérios morais que tornem a relação entre os seres sencientes[67] mais horizontal, considerando todos dignos de tratamento sem crueldade é uma mudança paradigmática importante. Tal importância aumenta se pensarmos na questão a partir do conceito de Antropoceno, que Issberner e Lená definem como "momento da história em que uma espécie, o *Homo sapiens*, se tornou o equivalente de uma força geológica capaz de modificar os parâmetros biofísicos do planeta" (ISSBERNER; LENÁ, 2018, p. 203). Para Oliveira (2018), a construção da Ética como orientação de conduta não abarca interesses morais de todos os seres, pois foi edificada por argumentos que generalizam as relações entres seres humanos e se esquivam da abordagem animalista.

A estruturação do sistema de concepção de paradigmas requer imparcialidade para obter resultados confiáveis. Contudo, o âmbito científico nem sempre é transparente. Weber (2007) aponta que as instituições acadêmicas articuladas no modelo econômico capitalista podem ser comparadas com corporações capitalistas, ao apontar que "não existe clareza alguma nem sobre o que se faz numa fábrica nem sobre o que se passa em um laboratório" (WEBER, 2007, p. 4). Para o autor, o risco da alienação dos meios de produção existe nos dois âmbitos, ainda que as ferramentas sejam diferentes. Conforme Bourdieu:

[67] Capazes de manifestar sensações físicas e emocionais.

> O campo das disciplinas e dos agentes que tomam a ciência como tema – filosofia das ciências, epistemologia, história das ciências, sociologia das ciências -, campo de fronteiras mal definidas, é atravessado por controvérsias e conflitos que, espantosamente, ilustram de modo exemplar as melhores análises das controvérsias propostas pelos sociólogos da ciência (comprovando assim a fraca reflexividade deste universo, do qual se poderia esperar que se servisse dos seus conhecimentos adquiridos para se controlar (BOURDIEU, 2004, p. 19).

O poder da classe dominante é notório e seu instrumento é o capital financeiro. O sistema capitalista monetiza todos os recursos, até mesmo corpos, tanto de humanos quanto de animais. Sendo assim, não é improvável ou surpreendente que faça isso com a produção de ideias também[68]. É necessário considerar, igualmente, que a Ciência também está inserida no sistema capitalista e, como tal, submetida às condições estabelecidas por ele. Segundo Marx e Engels (2009, p. 67), "as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material

[68] Ao tornar animais em mercadorias, o sistema capitalista objetifica tais seres ao reduzi-los a produtos aos quais, com a ação do trabalho humano, são conferidos valores de troca que são determinados ao serem comparados a outros itens; reduzidos então, os animais são mercadoria que "apresenta seu ser duplo na medida em que seu valor possui uma forma de manifestação própria, distinta de sua forma natural, a saber, a forma do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada de modo isolado, mas sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de outro tipo" (MARX, 2013, p. 189).

dominante da sociedade é, ao meso tempo o seu poder espiritual dominante", e isso não seria diferente na ciência.

Aponta Jeanneret (2015) que os aparatos da tecnologia da informação influenciam na produção do conhecimento e na forma de atuação do pesquisador, pois a necessidade de investimento financeiro para a realização e disseminação da pesquisa viabiliza o influxo da indústria na produção do conhecimento. Nesse sentido, cabe ao pesquisador definir seu posicionamento. O autor indica que os pesquisadores militantes defendem a intervenção no uso desses dispositivos ultrapassando o meramente criticar.

De acordo com o engajamento da sociedade, a pesquisa pode se tornar instrumento de proteção contra a exploração de qualidade de vida realizada por grupos da classe dominante que instrumentalizam a Ciência para seus fins. Muitas vezes, esses grupos se aproveitam da falta de investimento do governo para financiar pesquisas destinadas a legitimar seus produtos, minimizando o risco que possam oferecer para os humanos, animais não-humanos e ao ambiente. Como diz Latour (2001, p. 273), "o discurso político é público e não ocupa lugar no silencioso isolamento da sala de estudos ou laboratório". Por isso é necessária uma reflexão sobre o fazer científico dentro e fora do laboratório. De acordo com Soares (2018), a opressão tem como característica principal o poder de sintetizar em um só tipo de preconceito outros aspectos discriminatórios, sendo assim, um mesmo termo pejorativo pode ser utilizado para inferiorizar mais de um grupo de oprimidos. Por exemplo, o termo 'veado' que se refere ao animal da família Cervidae, que por ser um animal herbívoro, abaixo dos carnívoros na cadeia alimentar e, além disso, vulnerável à caça humana, é utilizado como gíria para xingamentos contra homens homossexuais, ou seja, ridiculariza ao mesmo tempo que afirma a visão que inferioriza tanto o homossexual quanto o animal.

2 A CONSTRUÇÃO DE UMA CIÊNCIA SIMÉTRICA EM BENEFÍCIO DA SOCIEDADE

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos sociais e de contracultura fomentaram o início dos debates sobre a contestação da hegemonia científica (VELHO, 2011). Nesse período, o questionamento sobre o valor do papel social da ciência (com "c" minúsculo por seu sentido ser descolado do pensamento que remete ao que Latour chamou de "Ciência pronta") entrou em evidência. A sociedade passou a desconfiar da credibilidade e imparcialidade das respostas apresentadas para os problemas que afetavam diretamente o cotidiano e o espaço em que viviam os sujeitos, principalmente o ambiente.

Em vista do aceleramento das consequências danosas da exposição aos riscos e a incapacidade das autoridades responsáveis de oferecer respostas satisfatórias à sociedade, tem início a organização de grupos formados por leigos. Cidadãos comuns se mobilizam para realizar investigações por conta própria e garantir seu espaço de fala como vítimas diretas de tais eventos. Para Knorr-Cetina (1999), o somatório de diferentes forças no fazer científico é algo que está extremamente ligado à própria definição do conceito de sociedade do conhecimento, o que cabe em defesa da validade da mobilização social para a clarificação do conhecimento disseminado:

> Uma sociedade de conhecimento não é simplesmente uma sociedade com mais peritos, mais gadgets tecnológicos, mais interpretações especialistas do que interpretações participantes. É uma sociedade entrelaçada com práticas de conhecimento e culturas de conhecimento, o conjunto completo de estruturas e mecanismos que servem o conhecimento e se desenvolvem com a sua articulação (KNORR-CETINA, 1999, p. 377).

As provocações de Knorr-Cetina sobre os mecanismos do fazer cientifico, que a autora chama de “culturas epistêmicas”, se alinham à proposta de reflexão de Latour (2001) sobre a ciência como construção e sua indagação sobre a concepção dicotômica entre sujeito e objeto. Para o autor, conforme a concepção de sua teoria “Ator-Rede” os atores, ou para usar o termo que ele prefere, os actantes, incluindo sociedade e natureza, estão relacionados por um fluxo de interação em rede representado pela fluidez da ação entre todos os participantes, sendo todos capazes de atuar de forma passiva ou ativa. Freire (2006, p. 48) concorda com essa visão ao afirmar que “pensar em ciência como uma rede de atores, significa que ela não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela sua veracidade dos fatos por ela engendrados”.

Na teoria Ator-Rede, Latour aborda a relação entre humanos e não-humanos, ou seja, humanos, objetos, tecnologia e o natural, sendo essa linha de interação, o que chamou de rede sociotécnica, responsável pela articulação do conhecimento. A teoria viabiliza a compreensão acerca da interação do mundo em rede, transpondo o determinismo tecnológico e propondo a reflexão sobre o coletivo. Essa teoria mostra a magnitude da interação entre esses elementos para se entender o todo e, assim, acarreta em controvérsias que abrem a caixa preta.

Grupos de cidadãos conscientes e munidos de informação também podem ser considerados como elementos que atuam nas redes sociotécnicas na teoria Ator-Rede, de modo a questionar as estruturas e cobrar posicionamentos das autoridades. Em certos momentos, eles podem estar vinculados a especialistas, formando fóruns híbridos de debate sobre determinado assunto, principalmente sobre as questões ambientais. Lorenzi e Andrade (2011) preconizam que, para Latour, “sociedade e ciência são indissociáveis, o que há entre a ciência e a sociedade é um alinhamento de interesses, translação heterogênea de um e de outro lado. Não há fato ou máquina sem ser coletivamente” (LORENZI; ANDRADE, 2011, p. 113).

Tal afirmação se alinha à proposta de diálogo entre sociedade e ciência, como forma de viabilizar a investigação a favor dos interesses dos sujeitos, usando a própria narrativa da população afetada.

Nesse âmbito, as controvérsias se apresentam como importante instrumento de crescimento para a ciência, conforme apontam Callon, Lascoumes e Barthe (2001, p. 31, tradução nossa): "as controvérsias também permitem a exploração de opções concebíveis indo além da lista estabelecida por atores oficiais"[69]. As controvérsias permitem o olhar múltiplo de um problema, e a investigação simétrica facilita o aprendizado completo por meio das diferentes intepretações de um mesmo fato, permitindo a participação de leigos. O resultado é a reconstrução do mundo; a caixa preta é aberta, o paradigma entra em transição e posteriormente se estabiliza; e a caixa preta é novamente fechada para posteriormente ser retomada, ou seja, fomentando a geração e circulação de novos conhecimentos.

No caso específico da saúde e ambiente, que são notoriamente prejudicados pelas informações incorretas que influenciam no consumo, no instante em que um determinado espaço se torna alvo de investigação, o sujeito relacionado a ele passa a ser uma importante fonte de informação independentemente de seu capital cultural. Como vítima, sua narrativa e afinco na busca pela solução do problema são fatores que orientam e impulsionam a apuração. Além disso, a comunidade organizada com pretensão de reivindicar melhorias se manifesta como importante insumo para o desenvolvimento de políticas públicas, e se configura como um canal que precisa ser ouvido e respeitado pelas autoridades governamentais.

Barthe, Akrich e Remy (2011) discutem o tema e apontam a negligência dos estudos sobre o assunto:

[69] Citação original: "*controversies also allow the exploration of conceivable options by going beyond the list established by official actors*" (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001, p. 31).

> A sociologia dos movimentos sociais, por exemplo, debruçou-se muito pouco sobre as investigações feitas por não-especialistas, ainda que se trate de um aspecto essencial e, ademais, original do ativismo na área dos riscos sanitários e ambientais (BARTHE; AKRICH; REMY, 2011, p. 95).

Um exemplo[70] que atesta a relevância do envolvimento do cidadão comum é a conquista, em 20 de novembro de 2017, da proibição no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal do uso de amianto na fabricação de telhas e caixas d'agua, após anos de empenho de ativistas para obter o reconhecimento das autoridades acerca do risco cancerígeno da substância. A congruência entre crescentes relatos sobre pessoas vítimas de câncer e o uso do produto fez emergir a suspeita da ligação entre os dois e incitou necessidade de investigação que comprovasse o risco do amianto. No entanto, a indústria, mesmo após a confirmação da hipótese, persistiu em seu uso por se tratar de uma substância barata e abundante. Sem a pressão popular o amianto continuaria provocando a morte de pessoas.

Outro exemplo[71] recente foi a proibição do uso de animais em testes de qualidade de produtos cosméticos e de higiene pessoal no estado do Rio de Janeiro. O governador do estado, Luiz Fernando de Souza, vulgo Pezão, havia vetado o projeto de Lei nº 2714/2014. Porém, em 12 de dezembro de 2017, o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O avanço, ainda que seja um pequeno passo, advém mais uma vez da pressão popular de ativistas de movimentos que se encarregam dos direitos de

[70] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2017/11/29/supremo-tribunal-federal-proibe-uso-do-amianto-em-todo-o-pais.htm>. Acesso em: 09 set. 2018.

[71] Disponível em: <https://www.vista-se.com.br/estado-do-rio-de-janeiro-proibe-testes-em-animais-para-produtos-cosmeticos-e-de-higiene-pessoal/>. Acesso em: 09 set. 2018.

animais não-humanos. Essa mudança foi atravancada por anos pelo *lobby* da indústria que desejava manter o uso de animais ainda que existam comprovadamente outras formas[72] de teste de qualidade, com resultados satisfatórios, sem uso de seres vivos, por questão de barateamento do processo. Além de ser uma prática cruel pelo viés moral, estudos científicos apontam dúvidas sobre a eficácia do uso de animais como cobaias para experimentação de produtos destinados ao uso humano.

A observação do leigo somada ao conhecimento acadêmico do cientista aprimora a identificação de padrões, gera e dissemina conhecimento. A parceria pode gerar um equilíbrio para balancear uma carga emocional ou uma possível falta de leitura crítica do problema que o sujeito não-especialista pode apresentar, com uma possível parcialidade do especialista influenciado por crenças pessoais ou intervenção monetária de classes dominantes.

Cabe ressaltar a importância da coletividade na formação da rede, necessária para amplificar a voz, pois apenas um sujeito não mobiliza transações suficientes para possibilitar controvérsias. Porém, com o advento da internet, as redes do conhecimento se estendem e se organizam de forma aglutinada, permitindo uma maior concentração de pessoas unidas por um objetivo em comum.

3 ÉTICA ANIMAL E A MUDANÇA DE HÁBITOS: A INFLUÊNCIA DOS DOCUMENTÁRIOS E DE OUTRAS MÍDIAS

É nítido que o sistema econômico que rege nossa sociedade atual não criou a dicotomia e a relação de exploração entre animais humanos e animais não-humanos, visto que suas expressões permeiam a história da civilização humana. Ele é, porém, um fator que

[72] Disponível em: <http://www.pea.org.br/crueldade/testes/#Avan%C3%A7os>. Acesso em: 09 set. 2018.

contribui para a manutenção dessa perspectiva e perpetuação da divulgação de informações enviesadas. Essa prática pode interferir na credibilidade da ciência, pois pesquisas demandam alto investimento financeiro e nem sempre o investidor é neutro.

O *lobby* das corporações associado ao descaso do Estado com políticas de saúde subverte a pesquisa e gera desinformação. A corporação oferece apoio financeiro em troca de utilizar a ciência como meio de publicidade e convencimento dos benefícios de seus produtos, sendo favorecida pela falta de fiscalização efetiva do Estado que não coíbe tal prática.

Nessa arena de escolhas, a defesa dos argumentos que refutam o senso comum e empreendem a investigação imparcial e exposição dos fatos compete também ao cidadão, que diante das incertezas, viabiliza meios de se organizar e contestar paradigmas. A ciência cidadã, ou seja, aquela integrada por não-especialistas, é uma importante ferramenta para contestar informações enviesadas ou ultrapassadas, defendidas ou negligenciadas por especialistas. Ela é essencial para a abertura da "caixa preta", visto que cria controvérsias que vão propositar novos conhecimentos. Isso tem sido percebido nos debates que envolvem a indústria pecuária e de laticínios. A produção de documentários, realizados por não-especialistas, contendo informações ocultadas do grande público, se tornou popular no canal de *streaming Netflix*, responsável também pela sua divulgação.

A repercussão do questionamento sobre afirmações consideradas científicas impactou a desnaturalização de hábitos arraigados em nossa sociedade, de forma a refletir nas vendas e, consequentemente, diminuir o lucro obtido. Em resposta, para não perder seu espaço, os pecuaristas anunciaram a produção de um documentário para rechaçar os demais, o que evidencia a necessidade de apropriação do mesmo aparato de comunicação para repetir informações que já foram desmistificadas até mesmo pela

Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU (2018)[73] aponta o desmatamento como o segundo grande agente da degradação do ambiente e de emissão de gases de efeito estufa. Segundo Felipe (2016), "o gás metano é 23 vezes pior que o dióxido de carbono, para o efeito estufa. Justamente esse é o gás formado no trato digestivo do gado alimentado com grãos, cereais e lixo orgânico, em vez de gramíneas" (FELIPE, 2016, p. 54). De acordo com Veiga e Issberner:

> Os produtos primários de forma mais geral requerem uma grande quantidade de água, seja na atividade agropecuária, seja na extração de minérios, levando os especialistas a alertarem para a exportação da "água virtual" embutida na comercialização desses produtos, o que configura um custo ambiental não considerado no valor da produção final (VEIGA; ISSBERNER, 2012, p. 112).

O documentário *Cowspiracy,* realizado por Kip Andersen, é um exemplo da amplitude que pode alcançar um tipo de material produzido por um leigo, quando reúne informações precisas. Sua pesquisa desqualifica, entre outros, um dos argumentos mais difundidos nas últimas décadas sobre sustentabilidade, mostrando que o modo como estamos economizando água não é a ação de maior impacto para que os recursos hídricos não sejam instintos, pois a atividade da indústria pecuária consome diariamente quantidades de água muito mais significativas. No entanto, é vital para a indústria pecuária a perpetuação dessa falácia que desvia os olhares de si e mantém, apenas sob a tutela indivíduo, a responsabilidade pela destruição do ambiente.

Além disso os possíveis malefícios causados pelo consumo de proteína animal para o organismo do ser humano, apontados por

[73] Disponível em: <https://nacoesunidas.org/desmatamento-e-2a-maior-causa-das-mudancas-climaticas-revela-fao/>. Acesso em: 18 set. 2018.

estudos que possibilitam a problematização do tema, são pouco divulgados para o consumidor. Segundo o *Atlas da Carne*[74] produzido pela fundação Heinrich Böll Stifutung (2016, p. 9) "a carne produzida de forma intensiva não é saudável devido ao uso de antibióticos e hormônios assim como pelo abuso de agroquímicos na produção da forragem". Conforme Joy,

> Os consumidores de carne [...] estão inadvertidamente ingerindo uma série de contaminantes. Nossa carne está frequentemente impregnada de hormônios sintéticos (alguns dos quais têm sido associados ao desenvolvimento de vários cânceres e estão banidos tanto do consumo humano quanto do consumo animal na União Europeia) de doses maciças de antibióticos, de pesticidas, herbecidas e fungicidas tóxicos (substâncias reconhecidamente cancerígenas), de variedades potencialmente letais de bactérias e vírus, de petróleo, carcaças envenenadas por rato, terra, pelo e fezes (JOY, 2014, p. 73).

É por meio da publicidade, do marketing e da certificação científica que a indústria capitalista convence a população. Isso nitidamente ocorreu no ano de 1993 quando foi criada uma campanha chamada *Got Milk?,* responsável pelo aumento considerável no consumo de leite nos Estados Unidos. A campanha era representada por pessoas consumindo algum tipo de alimento colocadas em situações embaraçosas por estarem com a boca seca e não conseguirem mastigar o alimento adequadamente; ao procurarem algo líquido para auxiliar o processo de mastigação se deparavam com caixas de leite vazias e se desesperavam, pois eram gravemente prejudicadas pela ausência do leite. Nos últimos anos, houve nos

[74] BÖLL STFTUNG, Heinrich. **Atlas da Carne**: fatos e números sobre os animais que comemos, 2016.

Estados Unidos uma queda no consumo de leite de origem animal e aumento no de leite vegetal, o que levou a indústria de laticínios a apelar mais uma vez para a publicidade para reverter a queda dos lucros e, assim, a *Got Milk?* foi reciclada e criou-se a campanha *Milk Life,* associando o cuidado, amor e incentivo materno e paterno ao consumo de leite por seus filhos.

Na realidade, além da publicidade das corporações de laticínios e do que é transmitido pela cultura oral através de gerações, não existem estudos conclusivos sobre a origem do leite animal ser a mais importante fonte de cálcio. Segundo Felipe (2016), nessa confusão de informações truncadas, estudos como o publicado pela Revista Americana de Nutrição Clínica sobre cálcio que dizem, por exemplo, que "o cálcio da couve e das folhas verdes em geral [tem] disponibilidade de absorção maior do que o cálcio de leite bovino" e "feijões também serem ricos em cálcio" (FELIPE, 2016, p. 177-178), são ignorados pelo grande público. Para a autora, é importante lembrar que outros hábitos como consumo de drogas, tabagismo e sedentarismo também contribuem para problemas nos ossos.

No Brasil não foi diferente com a campanha da fabricante de leite "Parmalat", com crianças vestidas de mamíferos fofos cantando e dançando sobre os benefícios do leite animal. A mesma empresa recentemente patrocinou palestras de uma figura muito popular e carismática na medicina, o médico Dráuzio Varella, sobre a importância do leite animal não-humano para o consumo humano, enquanto outros especialistas da área não só rebatem a afirmação como denunciam o assédio dessas empresas para que falem positivamente sobre o assunto. Foi o caso do *youtuber* e médico Leandro Almeida que, apesar de não ter nenhuma ligação com o ativismo vegano[75], relatou, em um de seus vídeos, ter recebido propostas por parte de empresas para defender a necessidade do

[75] Indivíduos que não consomem artigos de origem animal ou que explorem animais, incluindo, alimentação, vestimenta, entretenimento etc.

consumo de leite, em troca de incentivos financeiros. No entanto, o médico prosseguiu com seu posicionamento veementemente contrário ao consumo de leite oriundos de outros mamíferos que não sejam o ser humano.

As corporações, para instrumentalizar animais, recorrem frequentemente à estratégia do referente ausente, ou seja, a utilização de recursos que distanciam um grupo oprimido da violência sofrida, no caso animais não-humanos (ADAMS, 2004). Por exemplo, a carne cortada em pedaços desvincula a imagem do cadáver da ideia do ser vivo que foi convertido em alimento e são ocultados os atos cruéis realizados contra animais bovinos e outras espécies que também sofrem confinamento, tortura e morte. Como exposto por Joy, "quanto mais você vê esses pedaços de corpo sem nenhuma cabeça em cima, mais você deixa de pensar como animais e passa a vê-los como um produto com que está trabalhando" (JOY, 2016, p. 113). Alguns exemplos: galinhas têm seus bicos cortados para não furarem os olhos umas das outras pelo estresse causado pela enorme quantidade de animais no mesmo espaço; porcas passam a vida útil inteira presas em um de aparelho que as mantém na mesma posição para que apenas amamentem os filhotes que serão abatidos e vendidos como *bacon*, etc.

Linné e Pedersen (2017) relatam sua experiência em uma visita oferecida anualmente por uma fazenda de vacas leiteiras na Suíça, onde a narrativa da "vaca feliz" é aproveitada como referente ausente. A vaca, que passa a ser vista como uma máquina movida a capim que produz leite, ao mesmo tempo em que se cria a performance de um animal que, diante de toda a gama de sentimentos e sensações possíveis, expressa apenas a 'felicidade'. As informações sobre os métodos aplicados na fabricação do leite, assim como os executados na indústria da carne, são omitidas dos visitantes e da sociedade em geral, tendo em vista que tais informações não acompanham os rótulos das embalagens comercializadas. Autores e autoras como Singer (2013), Joy (2016) e Adams (2012) discutem as

questões inerentes aos direitos dos animais e concordam que, do ponto de vista ético e moral, o tratamento que o ser humano destina aos animais é injustificável.

A frase "se os matadouros tivessem paredes de vidro, seriamos todos vegetarianos" dita pelo músico e ex-integrante dos Beatles Paul McCartney no vídeo "*Glass Walls*", em português "Paredes de vidro", produzido pela *People for the Ethical Treatment of Animals (PETA)*, é bastante simbólica e sintetiza o modo como as grandes corporações omitem da população a forma como conduzem suas atividades. No vídeo, McCartney, além de expor imagens que narram o cotidiano de maus tratos aos animais não-humanos, também dissemina informações sobre suas habilidades e capacidades, para contrapor o processo de objetificação, ou seja, a transformação de seres vivos em objetos inanimados (JOY, 2016).

Singer (2013, p. 11) chama de "especismo" o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os "de outras". O autor afirma que animais não-humanos podem ser mais interativos do que humanos com algum tipo de comprometimento mental. Sendo assim, a premissa de que o direito à vida está condicionado à complexidade interativa é especista e não se sustenta. Além disso, não é porque animais não-humanos possuem aspirações diferentes dos humanos que devem ser torturados ou mortos.

Na verdade, pelo prisma da Ética o ponto a ser considerado é o sofrimento. Se os animais não-humanos são entendidos como seres sencientes, ou seja, capazes de experimentar sensações físicas e psicológicas de forma consciente, passa a ser visto como crueldade expô-los a situações em que sofrem agressões e violência. Para Singer, "não há justificativa moral para considerar que a dor (ou prazer) sentida pelos animais seja menos importante do que a mesma intensidade de dor (ou prazer) experimentada por seres humanos" (SINGER, 2013, p. 24).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo que a informação é fundamental para o questionamento, é importante garantir que o cidadão tenha acesso a informações qualificadas e não somente ao que é transmitido pelo senso comum. As limitações de autonomia e credibilidade de que padece a Ciência como instituição inserida no contexto dos modos de produção do sistema capitalista precisam ser avaliadas, tendo em vista que a ciência a serviço do capital funciona como um veículo parcial de publicidade, disseminando informações parciais e descontextualiadas, com o objetivo de orientar o cidadão à compra, ou seja, desinformados. Nesse sentido, a ciência cidadã surge como uma intervenção coerente no sistema de produção científica, correlacionando forças entre cientistas e leigos para a construção de uma epistemologia que considere todos os aspectos inerentes à concepção de uma ciência simétrica.

Outro aspecto interessante da teoria Ator-Rede é contemplar os animais não-humanos como elementos representantes do mundo natural, pois é nítido que dividimos o mesmo planeta e, portanto, que nossa conduta interfere no ambiente natural. As iniciativas de não-especialistas em temas associados à Ética Animal, ao buscarem informações e pesquisas por conta própria e, em alguns casos, em parcerias com cientistas, evidencia a demanda pela problematização da nossa relação com outras espécies. Seja pelo ponto de vista ocidental moral e ético sobre o tratamento cruel destinado aos animais não-humanos ou por uma questão de manutenção da espécie humana, é inegável, que se aceite ou não o conceito de Antropoceno, que nossos hábitos estão prejudicando o planeta, na verdade a própria humanidade, pois o planeta já sobreviveu a grandes transformações antes.

Esse comportamento, quer se trate da economia de água ou do consumo de carne ou leite, é conduzido por uma série de informações incutidas pela indústria para fortalecer seu poder, mesmo que em

detrimento de nossa saúde, do respeito à vida de outras espécies e do ambiente. Nesse contexto, convivemos com uma ciência dúbia, em conflito, que legitima preceitos e certifica informações parciais e limitadas mas necessárias para a manutenção da indústria, principalmente, da pecuária e de laticínios. Do outro lado dessa disputa de narrativas, avançam contra-argumentos sensibilizando para a senciência dos animais não-humanos e denunciando o "especismo", que já apontam considerável penetração na estrutura da sociedade no sentido de remodelar seus costumes.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Carol J. **A política sexual da carne:** a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine; RÉMY, Catherine. As investigações "leigas" e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 84-127, jan/abr 2011.

BEZERRA, Arthur; SCHNEIDER, Marco; BRISOLA, Anna. Pensamento reflexivo e gosto informacional: disposições para competência crítica em informação; **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v. 27, n. 1. p. 7-16, jan/abr 2017.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. DIFEL; Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989. p. 17-58.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edicções 70, 2004.

BÖLL STFTUNG, Heinrich. **Atlas da Carne**: fatos e números sobre os animais que comemos, 2016.

CALLON, Michel; LASCOUMES, Pierre; BARTHE, Yannick. **Action in an Uncertain World:** an Essay on Technical Democracy. Cambridge: The MIT Press, 2001.

FELIPE, Sônia T. **Gloctolatria:** mau deleite. São José: Edição da autora, 2012.

FREIRE, Leticia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 26, p. 46-65, jan-jun 2006.

GROGAN, Denis. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet Lemos, 2001.

JEANNERET, Yves. Analisar as 'redes sociais' como dispositivos infocomunicacionais: uma problemática. In: TOMAÉL, M. I.; MARTELETO, R. M. (Orgs.). **Informação e Redes**. **Sociais**: interface de teorias, métodos e objetos. Londrina: Eduel, 2015.

JOY, Melanie. **Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas:** uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não. São Paulo: Cultrix, 2016.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção: Os Pensadores).

KNORR-CETINA, Karin. A comunicação na ciência. In: KNORR-CETINA, Karin. **A ciência tal qual se faz**. S.l.: Edições João Sá da Costa, 1999. p. 375-393.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

LÉNA, Philippe; ISSBERNER, Liz-Rejane. Desafios para o Brasil em Tempos de Antropoceno. In: MAY, Peter. **Economia do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

LINNÉ, Tobias; PEDERSEN, Helena. With care for cows and a love for milk: affect and performance in Swedish dairy industry Marketing Strategies. In: POTTS, Annie (Ed.). **Meat culture**. Boston: Brill, 2017.

LORENZI, Bruno Rossi; ANDRADE, Thales Novaes de. Latour e Bourdieu: rediscutindo controvérsias. **Teoria & Pesquisa:** Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 20, n. 2, p. 107-121, 2011.

MARTELETO, Regina M. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. In: MARTELETO, R. M.; PIMENTA, R. M. (Org.). **Pierre Bourdieu e as condições sociais de produção da cultura, do conhecimento e da informação**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2017. p. 29-48.

MARX, Karl. **O Capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão popular, 2009.

OLIVEIRA, Fabio A. G. **Responsabilidade individual frente às mudanças climáticas globais**. Rio de Janeiro: Luminária Academia, 2015.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

VEIGA, José Eli da; ISSBERNER, Liz-Rejane. Decrescer crescendo. In: LENÁ, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. (Ed.). **Enfrentando os limites do crescimento**: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

VELHO, Lea. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 128-153, jan/abr 2011.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Clara Cândido

Doutora em Avaliação de Tecnologia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL). Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional de Blumenau (2007) e Mestrado em Economia e Gestão da Inovação pela Universidade do Porto - Portugal (2010). Atuou com consultoria em processos de inovação, gestão da inovação. Pesquisadora associada ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA) e no INESC P&D Brasil na área de Gestão da Inovação. Membro do Grupo de Estudos em Avaliação de Tecnologia (GrEAT). Tem-se dedicado à análise da adoção de Inovação Aberta, Avaliação de Tecnologia, Inovação Disruptiva e Inovação Tecnológica. Atualmente é Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina.

Ana Claudia D. C. de Oliveira

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professora na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). E-mail: anaclaudia.univali@gmail.com

Anna Brisola

Doutoranda em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ (2010/2) Mestre em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ - 2016/1 Formada em Comunicação Social - Jornalismo na UNISUAM em 2012/2. Formada em Comunicação Social - Publicidade da UNISUAM em 2013/2. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo, Editoria e Assessoria de comunicação. e imprensa. Membro do grupo de pesquisa Perfil-i (Perspectivas Filosóficas em Informação) Integrante do EMERGE - Centro de Pesquisa e Produção em Comunicação e Emergência Membro do grupo de pesquisa ESCRITOS

Pesquisas com enfoque em Competência Crítica em Informação, cidadania, participação cidadã, meio digital. E-mail: anna.brisola.jor@hotmail.com

Andréa Doyle
É doutoranda em Ciência da Informação no PPGCI do IBICT/UFRJ onde pesquisa o conceito de competência em informação em suas dimensões éticas e críticas. É mestra em Ciência da Informação com dissertação defendida em fevereiro de 2017, investigando a relação entre informação, educação e cultura nas práticas desenvolvidas pelos estudantes nas escolas ocupadas no Rio de Janeiro. Fez graduação em *Métiers de lInformation et de la Communication*, pela *Université de Metz* (2000), quando obteve o título de *Ingénieur-Maître*, dado a estudantes com excelência na atuação. Seu diploma foi revalidado em Comunicação Social (Produção Editorial) pela Escola de Comunicação da UFRJ. É produtora cultural há 15 anos, com vasta experiência em produção cinematográfica, teatral, musical, editorial, de exposições e de grandes eventos internacionais. Atualmente, além de dar aulas (estágio docência) de Sistemas e Tecnologias da Comunicação na Eco/UFRJ, faz tradução (inglês e francês) e copidesque de artigos científicos, dissertações e teses. E-mail: andrea@hibrida.art.br

Andreia Sousa da Silva
Bibliotecária e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UDESC. É integrante do Grupo de Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. E-mail: andreia.ssilva@gmail.com

Camila Koerich Burin
Possui graduação em Biblioteconomia (2004) e especialização em Gestão de Unidades de Informação (2010) pela Universidade do Estado de Santa Catarina, mestrado em Ciência da Informação (2009) pela Universidade Federal de Santa Catarina e especialização em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Santa Catarina (2014). Atualmente atua como coordenadora do Sistema de Bibliotecas Integradas do Instituto Federal de Santa Catarina - SiBI/ IFSC. Também está Presidente da Associação Catarinense de Bibliotecários - ACB (gestão 2018/2020) e faz parte do conselho de avaliadores da Revista ACB. Tem experiência na área de Biblioteconomia e Educação, atuando como bibliotecária, docente de Metodologia Científica e da Pesquisa, tutora a distância e desenvolvendo trabalhos de orientação à pesquisa. E-mail: caburin@gmail.com

Carla Maria Martellote Viola
Advogada, Publicitária e Docente. Mestra em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ/2018), graduada em Comunicação Social/Propaganda e Publicidade (FACHA/1985) e em Direito (Universidade Santa Úrsula/1997). Pós-graduanda em Gênero e Direito (EMERJ/2018-2019), pós-graduada em Gestão Estratégica da Comunicação (IGEC/FACHA/2011) e Direito do Consumidor Responsabilidade Civil (AVM/Candido Mendes/2013) com complementação em Didática do Ensino Superior. Membro do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i) do IBICT/UFRJ, pesquisadora-colaboradora do projeto de pesquisa FARMi, especialmente no eixo InfoGend que articula investigações sobre igualdade de gênero, direito da mulher e acesso à informação, do grupo de pesquisa Gênero, Ciência, Tecnologia e Sociedade do IBICT/UFRJ, do Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST/ANATEL/2015-2018), do Conselho de Usuários da Região Sudeste (OI TELEMAR/2015/2019) e Membro do Movimento das Mulheres Advogadas (MMA). Atua na área Jurídica em

Direito Imobiliário, do Consumidor e Responsabilidade Civil com experiência no zelo pelos objetivos do cliente e na manutenção e integridade dos seus bens, facilitando negócios, preservando interesses individuais e coletivos, conforme princípios morais e fundamentos éticos. Experiência na área Administrativa com foco em coordenação, planejamento, desenvolvimento estratégico, elaboração de materiais audiovisuais, relatórios e manuais, realização de treinamentos funcionais, políticas de gestão, estruturação e racionalização, tendo em vista os objetivos da organização. Habilidade em planos de comunicação, atendimento ao consumidor, elaboração de briefing e de cronograma de atividades. Docente no âmbito do direito do consumidor e responsabilidade civil, com competência em elaboração, planejamento e execução de plano de aula e de curso. E-mail: viola.carla@gmail.com

Críchyna da Silva Madalena
Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), no mestrado profissional em Gestão de Unidades de Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). E-mail: crichyna.sm@gmail.com

Daniella Alves
Bacharela em Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: dame_18@hotmail.com

Daniela Spudeit
Possui bacharelado em Biblioteconomia, Licenciatura em Pedagogia, especialização em Gestão de Unidades de Informação, especialização em Didática, mestrado em Ciência da Informação. Atua como professora nos cursos de Graduação em Biblioteconomia e na Pós-

Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: danielaspudeit@gmail.com

Daniella Camara Pizarro
Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Gestão da Informação (DBI) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: daniellapizarro@hotmail.com

Daniele Feldman
Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na linha de pesquisa Informação, Gestão e Tecnologia. Possui Mestrado em Gestão de Unidades de Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Graduação em Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da Informação pela mesma instituição. Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia, atuando principalmente nos seguintes temas: história cultural, memória, centros de memória institucional, livro didático e curadoria digital.
E-mail: danyih@hotmail.com

Dirnéle Carneiro Garcez
Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com bolsa CAPES. Bacharela em Administração pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) (2013.1-2016.2). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ. É integrante do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Possui interesse nas temáticas relacionadas à comunicação científica, gestão da

informação, feminismo negro e mídias sociais. E-mail: dirnele.garcez@gmail.com

Elisângela Gomes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Especialista em Teoria e Prática da Formação de Leitores na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduanda em Letras pela Faculdade de Educação Regional Serrana (FUNPAC). Vice-coordenadora do Grupo em Ações Afirmativas da Faculdade de Informação e Comunicação (GTAA/FIC). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação e Diferença - Pindoba. Angoleira no Grupo de Capoeira Angola de Goiânia - Calunga. Áreas de pesquisa: narrativas negras na literatura, literatura marginal, oralidade, memória, ancestralidade, processos de letramento, África e diáspora, relações étnico-raciais e de gênero. Atuou como professora substituta da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC/UFG). E-mail: zanzamaio@gmail.com

Elisa Cristina Delfini Corrêa
Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).
E-mail: elisacorrea61@gmail.com

Érica Quadros do Amaral
Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestranda em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação e Ciência em Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/ UFRJ).

Estudante do grupo de pesquisa: Informação, conhecimento, inovação e sustentabilidade ambiental (IBICT/UFRJ).
E-mail: amaral.erica@gmail.com

Fernanda C. da Silva Costa
Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), licenciada em História pela Universidade Potiguar (UNP), bacharelanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
E-mail: costacs.fernanda@gmail.com

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013-2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes. É membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2.sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber. É membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB), ocupando o cargo de Diretora de Marketing e Divulgação. Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina atuando como editora de layout. Participou como voluntária no Projeto Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC (2013-2017) e no Projeto Espaço de Referência Ações Afirmativas, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC) (2013-2015). Foi bolsista de iniciação científica no projeto de pesquisa "Ser alfabetizador(a) no olhar de quem se alfabetiza: uma abordagem fenomenológica, do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - GpDD (2016). Organizadora

do Livro "Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e ação política" em parceria com Graziela dos Santos Lima (2018) e do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em conjunto com Nathália Lima Romeiro. É integrante e coordenadora do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Black Librarianship*, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.
E-mail: francigarces@yahoo.com.br

Graziela dos Santos Lima
Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Campus Marília, Mestra em Gestão de Unidade de Informação e Graduada em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), atuando na coordenação do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e voluntária no projeto de extensão Biblioteca de Referência do NEAB-UDESC. Membro do Instituto de Estudos Culturais - Luisa Mahin e membro do Instituto Internacional de Estudos Africanos e da Diáspora – IEADi; atuou na coordenação executiva na Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as - ABPN e atuou no Gerenciamento de Projetos Sociais e culturais do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Instituto de Estudos Culturais Luisa Mahin. Organizadora do Livro "Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e ação política" em parceria com Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2018). É integrante e coordenadora do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Áreas de interesse: Organização e Representação da informação e Organização e Representação do Conhecimento, bibliotecas especializadas, bibliotecas escolares, gestão da informação em núcleos

e/ou laboratórios, gestão nas organizações do terceiro setor e gestão em projetos. E-mail: graziela.dsl@gmail.com

Jacqueline de Araújo Cunha
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI IBICT-UFRJ). Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação (DECIN), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DECIN/UFRN). E-mail: jacquelinecunh@gmail.com

Jéssica Bedin
Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Ciência da Informação (2017), especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares (2015) e bacharel em Biblioteconomia (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Participa do grupo de pesquisa Gestão Estratégica da Informação, Empreendedorismo e Inovação. E-mail: jessicabedin06@gmail.com

Kariane Regina Laurindo
Bibliotecária no Instituto Guga Kuerten. Bacharel em Biblioteconomia com Habilitação em Gestão da informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: karianeregina.kr@gmail.com

Laelson Felipe da Silva
Bacharel em Ciências Contábeis, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: laelsonfelipesilva@gmail.com

Larissa Silveira Vallim
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: larivallim@gmail.com

Mariana Faustino dos Passos
Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na mesma universidade.
E-mail: maripassos23@gmail.com

Marianna Zattar
Docente no Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: mzattar@facc.ufrj.br

Melina de Brito dos Santos
Mestranda em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) associado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2014). Atualmente está bacharelando em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense e é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tem experiência na área de Documentação jurídica, ênfase em Ciência da Informação e atualmente está atuando nos seguintes temas: curadoria digital e curadoria digital de imagens biomédicas. E-mail: melbrisan@yahoo.com.br

Miriely da Silva Souza
Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2013), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Cândido Mendes (2015) e atualmente cursa

Mestrado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) associado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui experiência acadêmica com questões ligadas ao direito e à publicização no que tange ao acesso às informações no campo governamental e se interessa por estudos sobre regimes, gestão e políticas públicas de informação. Tem experiência profissional com pesquisas, tratamento e recuperação da informação em diversos suportes e organização de acervos. E-mail: mirielyssouza@gmail.com

Mônica Karina Santos Reis
Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bibliotecária Departamento de Odontologia (DOD/UFRN). E-mail: monicabiblioufrn@gmail.com

Nádia da Silva Alexandre
Possui graduação em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal Fluminense (2016). Atualmente é estagiária na Financiadora de Estudos e Projetos. E-mail: nadialexandre@gmail.com

Nathália Lima Romeiro
Licenciada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. É organizadora do livro "O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação" em conjunto com Franciéle Carneiro Garcês da Silva (2018). Vice-presidente do Fórum de inovação e Empreendedorismo na Biblioteconomia (2018). Participa dos grupos de pesquisa: Estudos Críticos em Informação, Tecnologia e Organização Social (ESCRITOS/IBICT-UFRJ), Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-I/IBICT-UFRJ), especialmente no projeto INFOGEND

que articula investigações sobre igualdade de gênero, direito da mulher e acesso à informação; também atua no grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes e no Satélite em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O^2S^2O.sat) vinculado ao Ecce Liber. Áreas de estudo: Estudos de gênero, Violência contra a mulher, Direito da Mulher, Mídias Sociais, Competência Crítica em Informação, Licenciatura em Biblioteconomia; Empreendedorismo na Biblioteconomia; Informação, Educação e Saúde. E-mail: ntromeiro91@gmail.com

Nazareth Salomon
Bibliotecária pelo Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: naza.salomon@hotmail.com

Priscila Fevrier
Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) (2013). Bibliotecária na Universidade Candido Mendes. É integrante do Grupo de Estudos Mulheres Negras na Biblioteconomia e Ciência da Informação. E-mail: priscila.fevrier@gmail.com

Priscila Machado Borges Sena
Doutoranda em Ciência Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis. Possuí Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina/Florianópolis (2014); Especialização em Gestão do Conhecimento pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2012); Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Mato Grosso/Rondonópolis (2009); Experiência na área de Ciência da Informação, atuando principalmente nos seguintes temas: ecossistema de startups, empreendedorismo, tecnologia e inovação, gestão documental, gestão da informação, gestão do conhecimento, bibliotecas universitárias na educação a

distância e bibliotecas escolares. Participou do Grupo de Pesquisa Informação, Tecnologia e Sociedade (GrITS). Participa do Grupo de Estudos em Biblioterapia, Bibliotecas Escolares e Leitura (GEBBEL), do Grupo de Pesquisa Via Estação do Conhecimento (VIA) e, do Instituto de Pesquisas Biblion (BIBLION), todos da UFSC. Atuou como Professora Substituta de 2015 a 2016 no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: priscilasena.ufsc@gmail.com

Ursula Blattmann
Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na mesma universidade. E-mail: ursula.blattmann@ufsc.br

William Barbosa Vianna
Professor Adjunto III da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é Coordenador do Bacharelado em Ciência da Informação (2017-2019). Campo do Conhecimento: Ciência da Informação. Área de atuação: Gestão da Informação. Doutorado em Engenharia de Produção (2011). Mestrado Profissional em Administração (USF, 2004). Mestrado em Engenharia de Produção (UFSC, 2008). Graduação em Ciências Humanas - Filosofia (UCDB-1989). Áreas de interesse: (1) Gestão Estratégica da Informação; (2) Curadoria Digital; (3) Epistemologia & tópicos interdisciplinares em Ciência da Informação; (4) Tecnologia Assistiva; (5) Big Data & Teoria da Decisão e, (6) Bibliotecas Escolares. É líder do grupo de pesquisa em Gestão Estratégica da Informação, Empreendedorismo e Inovação.

Especificidades da impressão
Capa: Triplex Duo 250g.
Miolo: Off-set Comercial 75g.

Realização da impressão

Av. das Universidades, 539, TecnoPark –
Pedra Branca/Palhoça-SC
CEP 88137-315